

João Gabriel Vieira Bordin

**TRÊS DÉCADAS DA NOVA DIREITA RADICAL NA EUROPA
OCIDENTAL:
UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de
mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bahia
Losso

Florianópolis
2016

João Gabriel Vieira Bordin

**TRÊS DÉCADAS DA NOVA DIREITA RADICAL NA EUROPA
OCIDENTAL:
UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2016.

Prof. Jacques Mick, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: Prof. Tiago Bahia Losso, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Banca Examinadora:

Prof. Yan de Souza Carreirão, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ricardo Silva, Dr.
Universidade federal de Santa Catarina

Prof. Tiago Borges, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Para minha querida Amanda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, cujo apoio e incentivo foram-me essenciais na carreira que escolhi para a minha vida. Sem seu inestimável apoio e incentivo eu não estaria aqui hoje. Em especial, agradeço à minha querida mãe, Valéria Aparecida Silva Vieira Bordin, por desde a tenra idade ter-me mostrado a importância da leitura e da cultura. E mesmo quando eu eventualmente fui desmerecedor, ela nunca desistiu de mim. Não fosse por ela, uma mulher que cresceu na roça e formou-se intelectualmente por si só, certamente minha vida teria tomado outro rumo. A você, mãe, toda a minha gratidão eterna.

Em segundo lugar, agradeço ao meu orientador, professor Tiago Losso, por sua generosidade. Acredito que são poucos os orientadores que disporiam tempo e energia digitalizando uma dúzia e meia de livros a um aluno, embora sejam atitudes iguais a esta que fazem de um orientador um verdadeiro mestre. Tiago, saiba que sem sua indispensável contribuição este trabalho jamais teria sido possível e eu sou-lhe grato por isso.

Meu agradecimento mais especial vai para a minha querida Amanda, companheira de todos os dias e todas as noites, por sua infinita paciência e compreensão comigo enquanto eu passava horas e mais horas diante do computador. Os últimos sete meses foram uns dos meses de mais trabalho na minha vida, mas também os de maior amor. Amanda, sem as pessoas acima esta dissertação não seria possível, mas sem você ela não faria o menor sentido. Te amo.

Agradeço também de modo geral aos alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela oportunidade concedida a mim e por ter feito parte dessa história.

Por fim, agradeço à CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo suporte financeiro tão indispensável ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil.

RESUMO

A presente dissertação faz uma revisão da literatura a propósito de uma nova família de partidos surgida na Europa Ocidental a partir da década de 1980 a qual tem sido chamada de extrema direita ou direita radical. Além de analisar alguns dos principais partidos dessa família em seus respectivos contextos nacionais, essa revisão identificou duas problemáticas chaves em torno das quais giram a maior parte das pesquisas nesse campo: 1) definição e classificação desses partidos; 2) explicação para seu aparecimento e evolução desigual. Elas foram então usadas para organizar a exposição do assunto. Ao longo do texto discuto os principais conceitos, definições, teorias, hipóteses e fatores relacionados com o fenômeno da nova direita radical na Europa Ocidental. Um estudo dessa natureza, isto é, uma revisão bibliográfica de um campo de pesquisa já bastante consolidado e desenvolvido, justifica-se pelo fato de essa literatura não ter sido introduzida até hoje entre a comunidade acadêmica brasileira. Nesse sentido, espera-se que esta dissertação propicie ao público brasileiro um primeiro contato sistemático com o tema da nova direita radical na Europa Ocidental.

Palavras-chaves: nova direita radical; Europa Ocidental; extremismo político; partidos políticos.

ABSTRACT

This master's thesis reviews the literature concerning a new family of parties that emerged in Western Europe from the 1980s and that has been called extreme right or radical right. In addition to analyzing some of the main parties of that family in their respective national contexts, this review identified two key issues around which revolve most of the research in this field: 1) definition and classification of these parties; 2) explanation for its appearance and uneven development. They were then used to organize the exposition of the subject. Throughout the text I discuss the key concepts, definitions, theories, hypotheses, and factors related to the phenomenon of the new radical right in Western Europe. A study of this nature, i.e., a literature review of a research field already quite consolidated and developed, is justified by the fact that this literature has not been introduced to date between the Brazilian academic community. In this sense, it is expected that this dissertation gives to the Brazilian public a first systematic contact with the subject of the new radical right in Western Europe.

Keywords: new radical right; Western Europe; political extremism; political parties.

LISTA DE TABELAS

1.1. Resultados eleitorais (em médias quinquenais) dos partidos da direita radical nas eleições parlamentares nacionais entre 1980- 2009.....	33
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

1.1. Crescimento eleitoral da direita radical a partir da década de 1980.....	32
1.2. Resultados eleitorais do MSI/AN e da LN nas eleições legislativas nacionais.....	45
1.3. Resultados eleitorais da FN nas eleições parlamentares e presidenciais.....	55
1.4. Resultados eleitorais do FPÖ nas eleições federais.....	64
1.5. Resultados eleitorais da extrema direita alemã nas eleições federais.....	71
1.6. Resultados eleitorais do VB e da FN(b) nas eleições federais em votos regionais.....	82

LISTA DE SIGLAS

AN – Aliança Nacional
CP – Partido de Centro
CP'86 – Partido de Centro '86
DRP – Partido Imperial Alemão
DVU – União do Povo Alemão
FN – Frente Nacional
FN(b) – Frente Nacional (da Bélgica)
FPÖ – Partido da Liberdade da Áustria
LN – Liga Norte
MNR – Movimento Nacional Republicano
MS-FT – Movimento Social–Chama Tricolor
MSI – Movimento Social Italiano
NPD – Partido Nacional Democrático
PNM – Partido Nacional Monárquico
REP – Republicanos
SRP – Partido Socialista do Império
SVP – Partido Popular Suíço
UDCA – União de Defesa dos Comerciantes e Artesãos
UQ – Partido do Homem Comum
VB – Bloco Flamengo/Interesse Flamengo
VdU – Liga dos Independentes
VNV – União Nacional Flamenga

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 – GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA NOVA DIREITA RADICAL NA EUROPA OCIDENTAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980	27
1.1. Crescimento e situação da nova direita radical: uma história de sucesso?	27
1.2. A nova direita radical sob perspectiva histórica: três ondas de extremismo de direita após a II Guerra Mundial	35
1.3. A renovação dos partidos da direita radical após 1980: quem são e onde e como surgiram?.....	40
1.3.1. Itália: do neofascismo ao pós-fascismo.....	42
1.3.2. França: o berço da nova direita radical	50
1.3.3. Áustria: a direita radical assume o governo	60
1.3.4. Alemanha: a ameaça que nunca se concretizou	68
1.3.5. Bélgica: sucesso e fracasso em um mesmo país	76
CAPÍTULO 2 – DO QUE É FEITA A NOVA DIREITA RADICAL? DEFININDO E CLASSIFICANDO UMA NOVA FAMÍLIA DE PARTIDOS.....	85
2.1. Extremismo de direita e família de partidos.....	85
2.2. Localizando a direita radical no espaço político: à direita da direita	92
2.3. Problemas terminológicos: um nome para uma nova família de partidos	96
2.3.1. Fascismo e direita radical: continuidades e rupturas.....	97
2.3.2. Principais terminologias: extrema direita, direita radical e direita populista.....	106
2.4. Quais características definem um partido da direita radical?	116
2.4.1. Nacionalismo étnico, xenofobia e racismo	121

2.4.2. Populismo anti-establishment, democracia e autoritarismo	128
2.5. Classificando os vários tipos de partidos da direita radical: algumas tipologias.....	133
CAPÍTULO 3 – COMO EXPLICAR O APARECIMENTO E O DESEMPENHO ELEITORAL DA NOVA DIREITA RADICAL? TEORIAS E HIPÓTESES	139
3.1. Fatores de demanda: transformações na sociedade e nas preferências políticas	141
3.1.1. Modernização e crise: anomia e ruptura social.....	143
3.1.2. Pós-industrialização e mudanças socioeconômicas: os perdedores da modernização.....	147
3.1.3. Insatisfação política, desalinhamento eleitoral e imigração	154
3.1.4. Valores pós-materiais e nova clivagem sociocultural	160
3.1.5. Quem vota na direita radical? O perfil social de sua base eleitoral.....	163
3.2. Fatores de oferta: oportunidades políticas e atuação partidária.....	167
3.2.1. Fatores de oferta externos aos partidos: ambiente institucional e competição partidária	171
3.2.2. Fatores de oferta internos aos partidos: ideologia, estratégia, liderança, organização e militância.....	181
CONCLUSÃO.....	193
BIBLIOGRAFIA.....	201

INTRODUÇÃO

A dissertação que o leitor ora tem em mãos é a primeira no Brasil a tratar dos partidos da nova direita radical na Europa Ocidental. Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca de um campo de pesquisa já relativamente antigo e bastante consolidado na Europa, mas cujas teorias e descobertas não fizeram praticamente nenhuma entrada entre a comunidade científica nacional.

Desde o aparecimento de uma nova direita radical na Europa Ocidental durante os anos 1980 e seu avanço e consolidação na década seguinte produziu-se na Europa, especialmente no campo da ciência política, uma vasta literatura tentando explicar esse fenômeno e suas diferentes manifestações em diferentes países da Europa. Este tornou-se um campo de pesquisa tão prolífico na ciência política ao ponto de alguns estudiosos referirem-se a ele como uma pequena indústria acadêmica. Com efeito, no caso da linha de pesquisa sobre partidos políticos, Mudde (2000: vii) chega a afirmar que a direita radical figura como a família de partidos mais estudada atualmente na ciência política. Isso não deve surpreender na medida em que o fenômeno da direita radical está intimamente associado com as transformações estruturais pelas quais as sociedades europeias vêm passando nas últimas décadas, de modo que a análise dos sucessos e insucessos da direita radical diz muito sobre outros problemas políticos e sociais contemporâneos. Como afirma Art (2011: 8), “the study of radical right is important for understanding broader trends in contemporary party politics.” Em outras palavras, explicar as causas e mecanismos do crescimento da direita radical pode ajudar a entender fenômenos como a crise de representação política, a globalização, o pós-industrialismo, o multiculturalismo, a xenofobia, etc.

Portanto, a utilidade desse campo de pesquisa não tem valor apenas em si mesmo. No caso do Brasil, suas teorias e hipóteses talvez possam ser adaptadas para ajudar a explicar o atual contexto sociopolítico do país e o aparecimento de um (suposto) novo campo político conservador que tem sido descrito como uma “nova direita” (Codato *et al*, 2015). É isso, por exemplo, que Comparato (2015), numa comunicação preparada para o IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (disponível nos anais digitais do evento), ocorrido em 2014 em Brasília, tenta fazer. Nesse *paper* o autor procura problematizar a inexistência de uma direita radical no Brasil à luz das teorias desenvolvidas para o contexto europeu. Desconheço qualquer

outro trabalho similar publicado até agora no Brasil, ou seja, que procure adaptar o arcabouço teórico produzido na Europa para o contexto brasileiro. Iniciativas nesse sentido, no entanto, são válidas e devem ser avançadas, o que pressupõe o acesso dos pesquisadores brasileiros à literatura desenvolvida na Europa. Tal acesso, entretanto, atualmente não existe ou é muito difícil. É nesse sentido que a presente dissertação visa contribuir, ao fazer uma revisão dessa literatura, apresentando e sistematizando os principais conceitos, hipóteses e discussões presentes hoje no campo de pesquisa sobre a direita radical na Europa.

Diante da proficuidade desse campo de pesquisa, chama a atenção o fato de nada dele ter chegado às universidades brasileiras. Sem dúvida, o fato de se tratar de um fenômeno especificamente europeu ajuda a explicar essa situação. Além disso, no Brasil não temos – ou não tínhamos? – uma direita radical organizada em partidos e recebendo votos suficientes para influenciar a opinião pública e os partidos dominantes. Mas não é descabido supor que, face aos recentes acontecimentos políticos e sociais no Brasil, essa situação está para mudar. Seja como for, trata-se de um campo de pesquisa importante não apenas na Europa mas para a ciência política de modo geral, e por isso considero extremamente necessário introduzi-lo não apenas entre os cientistas políticos brasileiros mas igualmente entre o público em geral.

Parece-me, aliás, que o desinteresse pelo tema tem diminuído diante dos graves problemas sociais e econômicos que vive hoje a Europa, especialmente a onda imigratória massiva num contexto de recessão e/ou estagnação econômica, desemprego, endividamento público e retrocesso do Estado de bem-estar social. Nos últimos anos a direita radical tem obtido vitórias importantes e até inéditas, como no caso da Frente Nacional (FN) que, em 2014, tornou-se o partido com a maior representação na bancada francesa no Parlamento Europeu, e, no final de 2015, chegou em primeiro lugar em metade das regiões francesas no primeiro turno das eleições regionais. Nos últimos dois anos a FN mostrou-se em condições de se tornar o maior partido francês, impulsionada ainda mais após os terríveis ataques terroristas ocorridos em Paris no mês de novembro passado. Não se sabe ainda se essa tendência de crescimento irá se reproduzir em outros países da Europa – ou mesmo se ela irá se manter na França. Embora a direita radical seja um fenômeno geral no continente, seus diferentes resultados estão associados a condições específicas vigentes em cada contexto nacional, a oportunidades políticas abertas a concorrentes fora do establishment político e a estratégias e escolhas tomadas pelos atores

políticos em jogo, inclusive obviamente pela própria direita radical. O fato, contudo, é que o inaudito sucesso da FN na França, coroando uma série de avanços da direita radical ao longo de três décadas, aponta para uma possibilidade preocupante e levanta uma série de questões sobre os riscos que as democracias europeias enfrentam atualmente.

Mas qual é exatamente a situação em que se encontra esse campo de pesquisa no Brasil e de qual ponto parte esta dissertação? Pode-se dizer que ela parte virtualmente do zero. Até onde foi possível pesquisar em bancos de dados como o Portal de Periódicos da CAPES, praticamente não existem publicações acadêmicas relacionadas ao tema no Brasil. Além da comunicação de Comparato citada acima, encontrei apenas outros dois artigos que lidam especificamente com a direita radical na Europa. Em 2000 a Editora da UFRGS publicou uma antologia que reúne os trabalhos apresentados no *Simpósio Internacional Sobre Neonazismo, Revisionismo e Extremismo Político*, ocorrido no mesmo ano naquela universidade. Contudo, entre eles apenas o artigo de Vizentini (2000) lida com a nova direita radical europeia. O resto da antologia se dedica, como o título do simpósio faz alusão, a questões relacionadas com o neonazismo (nomeadamente negacionismo e revisionismo), questões que apenas tangenciam o problema da nova direita radical. Além disso, o artigo de Vizentini, superficialmente descritivo, serve de testemunho da virtual inexistência dessa discussão entre a comunidade acadêmica brasileira.

O segundo artigo publicado no país sobre a direita radical é uma tradução de um artigo da autoria de uma renomada cientista político norte-americana, Pippa Norris (2005a), cujos trabalhos são bastante influentes no campo. Trata-se de um ótimo artigo no qual ela discute a tese da “nova clivagem” proposta para explicar o crescimento desses partidos nas últimas décadas, cuja leitura eu recomendo como aproximação inicial ao assunto.

Em língua portuguesa de modo geral pude encontrar alguns *papers* e trabalhos acadêmicos publicados em Portugal, mas bem poucos em comparação com a maciça produção alemã, inglesa ou francesa. Literalmente nada da bibliografia básica sobre a direita radical foi vertida para o português. Para ficarmos em apenas dois exemplos, as obras já clássicas e muito influentes de Hans-Georg Betz, *Radical Right-Wing Populism in Western Europe*, e de Herbert Kitschelt, *The radical right in Western Europe: a comparative analysis*, publicadas há mais de duas décadas, ainda não foram traduzidas para o português (se é que um dia serão), nem são facilmente encontradas em qualquer das bibliotecas

universitárias brasileiras. Ou seja, mesmo na língua original em inglês, é bastante difícil encontrar os livros de referência nas universidades brasileiras. No caso das obras mais recentes ou menos conhecidas, as dificuldades logicamente aumentam.

Diante desse quadro, a opção tomada como ponto de partida foi realizar um trabalho de revisão bibliográfica. Um trabalho dessa natureza não apenas serve como forma de apresentação do tema em questão para um público com pouca ou nenhuma informação a seu respeito, como também facilita estudos subsequentes ao organizar e sistematizar a vasta literatura já produzida. Esta não é uma tarefa fácil. Trinta anos de pesquisa acumularam uma vasta quantidade de análises teóricas e dados empíricos na forma de livros e artigos, de modo que ser-me-ia impossível, nos limites de uma pesquisa de mestrado, dar conta desse vasto material em sua totalidade.

Embora a literatura consulta aqui represente apenas uma fração da literatura existente, acredito que boa parte das obras e artigos de referências tenham sido incorporadas. Isso não exime este estudo de eventuais erros provenientes de uma bibliografia incompleta, mas me permite afirmar com certa segurança que as principais discussões e questões com as quais a literatura sobre a direita radical lida foram incluídas e analisadas de maneira relativamente rigorosa. Não obstante, muitas outras questões não puderam ser analisadas ou foram tão-somente indicadas de passagem – entre as omissões devo apontar para ao menos duas: ignorei o avanço da direita radical na Europa Oriental, embora a comparação entre essas duas porções da Europa seja atualmente uma tarefa incontornável e um déficit que os pesquisadores do campo vêm tentando sanar, não apenas por sua promissora capacidade heurística; também deixei de lado a questão do grau de ameaça representada pela direita radical às instituições e valores democráticos. Ou seja, uma completa revisão da literatura sobre a direita radical contemporânea na Europa permanece um trabalho a ser empreendido no futuro – e, eu diria, não apenas aqui no Brasil, mas na própria Europa.

Além das dificuldades relacionadas com a magnitude de publicações que constituem esse campo de pesquisa, tive que lidar também com um segundo tipo de dificuldades, decorrentes do acesso a essas publicações. Como foi dito, no Brasil encontrei pouco material físico para consulta. Entretanto, com os bancos de dados digitais, os artigos não representaram realmente um problema. Possivelmente todos os artigos em língua inglesa estão disponíveis para consulta e download. O único empecilho neste caso seria a língua, isto é, artigos publicados

em alemão ou italiano, por exemplo, que não foram traduzidos. Essa restrição, entretanto, não constitui uma perda grande. As principais publicações do gênero estão em revistas internacionais e, portanto, redigidas em inglês. As maiores dificuldades de acesso encontradas dizem respeito aos livros. Pode-se dizer que esta pesquisa só foi possível pelo feliz acaso de coincidir com a estadia do meu orientador, Professor Dr. Tiago Bahia Losso, nos EUA (o que nos deu acesso a uma parte importante, embora não exaustiva da bibliografia) e por sua amável solicitude em digitalizá-la para mim. Vale dizer que isso significa que muitas obras de referência no campo de pesquisa sobre a direita radical contemporânea só podem ser encontradas no Brasil em meu acervo digital.

Por fim, um terceiro tipo de dificuldades merece menção. Neste caso me refiro às dificuldades para o leitor envolvidas na leitura de um texto denso em termos de informações, algumas delas contraditórias. Isso é natural num trabalho de revisão bibliográfica que lida com uma vasta literatura construída a partir de diversas terminologias, conceitos, hipóteses e explicações. Tentei redigir e organizar a exposição da forma mais clara possível. O resultado final não configura exatamente um problema para o entendimento do leitor, mas exige certo esforço da sua parte. O primeiro capítulo é extenso e analisa cinco contextos nacionais diferentes, incluindo os principais partidos da direita radical. Por mais sintética que seja essa análise, ela envolve uma grande quantidade de informações e dados empíricos. Os demais capítulos, essencialmente teóricos, possuem muitas notas de rodapé, geralmente citações extraídas da bibliografia consultada. Estudar todas essas citações entrecortadas com o texto tornaria sobremaneira truncada e cansativa a leitura. Para o entendimento do texto, no entanto, isso não é obrigatório. Elas podem ser consultadas depois ou eventualmente numa segunda leitura. Optei por transcrever tantas citações ao invés de simplesmente indicar onde encontra-las no texto original pela razão aludida acima, isto é, porque frequentemente o leitor não tem acesso ao texto original. É na conclusão que o leitor encontrará a minha tentativa de enxugar a enorme quantidade de informações discutidas ao longo da dissertação, extraindo dela de forma sintética e clara as principais conclusões que, creio eu, podemos tirar até agora das pesquisas sobre a direita radical.

Esta revisão da literatura procurou se concentrar em dois aspectos: definição e explicação. Da leitura sistemática dos principais livros e artigos sobre a direita radical conclui que as duas grandes problemáticas deste campo de pesquisa são, primeiro, nomear, definir e

classificar os partidos que se entende como pertencentes a essa família partidária, e, segundo, explicar sua gênese e desenvolvimento (desigual) ao longo das últimas três décadas. Essas duas problemáticas foram então usadas para estruturar a exposição do assunto. No segundo capítulo discuto as principais terminologias, características definidoras e tipologias propostas pelos autores do campo, e no terceiro capítulo analiso as principais teses, hipóteses e fatores possivelmente associados ao crescimento e ruptura eleitoral dos partidos da direita radical na Europa Ocidental. Uma análise mais empírica e histórica foi realizada no primeiro capítulo, onde apresento um panorama geral da situação da direita radical desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a trajetória e significado de seus principais partidos para o desenvolvimento dessa família como um todo.

CAPÍTULO 1 – GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA NOVA DIREITA RADICAL NA EUROPA OCIDENTAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

A chamada *direita radical* ou *extrema direita*¹ é uma família de partidos que surgiu na Europa Ocidental durante os 1980, aumentando sua participação eleitoral e consolidando-se em boa parte dos países da Europa Ocidental até fins da década de 1990. Embora a performance eleitoral desses partidos considerada individualmente tenha sido bastante variada e, frequentemente, díspar, no agregado eles tornaram-se atores importantes dos sistemas partidários europeus. Dada a inexistência de estudos sobre o tema entre a comunidade acadêmica brasileira, o escopo geral deste primeiro capítulo é familiarizar o leitor com esse complexo fenômeno oferecendo um panorama geral da evolução e situação da direita radical na Europa Ocidental a partir da descrição de alguns casos-chaves.

Nesse sentido, esse capítulo analisa cinco casos nacionais – os quais podem ser considerados particularmente importantes para a explicação da natureza dessa família de partidos e os problemas teóricos associados a ela – buscando apreender as características desses partidos e as linhas gerais que marcaram suas trajetórias. Antes disso, no entanto, nas próximas duas seções deste capítulo discuto o significado do crescimento eleitoral da direita radical pós-1980 e sua diferença em relação a outras formas de extremismo de direita ocorridas ao longo da segunda metade do século XX.

1.1. Crescimento e situação da nova direita radical: uma história de sucesso?

Na literatura é comum os estudiosos referirem-se à nova direita radical como um caso de sucesso entre os novos atores políticos surgidos nas democracias contemporâneas avançadas. Mudde (2007), por exemplo, afirma que, enquanto os Partidos Verdes fracassaram, a direita radical é a única nova família de partidos bem sucedida na Europa contemporânea. No entanto, enquanto esses partidos tornaram-se atores importantes e influentes em determinados países, em outros eles

¹ Sobre os problemas terminológicos ver capítulo 2 desta dissertação. Ao longo desta dissertação utilizarei o termo *direita radical* para descrever o conjunto de partidos em análise.

continuam sendo uma força política relativamente marginal ou mesmo insignificante. Portanto, o aparecimento da direita radical ao redor da Europa Ocidental a partir da década de 1980 levou a resultados muito divergentes em cada país específico, de modo que é preciso tomar cuidado com a noção de *sucesso eleitoral*.

Com efeito, na grande maioria dos casos sucesso não significa vitória absoluta nas urnas. É preciso manter isso em mente para não superestimar os efeitos de seu crescimento eleitoral sobre os sistemas políticos europeus – algo que a literatura acadêmica tende, de maneira insuspeita, a fazer. A grande atenção que partidos como o Bloco Flamengo (VB), o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) e a Frente Nacional (FN) receberam – os quais constituem, por qualquer padrão que se meça, partidos bem-sucedidos – acabou obscurecendo o fato de que muitos outros não tiveram nem de longe a mesma sorte. Sendo assim, na medida em que esses partidos são, de modo geral, párias dentro de seus respectivos sistemas partidários, inclusive os partidos bem-sucedidos eleitoralmente, o sucesso da direita radical deve ser entendido via de regra como relativo. Nesse sentido, a questão é definir parâmetros objetivos capazes de distinguir claramente um partido bem-sucedido de um malsucedido.

Na maioria das vezes os pesquisadores não discutem esse problema, e por isso fazem essa distinção possivelmente com base em suposições comuns. Mas tais suposições podem ser frequentemente enganadoras. Por exemplo, a grande atenção que o Movimento Social Italiano (MSI) ou os Republicanos (REP) receberam pode levar à impressão de que se trata de casos muito bem-sucedidos. Mas a direita radical na Alemanha fracassou completamente, ao passo que o partido italiano, embora medianamente bem-sucedido, nem de longe alcançou o patamar que o FPÖ conquistou na Áustria ou o Partido Popular Suíço (SVP) na Suíça. Por outro lado, os pesquisadores que definem parâmetros de sucesso podem fazê-lo tendo em vista objetivos essencialmente diferentes. Para Art (2011), por exemplo, sucesso implica obter cinco ou mais por cento dos votos em ao menos três eleições nacionais consecutivas. Ou seja, Art está preocupado com a persistência eleitoral desses partidos ao longo do tempo e não com o ponto de *ruptura eleitoral* (*electoral breakthrough*) deles no cenário político. Norris (2005b), por outro lado, utiliza um critério bem menos exigente. Para ela, um partido relevante deve ter obtido mais de três pontos percentuais em ao menos uma eleição parlamentar ao longo do período considerado. Norris acaba, assim, implicitamente assumindo que uma “vitória” pontual tem impactos amplos e duradouros sobre a

política nacional. Segundo seu critério, os REP, por exemplo, são bem sucedidos, ao passo que pelo critério de Art não.

Independente da capacidade heurística dessas duas definições de sucesso, metodologicamente elas colocam três questões. Em primeiro lugar, a eleição de critérios para determinar se um partido é ou não bem-sucedido depende dos objetivos da análise. Em segundo, depende também das características do sistema eleitoral e partidário de cada comunidade política. Zimmermann e Saalfelt (in: Merkl e Weinberg, 1993: 51-2), por exemplo, selecionam os partidos para análise com base nos cinco pontos percentuais mínimos necessários para acessar os cargos legislativos na Alemanha. Uma definição de sucesso eleitoral que não leve em conta variáveis como a cláusula de barreira ou a distribuição dos votos dentro do sistema partidário permanece essencialmente arbitrária. Por fim, em terceiro lugar, uma única linha divisória entre partidos bem e malsucedidos parece ser insuficiente diante da complexidade da realidade. Dependendo de onde essa linha é situada, ela pode superestimar os casos não tão bem-sucedidos e impossibilitar que se distingam diferenças entre estes e os partidos “verdadeiramente” bem-sucedidos. Assim, matizar os resultados fazendo distinção entre diferentes níveis de sucesso resultaria em maior ganho analítico. Na literatura encontrei apenas um único esforço nesse sentido, realizado por Karapin (1998). Ele distingue entre partidos bem-sucedidos, relativamente bem-sucedidos, marginalmente bem-sucedidos e malsucedidos.

Vale discutir melhor as implicações da segunda questão. As diferenças de contexto nacional são particularmente importantes, na medida em que partidos com uma participação eleitoral parecida podem estar situados em níveis diferentes de sucesso dependendo das características institucionais e partidárias de um país. Por exemplo, em meados da década de 1990 o MSI e a FN detinham aproximadamente a mesma proporção de votos nacionais (15%), mas enquanto o segundo não conseguiu eleger sequer um parlamentar, o primeiro foi capaz de angariar trinta e um assentos na Câmara dos Deputados e compor o governo nacional. Isso significa que o sucesso de um partido é determinado por outros fatores além da simples quantidade de votos. No caso da FN, pesou o sistema eleitoral majoritário e a atuação dos partidos dominantes em isolá-lo, nulificando assim seus votos.

Essa constatação mostra a necessidade de desenvolver uma noção de sucesso que englobe outras variáveis além da participação eleitoral, como a capacidade de um partido de influir sobre o sistema partidário, a

opinião pública e a agenda política. Isso é possível mesmo numa situação em que sua participação eleitoral seja relativamente reduzida. Essa noção ampliada de sucesso, entretanto, complexifica sobremaneira a análise. Por exemplo, avaliar o impacto dos partidos da direita radical sobre a produção de políticas públicas é difícil, entre outras razões, porque frequentemente esses partidos encontram-se na oposição, de modo que a sua influência exerce-se na prática de forma indireta. Art admite isso, mas argumenta que a capacidade de um partido influir sobre os demais partidos, sobre a opinião pública e sobre a agenda política está relacionada em alguma medida com a sua persistência eleitoral.

Electoral persistence does not overlap perfectly with other possible measures of success, such as representation in parliament, government participation, or influence on mainstream parties. Yet since electorally persistence parties also tend to succeed on these other dimensions, it makes sense to focus on this variable rather than on something else. Moreover, looking at persistence (or lack thereof) allows us to analyze the trajectories of radical right parties over the past quarter-century and to avoid overemphasizing any particular election result. While we are thus unable to fully account for the occasionally wild swings in their electoral support, taking the long view brings into sharp relief those forces that have created strong radical right parties in some countries and weak ones in others. (Art, 2011: 4-5)

Um segundo aspecto relacionado ao problema do crescimento eleitoral da direita radical é a definição do conceito de *ruptura eleitoral* (*electoral breakthrough*). Esse conceito procura descrever o momento específico em que um partido sai da obscuridade/irrelevância e irrompe no sistema político de seu país, passando a influenciar os demais atores políticos e partidários, bem como o comportamento dos eleitores. Assim, sucesso eleitoral e avanço eleitoral são noções correlatas, mas não são a mesma coisa. Nesse sentido, não é uma consequência lógica que um avanço eleitoral transforme-se em sucesso eleitoral. É perfeitamente possível que um partido possa falhar em perpetuar no tempo uma primeira vitória pontual – como, de fato, aconteceu com muitos partidos da direita radical. Esse fenômeno a literatura chama de

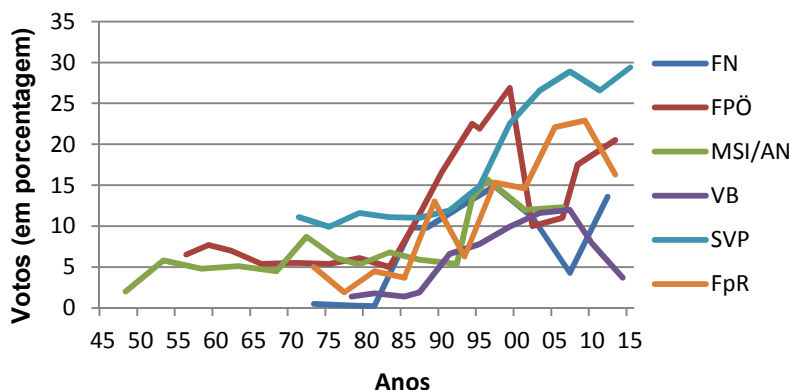
flash party – literalmente “partido relâmpago”.² Um bom exemplo desse tipo de fenômeno foi o avanço eleitoral da União de Defesa dos Comerciantes e Artesões (UDCA) na França (o chamado partido poujadista), que na eleição parlamentar de 1956 obteve 12,3% dos votos e 52 assentos no parlamento, mas já em 1958 havia virtualmente desaparecido.

Também em relação à noção de ruptura eleitoral não existe um consenso na literatura, e muitos autores utilizam-na sem conceitualizá-la ou operacionalizá-la explicitamente. Para Mudde (2007), a ruptura eleitoral de um partido ocorre quando ele recebe votos suficientes para ingressar no parlamento. Entretanto, concordo com Art (2011: 4) quando ele afirma que essa definição é muito restritiva, argumentando que ela deixa de fora casos como o da eleição municipal de Dreux na França ocorrida em 1983, a qual muitos pesquisadores consideram como o marco inicial do sucesso eleitoral da FN. À luz de casos como esse, ruptura eleitoral é melhor definida como uma eleição na qual um partido recebe votos suficientes para atrair a atenção da mídia e de outros partidos a nível nacional, sem que esses votos necessariamente precisem resultar em cargos eletivos.

Até aqui discutimos as noções de sucesso e ruptura eleitoral. Agora, para dar uma ideia geral do crescimento eleitoral da direita radical a partir dos anos 1980, selecionei, com base no critério de sucesso de Art e no ano de fundação (anterior à década de 1980), seis entre os mais bem-sucedidos partidos da direita radical em seis países diferentes da Europa Ocidental (França, Áustria, Itália, Bélgica, Suíça e Noruega). O gráfico 1.1 permite visualizar claramente como a partir da década em questão esses partidos cresceram exponencialmente em termos eleitorais. Os dados se referem às eleições legislativas nacionais para a câmara dos deputados.

² “The history of the radical right is littered with short-lived flash parties, exemplified by the Poujadist movement in France, the Reform Party in the United States, and List Pym Fortuyn in the Netherlands. Such parties can surge into the headlines on a tidal wave of public protest, to the consternation of many commentators, gaining seats in ‘deviating’ elections, but they can equally suddenly fall back into obscurity when circumstances change.” (Norris, 2005: 217).

Gráfico 1.1 - Crescimento eleitoral da direita radical a partir da década de 1980



Fonte: Ignazi (2003), *European Election Database*. Elaboração: do autor

Uma forma de medir o crescimento dos partidos de direita radical desde a década de 1980 é utilizar médias gerais obtidas a partir de seus resultados nacionais. Analisando a média dos votos recebidos pelos seis partidos acima mais o norueguês FP/DF entre os anos de 1980 e 2004, Norris (2005b: 7-8) conclui que a participação eleitoral desses partidos na Europa triplicou: passou de menos de 6% em 1980 para pouco mais de 16% em 2001. Contudo, é claro que esses valores dependem dos critérios de seleção dos partidos. Norris reúne, neste caso, os partidos que ela considera relevantes (na verdade, os mais bem-sucedidos partidos de direita radical em toda a Europa), e essa escolha certamente acaba superestimando os resultados. Se considerarmos também os casos de partidos mal sucedidos, a participação eleitoral média da direita radical na Europa mostra-se sensivelmente mais modesta.

Abarcando um conjunto maior de casos do que Norris, Minkenberg (in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 44) reúne a média quinquenal dos votos de vinte e três partidos da direita radical em eleições parlamentares nacionais em dez países da Europa Ocidental entre os anos de 1980 e 2009 (ver tabela 1.1). Somando as médias quinquenais dos votos recebidos em eleições parlamentares nacionais e dividindo-as pelo número de países o autor chega à porcentagem média de votos recebidos pelos partidos da direita radical a cada cinco anos desde 1980. Essas médias servem como indicador da evolução eleitoral

da direita radical no continente europeu. Sua participação saiu de um patamar de 2,8% em 1980-1984 e 5% em 1985-1989, passou para 8,7% em 1990-1994, atingindo o patamar de 12,3% em 1995-1999. O quinquênio seguinte (2000-2004) apresenta uma sensível queda de mais de 2%, baixando a média para 9,7%. Entre 2005-2009, no entanto, a direita radical retoma o crescimento, ultrapassando a média de 1995-1999. Note-se que, neste caso, mesmo as médias sendo relativamente inferiores às encontradas por Norris, em termos relativos os votos recebidos pelos partidos de direita radical entre os anos de 1995 e 1999 e de 2005 e 2009 representam um aumento de mais de 400% em relação ao início da série temporal em 1980-1984.

Tabela 1.1 - Resultados eleitorais (em médias quinquenais) dos partidos da direita radical nas eleições parlamentares nacionais entre 1980-2009³

	1980- 1994	1985- 1989	1990- 1994	1995- 1999	2000- 2004	2005- 2009
Áustria	5,0	9,7	19,6	24,4	10,0	28,2
Bélgica	1,1	1,7	6,6	10,9	13,8	14,0
Dinamarca	6,4	6,9	6,4	9,8	12,6	13,9
França	0,4	9,9	12,7	14,9	12,4	4,7
Alemanha	0,2	0,6	2,3	3,3	1,0	2,1
Itália	6,8	5,9	18,0	25,8	4,3	8,3
Noruega	4,5	8,4	6,0	15,3	14,7	22,5
Suécia	—	—	4,0	—	1,5	3,0
Suíça	3,8	6,3	11,9	18,7	26,6	30,0

³ Vale dizer que a tabela original contém uma série de erros, entre os quais: em Minkenberg (in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 44) os valores para a Bélgica entre 1995-1999 e para a Suíça entre 1990-2004 contém erros de digitação; no mesmo texto, a legenda da tabela não especifica os partidos incluídos no caso da Noruega e da Suíça. A fim de sanar esses erros, cotejei a tabela em questão com a apresentada em Minkenberg (2011: 22), o que me obrigou a rever os cálculos das médias totais. Por outro lado, ainda não foi possível identificar os partidos incluídos no caso da Noruega.

Reino Unido	—	0,6	0,9	—	0,2	0,7
Média	2,8	5,0	8,7	12,3	9,7	12,7

Fonte: Minkenberg (2011: 22; in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 44). Partidos incluídos nos cálculos: Bélgica: Vlaams Blok, Front National; Dinamarca: Fremskridtsparti, Dansk Folkeparti; Alemanha: Republikaner, DVU, NPD; França: Front National, Mouvement National Républicain; Reino Unido: British National Party, National Front; Itália: Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Movimento Sociale-Fiamma Tricolore, Lega Nord; Áustria: FPÖ, BZÖ; Suécia: Ny Demokrati, Sverigedemokraterna, Nationaldemokraterna; Suíça: AP, SD, SVP-UDC.

Discutirei detalhadamente as implicações de alguns desses casos em particular – os quais considero centrais para explicar a evolução dessa família de partidos – mais à frente neste capítulo. Por ora, importa notar que, sem dúvida, dados eleitorais agregados contam apenas uma parte pequena da história. Embora a década de 1980 corresponda a um momento importante na história desses partidos, como já deve estar claro seu crescimento eleitoral não é uniforme. Alguns deles viram seu crescimento frear ou reverter abruptamente, enquanto outros não conseguiram equiparar-se em termos de sucesso, ficando aquém das expectativas geradas pelos partidos de enorme sucesso.

Assim, as médias gerais não apenas escondem enormes diferenças a nível nacional (e estas, a nível regional e local) e os diferentes pesos que cada partido tem na composição de uma média, como também suavizam e aplainam a de certo modo tortuosa trajetória desses partidos. Partidos como o SVP e o FPÖ, que em determinado ponto amealharam quase 30% dos votos, e partidos como o NPD e o BNP, os quais têm dificuldades para ultrapassar 1% dos votos nacionais, são emblemáticos no que concerne à diferença entre partidos bem-sucedidos e malsucedidos. Além disso – e talvez de forma mais importante –, a resposta à pergunta “está a direita radical em ascensão na Europa?” depende de quais partidos são classificados como pertencentes a essa família. Depende também de para quais resultados eleitorais se olha. No caso das eleições para o Parlamento Europeu, por exemplo, Ivaldi (in: Backes e Moreau, 2012: 19) não encontrou nenhuma tendência discernível de crescimento entre 1979 e 2009.

Seja como for, esses dados agregados nos dão uma ideia geral do crescimento e evolução da direita radical nas últimas três décadas. Contrariando as previsões iniciais, a estabilização de sua participação eleitoral entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira metade

da década seguinte bem acima do patamar dos anos 1980 sugere que a direita radical não é um fenômeno passageiro. Ao contrário, essa nova família de partidos atualmente é parte constitutiva dos sistemas políticos na maioria dos países europeus. Em alguns casos esses partidos não apenas conseguiram atrair e fidelizar parte significativa do eleitorado, mas também influenciar a opinião pública e a agenda política; ganhar representação no parlamento, em conselhos locais e prefeituras; integrar coalizões governamentais e sustentar governos minoritários. É esse fenômeno que a literatura científica tem chamado de “terceira onda de extremismo de direita” após a Segunda Guerra Mundial (Beyme, 1988; Minkenberg, 2011).

1.2. A nova direita radical sob perspectiva histórica: três ondas de extremismo de direita após a II Guerra Mundial

Foi Beyme (1988) quem primeiro propôs a tese de que o extremismo de direita⁴ na Europa teria passado por três ondas ao longo da segunda metade do século XX. A primeira onda representa uma ressurgência ou uma tentativa de resistência fascista após a derrota na II Guerra Mundial. Ela estava composta por indivíduos e grupos antigamente ligados ou inspirados pelos regimes fascistas e, portanto, foi mais forte na Itália e na Alemanha. Embora por causa da repressão associada à política de “desfascistização” seja difícil mensurar o potencial de mobilização do (neo)fascismo naquele momento, algum potencial certamente havia, especialmente nos anos imediatamente subsequentes a 1945 – como algumas pesquisas de opinião apontavam na época. Fosse qual fosse esse potencial, o fato é que ele acabou sustado tanto por proibições legais e institucionais, quanto pelo desenvolvimento da nova ordem política e econômica que se estabeleceu no pós-guerra. O artigo XII da nova constituição italiana, por exemplo, estipulava que nenhum partido fascista poderia ser reorganizado (Beyme, 1988: 9), enquanto a promulgação da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, em 1949, previa explicitamente o banimento de qualquer partido considerado inconstitucional, isto é, extremista. Portanto, o ano de 1945 constitui um

⁴ Nesta seção, como estou lidando com atores políticos do campo da extrema direita como um todo e não apenas com a família específica da direita radical, utilizo o termo extrema direita (ou extremismo de direita) para me referir genericamente à situação desse campo político durante a segunda metade do século XX. Sobre essa questão terminológica, ver capítulo 2.

marco importante e uma virada paradigmática na história do extremismo de direita na Europa.

Com a derrota das forças do eixo na II Guerra Mundial e a queda da maioria dos regimes fascistas e governos autoritários instituídos no entreguerras, a direita radical não desapareceu totalmente, mas viu-se numa situação de marginalização quase absoluta (Hainsworth, 2008: 1). O sucesso das iniciativas de reconstrução econômica, a memória trágica da guerra e do Holocausto, a influência política e cultural dos EUA, a atenuação da ameaça revolucionária bolchevique a leste e a consolidação da democracia liberal a oeste constituem alguns dos fatores estruturais que tenderam a deslegitimar os principais temas e atores da direita radical, os quais acabaram excluídos da nova agenda política europeia (Hainsworth, 1994: 1; Paxton, 2004: 173). Nas três décadas seguintes após o fim da guerra, a Europa como um todo viveria uma inédita situação histórica marcada por elevado crescimento econômico sustentado, expansão do Estado de bem-estar social, diminuição da desigualdade social e alto grau de consenso político e social. Tudo isso conduziu a uma situação de grande estabilidade na competição política que, somada à aversão que o totalitarismo acabou por inspirar, tornou reduzidas as chances da extrema direita.

Entretanto, embora isolada, fragmentada e em circunstâncias desvantajosas, tentativas de reorganização logo surgiram por meio de editoras, associações, movimentos e partidos. Em alguns casos, os círculos de militantes fascistas foram capazes de unificar-se em torno de alguns partidos de relativo sucesso inicial, que todavia mostrar-se-iam inviáveis a curto e médio prazo. Exemplos disso foram a Liga dos Independentes (VdU) na Áustria, e o Partido Socialista do Império (SRP) na Alemanha. Fundados já na década de 1940, o SRP seria banido pelo Tribunal Constitucional Federal alemão em 1952 e o VdU se dissolveria em 1956. Outros, como o MSI na Itália, mostraram-se mais resilientes e plásticos, demonstrando com isso certa capacidade e habilidade para sobreviver à ordem do pós-guerra. Na grande maioria dos casos, contudo, o extremismo de direita ficou restrito a círculos de pequenos fanáticos, nostálgicos do passado pregando ideologia e grupelhos violentos envolvidos em terrorismo.

Por mais que em cada país a extrema direita estivesse ancorada a histórias e tradições específicas, a experiência fascista do entreguerras representava o ponto de referência central do qual ela não podia escapar, seja para reclamar sua herança, seja para negá-la (Klandermans e Mayer, 2006: 16). Em certo sentido, portanto, nessa primeira fase a direita radical pode ser considerada herdeira direta do fascismo, especialmente

em termos de quadros e lideranças (Hainsworth, 2008). Essa herança é mais evidente, por óbvio, no lado dos antigos países do Eixo (notadamente Alemanha, Itália e Áustria), mas ela também pode ser observada do lado de seus ex-antagonistas onde setores colaboracionistas tiveram papel importante, em especial no caso da França e da Bélgica (Flandres).

Entretanto, nem todos os partidos e movimentos que surgiram nessa primeira fase eram neofascistas ou estavam compostos por ex-membros dos antigos regimes fascistas. Não obstante fosse a mais importante influência naquele momento, o fascismo tinha que conviver com outras tradições ideológicas mais antigas surgidas no campo da extrema direita, mas também da direita *tout court*. Entre elas, movimentos nacionalistas conservadores – como o Partido Nacional Monárquico (*Partito Nazionale Monarchico*, PNM) na Itália – concorriam diretamente com os neofascistas pelo mesmo eleitorado. Além disso, ainda que permeáveis à infiltração de militantes neofascistas, alguns dos movimentos surgidos pós-1945 eram verdadeiramente originais, a exemplo da Frente do Homem Comum (UQ) na Itália. Organizado como partido, a UQ obteve 5,3% dos votos na eleição para a Assembleia Constituinte de 1946 mas seu relativo sucesso durou pouco. Já em 1949 o partido acabou dissolvido. Posteriormente, seu caráter populista, tradicionalista e pequeno-burguês serviria de inspiração para o movimento poujadista na França na década seguinte. Analiticamente, contudo, essas características são representativas, no esquema de Beyme, como típicas da segunda onda de extremismo de direita.

Beyme (1988: 10) explica a segunda onda como resultante de “novas ondas de privação social”. No entanto, ele não expõe claramente o que entende por isso. Os movimentos e partidos que Beyme identifica como pertencentes a essa fase são caracterizados pela origem social pequeno-burguesa (agricultores, pequenos comerciantes, artesãos), por um programa contrário à política de *welfare state* e ao aumento de impostos, e por uma visão de mundo tradicionalista e antimodernizadora. O representante típico desta segunda onda é o movimento poujadista na França. Posteriormente, na década de 1970, a fundação dos Partidos do Progresso na Dinamarca e na Noruega levou adiante a bandeira do protesto populista anti-impostos. Entretanto, a classificação desses partidos entre a extrema direita é contestável. Como o próprio Beyme admite, eles não eram extremistas e “must of these movements [incluindo o poujadismo] remained so closely connected

with the conservative mainstream that they could be absorbed easily by it.” (*idem*). Na verdade, a UQ e a UDCA eram movimentos que poderiam ser melhor caracterizados como populistas, na medida em que sustentavam um discurso antipolítico cujos principais alvos eram os partidos e as elites.

Nesse sentido, se os principais exemplos de extremismo de direita da segunda onda não são exatamente extremistas, é difícil ver em que se baseia a classificação da segunda onda de Beyme. Embora essa tentativa de delimitar marcos históricos represente um recurso analítico potencialmente útil, ela foi superficialmente esboçada e, portanto, deveria ser assumida como uma sugestão metodológica. Além de a distinção analítica entre a primeira e a segunda onda resultar vaga e genérica demais, Beyme também não faz qualquer esforço para separá-las cronologicamente. Apesar disso, ela foi adotada aparentemente sem qualquer discussão pelos estudos subsequentes, sendo bastante utilizada no campo de pesquisa sobre a direita radical.

Além dessas inconsistências conceituais, outro argumento empírico fragiliza a proposta de Beyme para uma periodização da extrema direita pós-1945: o fato de que o avanço eleitoral de grande parte desses partidos foi durante a primeira e segunda ondas irregular e episódico é inconsistente com a imagem implícita na ideia de ondas – isto é, de movimentos e partidos de direita radical surgindo e fazendo avanços simultâneos ao redor da Europa. Até a terceira onda os pequenos e efêmeros avanços eleitorais da extrema direita estiveram confinados a determinados países bem como personificados em atores singulares. Neste caso, o correto seria localizar as fases de evolução da extrema direita nos limites de contextos nacionais – algo que o próprio Beyme admite (1988: 6) –, como fazem, por exemplo, Kolinsky (in: Hainsworth, 1994) e Zimmermann e Saalfelt (in: Merkl e Weinberg, 1993) em relação à Alemanha.

Em resumo, a ideia de ondas supõe o aparecimento simultâneo e o crescimento sustentado da direita radical numa série de países diferentes. Essa não é uma característica presente nas duas primeiras ondas de Beyme, mas sem dúvida é uma que distingue marcadamente estas da terceira e atual onda.

Segundo Betz (in: Betz e Immerfall, 1998: 1), a atual onda de extremismo de direita se distingue das anteriores em três aspectos:

first, the extent to which various right-wing parties and movements have successfully established themselves within roughly the same

time span in a substantial number of Western democracies; second, the extent to which they have managed to influence the political discourse on a range of significant sociocultural e sociopolitical issues; and third, the extent to which they have succeeded in gaining significant political offices and positions.

Embora não esteja errada, essa parece ser uma distinção que leva em conta apenas diferenças em termos de sucesso eleitoral. Mas a especificidade da atual onda de extremismo de direita vai muito além do crescimento eleitoral desses partidos e de sua capacidade de influenciar, intervir e participar do processo político. Ela representa acima de tudo “uma genuína renovação da direita radical” entendida em um sentido histórico (Minkenberg in: Melzer e Serafin, 2013: 17). Ou seja, é a própria extrema direita que se transformou nas últimas três décadas, sendo que seu sucesso eleitoral atual decorre, em boa medida, precisamente dessa transformação qualitativa. Enquanto a principal característica da primeira onda de extremismo pós-Segunda Guerra era a continuidade com a direita radical fascista do entreguerras, o que caracteriza a onda atual é, ao contrário, a ruptura definitiva com ela.

Pensando nisso, os estudiosos do novo fenômeno procuraram adequar suas terminologias de modo a refletir essa ruptura com outras formas de extremismo de direita pré-1980. A distinção de Ignazi (1992, 2003) entre dois tipos de extrema direita, uma associada à fase pré-1980 e a outra à fase pós-1980, tornou-se particularmente influente. Em oposição à *velha extrema direita* ou *tradicional*, ele ressalta a especificidade da *nova extrema direita* ou *pós-industrial*. Como essa terminologia deixa entrever, o problema da periodização histórica não é só uma questão de datação, mas envolve pressupostos teóricos – os quais serão discutidos no segundo e terceiro capítulos. Por ora basta compreender que a chamada terceira onda de extremismo de direita constitui um fenômeno qualitativamente novo e, por isso, deve ser analiticamente distinguida de outras formas de extremismo de direita pré-1980. Essa é, com efeito, a tese dominante neste campo de pesquisa – daí a separação entre ele e o campo de estudos sobre o fascismo e o nazismo. Nesse sentido, ao invés de dividir a evolução da extrema direita durante a segunda metade do século XX em três fases, de maneira semelhante à Ignazi vou incorporar à análise apenas um marco histórico central: a extrema direita pré-1980 e a extrema direita pós-1980.

Essa separação é mais analítica do que cronológica. Ela pode justapor-se ao momento de fundação dos partidos – isto é, partidos antigos da extrema direita formando-se na fase pré-1980 e partidos novos formando-se na fase pós-1980 –, mas não necessariamente. Frequentemente, aliás, a data de fundação dos partidos não coincide analiticamente com a fase histórica à qual eles pertencem. No caso dos partidos analisados neste capítulo, três entre os mais bem-sucedidos partidos da nova direita radical foram fundados na década de 1970 (FN, LN e VB), enquanto um remonta à década de 1950 (FPÖ) e outro à década de 1940 (MSI). Uma nova geração de partidos, de fato, formou-se entre as décadas de 1980 e 1990 (e.g. LN, REP), mas a maioria dos velhos partidos de direita radical teve igualmente que se reinventar a partir desse marco (Williams, 2006: 54). Os que não foram capazes de fazê-lo ou desapareceram ou tornaram-se irrelevantes. Isso significa que, se por um lado, esses partidos têm origens muito distintas no tempo, ocasionadas por diferentes oportunidades e em diferentes contextos, por outro lado todos eles tiveram que lidar com o novo contexto histórico e os novos processos sociais, políticos e econômicos em curso a partir dos anos 1980.

1.3. A renovação dos partidos da direita radical após 1980: quem são e onde e como surgiram?

Quando se analisa a evolução dos principais partidos da nova direita radical a importância da década de 1980 para a história da extrema direita como um todo fica evidente. Fossem eles de origem antiga ou recente, foi a partir desse marco que essa nova família começou a despontar eleitoralmente nos principais países da Europa Ocidental, chamando a atenção da mídia e da opinião pública, exigindo um posicionamento dos partidos tradicionais e passando a integrar a agenda de pesquisa da comunidade acadêmica. O passo seguinte é descrever como esse processo se deu empiricamente, os principais acontecimentos e partidos envolvidos. Como os partidos políticos são organizações nacionais, agindo dentro de um determinado marco institucional e respondendo a pressões internas específicas, vou tomar os países como unidades de análise.

Ser-me-ia impossível, no entanto, dentro dos limites de um estudo introdutório, explorar em profundidade todos ou mesmo a maioria dos países europeus onde a direita radical vingou e não vingou, de modo que foi preciso selecionar alguns casos que considero chaves para explicar o processo de desenvolvimento desses partidos. Assim,

três dos cinco países que foram aqui analisados – Itália, França e Áustria – dizem respeito aos casos onde encontramos partidos de direita radical (muito) bem-sucedidos. Não obstante, eles divergem em uma série de aspectos, o que nos permite observar a complexidade dos fatores que influenciam a trajetória desses partidos e os diferentes resultados a que chegam, bem como as diferentes características que eles assumem. Além desses três exemplos de sucesso, incorporei também o caso contrário da Alemanha a fim de oferecer ao leitor ao menos um contraponto para comparação. Optei pela Alemanha porque, além de ser um dos países mais estudados onde a direita radical fracassou, ele figura como um caso intrigante de porquê isso teria acontecido. Dadas as condições supostamente favoráveis para o sucesso da direita radical no país, seu fracasso constitui um enigma para os estudiosos do campo. Por fim, achei interessante discutir ainda o caso da Bélgica, onde a direita radical apresenta resultados mistos em termos tanto de sucesso quanto de fracasso eleitoral. Ainda assim, muitos países ficaram de fora, especialmente aqueles em que a direita radical tem sido até o momento fracassada (como Inglaterra, Espanha e Portugal), mas também outros nos quais ela foi tão bem sucedida quanto os casos que tomamos aqui para análise (a exemplo da Dinamarca e da Suíça).

Outro problema decorrente dos limites deste estudo é que ao cobrir tão grande intervalo de tempo (1945-2015) em relação a cada unidade de análise isolada estou abrindo mão dos detalhes. Embora o foco desta pesquisa recaia sobre a *nova* direita radical, é preciso retroagir a análise aos primeiros anos do pós-guerra para compreender as origens desses partidos e as mudanças no contexto político e social em que eles estão inseridos.⁵ Como afirma Luther (2000: 427) a respeito do FPÖ, embora o interesse maior no partido resida em sua fase de “protesto populista” (1986-2000), esse período não pode ser adequadamente entendido sem a apreciação de suas origens e desenvolvimento. Em tais circunstâncias, a descrição e análise dos fatos quedaram de certa forma superficiais. Contudo, essa abordagem ampla justifica-se em alguma medida pela virtual inexistência dessa discussão entre os cientistas políticos e sociais brasileiros e pelo caráter introdutório e revisório desta pesquisa.

⁵ “while radical right parties, like fascist movements, are the product of a distinct historical epoch, their success and failure cannot be understood in isolation from the movements that preceded then.” (Art, 2011: 231).

Por fim, organizei a ordem de exposição dos casos de modo a tentar refletir a evolução lógica e cronológica da direita radical. Como a descrição desses casos está limitada pelas razões aludidas, procurei centrar o foco da análise em dois aspectos: as características dos partidos e os fatores envolvidos em sua ruptura eleitoral e subsequente crescimento. Assim, as perguntas que orientam esse pequeno estudo de caso são: 1) quais são as características típicas dos novos partidos de direita radical e em que medida elas se afastam da antiga tradição da extrema direita?; 2) que aberturas na estrutura de oportunidades políticas e sociais ajudam a entender o avanço eleitoral da direita radical e como esses partidos aproveitaram-se de tais mudanças? Alguns dos principais problemas teóricos que esses processos suscitam são levantados no decorrer da exposição – os quais servirão de exemplos para a discussão analítica desses problemas nos capítulos subsequentes. Assim, essas perguntas só poderão ser adequadamente respondidas no final desta dissertação, após os capítulos que tratam a respeito dos problemas de definição e explicação.

1.3.1. Itália: do neofascismo ao pós-fascismo

Por razões históricas óbvias, a extrema direita na Itália e na Alemanha pós-guerra nutriu vínculos ideológicos e organizacionais profundos com os movimentos fascistas de Hitler e Mussolini, apresentando-se como sua herdeira e colocando-se assim numa relação de continuidade com eles. Embora os expurgos tenham assumido um caráter tão agudo quanto na Alemanha (especialmente no norte do país), na Itália a relação com a memória do fascismo se construiu de forma diferente.

O país logo adquiriu o status de “vencedor honorário” pelas potências vitoriosas, de modo que os aliados deixaram de interferir em seus assuntos internos (Beyme, 1988: 8; Milesi *et al* in: Klandermans e Mayer, 2005: 67). Além disso, o fascismo passou a ser visto como um “mal menor” comparado ao nazismo por causa das diferenças entre ambos os regimes e o alegado caráter menos totalitário do primeiro em relação ao segundo (Zariski in: Hancock *et al*, 2003: 256). Nesse sentido, embora a memória do fascismo e da guerra respondesse pela majoritária disseminação de atitudes antifascistas, formalmente as medidas de “desfascistização” acabaram sendo insuficientes (Klandermans e Mayer, 2005: 16) e certo potencial relativo para a mobilização da direita radical permanecia latente entre alguns setores da sociedade italiana.

Assim, embora a Primeira República Italiana tenha sido fundada com base em princípios antifascistas e as novas elites políticas no poder houvessem sido ligadas à luta de resistência, o clima de conciliação e a anistia dada em 1946 permitiram que os grupos anteriormente ligados ao regime fascista, conquanto estigmatizados, se reorganizassem rapidamente em um novo partido, o Movimento Social Italiano (MSI). Este partido foi o representante “oficial”⁶ da extrema direita italiana até a década de 1990, quando um concorrente completamente novo e estranho ao paradigma fascista, a Liga Norte (LN), despontou (Ignazi, 2003: 35).

Embora o MSI fosse, desde sua fundação em 1946 por jovens veteranos da República Social Italiana (1943-1945) (Caciagli in: Beyme, 1988: 23), um partido declaradamente herdeiro e nostálgico do fascismo, seja em termos ideológicos ou de lideranças e quadros (Ignazi, 2003: 36), o MSI foi durante muitas décadas o partido da extrema direita mais forte e bem-sucedido entre as democracias ocidentais contemporâneas (Sidoti in: Hainsworth, 1994: 157). Com efeito, ele é o único exemplo na Europa de um partido neofascista que esteve constantemente presente nas instituições políticas após a II Guerra Mundial, especialmente locais mas também nacionais (Chiarini in: Melzer e Serafin, 2013: 103). Na tipologia de Ignazi (2003), o MSI encarnou o exemplar prototípico da velha extrema direita e, por causa de seu relativo sucesso, até a entrada em cena da Frente Nacional (FN) na década de 1980 o MSI figurou como modelo no qual outros partidos semelhantes se inspiravam. Entretanto, seu sucesso eleitoral foi relativamente pequeno comparado à nova geração de partidos da direita radical que surgiu após a década de 1980 – e à própria versão reformulada do MSI na década de 1990.

O MSI participou de todas as eleições chamadas no novo período republicano da história italiana, sendo que, à exceção do fracasso inicial de 1948 (quando o partido obteve apenas 2% dos votos) e do avanço pontual em 1972 (quando atingiu 8,7%), até a década de 1990 sua representação eleitoral variou em torno de 4 a 6% dos votos nacionais (ver gráfico 1.2). Mesmo com essa baixa participação eleitoral, em razão do sistema proporcional vigente até a reforma eleitoral na década de

⁶ De um ponto de vista mais amplo, Ignazi (In: Merkl e Weinberg, 1993: 75) distingue três componentes diferentes da direita radical italiana pós-1945: 1) um partido “oficial” neofascista, o MSI; 2) os grupos radicais de direita, revolucionários e violentos; e 3) o movimento cultural *Nouvelle Droite* (Nova Direita). Sobre isso ver também Sidoti in: Hainsworth (1994).

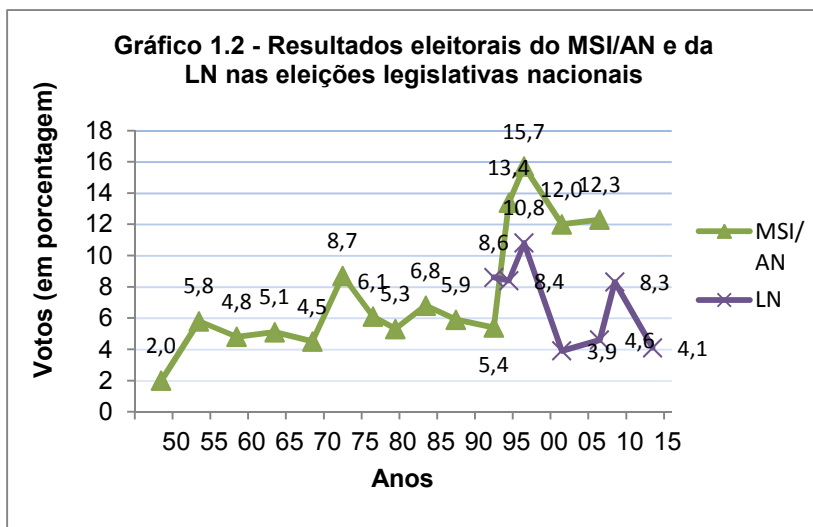
1990 (Fabbrini, 2009) o MSI esteve todo esse tempo representado no Parlamento. Isso permitiu-lhe mais do que simplesmente sobreviver (Chiarini in: Cheles *et al*, 1995: 23).

A regra proporcional, somada ao aparente êxito da estratégia de adaptação ao novo sistema político e partidário italiano – a chamada estratégia de *inserimento* –, deu ao MSI influência e poder de barganha suficientes para sustentar três governos minoritários dos democratas cristãos mediante votos de confiança – em 1957, 1959 e 1960 (Ignazi, 2003: 38). Na última ocasião, pela primeira vez no regime democrático do pós-guerra, um governo manteve-se no poder exclusivamente mediante o voto de confiança dado por um partido neofascista. O MSI viu-se, assim, na iminência de ser aceito como um parceiro legítimo da direita moderada (Ignazi in: Merkl e Weinber, 1993: 80). Entretanto, uma dura reação da esquerda e de setores antifascistas nas ruas derrubou o governo Tromboni e impediu que o partido avançasse para além desse ponto, empurrando novamente o MSI para o canto do sistema político. Ao fim da década de 1960 o MSI estava à beira do fim, e a estratégia de *inserimento* não apenas tinha fracassado como levado ao recrudescimento do conflito interno entre moderados e radicais.

Entre as décadas de 1960 e 1980 a Itália viveu um período turbulento marcado por terrorismo e violentos conflitos entre extremistas de esquerda e de direita que ficou conhecido como *Anos de Chumbo*. Alinhavando uma estratégia de atenuação de sua herança fascista, aceitação do valor da democracia e oposição à “ameaça comunista”, o MSI procurou assumir controle sobre os grupos extremistas, legitimar-se aos olhos do eleitorado em geral e capitalizar com a polarização política. Contudo, após a resposta positiva que essa estratégia recebeu na eleição de 1972, o MSI voltou à sua situação anterior de isolamento e estagnação, na qual permaneceria até que, na década de 1990, mudanças profundas no contexto político e social abrissem novas oportunidades políticas ao partido.

De fato, na eleição legislativa de 1994 a participação eleitoral do MSI pulou de uma média histórica de cinco por cento para a casa dos dez por cento dos votos. Coligado com dois novos partidos populistas influentes, a Força Itália (FI) de Berlusconi (mais moderado) e a LN, o MSI finalmente saiu do isolamento e ingressou no governo nacional após obter 13,4% dos votos. Na eleição seguinte, em 1996, o MSI viu sua votação recorde, quando, já refundado e renomeado como Aliança Nacional (AN), o partido abocanhou 15,7% do eleitorado. Daí em diante manteve sua participação eleitoral acima dos dez por cento e tomou parte em todos os governos de centro-direita até ser eventualmente

absorvido, em 2009, por seu parceiro mais poderoso, a FI, dando origem a um novo partido, o O Povo da Liberdade (PdL).



Fonte: Ignazi (2003), *European Election Database*. Elaboração: do autor

A trajetória do MSI suscita uma série de questões. Como o MSI conseguiu romper o ostracismo e o isolamento a que foi condenado dentro do sistema partidário italiano? O que explica sua ruptura eleitoral na década de 1990? No que o partido se transformou em relação ao seu perfil neofascista inicial? Como ele conseguiu lidar com o problema de legitimidade que a atuação de um partido antidemocrático no interior de um regime democrático invariavelmente levanta? E como superou as tensões internas derivadas desse problema? Essas perguntas são mais genéricas do que à primeira vista seria possível supor. Elas também podem ser feitas em relação a outros partidos da direita radical e decorrem dos dois problemas definidos no escopo deste capítulo – isto é, a caracterização do partido e a explicação para sua ruptura eleitoral. Por exemplo, subjacente à tortuosa trajetória do MSI está o problema genérico das tensões e contradições inerentes à atuação de qualquer partido antidemocrático ou antissistema no quadro de instituições políticas democráticas. Esse problema geralmente se relaciona com a questão da caracterização do partido – já que o resultado de disputadas internas molda o modo como um partido se apresenta – e isso pode ser observado claramente no caso do MSI.

Um partido antissistema frequentemente acomoda facções radicais e moderadas e as disputas entre elas pela definição da linha política no sentido da adaptação ou oposição ao sistema político frequentemente leva a disputadas ou rachas dramáticos. Além disso, esses partidos podem servir de cobertura para a atuação de grupos e militantes mais extremistas, embora as lideranças tendam a distanciar-se de qualquer ação violenta que eventualmente venha de seus membros menos conformistas. No entanto, a busca pela legitimidade demanda atenuação da postura belicosa e algum grau de acordo com os partidos de centro, justamente um dos principais alvos contra os quais se dirige seu virulento discurso populista e anti-establishment. Isso é ainda mais verdadeiro no caso dos arranjos institucionais que incentivam a coligação entre partidos.

Por outro lado, a necessidade de expandir sua base eleitoral ao mesmo tempo em que mantém fiéis seus eleitores tradicionais frequentemente se expressa na contradição entre discurso e prática, ou seja, na ambiguidade com que um partido de direita radical se coloca verbalmente contra as instituições políticas ao mesmo tempo em que aceita jogar dentro de suas regras (Dézé in: Eatwell e Mudde, 2004). Embora suas referências simbólicas e ideológicas fossem declaradamente fascistas, desde o início o MSI não adotou uma organização de estilo miliciano e abandonou qualquer pretensão revolucionária. Dividindo-se entre a necessidade de reafirmação da sua identidade e a busca pragmática por resultados – divisão que se expressou na tática de *doppio binário* (de duas frentes) defendida pelo líder Giorgio Almirante (Chiori in: Beyme, 1988: 32) –, a estratégia dominante a longo prazo foi a da acomodação às instituições democráticas e da busca pela legitimidade aos olhos do eleitorado e dos demais atores do sistema político (Ignazi, 1993: 79).

Além do fato de que uma estratégia como essa implica custos, o equilíbrio entre essas duas tendências opostas não é estático, mas depende da conjuntura e da relação de forças presente no momento. Assim, no caso do MSI a estratégia de *inserimento* não seguiu uma evolução linear e nem sempre resultou em crescimento eleitoral ou foi tida como inquestionável dentro do partido. Por exemplo, após a bem-sucedida aproximação ao longo dos anos 1950 com os partidos de centro e de direita, em especial com o partido dominante durante a Primeira República Italiana (1948-1992), a Democrazia Cristã (DC), o subsequente fracasso e consequente isolamento no início da década seguinte teve como resultado a intensificação do facciosismo interno, o fortalecimento da ala mais radical e a proliferação de grupos extremistas

batendo-se com violência em conflitos e atentados nas ruas (Caciagli in: Beyme, 1988: 23-24). Foi no começo dos anos 1980 que a balança começou a pender novamente no sentido da acomodação às instituições democráticas (Chiarini in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 143). No final prevaleceu a vertente moderada, cujo ápice foi a dissolução do MSI em 1995 e a subsequente fundação de um novo partido naquele mesmo ano, a Aliança Nacional (AN).

Embora Ignazi (2003: 45) defenda que tal mudança significou pouco mais do que uma mudança de nome – o novo partido, de fato, absorveu a maior parte dos membros, símbolos e recursos do MSI (Milesi *et al* in: Klandermans e Mayer, 2005, p.70) –, não obstante a verdade é que o antigo MSI transformara-se substancialmente desde a sua fundação como um partido neofascista na década de 1940, levantando dúvidas sobre se a AN poderia continuar sendo ainda classificada como direita radical. O próprio Ignazi (2003) afirma que a AN não apenas se afastou da tradição neofascista de seu predecessor, como também da direita radical *tout court*, a tal ponto que esta família passaria a ser representada na Itália apenas pelo Movimento Social–Chama Tricolor (MS-FT) – dissidência minoritária do antigo MSI constituída por membros radicais liderados por Pino Rauti em desacordo com a dissolução do partido em 1994 e indispostos a migrar para a moderada AN. O MS-FT, no entanto, nem de longe seria recompensado com o mesmo sucesso da AN. Assim, a despeito do duradouro legado de suas origens fascistas em termos simbólicos e culturais (Chiarini in: Melzer e Serafin, 2013, p.104), a longa marcha de legitimação e adaptação à democracia italiana fez do antigo partido neofascista um novo partido “pós-fascista”. Essa estratégia viu-se finalmente recompensada com a participação da AN nos quatro governos de centro-direita liderados pelo FI de Berlusconi que tomaram posse até 2011.

Portanto, a reinvenção do partido em termos ideológicos e estratégicos constitui um dos fatores que explicam sua ruptura eleitoral. Além desse fator agencial, fatores estruturais também concorreram para que isso acontecesse. Em 1994, uma série de eventos nacionais e internacionais abriu uma importante janela de oportunidades que, somada à atuação do próprio partido discutida acima, permitiu que o MSI – juntamente com a LN – se tornasse o primeiro partido da extrema direita em geral a compor um governo nacional desde a II Guerra Mundial (Kandermans e Mayer, 2006: 18).

De um lado, graças à pacificação dos violentos conflitos políticos entre grupos terroristas de esquerda e de direita durante os Anos de

Chumbo e, de outro, à “historicização” do fascismo no campo acadêmico, desde a década de 1980 o MSI perdeu boa parte do estigma que pesara sobre ele desde à sua fundação. No começo da década seguinte, outros dois eventos importantes resultaram na completa reorganização do sistema partidário italiano. De um lado, o ocaso da União Soviética levou à refundação do Partido Comunista Italiano (PCI), o segundo maior partido do país e o partido comunista mais poderoso do Ocidente. De outro, a descoberta de uma vasta rede de corrupção entranhada no cerne da democracia consociativa italiana (caracterizada pela partilha do poder político e dos cargos públicos entre as diversas forças político-partidárias), na qual todos os partidos governistas estavam implicados, levou à dissolução dos outros dois principais partidos italianos, a DC e o Partido Socialista Italiano (PSI). Esses eventos dramáticos marcaram a transformação de todo o sistema político sobre o qual se apoiava a Primeira República e inauguraram a Segunda República italiana.

A reorganização do sistema político e partidário, o fim da estabilidade eleitoral e das preferências partidárias (penalizando especialmente o centro do espectro político em torno do qual a política italiana havia até então girado), e a mudança para uma democracia competitiva permitiram que novos atores surgissem e ocupassem o espaço deixado pelos antigos partidos dominantes (Morlino, 1996; Pasquino in: Colomer, 2008). O mais importante desses desafiantes era o FI de Berlusconi, formado a poucos meses da eleição de 1994 no calor dos acontecimentos que puseram fim à Primeira República. O bom desempenho nas eleições municipais de 1993 aumentou o potencial de coalizão do MSI, que pôde então ser utilizado pelo FI.

Em suma, o não envolvimento no escândalo de corrupção que derrubou os principais partidos nacionais, sua oposição de décadas à “partidocracia” dominante ao longo de todo o período pós-guerra e a aliança com um novo partido de centro-direita deu ao MSI/AN a legitimidade necessária para aumentar sua participação eleitoral e assumir parte do poder governamental. Embora o primeiro governo Berlusconi, eleito em 1994, tenha durado apenas alguns meses, a coalização voltaria novamente a obter maioria no Parlamento entre 2001-2005, 2005-2006 e 2008-2011.

Não se pode encerrar essa breve análise da direita radical na Itália sem falar um pouco sobre o caso da LN. Não está claro se este partido deve ou não ser considerado pertencente a essa família (Chiarini in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 155). Enquanto Ignazi (2003: 35) não acredita que a LN deva ser classificada entre a direita radical, Betz

(in: Betz e Immerfall, 1998: 45) vê nele “um dos mais radicais partidos populistas contemporâneos na Europa ocidental”. Entre essas duas opiniões opostas, contudo, de modo geral os estudiosos tendem a se colocarem numa posição intermediária. Não excluem-no da direita radical, mas reservam a ele alguma subcategoria específica dentro dessa família. Para Mudde (2007: 56), por exemplo, a LN representa um caso limítrofe, que, embora não possa ser tomado como um exemplo típico de partido da direita radical, mantém com essa categoria muitas similitudes para ser dela excluído.

A LN surgiu em uma das regiões mais ricas do norte da Itália em fins da década de 1980 como coroação de um crescente movimento regionalista pela autonomia fiscal e administrativa da região norte – o que demonstra, aliás, a continuidade da relevância da clivagem territorial entre norte e sul para a vida política da Itália contemporânea (Zariski in: Hancock *et al*, 2003). Além da afirmação e preservação de uma suposta identidade nortenha (Ruzza in: Rydgren, 2005: 69), sua principal bandeira era o federalismo (eventualmente radicalizando-a até o ponto de se tornar abertamente separatista) contra a centralização de um Estado percebido como perdulário e injusto, que, no imaginário do LN, expropriaria a riqueza produzida pelo norte para redistribuí-la no atrasado sul em troca de sustentação política (Betz in: Betz e Immerfall, 1998: 48). Esse discurso facilmente encontrou eco numa das opiniões públicas mais descrentes e insatisfeitas com suas instituições políticas entre as democracias ocidentais – numa razão que chega a ser o dobro da média (Tarchi in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 86) –, e foi amplificado pelo trauma que deu origem à Segunda República. Mas, em especial, ele tocou profundos sentimentos de ressentimento entre a população nortenha em relação ao resto do país e à centralização de Roma (Betz in: Betz e Immerfall, 1998: 48), e reabriu uma clivagem centro-periferia que, desde a constituição do Estado-nação italiano na segunda metade do século XIX, nunca havia sido completamente fechada (Pasquino in: Colomer, 2008: 136; Tarchi in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 87).

No contexto da onda populista que arrebatou a Itália a partir dos anos 1990, do qual o triunfo de Berlusconi e seu FI é testemunho (Tarchi in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 84), o sucesso da LN foi imediato. Isso, por suposto, especialmente no norte, onde, a despeito de seu enfraquecimento eleitoral a partir dos anos 2000, ainda hoje o partido mantém uma sólida e ampla base eleitoral (por exemplo, Lombardia e Veneto). Vale notar que a localização de sua base eleitoral

no norte foge a uma característica importante da direita radical italiana, que sempre foi mais forte e mais bem organizada no sul.

Embora tenha sido bem-sucedido em influenciar a agenda política com suas principais pautas (reforma do Estado, federalismo, neoliberalismo), a LN pouco se beneficiou disso por causa de seu caráter etnoregionalista, e porque suas propostas foram apropriadas por concorrentes mais moderados e tidos como mais lúdicos, notadamente a Força Itália de Berlusconi. Além disso, com o fim acri e súbito da primeira e breve união entre esses dois partidos populistas no governo de 1994, a LN voltou ao isolamento. Assim, após uma fase de radicalização na segunda metade da década de 1990 (Ruzza in: Rydgren, 2005: 75), quando o partido tornou-se abertamente separatista, a despeito de sua oposição verbal a LN se viu cada vez mais na premência de moderar seu discurso e adequar suas práticas às instituições democráticas, especialmente à medida que assumia mais responsabilidades governamentais junto ao segundo e terceiro governos Berlusconi (2001 a 2006). Após um promissor começo nos anos 1990, a LN perdeu fôlego na virada do milênio e atualmente é um partido bem menor em termos nacionais.

1.3.2. França: o berço da nova direita radical

Se o MSI constituiu-se como modelo da velha extrema direita, a Frente Nacional (FN) na França representa o modelo da nova direita radical (Ignazi e Ysmal, 1992; Kitschelt, 1995). Além da ruptura com a tradição fascista, um tema em especial encontra-se no cerne da transição de um modelo ao outro: a imigração. O MSI nunca explorou de forma assídua o tema da imigração (Chiarini in: Cheles *et al*, 1995: 35-36), nem chegou a tocar a fundo no sentimento xenofóbico disseminado pela população no contexto da crescente transformação dos países europeus em sociedades multiculturais, como fizeram outros partidos de sucesso, incluindo seu contrerrâneo e adversário a LN. Na verdade, o MSI constitui um dos poucos casos entre os partidos atualmente bem-sucedidos de direita radical que não tomou a imigração como pauta central. Além da herança fascista, portanto, a falta de interesse no tema é outra característica que permite situá-lo entre o grupo da direita radical pré-1980.

A imigração figura no centro do discurso da direita radical pós-1980, e sua importância é da mesma ordem do meio ambiente para os Verdes. Voltarei a essa questão mais vezes ao longo dessa dissertação. Aqui importa notar somente que a centralidade da imigração não pode

ser superestimada, ao ponto de alguns autores definirem essa nova família de partidos como *single-issue parties* (partidos de assunto ou nicho único) ou, também, *anti-immigrants parties*. Esse ponto transparece emblematicamente no caso da Frente Nacional (FN) francesa.

A direita radical possui uma longa e rica tradição na França, constituída por um complexo mosaico de organizações e ideologias diferentes (Bell, 1994: 225; Hainsworth, 1994: 30). Com efeito, na linha do historiador Zeev Sternhell, Ignazi (2003: 83) pode dizer que foi aí que a ideologia fascista emergiu pela primeira vez enquanto “um articulado corpo de pensamento” através dos escritos de intelectuais como Maurice Barrès e de movimentos nacional-populistas como o boulangismo na década de 1880, a Ação Francesa nascida na virada do século, e o Partido Nacional Socialista, fundado em 1903 (Payne in: Laqueur, 1979). Entre as décadas de 1920 e 1940 a França viu surgir mais pequenos movimentos semi ou protofascistas (as chamadas Ligas) do que qualquer outro país, os quais todavia falharam em assumir as mesmas proporções de seus congêneres na Itália e na Alemanha.

Assim, não se pode esquecer que, em termos históricos, a França e a Itália viveram experiências muito distintas na primeira metade do século XX. Essas diferentes experiências históricas explicam em boa medida as diferentes origens do MSI e da FN e sua classificação em tipos distintos da direita radical existente atualmente. Ou seja, suas diferentes origens resultaram em diferentes perfis ideológicos.

The MSI believes that it represents a defeated but glorious tradition, and aims at a new civilization and a new order: corporativism, authoritarian statecraft and different institutional settings must allow to encompass both capitalism and socialism. Nothing similar motivates the FN. Le Pen's party is more concerned with the present day political issues rather than with a glorious fascist past, which it repudiates even in its French version (Leagues of the 1930's, the Vichy regime). It has no aspiration to change the political regime and, thanks to Le Pen's legalist attitudes, has rejected close bonds with violent or terroristic groups. (Ignazi e Ysmal, 1992: 110)

Mas tal como na Alemanha e na Itália, após a II Guerra Mundial os franceses também tiveram que lidar com a sua própria herança fascista, legada por uma série de grupos colaboracionistas atuantes durante o governo de Vichy (1940-1944) na França ocupada pelos nazistas. Com a libertação do país, os antigos fascistas foram suprimidos e, até a ascensão dos socialistas ao poder em 1981, a extrema direita

como um todo permaneceria fragmentada e marginalizada, incapaz de apresentar-se como uma terceira força frente aos quatro grandes partidos que hegemonizaram a política francesa ao longo da Quarta e Quinta Repúblicas⁷. A única e notável exceção aconteceu no breve período entre 1956 e 1958, quando o movimento poujadista obteve 11,6% dos votos e cinquenta cadeiras na Assembleia Nacional, chacoalhando as bases da já instável Quarta República (Rydgren in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 167).

Com um discurso antiparlamentar e populista, o partido poujadista conseguiu capitalizar em cima do descontentamento geral dos franceses com a incapacidade do sistema político da Quarta República de prover um governo estável e eficaz (Knapp e Wright, 2006: 49-51; Mény in: Colomer, 2008: 95-6; Safran in: Hancock, 2003: 94-95) – com efeito, o tempo médio de vida de um governo na Quarta República não chegava a sete meses.

Além disso, as tensões étnicas e territoriais geradas no processo de descolonização e, particularmente, a guerra na Argélia fomentaram a atuação de várias organizações terroristas de extrema direita, como a notavelmente violenta Organização Exército Secreto (OAS). Posteriormente, já no contexto político estabilizado da Quinta República, a campanha presidencial de Tixier-Vignancour em 1965 – ex-ministro de Vichy e advogado de defesa dos líderes condenados da OAS (Hainsworth, 1994: 33) – representou outra tentativa significativa de avanço no campo da direita radical. Mas seus 5,3% de votos ficaram aquém das expectativas. Logo depois, Tixier-Vignancour fundou a Aliança Republicana pela Liberdade e Progresso, partido que serviria de escola para vários futuros líderes da FN, mas que por causa de seu moderantismo acabou sendo muito criticado por grupos mais radicais como o Ocidente (*Occident*). Passar-se-iam quase outras duas décadas de ostracismo até que a FN, em boa medida herdeira dessas experiências, irrompesse meteoricamente entre 1983 e 1986.

Inspirado pelo sucesso do MSI na eleição parlamentar de 1972, a FN foi formada no mesmo ano a partir da junção de diversos grupos de extrema direita, entre os quais o mais importante era o movimento nacional-revolucionário Nova Ordem (ON), fundado em 1969 em reação aos eventos de Maio de 1968. No entanto, disputas internas com a ala populista e mais moderada de Le Pen levaram o movimento ao

⁷ Esses partidos dividiam-se em dois grandes blocos de centro-esquerda e centro-direita: de um lado, comunistas e socialistas, de outro, gaullistas e giscardistas.

rompimento com a FN já em 1973. Eventualmente a Nova Ordem acabou proscrita pelo Ministério do Interior logo depois (Betz, 1994: 13-15).

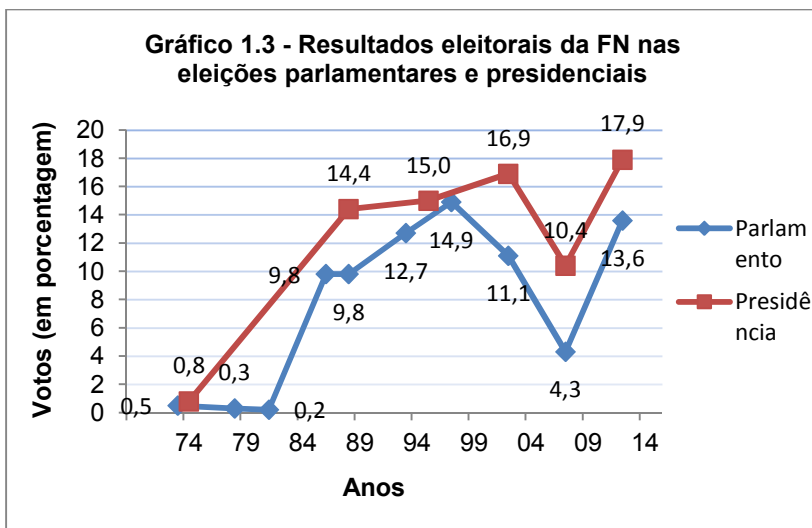
Formado como uma frente heterogênea que deveria aglutinar as mais diversas tendências da direita radical francesa – nacional-revolucionários, tradicionalistas católicos, integralistas, solidaristas, etc. –, a FN foi capaz de se manter unida em grande medida pela liderança e autoridade de Jean-Marie Le Pen (Camus in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 83). Antigo deputado pelo partido poujadista e membro da campanha presidencial de Tixier-Vignancour, o talentoso Jean-Marie foi desde a fundação da FN até 2011 seu líder incontestado – a despeito de escaramuças com outra figura notória, Bruno Mégret, segundo no comando antes de romper com Le Pen e fundar, em 1999, o Movimento Nacional Republicano (MNR). Eventualmente, como parte da estratégia de rejuvenescimento do partido, Le Pen foi substituído por sua filha, Marine, em 2011. A centralidade de Le Pen na trajetória da FN sublinha o papel de uma liderança forte e magnética capaz de sobrepujar disputas internas e manter o partido unido como fator importante para o sucesso da direita radical.

Entre 1972 e 1983, a FN passou praticamente despercebida, um completo fracasso em termos eleitorais. A primeira vitória importante veio na cidade de Dreux, em 1983, através de uma coalizão com os dois principais partidos de centro-direita da França (o Reagrupamento pela República e o União pela Democracia Francesa). Isso trouxe ao FN ampla cobertura midiática e aumentou a visibilidade de Le Pen a nível nacional. A seguir, ajudado pela visibilidade que recebera e pelas características do sistema eleitoral do Parlamento Europeu (sistema proporcional e “status” secundário), a FN obteve impressionantes 11% dos votos na eleição europeia de 1984. Esse sucesso, por sua vez, trouxe fundos e apoiadores ao partido, permitindo-lhe expandir sua estrutura partidária a nível local por toda a França e aumentar seu quadro de filiados e militantes. Isso colocou o partido numa posição favorável para competir na eleição legislativa de 1986, cujo resultado (9,8% dos votos) confirmou novamente o crescimento da FN (ver gráfico 1.3). Nesse ponto a FN acabou sendo inadvertidamente auxiliada pelo governo socialista de Mitterrand, que, numa tentativa de dividir a já dividida oposição de direita, alterou as regras eleitorais – do usual sistema majoritário de dois turnos para o sistema proporcional –, permitindo que a FN entrasse na Assembleia Nacional pela primeira vez. A atuação do partido no parlamento, frequentemente alinhada com a direita moderada

contra o campo da esquerda, e a disposição de seus deputados em jogar o jogo democrático reforçou a legitimidade da FN aos olhos do eleitorado.

A tendência de crescimento chegou ao auge na eleição presidencial de 1988. Na ocasião, Le Pen obteve 14,4% dos votos e terminou em quarto lugar no páreo, à frente do outrora poderoso Partido Comunista Francês. Apesar de seu isolamento em relação aos demais partidos franceses, inclusive a direita moderada, que evitavam qualquer entendimento com a FN (desde 1988, a chamada política de “cordão sanitário” foi imposta pelos partidos dominantes); e de sua rejeição pela maior parte da opinião pública do país (em 1997, 75% dos franceses consideravam o partido uma ameaça à democracia), ao longo da década de 1990 o crescimento da FN se estabilizou em torno dos 15% dos votos nacionais. Eventualmente atingiu quase 16,9% na eleição presidencial de 2002, o que deu a Le Pen a possibilidade de disputar o segundo turno com o gaullista Jacques Chirac, uma vitória inédita da direita radical na França e um marco para outros partidos semelhantes da Europa.

Entretanto, ao longo dos anos 2000 a FN declinaria para níveis pré-1988, em parte por causa de suas próprias dificuldades estratégicas, em parte pela concorrência de um novo partido conservador, a União por um Movimento Popular (UMP), também politizando temas como lei e ordem e controle migratório. A FN voltaria a crescer novamente a partir da década seguinte, como resultado da estratégia de “desdemonização” do partido encabeçada por Marine Le Pen, recentemente atingindo níveis ainda maiores que os da década de 1990. Em 2012 Jean-Marie Le Pen obteve sua melhor votação como candidato presidencial (17,9% dos votos), e na eleição para o parlamento europeu de 2014, o partido alcançou o mais alto resultado da sua história. Com 24,9% dos votos, atualmente é o partido com mais representantes na bancada francesa.



Fonte: Ignazi (2003), *European Election Database*. Elaboração: do autor

Em resumo, em relação à sua ruptura eleitoral, a FN conseguiu com êxito tirar vantagem das oportunidades abertas no período entre 1981 e 1984. Numa descrição sumária, entre essas oportunidades estavam: a vitória dos socialistas e a alternância do poder, pela primeira vez desde 1958, para um governo de esquerda; a politização da imigração e a elevação do desemprego; a insatisfação e alienação do eleitorado em relação aos partidos dominantes (Knapp e Wright, 2006: 256-7; Ignazi, 2003: 94-6).

O que, no entanto, era inicialmente um voto de protesto contra os partidos dominantes, após 1986 crescentemente transformou-se em identificação partidária. Nas eleições subsequentes a FN exibiu o mais alto grau de consistência eleitoral entre os partidos franceses – entre 1993-1997, 91% de seus eleitores permaneceram fieis ao partido (Schain e Minkenberg in: Merkl e Weinberg, 2003: 170) –, provando que a FN era tudo menos um *protest party* fadado a desaparecer assim que as circunstâncias que incentivavam o voto contra os partidos dominantes também desaparecessem. Mesmo não conseguindo traduzir sua significativa parcela de votos em assentos no parlamento (já em 1988 o sistema eleitoral voltou a ser majoritário), desde a segunda metade da década de 1980 a FN estabeleceu-se efetivamente dentro do sistema político francês, reconfigurando o sistema partidário – caracterizado como um multipartidarismo bipolar (Knapp e Sawicki,

2008: 42) – e acrescentando um terceiro polo ao espaço de competição política (Bornschieer e Lachat, 2009).

Assim como o caso do MSI, a trajetória da FN levanta uma série de perguntas. Se a FN é o partido exemplar da nova direita radical, em que exatamente consiste a sua originalidade? Quais são os pontos de continuidade e ruptura com as tradições mais antigas da extrema direita? Qual o lugar que ocupa o tema da imigração nesse processo? E qual o papel desse tema no crescimento eleitoral do partido? Como explicar o fato de que, mesmo não conseguindo fazer seu voto valer, a base eleitoral do partido tenha permanecido fiel a ele?

De fato, a FN apresenta muitas inovações em termos ideológicos e programáticos, e seus impressionantes ganhos em meados da década de 1980 inspiraram a formação e reorientação de uma série de outros partidos de direita radical fora da França. Mesmo que alguns estudiosos enfatizem os elementos de continuidade entre a FN e a rica tradição da direita radical francesa⁸ – e sem dúvida paralelos formais podem ser encontrados em movimentos e partidos antecedentes –, o fato de que o princípio da preferência nacional e o uso dos imigrantes como bode-expiatório dos problemas econômicos e sociais estivesse presente em Déroulède e Barrès, por exemplo, ou que o estilo populista de Le Pen contivesse ecos do movimento poujadista não significa que “nem o homem nem as ideias eram particularmente novas” (Hainsworth, 1994: 31). Pelo contrário. Velhos temas adquirem traços muito distintos dentro de novos contextos históricos e sociais. E a questão da imigração e do populismo, em particular, ganhou um sentido essencialmente novo no contexto pós-colonial da Europa globalizada e multicultural e da crise de representação nas democracias contemporâneas. Contra esse pano de fundo, a importância da FN na renovação da nova direita radical como um todo é inegável.⁹

Dominada pela linha populista e xenofóbica de Le Pen e cavando um novo nicho no espaço de competição política (a imigração), a FN

⁸ Para Hainsworth (1994: 31), por exemplo, “Le Pen’s success derives from his ability to offer the electorate something apparently new, whereas, in reality, neither the man nor the ideas are particularly novel”.

⁹ Não é demais lembrar que sua influência ideológica e programática passa pela adequação, por outros atores, às condições específicas vigentes em cada contexto nacional. O tema da imigração, por exemplo, assume diferentes orientações dependendo da situação demográfica em dado país, o modo de politização do tema, o nível de xenofobia entre a população, a origem dos imigrantes, etc.

deu início a um processo de renovação da direita radical europeia (Williams, 2006: 57). Reformulando organização, estratégia e ideologia; sintonizando seu discurso com as circunstâncias e os problemas emergentes nas sociedades pós-industriais; desestimulando qualquer referência anacrônica à simbologia fascista (Bell, 1994), a FN lançou um novo paradigma para a extrema direita contemporânea. Através da combinação de nacionalismo, xenofobia, oposição à imigração, populismo e oposição ao establishment político – a “ganguê dos quatro”¹⁰, no linguajar lepenista –, a FN se tornou não apenas um dos partidos da direita radical mais bem-sucedidos, como também um modelo para outros partidos semelhantes, sucedendo o extinto MSI como o carro-chefe da extrema direita na Europa contemporânea (Camus in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 92; Rydgren in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 166).¹¹

Especialmente no que se refere ao tema da imigração, a FN não recriou a velha xenofobia baseada em uma concepção racista biologizante, mas, apropriando-se do pensamento da *Nouvelle Droite* (Nova Direita), reformulou sua oposição à imigração em termos etnopluralistas (para uma análise mais detalhada desse aspecto ver o capítulo segundo).

Citando Jens Rydgren, Ivaldi (2014: 1) afirma que:

the FN has pioneered a new potent “master frame” combining ethno-nationalist xenophobia with anti-political-establishment populism, which has shaped political mobilization by the European PRR [populist radical right] during the 1980s. The electoral development of the FN has been associated with the mobilization of a specific set

¹⁰ Le Pen refere-se aos quatro partidos que dominaram o sistema político francês e revezaram-se no poder desde o fim da II Guerra Mundial: PS (socialistas), PCF (comunistas), RPR (gaullistas) e UDF (giscardistas).

¹¹ Outra maneira pela qual se pode observar a importância da FN como referência ideológica para os novos partidos da direita radical é a sua centralidade nas redes de colaboração transnacional entre esses partidos, as quais se desenvolveram tanto dentro quanto fora do Parlamento Europeu desde a década de 1970. “The centrality of the FN’s position is consistent with both the identification of the party as perhaps one of the most typical [...] instances of the populist radical right, and its leading role in a number of attempts at unifying national parties across Europe.” (Ivaldi in: Backes e Moreau, 2012: 18).

of issues alongside the “cultural” dimension of competition. The FN’s focus on immigration and crime has created a niche in the electoral arena, galvanizing radical right voters since the mid-1980s.¹²

A campanha anti-imigração e a de defesa da “identidade nacional” está no cerne do sucesso da FN desde seu início em 1983 (Hainsworth, 1994: 36-38). Embora o crescimento eleitoral do partido também estivesse, como vimos, diretamente relacionado com oportunidades políticas abertas pelas características e dinâmica do sistema partidário francês, oferecendo nesse sentido uma saída para uma fração crescentemente alienada do eleitorado (Williams, 2011: 681-682), é improvável que a FN tivesse feito sua ruptura eleitoral nos anos 1980 sem que o tema da imigração ganhasse prioridade política (Minkenberg e Schain in: Merkl e Weinberg, 2003: 171). Ao assumir essa pauta nos anos 1970, a direita moderada, radicalizada por causa da derrota para os socialistas em 1981, colocou a questão do protecionismo cultural na agenda política francesa e, com isso, não apenas ajudou a legitimar o discurso xenófobo da FN como abriu um nicho no espaço de competição política que pôde ser ocupado pela direita radical (Bornschieer e Lachat, 2009: 361; Hainsworth, 1994: 41-3). A preocupação com a imigração, somada à segurança pública e criminalidade (dois temas que, no discurso da direita radical, estão inter-relacionados, na medida em que, para ela, o aumento da criminalidade e do desemprego são reflexos da imigração), é desde o início o principal motivo alegado pelos eleitores de Le Pen para votar na FN (Mitra in: Beyme, 1988: 52).

A atuação da FN na segunda metade dos anos 1980 foi com grande êxito capaz de alçar os temas da imigração, da identidade nacional e da segurança pública ao primeiro plano da agenda política francesa (Williams, 2011: 685). Até hoje atitudes xenófobas e opiniões favoráveis ao discurso de “lei e ordem” (como a pena de morte por exemplo), representam as variáveis chaves que melhor predizem o voto na FN (Rydgren in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 171). Não por acaso, o núcleo duro dos eleitores de Le Pen – isto é, os que tendem a se identificar com o partido e a votar nele de forma estável a longo prazo –,

¹² “Since its breakthrough, the ethnopluralist, anti-immigrant frame of the FN has permeated across Western Europe and XRP [extreme right parties] fitting that profile have emerged in most Western European states.” (Allen, 2015: 5).

está composto em sua maioria por pessoas imbuídas de valores etnocêntricos e autoritários (Mayer, 2003: 455; Mayer, 2013: 165).

Embora mantendo uma participação eleitoral expressiva, a FN sempre encontrou muita dificuldade para traduzir seus votos em cargos, particularmente a nível nacional. Isso ao menos por dois motivos. Em primeiro lugar, por causa dos entraves que um sistema eleitoral majoritário impõe a partidos menores e mais radicais. Em segundo, por causa da persistência da política de cordão sanitário que marginaliza e isola a FN (Camus in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 83), ao mesmo tempo em que os partidos *mainstream*, mais legítimos aos olhos do eleitorado, esforçavam-se para cooptar as suas principais pautas (Williams, 2011: 682). O isolamento de Le Pen no segundo turno da eleição presidencial de 2002 sumariza perfeitamente o problema capital da FN e, de modo geral, de qualquer partido de direita radical: construir alianças e entrar em coalizões com outros partidos (Camus in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 84).

Desde 2002 a ala moderada liderada por Marine Le Pen tem encabeçado a busca pela normalização do partido através de mudanças programáticas e estratégicas. A pergunta é se seu estilo mais moderado, livre do estigma carregado por seu pai (racismo, negacionismo, antissemitismo), associado à estratégia desenvolvida por ela de “desdemonizar” a visão a respeito do partido, será capaz de superar a aversão do eleitorado, romper o “cordão sanitário” e ampliar a base eleitoral do partido. Atualmente, já se detectou a tendência de diminuição do *gender gap*, isto é, da superrepresentação masculina entre o eleitorado do partido (Mayer, 2013, Williams, 2011)¹³. Além da conquista do voto feminino, a FN tornou-se o principal partido entre os trabalhadores (Mayer, 2013: 171), à frente dos tradicionais partidos de esquerda, inclusive o socialista.

A superação da participação eleitoral da FN em relação à alcançada por Le Pen atesta o sucesso da política de normalização do partido liderada por sua filha. Como já apontado, em 2012 ela conseguiu ultrapassar a melhor marca de votos de seu pai numa eleição presidencial (Mayer, 2013: 160), e em 2014 foi o partido mais votado na eleição para o Parlamento Europeu. Mais recentemente ainda, nas eleições regionais de 2015, a FN chegou em primeiro em metade das

¹³ A superrepresentação masculina entre o eleitorado da direita radical, na verdade, é um traço genérico desse fenômeno. Sobre isso, ver o terceiro capítulo.

regiões francesas, um sucesso absoluto. A questão que fica para um futuro próximo é se essa trilha levará a FN a se afastar do modelo de direita radical que ela própria criou. Até o momento isso não ocorreu, e a retórica da “desdemonização” do partido tem se mostrado essencialmente parte de uma estratégia de maximização de votos sem influência efetiva sobre seu perfil ideológico (Ivaldi, 2014).

1.3.3. Áustria: a direita radical assume o governo

A Áustria foi, depois da Itália, o segundo país da Europa Ocidental a ter um partido de direita radical assumindo o governo nacional (Lange in: Delwit e Poirier: 2007: 22). Mas foi o primeiro cujo partido entrou no governo não como um parceiro menor, mas como o mais forte ator dentro de uma coalizão. Assim, em 2000, o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) passou a ser considerado o mais bem-sucedido representante da nova direita radical na Europa. A responsabilidade assumida pelo MSI nos governos Berlusconi nem de longe se compara com a assumida pelo FPÖ entre 2000 e 2002.

Após treze anos de rápido e constante crescimento, nas eleições legislativas de 1999 o FPÖ açambarcou nada menos do que 26,9% dos votos nacionais e tornou-se o segundo partido mais votado do país. Obviamente, um acontecimento dessa natureza tem significado e implicações profundas num sistema político. No caso da Áustria, a entrada do FPÖ no governo acabou com a hegemonia dos dois partidos centrais que deram sustentação ao sistema político austríaco desde o fim da II Guerra Mundial. Ainda que por uma pequeníssima margem de diferença, o FPÖ chegou à frente do Partido Popular Austríaco (ÖVP), ficando atrás apenas do Partido Socialdemocrata da Áustria (SPÖ)¹⁴. Após falharem as negociações entre conservadores e socialdemocratas para a formação de uma nova Grande Coalizão, único meio de impedir que a direita radical chegasse ao governo, o ÖVP e o FPÖ entraram em acordo e em janeiro de 2000 formaram o novo gabinete no qual o FPÖ deteve nada menos do que seis dos onze ministérios mais o cargo de vice-chanceler.

Tal como na Itália, a direita radical na Áustria está associada em grande medida à atuação de um partido bastante antigo cujas raízes remontam ao movimento fascista histórico. O FPÖ foi fundado em 1956 com o objetivo de agrupar os setores nacionalistas que não se sentiam representados nem pelo campo socialista, nem pelo campo conservador-

¹⁴ Até 1991, chamado Partido Socialista da Áustria.

cristão, e nem pelo sistema político do pós-guerra como um todo (Carter, 2014: 1).

A competição política na Áustria esteve historicamente estruturada a partir de duas clivagens principais – classe e religião –, às quais se associavam os dois principais “campos” (*Lager*) políticos do país: socialdemocracia e democracia cristã. Havia, também, uma terceira e menor clivagem relacionada à “questão nacional” – o chamado “terceiro *Lager*” ou “*Lager* nacional” – que opunha os defensores de uma nação austríaca independente aos aderentes de uma identidade nacional pangermânica (Ignazi: 2003: 107). Esse conflito foi bastante importante durante a primeira metade do século XX, mas perdeu muito da sua proeminência após a trágica experiência do nacional socialismo e do Holocausto (Dolezal in: Kriesi *et al*, 2008: 107). Após a guerra, a Áustria pôde – e inclusive foi encorajada pelos Aliados – a assumir uma postura de vitimização nas mãos de Hitler. A crença de que os austríacos faziam parte de uma comunidade étnica alemã (*Kulturnation*) baseada em uma língua, história e cultura comuns passou a ser igualada a nazismo, desacreditando e excluindo deste modo da agenda política o terceiro *Lager* (Riedlsperger in: Betz e Immerfall, 1998: 31). A memória indulgente que as elites políticas construíram a respeito do papel dos austríacos no Holocausto impediu que o país acertasse contas com seu próprio passado. Isso teria consequências no futuro e seria um dos fatores a favorecer a ascensão do FPÖ. Mas, naquele momento, o mito da vitimização possibilitou que a Áustria escapasse à sorte da Alemanha de ter seus assuntos políticos intervindos pelas potências estrangeiras.

Assim, já em 1949 houve uma primeira tentativa de reorganizar a direita radical com a fundação da Liga dos Independentes (VdU). A VdU foi fundada para abrigar retornados de guerra e os cerca de meio milhão de antigos nazistas que tiveram seus direitos políticos restituídos para a eleição geral de 1949. O partido saiu-se muito bem de início, conseguindo amealhar quase 12% dos votos nacionais e demonstrando, com isso, a persistência de atitudes fascistas entre a população e a força relativa do nacionalismo alemão mesmo em circunstâncias desfavoráveis. Contudo, a VdU teve vida curta. Já em 1956 desmantelou-se, dando origem, naquele mesmo ano, ao FPÖ (Luther, 2000: 427-8).

Embora a íntima associação entre o campo nacionalista e o nazismo após a anexação da Áustria pela Alemanha servira para desacreditar os atores políticos associados a ele, o malogro da VdU estava associado mais diretamente às características do sistema político

que se estabeleceu no pós-guerra e à atuação dos dois partidos dominantes de centro. Esse sistema político constituiu-se como uma espécie de democracia consociativa ou neocorporativa, denominada na Áustria de *Proporz* (Heinisch in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 68-9). Após uma guerra civil e uma guerra mundial, a sociedade austríaca estava ávida por consenso e governabilidade. Assim, a fundação da Segunda República presou por um desenho institucional baseado no consociativismo, onde as duas principais forças políticas de centro-esquerda (o SPÖ) e de centro-direita (o ÖVP) governariam juntas mediante o mecanismo institucional das Grandes Coalizões ou eventualmente revezar-se-iam no poder. Essa lógica não se resumia ao âmbito governamental, mas se generalizava para outras esferas políticas e sociais, entre as quais o serviço público, sindicatos e até empresas privadas. Esse sistema denominado “parceria social” distribuía bens políticos e administrativos às clientelas partidárias e canalizava os conflitos mediante mecanismos neocorporativos. Como explica Williams (2006: 155), “This provided for a pervasive institutionalized consensus and guaranteed that radical right parties could not come to power in postwar Austria.”

Da década de 1950 em diante apenas o FPÖ continuaria representando o campo nacionalista em favor da noção de uma comunidade cultural com o povo alemão. Mas as tentativas do partido de fazer crescer esse campo esbarraram nas poucas oportunidades que o sistema consociativo austríaco oferecia a *outsiders* excluídos do consenso político estabelecido. Embora o sistema eleitoral proporcional favorecesse partidos menores e, como na Itália, garantisse ao FPÖ representatividade parlamentar desde a sua fundação, até meados da década de 1960 o partido esteve completamente marginalizado. A partir desse marco, embora o isolamento se mantivesse, tem início um período que Luther (2000; in: Merkl e Weinberg, 2003) chama de “normalização”. Nessa fase o FPÖ começa a suavizar seu perfil nacionalista e a mover-se para o centro do espectro político, adotando políticas mais liberais e buscando ampliar sua base eleitoral a fim de apresentar-se aos partidos dominantes como um parceiro governamental legítimo. A saída de quadros neonazistas em desacordo com essa estratégia eventualmente ajudou a aumentar a credibilidade do FPÖ.¹⁵

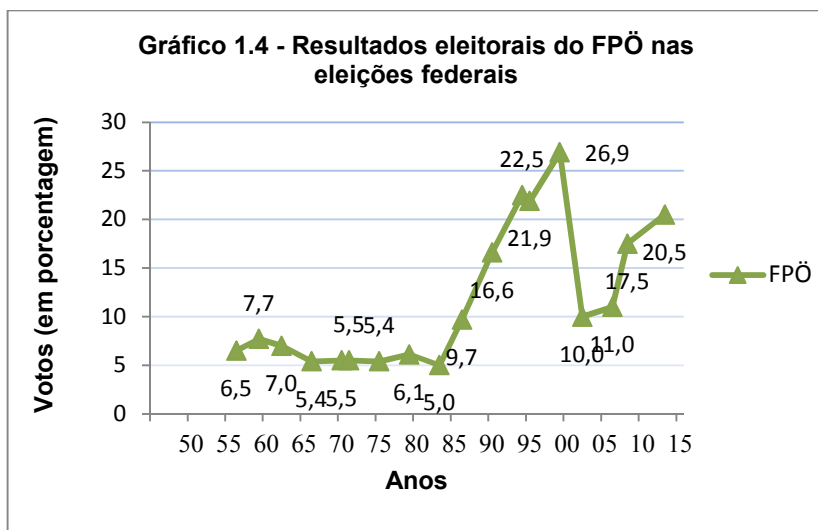
¹⁵ Em 1967 esses ex-membros do FPÖ fundaram o Partido Nacional Democrático (NPD). Inspirado em seu homólogo alemão (ver última seção deste capítulo), o NPD acabaria proscrito em 1988 por violar a legislação antifascista do país.

A adaptação ao sistema político atinge seu ponto máximo em 1983, quando o FPÖ entra no governo como parceiro minoritário numa coalizão com os socialdemocratas. Paradoxalmente, no entanto, seu sucesso a nível governamental não coincidiu com uma aceitação crescente por parte do eleitorado. Ao contrário, o FPÖ viu sua participação eleitoral cair ligeira porém significativamente – como seus votos se mantinham estáveis desde 1956 em torno de 5%, a queda na eleição de 1983 significou o pior resultado eleitoral da sua história. Isso se deveu ao descontentamento crescente entre o núcleo duro de seus militantes e eleitores com a linha de acomodação adotada pela direção do partido sem, em contrapartida, maximizar seus votos com a atração de outros setores do eleitorado. Além disso, a entrada no governo desencadeou no partido uma crise de identidade e a consequente alienação dos eleitores que viam nele um voto de protesto contra as instituições políticas austríacas (Riedlsperger in: Betz e Immerfall, 1998: 29) Assim, o ano de 1983 reabriu os conflitos internos entre as alas radical e moderada – entre nacionalistas e liberais –, que eventualmente levaria à vitória da primeira com a eleição de Jorg Haider para a presidência do partido em 1986. Essa mudança produziu efeitos positivos imediatos que transparecem no vertiginoso crescimento eleitoral do FPÖ já a partir de 1986 e que se manteve até a eleição federal de 1999 (ver gráfico 1.4).

Tendo recebido menos de 5% dos votos em 1983, o FPÖ viu sua participação eleitoral dobrar na eleição parlamentar seguinte, em 1986. Essa vitória foi reiterada nas eleições provinciais de 1988 e 1989, particularmente na Caríntia, onde o FPÖ terminou em segundo lugar e, em coalizão com o ÖVP, elegeu seu presidente, Jorg Haider, como governador. Esse fato ilumina a incoerência e ambivalência que frequentemente caracteriza a política de cordão sanitário dos partidos *mainstream* em relação a competidores radicais. Tal como aconteceu na França por exemplo, interesses eleitorais e partidários locais não raro foram colocados acima da linha de não conciliação com partidos da direita radical aplicada a nível nacional, permitindo eventuais coalizões locais ou regionais com eles. Aliás, como vimos, o avanço inicial da FN teve como uma de suas principais causas a coalizão local do partido com a direita moderada. O governo do FPÖ na Caríntia viria a acabar abruptamente dois anos depois por conta de manifestações simpáticas ao nazismo feitas em público por Haider, mas a verdade é que os democratas cristãos nunca excluíram completamente a possibilidade de

chegar a um acordo com a direita radical, o que eventualmente acabou acontecendo novamente em 2000 (Luther, 2000: 432-3).

A publicidade negativa com a interrupção prematura do governo na Caríntia sequer conseguiu vacilar o crescimento do FPÖ. Na eleição parlamentar de 1994, o partido atraiu impressionantes 22,5% dos votos e, em 1999, seus 26,9% fizeram dele o segundo partido mais votado na Áustria, ligeiramente à frente do ÖVP. Essa situação vantajosa permitiu que o FPÖ ocupasse a posição de protagonista na composição do governo junto ao ÖVP. Com a entrada no governo tem início a fase da responsabilidade governamental do partido (Luther in: Merkl e Weinberg, 2003: 192; Luther, 2000: 428-429). Antes de tratar dessa nova fase, no entanto, é preciso analisar a mudança nas características ideológicas e programáticas do partido e como elas se relacionam com a abertura de oportunidades no espaço de competição política.



Fonte: Ignazi (2003), *European Election Database*. Elaboração: do autor

A vitória de Haider, um político habilidoso ostentando uma imagem carismática, jovial e energética, põe termo à estratégia de adaptação e dá início ao período que Luther (2000; in: Merkl e Weinberg, 2003) caracteriza como de protesto populista. Esse evento é talvez o mais importante na história do partido, representando um verdadeiro divisor de águas não somente em termos eleitorais e estratégicos, mas sobretudo ideológicos e programáticos. Seu efeito

imediatamente foi o cancelamento da coalizão governamental com o SPÖ e a volta do FPÖ à oposição, bem como o literalmente explosivo crescimento do partido nas eleições subsequentes. Vista em perspectiva a ascensão de Haider marca a reinvenção do partido em direção ao novo modelo da direita radical.

Para começar, Haider não simplesmente reverteu a trajetória do partido em direção ao velho pangermanismo, mas reformulou esse aspecto da ideologia do FPÖ em termos de um nacionalismo especificamente austríaco.

In [...] 1995, Haider circulated a paper within the party which called for an end to German-nationalist chauvinism. [...] In place of the traditional affirmation of Austria's membership in the German ethnic and cultural community, it emphasizes patriotism, the need to honor the values and traditions of the homeland, and the right of all indigenous ethnicities to their cultural identity. [...] The new threats are immigrants [...]. (Riedlsperger in: Betz e Immerfall, 1998: 31).

Inspirado na exitosa combinação entre etnonacionalismo xenofóbico e populismo anti-establishment inaugurada pela FN na França, o FPÖ adotou, no estilo virulento característico de Haider, a pauta anti-imigrantes e passou a atacar as instituições e os atores políticos sobre os quais se baseou o sistema político da Segunda República austríaca. É nesse sentido que McGann e Kitschelt (2005: 148) argumentam que o interesse no caso do FPÖ reside no fato de que ele não surgiu como um partido da extrema direita, mas tornou-se parte dessa família. Essa é, no entanto, uma meia verdade. Quando Haider assumiu, o FPÖ tinha já se tornado de fato um partido liberal de centro-direita, mas também é verdade que ele, como herdeiro da VdU, trazia desde as suas origens o nacionalismo pangermânico. Com efeito, em sua primeira década de existência – denominado por Luther (2000; in: Merkl e Weinberg, 2003) de período de “gueto” –, o FPÖ foi impedido de participar em qualquer nível governamental por ser considerado um partido explicitamente extremista (Carter, 2014: 1).

Dada a crescente ameaça de um FPÖ cada vez mais radical após 1986, uma nova Grande Coalizão entre conservadores e socialdemocratas (ÖVP e SPÖ) lançou a direita radical de novo na oposição e a manteve afastada do governo de 1987 até 1999. Durante

todo esse período de protesto populista, no qual o FPÖ multiplicou por cinco vezes a sua participação eleitoral, é bastante clara a insatisfação crescente do eleitorado com os dois partidos dominantes. O desalinhamento eleitoral que abriu espaço para o crescimento do FPÖ foi de quase metade do eleitorado dos socialdemocratas e democrata-cristãos: em 1983, SPÖ e ÖVP dominavam juntos 91% dos votos; em 1999 apenas 50% (Luther, 2000: 430). Num círculo vicioso, quanto mais perdiam votos mais os dois partidos *mainstream* dependiam um do outro e mais tornavam-se indistinguíveis entre si, aumentando assim os incentivos para que uma parcela crescente do eleitorado se afastasse deles e buscasse uma efetiva oposição. Esse foi um acontecimento importantíssimo na história política recente da Áustria. Até os anos 1980 o comportamento eleitoral no país apresentava um padrão de estabilidade acima da média na Europa (Dolezal in: Kriesi *et al*, 2008: 112). A partir de então as clivagens tradicionais perderam muito da sua influência sobre a estrutura de competição política.

Além do declínio das clivagens tradicionais, a partir dos anos 1980 o sistema *Proporz*, baseado no consenso e no corporativismo, passou a ser associado a corrupção, clientelismo e ineficiência – uma imagem que o FPÖ ajudou em muito a pintar. A semelhança entre socialdemocratas e conservadores, por um lado, e o fato de que o FPÖ esteve sempre excluído do modelo político estabelecido, por outro, permitiu que ele se apresentasse crivelmente como uma verdadeira oposição e renovação da política nacional.

Assim, o eixo central da estratégia do FPÖ sob a liderança carismática de Haider pautou-se em um discurso populista, de protesto e anti-establishment – ou, noutras palavras, como um ataque ao consenso dominante entre as elites políticas desferido em nome do “cidadão comum”. Nesse sentido, em seu programa o partido passou a defender mecanismos de democracia direta como iniciativas populares, plebiscitos e referendos, além da eleição direta para presidente (Carter, 2014: 2). Mas o FPÖ não havia se tornado apenas populista como também xenofóbico e exclusionista. Desde a dissolução do Império Habsburgo em 1918 a Áustria tem sido um país étnica e culturalmente homogêneo (Dolezal in: Kriesi *et al*, 2008: 110). Embora inclinada a preferências etnocêntricas e nativistas, essas atitudes tinham pouca relevância em termos políticos até a década de 1990. Com a dissolução da União Soviética e a abertura da fronteira oriental em fins dos anos 1980, a Áustria tornou-se rápida e dramaticamente um país de imigração. Na virada do milênio a quantidade de estrangeiros já havia triplicado, atingindo mais de 9% da população, fazendo com que o tema

passasse a ocupar um lugar de destaque na agenda política, em particular por causa da atuação do FPÖ nesse sentido desde o início da década de 1990. Tal como na França, o partido conseguiu com sucesso capitalizar com a inquietação social, o temor da perda de identidade e a competição por recursos escassos (como emprego e serviços públicos) que uma situação de forte fluxo imigratório gera.

Para além das questões gerais relacionadas à natureza dos partidos de direita radical e à estrutura de oportunidades políticas, uma última questão em especial merece ser explorada rapidamente aqui. O abrupto declínio eleitoral do FPÖ nos anos seguintes à ascensão ao governo (quebrando assim o ciclo de extraordinário crescimento iniciado em 1986), coloca a questão das implicações potencialmente negativas da entrada no establishment político por parte de atores que mobilizam seus eleitores com base em um discurso anti-establishment (Fallend, 2004: 116).

Supõe-se que existe uma incompatibilidade entre as funções sistêmicas de um governo e o discurso antipolítico dos partidos radicais, uma vez que assumir um governo implica moderar o discurso e adotar posições mais centrais e consensuais. Essa incompatibilidade leva à disjunção entre discurso e prática, ou seja, entre o que esses partidos falam e o que fazem; priva-os da retórica anti-establishment, na medida em que se tornam mais próximos ou efetivamente parte do establishment político; põe em xeque sua identidade partidária e acaba alienando eleitores de protesto e/ou ideológicos (Luther in: Merkl e Weinberg, 2003:197-201). Com efeito, o partido já havia tido que lidar com esse problema em 1983 na condição de força minoritária na coalizão com os socialistas, e as dificuldades só tendem a se agravar numa situação em que um partido radical é o principal ator no governo.

A coalizão com o ÖVP desfrutou, de início, considerável apoio por parte da opinião pública devido ao efeito coesivo e ufanista que as sanções impostas, em razão da entrada de um partido radical no governo, pelos 14 Estados membros da EU ao país produziu sobre a população. No entanto, essas medidas tiveram poucas consequências práticas e as relações externas da Áustria normalizaram-se formalmente alguns meses depois. O efeito ufanista das sanções começou a se desfazer em 2001, quando reformas impopulares e a aplicação de políticas incompatíveis com o discurso do FPÖ se fizeram sentir entre seus eleitores (Heinisch, 2003: 109). Assim, a queda drástica nos votos do partido – de 26,9% em 1999 para 10% em 2002 – aparentemente deu razão ao ÖVP, que durante o início do governo justificou a atribuição de

responsabilidades governamentais a um partido radical de direita como uma estratégia de contenção melhor do que o isolamento, o qual havia até ali falhado por razões óbvias.

Como vimos, o protesto contra os partidos *mainstream* era um dos motivos principais impulsionando o crescimento eleitoral do FPÖ (Fallend, 2004: 118), e a adoção de políticas percebidas como próprias do establishment político fomentou o afastamento de um eleitorado já bastante volátil e não totalmente identificado com o partido. Analisando o caso do FPÖ, Heinisch (2003: 123) conclui que é o populismo dos partidos de direita radical que os torna tão bem-sucedidos quando na oposição, mas coloca dificuldades uma vez na situação. Entretanto, seria temerário concluir que os partidos da direita radical estão condenados a permanecer na oposição ou a fracassarem sempre que assumirem o governo.

1.3.4. Alemanha: a ameaça que nunca se concretizou

Em contraste com Áustria, França e Itália, a direita radical na Alemanha tem sido literalmente um fracasso completo. A título de exemplo, o Partido Nacional democrático (NPD) – o mais importante e mais bem-sucedido partido dessa família no país – em trinta e sete anos de existência foi incapaz de eleger sequer um deputado para o parlamento alemão. Essa incapacidade de eleger representantes não vem, entretanto, acompanhada de votações expressivas, como no caso da França. A direita radical na Alemanha sempre esteve bem aquém dos 5% dos votos necessários para acessar postos legislativos.

Também em contraste com os três países analisados anteriormente, na maior parte do tempo a direita radical na Alemanha não esteve personificada em um partido em particular, mas desenvolveu-se de forma fragmentada. Além da vasta rede de grupos e subculturas neonazistas presentes na Alemanha, desde os anos 1980 ao menos três partidos reivindicaram a hegemonia no campo da extrema direita. Em parte, o fracasso desses partidos na Alemanha se explica por essa situação de fragmentação, já que isso significa que vários atores acabam competindo entre si pelos votos de um mesmo segmento do eleitorado e a partir dos mesmos temas. Mas isso não explica tudo. Supõe-se que na Alemanha haja algum potencial relativo no mercado eleitoral para empreendedores políticos populistas e nacionalistas, em particular nos estados orientais anteriormente sob o controle da União Soviética e mais duramente atingidos pelas transformações sociais e econômicas decorrentes da reunificação e do ocaso do comunismo

(Decker in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 120). A grande questão é explicar porque isso não ocorreu.

Imediatamente após o fim da II Guerra Mundial as autoridades aliadas esperavam uma dura resistência nazista (Childs in: Cheles *et al*, 1995: 291). Mas as medidas de “desnazificação” – por maiores que fossem os entraves práticos para a sua consecução – colocaram sérios empecilhos para os grupos e militantes nazistas que tentavam se reorganizar (Mudde, 2000: 25). Além dos expurgos e processos judiciais que dizimaram as lideranças nazistas até nos mais baixos níveis, a nova República Federal da Alemanha erigiu estritas barreiras constitucionais a fim de coibir e banir a formação de organizações extremistas, especialmente neonazistas (Klandermans e Mayer, 2006: 24). Não obstante, nessa primeira fase de reorganização da extrema direita¹⁶ havia ainda certa nostalgia pelo regime de Hitler entre os alemães ou, ao menos, uma opinião positiva sobre ele¹⁷. Isso deu aos partidos da direita radical um sucesso moderado nos anos imediatamente ulteriores à ocupação, rendendo-lhes o único avanço eleitoral digno de ser chamado como tal até os dias de hoje.

Na primeira eleição livre após o fim do controle aliado sobre os partidos políticos, em 1949, vários partidos extremistas de direita conquistaram juntos aproximadamente 10% do eleitorado e assentos no parlamento alemão. Entre 1946 e 1952 uma série desses partidos foram fundados. Mas já em 1953 o suporte recebido inicialmente desmoronou em função de múltiplos fatores. Em termos estruturais, o sucesso da política de reconstrução econômica e seu rápido crescimento, o descrédito com que a experiência do nazismo passou a ser vista e a consolidação da democracia patrocinada pelas potências ocidentais resultaram em altos níveis de estabilidade e governabilidade, alternância governamental e irrelevância dos partidos antissistema ou radicais (Schmidt in: Colomer, 2008: 58-9). Em particular, a direita radical viu-se debilitada também pela dissolução do seu principal representante à

¹⁶ A evolução da extrema direita na Alemanha após a II Guerra possui um caráter cíclico, e sua análise pode ser dividida em três fases, cada uma delas com seus próprios atores e circunstâncias específicas. Para uma análise detalhada dessas diferentes fases, ver Ignazi (2003), Kolinsky (1992) e Zimmermann e Saalfelt in: Merkl e Weinberg (1993).

¹⁷ Em 1946, 42% da opinião pública acreditava que o nazismo havia sido uma coisa boa porém má-realizada e 10% da população (4 milhões de alemães) era constituído por nazistas convictos (Childs in: Cheles *et al*, 1995: 292).

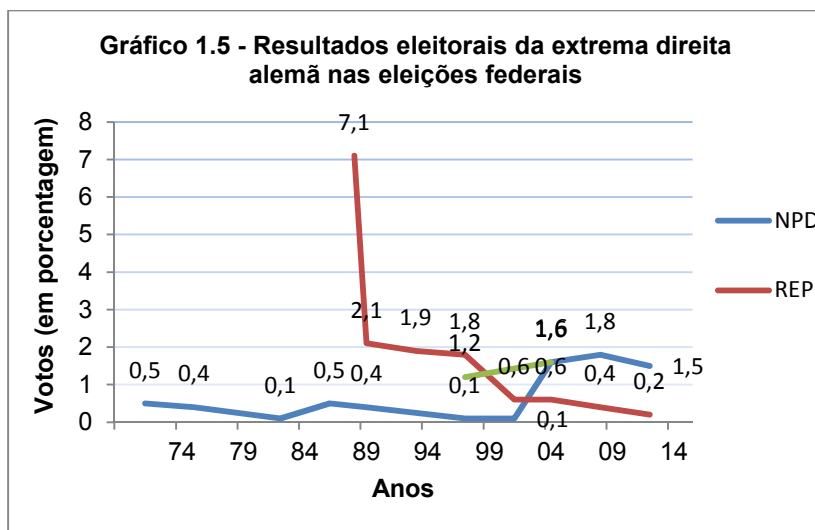
época, o Partido Socialista do Império (SRP), proscrito em 1952 com base em seu programa abertamente nazista e antidemocrático.

Após o banimento do SRP, ao longo da década de 1950 o Partido Imperial Alemão (DRP) seguiu atuando no campo da extrema direita como seu principal representante. No entanto, durante essa década nenhum partido com um *background* nazista logrou algum grau de sucesso eleitoral. Foi somente doze anos após o fim do SRP, em 1964, que militantes ligados ao DRP avançaram na construção de uma nova organização, o NPD (Kolinsky in: Hainsworth, 1992: 62). Com a criação do NPD, a extrema direita ganhou algum impulso novamente e viveu sua segunda onda de ruptura eleitoral durante a segunda metade da década de 1960. O ápice desse desenvolvimento aconteceu na eleição federal de 1969, quando o NPD obteve 4,3% dos votos nacionais, apenas um pouco abaixo do mínimo necessário para entrar no parlamento. Apesar de esse ser o melhor resultado da extrema direita alemã desde o fim do regime nazista, ele acabou aquém das expectativas geradas com o crescimento do NPD a nível local e regional nos anos anteriores.

A onda refluiria novamente até fins da década de 1980, quando um novo partido, os Republicanos (REP), notabilizou-se pela maior vitória da extrema direita desde a conquista do poder pelos nazistas. Em 1989, o partido obteve 7,1% dos votos na eleição para o Parlamento Europeu. Entretanto, os REP não conseguiram sustentar esse crescimento a curto prazo. Assim, a trajetória da direita radical na Alemanha pode ser dividida em três ondas de ruptura eleitoral: 1949-1952, 1966-1971 e 1986-1990 (Mudde, 2000; Zimmermann e Saalfelt, 1993: 58-60). Depois de quase desaparecer durante os anos 1980 e 1990 o NPD ressurgiu a partir de 2005, obtendo resultados próximos aos do REP em seu tempo áureo. No entanto, dificilmente esse modesto crescimento pode ser considerado uma nova onda (ver gráfico 1.5).

Em resumo, ao longo de toda a segunda metade do século XX e até hoje, a despeito de algumas vitórias episódicas a nível municipal e regional, de modo geral a extrema direita alemã permaneceu não apenas fragmentada em partidos concorrentes, mas também isolada política e socialmente. Diante desse quadro, o fato de que as rupturas da direita radical na Alemanha pós-guerra forma incapazes de se sustentar, estiveram confinadas a municípios e estados e foram protagonizados por vários partidos diferentes torna mais fragmentado o fenômeno e bastante difícil descrevê-lo em detalhes aqui. Com o início da onda da nova direita radical europeia – isto é, pós-1980 –, essa família de partidos esteve representada na Alemanha por três partidos principais: o Partido

Nacional Democrático (NPD), a União do Povo Alemão (DVU) e os Republicanos (REP). A seguir, analiso sumariamente a trajetória e características de cada um deles e depois discuto alguns dos fatores gerais possivelmente associados ao seu fracasso eleitoral.



Fonte: Ignazi (2003); *European Election Database*. Elaboração: do autor. Nota: o valor para 1989 do REP se refere à eleição para o Parlamento Europeu, e o valor para 2005 do DVU se refere à coalizão com o NPD.

Em 1964 a fundação do NPD resultou da iniciativa de líderes do DRP em um esforço para unificar uma série de grupos fragmentados da extrema direita. Muitos dos novos líderes e militantes do partido eram antigos membros do regime nazista, e seu manifesto continha uma mistura heterogênea de nacional-socialismo, anticomunismo e – inicialmente – conservadorismo católico. Além disso, era nacionalista, populista e advogava uma terceira via entre capitalismo e socialismo. Mesmo formalmente aceitando a Lei Básica do país, provavelmente por uma questão de sobrevivência, o NPD é abertamente hostil às instituições políticas do Estado alemão e aos valores da democracia liberal. Além disso, sua xenofobia e oposição à imigração se baseiam em um conceito biológico de raça (Schellenberg in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 59), ao contrário do racismo culturalista professado pela nova direita radical (ver capítulo 2). Essas características tornam o

NPD diferente da nova direita radical e o aproximam mais com o velho modelo da extrema direita tradicional, antidemocrática e fascista.

Até 1969, sua principal bandeira era a reunificação do país e a revisão da fronteira com a Polônia¹⁸. Entre 1966 e 1968 o jovem partido ganhou votos suficientes para entrar em sete dos dez parlamentos estaduais (Mudde, 2000: 27), mas a derrota na eleição federal de 1969 frustrou as expectativas geradas entre no campo da extrema direita e marcou o início do ostracismo do partido. De lá para cá o NPD conseguiu eventualmente eleger representantes a níveis local e regional, especialmente em estados anteriormente localizados do lado oriental da “cortina de ferro” (como na Saxônia em 2004 e 2009, e em Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental em 2006), sem ser capaz de replicar esses resultados a nível federal. Não obstante isso, até hoje o NPD segue sendo o principal representante da extrema direita na Alemanha.

Após a eleição de Udo Voigt para a presidência do partido, em 1996, o NPD radicalizou-se ainda mais, tornando-se ainda mais claramente anticonstitucional. Isso ensejou esforços da parte do poder público para banir o partido em 2001, a primeira tentativa formal neste sentido desde a formação do NPD. O fracasso dessa iniciativa em 2003, no entanto, desencorajou futuros esforços. O receio das instituições públicas de colocar o NPD na ilegalidade é, com isto, tornar mais difícil controlar a atuação de seus militantes, a qual se estende para além da esfera político-partidária através de uma rede de subculturas e grupos neonazistas como os *Freien Kameradschaften* (algo como Camaradas Livres).

Em 1998, como parte da busca por maior penetração social e ampliação eleitoral o NPD lançou uma nova estratégia concebida em três frentes de atuação: a “luta pelas ruas”, a “luta pelas mentes” e a “luta pelos eleitores/parlamento”. A premissa por trás dessa estratégia é que o NPD somente conseguirá sair de seu isolamento e ganhar poder político se antes for capaz de mobilizar simpatizantes e militantes pela base. Até então visto como um partido de ex-nazistas envelhecidos, atualmente o NPD tenta se rejuvenescer mediante a promoção de atividades culturais, artísticas e de lazer. Também com base na avaliação de que o crescimento eleitoral requer cooperação entre os vários segmentos da direita radical, o NPD firmou uma parceria com o

¹⁸ A chamada *Linha Oder-Neisse* é o nome dado à fronteira com a Polônia desenhada pelas potências vencedoras da II guerra Mundial e que retirou da Alemanha grande parte de seu território.

DVU para as eleições de 2004. No entanto, o pacto acabou em 2009 como consequência de disputas internas entre os dois partidos, eventualmente levando à dissolução do DVU em 2012.

Em 1969, no auge do seu sucesso, o NPD açambarcava nada menos do que 72% dos militantes organizados da direita radical (Mudde, 2000: 27). Apenas um líder influente dentro desse meio resistia ao poder do NPD: Gerhard Frey. Multimilionário e dono de inúmeras publicações e jornais nacional-conservadores, Frey fundou em 1971 uma associação que mais tarde, em 1987, viria a se tornar o DVU.

Inicialmente, apesar da feroz oposição dentro do NPD, os dois partidos formaram uma aliança eleitoral a fim de evitar a concorrência entre si e juntar forças para enfrentar o REP – embora novato, o REP era o mais forte partido da direita radical à época. Entre 1987 e 1990 aparentemente ambos se beneficiaram dessa estratégia. No entanto, seu 1,6% dos votos na eleição para o Parlamento Europeu em 1989 foi completamente sobrepujado pelos 7,1% conquistados pelo REP. Apesar de alguns avanços pontuais e breves em eleições estaduais durante as décadas de 1990 e 2000, o DVU viu sua filiação decair de 26 mil membros em 1992 para apenas mil em 2011. Após a tentativa fracassada de união com o NPD, o DVU dissolveu-se no ano seguinte.

Em termos ideológicos, o DVU é um partido nacionalista, exclusionista e revisionista (Mudde, 2000). Embora embalados em argumentos mais aceitáveis que os usados pelo NPD, o partido também defende, mas por meios legais, a revisão das atuais fronteiras alemãs, a reapreciação do passado nazista e a preferência dos membros da comunidade étnica alemã sobre os imigrantes. Em termos organizacionais, pode-se dizer que o DVU é um partido de capital intensivo ao invés de trabalho intensivo (Mudde, 2000: 66), ou seja, com poucos quadros e altamente centrado na figura de seu líder, criador e financiador, Gerhard Frey, estruturas partidárias regionais e locais praticamente inexistem (Winkler e Schumann in: Betz e Immerfall, 1998: 99).

O partido Republicanos (REP), por sua vez, tem suas origens na direita moderada. Ele surgiu como uma cisão dos dois principais partidos de centro-direita, a União Democrática Cristã (CDU) e sua irmã menor a União Social Cristã na Bavária (CSU). Ao mesmo tempo em que o NPD escorregava mais e mais para o limbo nos anos 1980, a insatisfação crescia entre alguns setores da direita moderada em razão do

suporte dado ao processo de integração europeia e à *Ostpolitik*¹⁹. Quando o líder do CSU apoiou, em 1983, um crédito de apoio financeiro à República Democrática da Alemanha, vários membros deixaram o partido em protesto. No mesmo ano foi fundado o REP. Inicialmente, o novo partido foi visto e tratado como uma dissidência de direita do CDU/CSU. Mas quando Schonhuber, um jornalista da imprensa nacionalista e antigo membro do partido nazista e da *Waffen-SS*, foi eleito presidente do partido em 1985, o REP tornou-se a ponta de lança de uma nova onda de extremismo de direita na Alemanha (Mudde, 2000: 31).

Assim como o DVU, o nacionalismo concebido em termos étnicos é a principal característica ideológica do partido, e sua principal pauta a reunificação do Estado alemão. Essa pauta prosseguiu mesmo após a queda do muro em 1989, uma vez que por reunificação o REP entende a retorno às fronteiras de 1937 e a consequente recuperação dos territórios perdidos na II Guerra Mundial. Consequente com seu etnonacionalismo é sua busca por homogeneidade interna, a recusa do multiculturalismo e o fim ou restrição drástica da imigração. O REP atingiu o ápice de sua influência durante seu crescimento entre a segunda metade da década de 1980 e meados da década de 1990, quando obteve algumas votações expressivas a nível estadual e local. Daí em diante o partido atenuou o tom radical de seu discurso e dos anos 2000 pra frente tornou-se insignificante.

Como vimos, apesar de algumas vitórias episódicas em Assembleias Estaduais (*Landtag*) e no Parlamento Europeu, após seu relativo sucesso nos anos imediatamente subsequentes ao fim da guerra, a direita radical na Alemanha não chegou a superar a cláusula de barreira de 5% para acessar cargos políticos a nível nacional. Nem de perto obteve o sucesso do Movimento Social Italiano (MSI), por exemplo. Isso levanta a questão de como explicar essa diferença entre dois países com um passado político relativamente semelhante. Por mais que a democracia enquanto um valor e a confiança nas instituições políticas viessem a se consolidar solidamente com o tempo na Alemanha (Kolinsky in: Hainsworth, 1992: 73), a persistência de uma “questão nacional” e de atitudes xenófobas e autoritárias disseminadas entre a população (Ignazi, 2003: 75), bem como de uma avaliação positiva de certos aspectos do regime nazista (Kolinsky in: Hainsworth, 1992: 75), sempre ofereceram alguma margem para o extremismo de

¹⁹ A *Ostpolitik* foi o nome dado à política de normalização das relações com os países comunistas do leste europeu, em particular a Alemanha Oriental.

direita, o qual todavia nunca chegou a se concretizar. As explicações para isto provavelmente são muitas: a estabilidade e pujança econômicas da Alemanha ao longo da segunda metade do século passado; o consenso entre as elites e os partidos *mainstream* – nomeadamente o cristão e o socialdemocrata – de isolar e não cooperar com a direita radical (Winkler e Schumann in: Betz e Immerfall, 1998: 100), a falta de lideranças carismáticas e a fragmentação e rivalidade inter e intrapartidária (Decker in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 121).

Entretanto, talvez o fator mais importante seja mesmo o passado nazista e as restrições legais e constitucionais que o sistema político alemão, concebido como uma *wehrhafte Demokratie* (democracia defensiva ou vigilante) (Pedahzur in: Eatwell e Mudde, 2004: 109) coloca a ideologias e organizações extremistas.

A far more serious handicap for parties of the Right is the set of restrictions arising from the historical burden that weighs on Germany's political culture. Because of the shadows of the Nazi past, there is a deeper stigma attached to right-wing extremism in Germany than in any other European country. This applies in both legal and social terms.” (Decker in: Albertazzi e McDonnell, 2008: 125)

Os doze anos de regime nazista representam o inescapável ponto de referência para a extrema direita na Alemanha Ocidental (Ignazi, 2003: 62; Schellenberg, 2013: 36). Seu passado nazista, inclusive, faz com que a extrema direita no país seja invariavelmente associada com essa ideologia – e isso talvez responda pela grande quantidade de estudos sobre esse fenômeno em um país onde ele é há décadas insignificante. A própria linha divisória na Alemanha entre extremismo de direita e direita moderada depende da sua relação com o nacional-socialismo (Kolinsky in: Hainsworth, 1992: 72). Dois terços do executivo do NPD, por exemplo, ainda hoje o mais importante partido da direita radical alemã, eram compostos por antigos membros do Partido Nacional Socialista (NSDAP), sendo que dois terços destes, por sua vez, haviam ingressado nele antes de 1933 (ano da conquista do poder por Hitler) ou haviam ocupado posições chave no regime nazista (Mudde, 2000: 26). Até hoje o nacional-socialismo figura no cerne das referências ideológicas do NPD. Ainda que a relação do DVU e do REP com o neonazismo seja mais apropriadamente caracterizada como nostálgica e revisionista, esses partidos falharam em se estabelecer como representantes da nova direita radical na Alemanha justamente porque não foram capazes de se reinventar. Mesmo para o período pós-1980, até hoje a extrema direita na Alemanha não foi capaz de criar uma

nova e atual direita radical, ou seja, uma que rompa efetivamente com a tradição da extrema direita fascista (Schellenberg in: Langenbacher e Schellenberg, 2011: 58). Eles estão presos ainda em grande medida à essa tradição. Isso explica porque não foram capazes de transformar em votos as demandas surgidas no eleitorado no contexto pós-1980.

Tendo em vista que, a despeito da unificação, na Alemanha subsiste uma marcada distinção cultural e econômica entre leste e oeste, atualmente uma questão importante de análise é as implicações que a antiga divisão territorial entre comunismo e democracia liberal tem sobre o fenômeno da direita radical. Não só esses partidos estão se mostrando ligeiramente mais fortes no leste, como também nele o potencial para o extremismo de direita em geral é mais alto, dados os desequilíbrios econômicos e a falta de uma cultura democrática firmemente enraizada nessa região (Ignazi, 2003: 82). Mas é importante notar que a Alemanha como um todo possui, em termos comparativos, índices de violência política e étnica elevados em relação ao resto da Europa Ocidental, os quais aumentaram ainda mais depois da unificação e da explosão de uma nova onda imigratória a partir dos anos 1990 (Schellenberg in: Melzer e Serafin, 2013: 35, 56). Portanto, embora em termos eleitorais e partidários a direita radical tenha-se enfraquecido ainda mais nos últimos anos, o incremento nos casos de violência e xenofobia aponta para uma tendência preocupante que pode alimentar uma nova onda de extremismo de direita encabeçada não por partidos políticos mas por organizações e militantes neonazistas (Zimmerman in: Merkl e Weinberg, 2003: 228).

Numa síntese muito geral, a evolução da extrema direita na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial até hoje vai de uma relativa perda de importância dos partidos, os quais nunca chegaram a ser efetivamente relevantes em termos nacionais, até a expansão de movimentos e subculturas radicais de direita, especialmente nas regiões anteriormente em poder dos soviéticos (Minkenberg, 2015). O problema teórico principal que a situação da direita radical na Alemanha levanta, portanto, é que apesar do potencial para a direita radical no país, ela representa, nas palavras de Ignazi (2003: 62), um “espectro que nunca se materializou”.

1.3.5. Bélgica: sucesso e fracasso em um mesmo país

A Bélgica é um país dividido étnica e culturalmente entre duas grandes regiões definidas pela língua: Flandres, de língua holandesa, e Valônia, de língua francesa (há também uma pequena terceira região, de

língua alemã, além da bilingue capital, Bruxelas). As tensões entre essas duas comunidades remontam ao século XIX, mas só na década de 1970 elas deram origem a uma reforma política que transformou a Bélgica em um Estado federativo estruturado de acordo com essa clivagem linguística-territorial. Desde a federalização a Bélgica não possui mais partidos nacionais, e cada região possui seu próprio sistema partidário, de modo que um cidadão flamengo não pode votar em um partido valão, e vice-versa (Art, 2008: 425).

Impactada por essa clivagem mais do que qualquer outra família de partidos, a direita radical desenvolveu-se em sentidos diferentes em cada uma das duas regiões (Ignazi, 2003: 124). Um aspecto dessa diferença é particularmente especial pelo problema teórico que ela levanta: embora atuando dentro de um mesmo país e, *ipso facto*, de um mesmo marco jurídico-institucional, a direita radical em Flandres está entre as mais bem-sucedidas da Europa, ao passo que a sua contraparte na Valônia é um fracasso completo. Assim, a clivagem linguística não produz efeitos somente culturais, mas também políticos na medida em que ela se reflete no número de organizações, cobertura geográfica, orientação ideológica e forma de atuação da direita radical (Husbands in: Hainsworth, 1992: 129). Tendo isso em mente, faz pouco sentido mensurar a força eleitoral de um partido como o Bloco Flamengo (VB), o principal representante da direita radical na Bélgica, como uma porcentagem do voto nacional (Swyngedouw in: Betz e Immerfall, 1998: 68). Analiticamente, as regiões de Flandres e Valônia devem ser tratadas como dois casos distintos (Husbands in: Hainsworth, 1992: 134).

Alimentado pela histórica subordinação da comunidade de língua holandesa dentro do Estado belga, existe em Flandres desde a segunda metade do século XIX um forte movimento nacionalista devotado a lutar pela emancipação política e pela autodeterminação da população flamenga (Ignazi, 2003: 124). Esse movimento nacionalista flamengo (*Vlaamse Beweging*), que reúne uma variada gama de atores políticos diferentes e se faz presente também dentro dos partidos tradicionais, formou o berço de onde surgiu e se alimentou a direita radical em Flandres (Husbands In: Hainsworth, 1992: 131).

Embora o movimento nacionalista flamengo não fosse dominado exclusivamente por ideologias de direita radical, a fundação da União Nacional Flamenga (VNV), em 1933, marcou decididamente um passo nessa direção (Art, 2008: 427). Ativo até 1944, a VNV colaborou com a ocupação nazista na esperança de conseguir, com isso, a separação da região e sua unificação com a Holanda. Ao contrário do movimento

reexistia na Valônia, a VNV fincara, antes mesmo da guerra, fundas raízes na sociedade flamenga, expandindo sua base eleitoral por vários setores da sociedade e recrutando membros da elite. Com o fim da guerra veio o consequente acerto de contas com os colaboracionistas, no qual centenas de milhares perderam seus direitos civis e políticos. Como ainda em 1954 existiam aproximadamente 150 mil *incivieken*, nos anos imediatamente posteriores à guerra a direita radical viu-se obrigada a organizar-se em e atuar através de pequenos grupos clandestinos.

A regeneração da direita radical dentro do movimento nacionalista flamengo teve início em 1949 e 1950 com a criação de duas organizações – Agregação Flamenga (VC) e Ordem dos Militantes Flamengos (VMO), respectivamente –, mas foi apenas em 1954 que ela conseguiu se organizar em um partido relevante. Nessa ocasião o partido VC transformou-se no mais respeitável e moderado União do Povo (VU), enquanto a VMO se tornou uma organização paramilitar envolvida em ataques contra imigrantes e esquerdistas. Embora assim como a VdU na Áustria o partido operasse nos marcos da democracia, e seus líderes não houvessem colaborado diretamente com os nazistas, logo a VU se tornou o partido dos “colaboradores” e o mais importante partido da direita radical na Bélgica (Art, 2008: 427). Além da tradicional defesa dos interesses flamengos por autonomia política e eventual independência, sua principal pauta era a anistia para os antigos colaboracionistas.

Como outros partidos da direita radical, a VU era uma mistura instável entre facções radicais e moderadas, e o recrudescimento da questão linguística e a radicalização do movimento nacionalista flamengo durante os anos 1970 afetou de forma aguda a dinâmica entre essas tendências opostas dentro do partido. A ruptura da ala radical tornou-se inevitável quando os líderes da VU, à época parte do governo, colocaram-se favoráveis ao Acordo de Egmont, em 1977. O acordo, que intencionava superar os conflitos étnicos e introduzia o federalismo na reforma do Estado belga, foi muito criticado particularmente do lado flamengo, que se sentia burlado pelos termos do acordo. Para os nacionalistas mais radicais, a VU precipitara-se pela via da moderação, o que levava o partido a fazer concessões demasiadas aos francófonos em Bruxelas e, assim, trair a causa flamenga (Coffé *et al*, 2007: 143; Erk, 2007: 496). O resultado foi a desagregação da VU em 1977 e a formação de outros dois partidos dissidentes, que eventualmente se uniriam dois anos depois sob a liderança de Philip Dewinter.

Durante sua primeira década de existência, o VB não desfrutou de sucesso eleitoral. Nas eleições de 1981, 1985 e 1987 o partido

recebeu apenas 1,8%, 2,2% e 3% dos votos respectivamente. Desde sua fundação até meados dos anos 1980, o partido tinha como pauta especificamente a autonomização de Flandres em relação a Bruxelas e, eventualmente, a separação da região e sua unificação com a Holanda (Husbands in: Hainsworth, 1992: 137). Mas o partido autonomista tradicional VU parecia mais legítimo para representar os sentimentos nacionalistas flamengos ao mesmo tempo em que continha o mais radical VB. A mudança na sorte do partido veio quando ele abandonou seu foco quase exclusivo no nacionalismo flamengo e, inspirado no sucesso de partidos como a FN francesa e o Partido do Centro (*Centrumpartij* – CP) holandês, adotou um estridente programa anti-imigração. Essa mudança colheu sua recompensa nas eleições entre 1988 e 1991 durante as quais o VB fez sua ruptura eleitoral.

A primeira vitória veio nas eleições municipais de 1988 nas quais o VB partido recebeu 17,7% dos votos na Antuérpia (até hoje seu principal reduto eleitoral). Depois, nas eleições europeias de 1989, o VB obteve 4,1%. Essa tendência de crescimento consolidou-se nas eleições gerais de 1991, quando o VB angariou 10,3% em Flandres – o equivalente a 6,6% dos votos nacionais. Daí em diante, o VB adotou cada vez mais firmemente a campanha anti-imigração e o discurso nativista, tornando-se um típico partido da nova direita radical (Paulwes, 2011: 61). A estratégia deu resultado. Após crescer consistentemente ao longo da década de 1990, o VB obteve 9,9% dos votos nacionais em 1999, 11,6% em 2003 e 12% em 2007 – ou 15,3%, 17,9% e 19,06% de votos em termos regionais (ver gráfico 1.6). Na eleição para o parlamento flamengo em 2004 – no mesmo ano o partido foi rebatizado de Interesse Flamengo (VB) após ser condenado em um processo judicial por racismo (Erk, 2005) – o VB obteve seu mais expressivo resultado nas eleições regionais, 24,2%, chegando em segundo lugar menos de dois pontos percentuais abaixo do primeiro colocado. Em 2010 o VB retrocedeu para 12,5% dos votos e essa tendência de queda manteve-se na eleição seguinte, em 2014, quando recebeu apenas 3,7% dos votos nacionais.

A explicação para este sucesso está associada a transformações recentes no campo político-partidário e nas atitudes dos eleitores. De um lado, tem-se a perda de coesão nas relações que caracterizaram os três maiores partidos, liberando eleitores dos alinhamentos partidários tradicionais, aumentando a volatilidade eleitoral e favorecendo a emergência de novos nichos no espaço de competição política. De outro, tem-se a ampliação da distância entre cidadãos e partidos, a crescente

ineficiência, corrutibilidade e patrimonialismo do sistema político belga, fomentando sentimentos de insatisfação e alienação política. Não por acaso, os eleitores do VB estão entre os que mais manifestam atitudes negativas em relação à democracia, parlamento e partidos. Assim, o VB afinou seu discurso cada vez mais em termos populistas e concentrou sua propaganda em torno de apelos antipartidários e anti-establishment (Ignazi, 2003: 136-7).

Por um lado, o VB é sem dúvida um partido ideológico e parte de seu eleitorado vota nele por afinidades ideológicas e/ou programáticas (Billiet e Witte, 1995). Por outro lado, embora seu programa que não se limite ao tema da imigração ou a protestar contra os partidos *mainstream*, boa parte de seu eleitorado vota nele porque é contra a imigração e quer mandar um recado aos partidos dominantes. Portanto, quando se afirma que um partido de direita radical é ideológico ou de protesto é preciso especificar a partir de qual ponto de vista. Como regra geral deve-se separar militantes e quadros dos partidos dos seus eleitores (Carter, 2005: 106-108; Fennema in: Rydgren, 2005: 7).

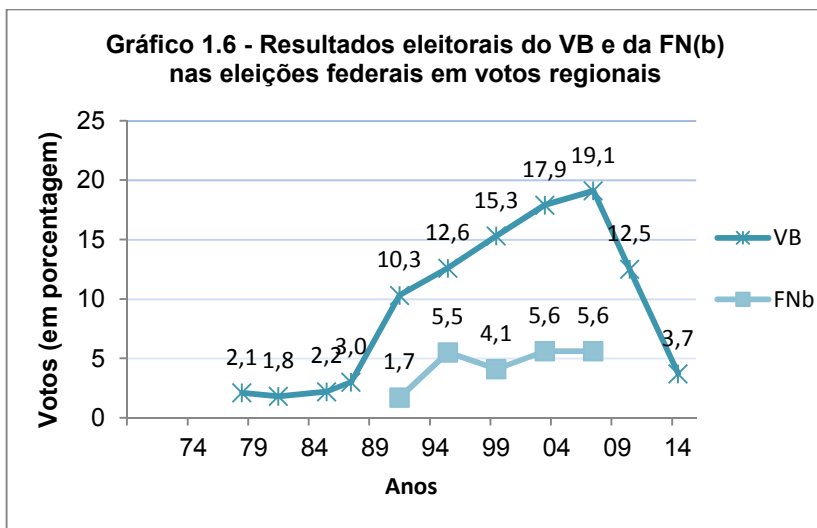
O caso do VB ilustra isso muito bem. Embora o partido possa ser definido, em termos ideológicos, como autoritário, etnonacionalista e racista, a maioria de seus eleitores tem pouco interesse em seu discurso separatista ou em seus valores conservadores. A afinidade que os liga ao partido decorre de atitudes xenofóbicas e da oposição à imigração (Swyngedouw, 1998: 72), além do sentimento de insatisfação e desconfiança em relação ao Estado e aos partidos políticos. O sentimento negativo em relação a imigrantes é o principal fator associado ao voto no VB, sendo que valores nacionalistas e o sentimento de alienação e isolamento social respondem apenas moderadamente por isso (Billiet e Witte, 1995). Em 1995, enquanto apenas 4,2% dos belgas em geral apontavam para a questão da imigração como prioridade, essa proporção subia para 32,9% entre os eleitores do VB (Ignazi, 2003: 135). Nesse sentido, ou seja, do ponto de vista de seus eleitores, o VB pode ser considerado um partido populista etnocêntrico de protesto (Swyngedouw, 1998: 72). De qualquer modo, o partido em si evoluiu de um velho nacionalismo flamengo, nostálgico do fascismo e até racista, para um moderno discurso anti-imigração, anti-establishment e anti-partidos (Ignazi, 2003: 133).

Na Valônia não encontramos nada parecido com Flandres em termos de resultado eleitoral ou de capacidade organizativa da direita radical. O partido representante dessa família na região, a FN belga, mostrou-se até agora incapaz de mobilizar e expandir eleitores para

além de seu núcleo normal, estando assim limitado às margens do sistema partidário valão.

Ao contrário da direita radical flamenga em ascensão mesmo antes da ocupação nazista, na Valônia o partido rexista se mantinha como uma força política isolada e virtualmente irrelevante. Por causa disso, foi relativamente fácil destruir os resquícios do rexismo após o fim da II Guerra. A despeito da sobrevivência de uma série de grupelhos radicais, a situação para a direita radical começou a mudar em fins da década de 1970, quando a emergência de uma série de organizações populistas foi responsável por abrir o caminho introduzindo os temas que seriam adotados e radicalizados pela nova direita radical a partir de meados dos anos 1980. Em 1985 surgiu a Frente Nacional (FNb), fundada por Daniel Féret e inspirada diretamente em seu homólogo francês (Art, 2008: 430). Embora Féret procurasse apresentar seu partido como responsável e respeitável, encontrou dificuldades em fazê-lo por causa da infiltração de muitos militantes extremistas nas fileiras de seu partido. Além disso, o programa da FNb oscilava entre neofascismo, racismo e ultracionalismo de um lado, e neoliberalismo, protesto anti-impostos e anti-establishment de outro (Ignazi, 2003: 129).

Seus primeiros resultados eleitorais foram irrelevantes. 0,5% e 0,9% nas eleições legislativas de 1985 e 1987. A partir dos anos 1990 a FN belga logrou algum crescimento eleitoral, mas nada comparado com o VB em Flandres (ver gráfico 1.6). Após sucessivo crescimento, seu melhor resultado veio na eleição federal de 2003, quando recebeu 5,6% dos votos regionais na Valônia. O partido conseguiu repetir esse resultado nas eleições seguinte, em 2007, mas em 2010 ele não concorreu e em 2012 eventualmente acabou dissolvendo-se.



Fonte: Ignazi (2003); *European Election Database*. Elaboração: do autor. Nota: o valor para 2014 do VB está expresso em termos nacionais.

Como explicar essa enorme diferença entre dois partidos da nova direita radical em um mesmo país? O estudo da Bélgica é de grande valia porque a clivagem regional permite a comparação entre dois casos distintos da direita radical dentro de um mesmo contexto institucional. Num caso, temos uma direita radical de grande sucesso e, noutro, de retumbante fracasso. Ou seja, o estudo da Bélgica permite controlar variáveis como a influência do sistema eleitoral e dos fatores institucionais uma vez que são idênticos para ambas as regiões e ilumina a importância da organização e recursos para o sucesso da direita radical (Art, 2008). Variações na situação socioeconômica também poderiam ser aludidas. Mas algumas hipóteses comumente sugeridas na literatura para explicar o sucesso e o fracasso da direita radical, como a taxa de desemprego e a proporção de imigrantes, parecem incapazes de explicar a diferença de performance entre a direita radical em Flandres e na Valônia. Com efeito, a correlação entre essas variáveis encontra-se em relação inversa ao suposto teórico. Na Valônia a taxa de desemprego e a proporção de imigrantes, por exemplo, são maiores do que em Flandres (Art, 2008: 425-6). A explicação reside, portanto, em outro lugar.

Ao contrário de Flandres, na Valônia a comunidade de língua francesa sempre foi dominante e, por isso, nunca vicejou na região um movimento nacionalista do tipo flamengo. O nacionalismo valão, aliás,

esteve associado ao campo da esquerda e não ao da direita. De modo geral, ele era belga, isto é, nacional e não regional (Ignazi, 2003: 125). Assim, não é de surpreender a fraqueza do Partido Rexista, o principal representante da extrema direita na Valônia, antes e durante a ocupação nazista. Dado o tamanho diminuto do movimento e sua falta de suporte popular, foi fácil expurgar os resíduos do rexismo após a guerra. Diferentemente da VNV, a narrativa que prevaleceria sobre os rexistas dizia que se tratava de traidores e não de vítimas iludidas por suas próprias boas intenções. O ambiente que pesava sobre eles, portanto, era tão repressor e a memória da colaboração tão demonizada que foi impossível para a extrema direita organizar-se na Valônia senão em pequenos grupos clandestinos, geralmente extremistas e com tendências à violência.

Apenas na década de 1960, com o “trauma” da descolonização, abriu-se uma janela de oportunidade para a direita radical (Ignazi, 2003: 126). Entretanto, nenhum movimento chegou a alcançar uma posição sequer minimamente significativa na Valônia até o surgimento da FN(b). Fundado em 1985, a FN(b) pretendia assumidamente ser a versão belga do partido homólogo francês. Portanto, tinha nos imigrantes seu principal alvo. Contudo, ao contrário deste, e apesar de uma tentativa de crescimento eleitoral nos anos 1990, o FN(b) seguiu debilitado por sua fraqueza organizacional e querelas internas até sua dissolução em 2010.

Essa diferença em termos de história e capacidade de recursos teve consequências importantes para a formação e sucesso da nova direita radical na Valônia. Enquanto o VB emergiu “a partir de uma densa rede de organizações de extrema direita que estavam historicamente enraizadas na sociedade flamenga, a *Frente Nacional* não tinha um legado desse tipo sobre o qual se basear” (Art, 2008: 430). Isto é, a FN(b) teve que começar do zero, sendo que os poucos recursos dos quais dispunha eram militantes extremistas os quais, por isto mesmo, mais dificultavam do que facilitavam a construção do partido (*idem*: 436). Isso explica porque na Valônia não ocorreu o mesmo avanço da direita radical que observamos em Flandres.

Atualmente, no entanto, mais especificamente desde as eleições de 2009, o VB tem visto sua votação declinar significativamente. Embora a direita radical geralmente lucre na posição de oposicionista, em certas condições, como neste caso, estar permanentemente na oposição pode ser prejudicial. Uma estratégia de isolamento partidário (do tipo “cordão sanitário”), associada ao aparecimento de concorrentes

mais moderados disputando os mesmos nichos eleitorais (como a questão da imigração), pode levar o eleitor a orientar-se racionalmente a fim de maximizar a utilidade de seu voto. Assim, se por um lado – como vimos no caso do FPÖ – assumir responsabilidade governamental pode ser prejudicial a um partido de extrema direita, por outro, permanecer na oposição indefinitivamente também pode ter consequências negativas, já que o partido tende a ser percebido como irrelevante no longo prazo (Pauwels, 2011).

CAPÍTULO 2 – DO QUE É FEITA A NOVA DIREITA RADICAL? DEFININDO E CLASSIFICANDO UMA NOVA FAMÍLIA DE PARTIDOS

A primeira dificuldade que a análise da literatura a respeito da direita radical na Europa chama a atenção é a falta de uma definição e uma terminologia comumente utilizada pelos estudiosos para descrever o fenômeno. Virtualmente toda revisão bibliográfica neste campo começa apontando para tal situação. Em que pese três décadas de intensa pesquisa, os estudiosos não foram capazes ainda de alcançar um acordo básico quanto à melhor maneira de nomear, definir e classificar os partidos dessa nova família. Anastasakis (2000: 5) resume bem o problema:

Three initial shortcomings can be therefore identified in the study of the extreme right: a lack of a commonly accepted definition, a confusing terminology and a difficulty in the categorisation of the variety of cases that belong to the extreme right political family.

Como já tive oportunidade de mencionar na introdução, esse conjunto de questões constitui uma das duas grandes problemáticas existentes no campo de pesquisa sobre a direita radical. Analisar e discutir detalhadamente as principais terminologias, definições e classificações empregadas neste campo são os objetivos deste segundo capítulo. Antes disso, todavia, é necessário entender como o conceito de *família de partidos* é empregado na análise da direita radical, bem como recortar a direita radical da noção mais ampla de *extremismo de direita*, a qual envolve outros tipos de atores políticos além dos partidos políticos.

2.1. Extremismo de direita e família de partidos

O primeiro ponto que deve ser tratado aqui diz respeito à diferença entre a direita radical entendida como uma família de partidos e a noção mais ampla de *extremismo político de direita*. Esta dissertação lida com partidos políticos, assim como a maioria dos estudos dentro desse campo de pesquisa e a maioria da bibliografia consultada. Entretanto, o fenômeno do extremismo de direita pode ser entendido tanto numa acepção ampla quanto restrita do termo. A noção ampla

engloba, além da família de partidos da direita radical, outros atores políticos extrapartidários e grupos sociais não políticos. Nesse sentido, Minkenberg (in: Melzer e Serafin, 2013: 13; in: Merkl e Weinberg, 2003: 4) distingue entre subculturas de extrema direita, movimentos sociais e – no topo da cadeia alimentar por assim dizer – partidos políticos.

Subculturas são meios de socialização cuja visão de mundo particular pode resultar da posição ocupada por seus membros dentro da sociedade e da experiência associada a ela em determinadas circunstâncias. Seus valores e crenças extremistas de direita podem decorrer, por exemplo, da derrota dos regimes fascistas em famílias que possuíam profundos vínculos com esse passado ou da experiência da descolonização em grupos sociais negativamente impactados por esse processo, etc. Vale lembrar que uma pessoa pode ser socializada dentro de uma subcultura de extrema direita e nunca se tornar um ativista político. Já os movimentos sociais de extrema direita são produzidos no seio dessas subculturas. Caracterizam-se por certo grau de organização e atuação política, pela identificação de inimigos ou adversários e por uma pauta relativamente clara de demandas. Movimentos sociais têm um ponto de início discernível no tempo, podem sofrer rachas e transformações e, eventualmente, desaparecer. Em uma mesma subcultura podem conviver vários movimentos sociais, frequentemente em conflito. Nessa categoria encontram-se também grupos terroristas, violentos e revolucionários.

Um partido político de direita radical é, tal como qualquer outro partido, uma organização altamente especializada e centralizada voltada para a obtenção de cargos políticos mediante a colocação de candidatos no processo de competição eleitoral. Se e como membros de uma subcultura e de um movimento social formarão um partido depende primeiramente das oportunidades existentes dentro de um sistema político e dos incentivos oferecidos pelo mercado eleitoral. Não é necessário que um partido seja percebido pelos diversos grupos dentro de um movimento social de direita radical como seu representante “oficial”. Frequentemente, aliás, há certa rejeição e desconfiança da parte desses grupos em relação aos partidos que procuram representá-los, especialmente no caso dos indivíduos mais extremistas, por causa da tendência de acomodação e institucionalização implicada na atuação de um partido político dentro de um regime democrático – o oposto sendo igualmente verdadeiro na medida em que os partidos precisam dissociar sua imagem das atividades frequentemente ilegais dos movimentos extremistas a fim de angariar legitimidade.

Além de subculturas, movimentos sociais e partidos políticos, podemos identificar uma quarta categoria dentro da acepção ampla de extremismo de direita constituída por escolas intelectuais, *think-tanks* e veículos de comunicação. Essas organizações são de grande importância para a construção e sistematização da ideologia, discurso e frames adotados pelos movimentos sociais e partidos políticos da direita radical. Nem sempre, contudo, possuem vínculos com essas organizações voltadas para a ação coletiva e política. Frequentemente, aliás, preferem manter distância do mundo “corrompido” da atividade política enquanto travam suas batalhas no campo da cultura – em uma apropriação pela direita da estratégia gramsciana. A relação entre a FN e o movimento intelectual francês Nova Direita ilustra isso muito bem. A reformulação da ideologia e do programa da FN inspirou-se largamente nas ideias de Alain de Besnoit e seus colaboradores, mas Besnoit sempre negou qualquer vínculo com os frentistas – na verdade, de modo geral sempre mostrou-se bastante crítico em relação ao partido.

Essas diferentes categorias que constituem o extremismo de direita em sua acepção ampla não são objetos de estudo desta pesquisa. Interessa-me aqui apenas a categoria dos partidos políticos. Sem dúvida, subculturas, movimentos, partidos e círculos intelectuais estão em constante contato, estabelecendo uma rede de trocas, tanto de militantes quanto de ideias, e uma dinâmica de conflitos e cooperação entre seus diferentes elementos. Mas as condições e formas de atuação de cada um desses atores são fundamentalmente diferentes e devem ser analiticamente separadas. Embora a literatura sobre partidos políticos tangencie as relações destes com grupos e organizações não partidárias – em especial ao analisar a origem e trajetória desses partidos, como no caso da fundação da Frente Nacional (FN) na França, mas também ao analisar suas estratégias de mobilização e captação de militantes, como no caso da atuação do NPD na Alemanha – os problemas desse campo de pesquisa giram em torno de desempenho eleitoral, competição partidária, preferências políticas, etc. Ou seja, questões associadas diretamente com a atuação dos partidos políticos.

Para os estudiosos, esses partidos políticos constituem uma *família partidária*. Família de partidos é um conceito desenvolvido na ciência política comparada e muito utilizado no campo de pesquisa sobre a direita radical. Embora suas origens possam ser encontradas em estudos clássicos – em especial na teoria das clivagens de Stein Rokkan –, a categorização de partidos em amplas famílias políticas começou a ser tentada sistematicamente a partir da década de 1980 através de

trabalhos como os de Daniel-Louis Seiler e Klaus von Beyme, e desde então tornou-se um procedimento comum na pesquisa comparativa sobre partidos políticos (Mair e Mudde, 1998; Mudde, 2000).

Esse conceito é empregado com o objetivo de agrupar um conjunto de partidos que em função de determinadas semelhanças podem ser classificados dentro de um mesmo tipo ou família, permitindo assim a comparação entre eles. Dos muitos critérios que podem ser empregados para tanto, Mudde (2000) defende que o mais apropriado é a ideologia. Em certo sentido, a escolha da metáfora família é infeliz porque as semelhanças que ela supõe não são genéticas, e tampouco os vínculos entre os partidos são formalmente estabelecidos. Ao contrário, eles são atribuídos pelo observador, e na maioria dos casos os partidos estão completamente alheios ao fato de pertencerem a esta ou aquela família. Não obstante, a metáfora se sustenta porque ela é uma condição metodológica *sine qua non* da política comparativa. Como afirmam Mair e Mudde (1998: 212):

it is only by identifying links and equivalences among parties in different polities that we can get a proper sense of what should and what should not be compared or of what is like and unlike. Hence we tend to compare socialist or social democratic parties with one another, or liberal parties, or Christian democratic parties [...].

Mair e Mudde (1998) identificam quatro abordagens presentes na literatura sobre famílias partidárias, cada uma delas baseada em um critério diferente. São elas:

first, those that identify different party families in terms of the origins (and/or the sociology) of the parties concerned; second, those that develop the classification in terms of the international federations or other transnational groupings to which the individual parties belong; third, those that seek similarities in party policy or even in party ideology [...]; and finally, those that simply look to the party name or label. (Mair e Mudde, 1998: 214-5)

Não há necessidade de entrar em cada uma delas de forma detalhada. Essas abordagens interessam-me aqui apenas no que toca à sua maior ou menor utilidade em relação ao estudo da direita radical.

Em que pese os problemas gerais associados a todas essas abordagens, duas delas em particular encontram ainda mais dificuldades quando se trata de classificar a direita radical: vínculos internacionais e nome do partido. Isso porque, diferentemente de outras famílias – especialmente no caso dos partidos de esquerda, como os socialistas, mas também em relação a democratas cristãos e liberais –, a direita radical não possui vínculos internacionais relativamente estáveis e duradouros. Além do fato de a maioria dos partidos da direita radical não estar representada no Parlamento Europeu ou de essa representação ser frequentemente efêmera, as causas da instabilidade desses vínculos – a despeito da convergência ideológica e programática em torno de alguns temas chaves – estão associadas a interesses nacionais específicos, a incentivos estratégicos para não associar a imagem do partido a parentes mais radicais, e à persistência de velhos conflitos territoriais e étnicos (Ivaldi in: Backes e Moreau, 2012: 18). Além do mais, esses partidos podem ser notavelmente fraticidas, e tensões, conflitos e rupturas são muito comuns tanto dentro quanto entre eles. Assim, tentativas de alianças e coordenação a nível internacional através da criação de blocos ou confederações partidárias – a exemplos da *Europe of Freedom and Democracy*, da *Identity, Tradition, and Sovereignty*, da EURONAT e da *Alliance of European National Movements* – de modo geral falharam ou permanecem muito incipientemente desenvolvidas.

Do mesmo modo, diferentemente de outras famílias de partidos, a direita radical não emprega o(s) (vários) nome(s) atribuído(s) a ela para designar seus próprios partidos. Em parte, isso se explica pela ausência de uma história e uma tradição intelectual comuns, mas também por razões ideológicas. Com efeito, alguns desses partidos chegam mesmo a recusar a noção “de direita” (como é óbvio no caso dos dois Partidos de Centro holandeses (*Centrumpartij*, CP e *Centrumpartij* '86, CP'86), enquanto outros nem sequer se identificam como partidos (Hainsworth, 2008; Mudde, 1996). Além de ideológicas, há também considerações estratégicas envolvidas na recusa do nome “direita radical”. Para partidos que em sua maioria buscam legitimidade e acomodação à ordem política, vincular seu nome à noção de extremismo ou radicalismo seria um contrassenso.

Em suma, por um lado, nem todos os partidos de direita radical possuem vínculos internacionais ou esses vínculos têm sido inconsistentes ao longo do tempo; por outro, os nomes que eles adotam variam gritantemente, e não há um único corpo de pensamento

compondo uma tradição comum da qual todos esses partidos poderiam beber – exceto o fascismo, a única ideologia sistemática produzida pela direita radical de acordo com Ignazi (1992), porém em grande medida hoje recusada por ela. Restam, portanto, as duas outras abordagens – ideologia/programa e origem histórica e social –, sobre as quais se baseiam, de fato, a maioria das definições relativas à direita radical.

Segundo Carter (2005), há crescente consenso em torno da premissa de que uma definição válida da família em questão deve basear-se, sobretudo, no primeiro aspecto da primeira abordagem, isto é, em suas características ideológicas. Isso quer dizer que o conceito de direita radical descreve alguma forma de ideologia. Sua vantagem é que, enquanto o programa político de um partido é predominantemente orientado para fora, possivelmente escondendo intenções mais profundas por considerações táticas, e está demasiadamente determinado por circunstâncias contingentes e objetivos de curto-prazo, a ideologia reflete melhor sua natureza mais profunda e duradoura – o que um partido *é* ao invés de o que ele *diz* ou *faz*, nas palavras de Mudde e Mair (1998). Sem dúvida, essa parece uma separação difícil de ser operacionalizada na prática. O ponto é que essa proposição parte da ideia de que a ideologia fornece a base normativa sobre a qual o programa e as propostas de um partido são definidos. Além disso, em relação à uma perspectiva comparativa a ideologia é de maior interesse, uma vez que ela é formulada de maneira mais genérica do que um programa político, evidentemente associado de maneira mais íntima ao contexto nacional dentro do qual o partido atua.

Isso não quer dizer que a segunda abordagem – a origem histórica e social – esteja excluída do campo de pesquisa sobre a direita radical. Pelo contrário, embora a direita radical não seja a única nova família cuja origem está associada ao aparecimento de novas clivagens sociais e às suas implicações políticas – estando os Partidos Verdes localizados no polo oposto da nova clivagem aberta pela transformação das democracias europeias em sociedades pós-industriais –, teorias importantes cuja definição da direita radical é feita com base em uma abordagem sociológica são ainda muito influentes e bastante utilizadas entre os estudiosos (e.g. Kitschelt, 1995; Ignazi, 1992; 2003; Minkenberg, 2011) – (ver capítulo 3).

Contudo, essas duas abordagens não estão também isentas de problemas. Como já notado, o agrupamento de uma família de partidos com base em sua ideologia é sempre uma atribuição externa feita pelo observador e não deriva necessariamente da autoidentificação dos partidos, como acontece quando se olha para seus nomes ou vínculos

internacionais. Isso não chega a ser exatamente um problema, mas deve-se manter em mente que o agrupamento desses partidos depende da percepção dos pesquisadores e não carece aceitação da parte dos próprios partidos. Quanto à primeira abordagem em particular, além do fato de a ideologia constituir um conceito de difícil determinação, existe uma enorme variedade de fontes das quais se pode apreendê-la (programa, manifestos, discursos, entrevistas, etc.). Embora cada uma delas tenha suas próprias vantagens e desvantagens as quais devem ser sopesadas à luz dos objetivos do pesquisador, para a compreensão da ideologia de um partido maior atenção deve ser dada aos textos escritos e falados internos, ou seja, voltados para militantes e quadros, na medida em que os textos voltados para o público externo podem ser de alguma maneira suavizados por considerações estratégicas impostas pela necessidade de legitimidade e maximização de votos. O acesso a esses textos internos, no entanto, é outro problema.

Quanto à segunda abordagem, por sua vez, sabe-se que todo partido é uma forma de organização social extremamente dinâmica, de tal sorte que os mais de trinta anos transcorridos desde o surgimento da direita radical são suficientes para fazer da simples origem comum um critério insuficiente. O critério histórico-genético tende, assim, a dar ênfase no modo como determinados partidos surgiram e a menosprezar seu desenvolvimento ulterior, desconsiderando transformações subsequentes.

Não obstante essas ressalvas, uma abordagem que combine paralelamente perfil ideológico e origem histórica, como propõem Mair e Mudde (1998), provavelmente é a melhor estratégia de análise. Isso tanto porque ela centra-se no que os partidos *são* ao invés de no que eles *fazem*, quanto porque permite dar conta das duas dimensões – sincrônica e diacrônica – nas quais uma família de partidos necessariamente existe. A análise da origem histórica da nova direita radical foi feita no primeiro capítulo. Agora, antes de passar à análise de suas características ideológicas, é importante discutir ainda na introdução deste capítulo a relação entre direita radical e o espaço político-ideológico, uma vez que o termo direita radical pressupõe a validade da tradicional noção dicotômica de direita e esquerda.

2.2. Localizando a direita radical no espaço político: à direita da direita

Em parte, algumas das dificuldades associadas às noções de direita radical ou extrema direita são decorrentes dos problemas associados com a representação unidimensional do espectro político-ideológico; isto é, da ideia de que os padrões de competição política podem ser representados por uma metáfora espacial unidimensional opondo dois campos ideológicos onde uma única dimensão (esquerda-direita) sintetiza uma variedade enorme de temas e conflitos (Huber e Inglehart, 1995).

Embora a frustração com essa representação espacial unidimensional dos conflitos políticos não seja algo novo, o ceticismo quanto à sua validade e capacidade heurística para apreender completamente as posições e antagonismos em jogo aumentou de algumas décadas para cá diante da crescente complexificação das sociedades modernas, do “descongelamento” das clivagens políticas tradicionais e da “muldimensionalização” dos conflitos, da crise do socialismo e do colapso do comunismo, do aparecimento de novos atores políticos e de uma “nova política” (*new politics*) orientada por valores pós-materialistas, etc. (Bobbio, 1995; Giglioli in: Rosas e Ferreira, 2013; Ignazi, 2003). As dificuldades aumentam quando se olha especificamente para os partidos de direita radical, cujo aparecimento se dá justamente neste contexto e está associado à emergência de novos nichos no espaço de competição política decorrentes dessas transformações sociais e culturais. Além disso, mesmo se se admite que a despeito dessas transformações a díade esquerda-direita mantém seu significado – e, por extensão, sua utilidade –, tal significado não é uma propriedade intrínseca dessas palavras em si ou do campo político que designam. Dependendo da situação, do tempo ou dos atores, ser de direita ou de esquerda pode significar coisas diferentes. Atualmente, essas noções talvez tenham se tornado significantes vazios, sem qualquer conteúdo definido. Sendo a própria noção de direita elusiva, isso nos leva a concluir que, *ipso facto*, a de direita radical (ou extrema direita) também o é (Hainsworth, 1994: 3).

Existe também a questão de se uma imagem linear dos polos esquerda-direita representa de maneira fiel a relação entre os campos políticos mais afastados do centro. Talvez fosse mais apropriado representar curvilinearmente esse espaço unidimensional, uma vez que certas ideias e temas alocados em ambos os seus extremos opostos (como a rejeição às liberdades individuais em favor de alguma noção de

comunidade ou coletividade e o uso da violência para alcançar fins políticos) se aproximam numa medida maior do que em relação ao espaço mais próximo ao centro – como os regimes totalitaristas de Stálin e Hitler exemplificam emblematicamente. Muitos dos próprios partidos da direita radical tendem a recusar a dicotomia entre esquerda e direita para se colocarem acima ou fora dela. Essa recusa, aliás, já era uma característica importante do fascismo clássico, que propunha uma terceira posição (*third position*) entre capitalismo e socialismo e era tanto antiliberal quanto antissocialista. Em vista de algumas das suas políticas ou das formas que assumia – por exemplo, fascismo como movimento e fascismo como regime, cuja diferença reside em seu ímpeto revolucionário num caso, e conservador no outro (De Felice, 1976; Paxton, 2004) –, é tarefa difícil localizar inequivocamente o fascismo no campo da direita. Ideias de esquerda, advindas particularmente de meios socialistas antimarxistas e do sindicalismo anárquico, influenciaram profundamente a ideologia fascista.

Assim, a distinção entre esquerda e direita ganha um significado muito particular em ideologias extremistas de direita como o fascismo, e isso também vale em certa medida para a direita radical de hoje. Para ela, essa distinção não passa de uma falsa divisão da sociedade decorrente de interesses particularistas. Como a direita radical é, via de regra, nacionalista e populista, essa dicotomia político-ideológica é entendida como uma distinção que decorre da falsa divisão da nação ou do “povo” por seus inimigos (internos e externos). Nesse sentido, a extrema radical não seria nem de esquerda, nem de direita, porque ela parte de uma concepção homogênea e holística da comunidade política. Daí porque tende a recusar também a noção de partido, igualmente associada com faccionalismo e interesses particularistas. Com efeito, os partidos da nova direita radical manifestam um discurso antipartidário, frequentemente preferindo ver a si mesmos como constituindo um movimento, frente, liga, bloco ou aliança unificando o povo e a nação em prol de seu progresso e liberdade (Hainsworth, 2008: 6-8).

Portanto, além do hibridismo entre elementos de esquerda e direita presentes nas visões extremistas de direita, a recusa dessa dicotomia está também associada à recusa do pluralismo democrático, ou seja, de que na sociedade e na política existem diferentes visões legítimas cuja competição entre si deve estar assegurada por dispositivos legais (Rosas e Ferreira, 2013).

A despeito de todas essas questões, a noção de direita permanece, na prática, válida. A metáfora espacial é compartilhada pelas pessoas e

ela molda seu comportamento eleitoral, as quais a utilizam como um mapa para se orientar entre os diferentes atores, discursos, temas e propostas políticas (Brug, 1999). Além disso, a tendência dominante entre os especialistas é entender o conflito político como sendo estruturado em torno de uma única dimensão cujos polos são definidos como esquerda-direita, embora seu significado concreto varie de contexto para contexto (Huber e Inglehart, 1995). Observa-se ainda uma justaposição entre o significado conferido às noções de esquerda e direita pelo público com o definido por intelectuais e cientistas políticos. No que se refere aos partidos de direita radical especificamente, pesquisas de opinião de especialistas (*expert surveys*)²⁰ mostram consistência na classificação desses partidos no lado mais extremo do polo direito. Isso vale também para a percepção do eleitorado. Qualquer que seja a explicação que se dê à persistência da metáfora espacial, ela provavelmente perdura porque “the Right-Left schema has the basic function of giving sense to, and orientation in, a (complex) political world.” (Ignazi, 2003: 10).

Em razão de sua simplicidade, esse esquema tem a função cognitiva de reduzir a complexa e plural realidade política e social em alternativas simples e manejáveis. Embora – e talvez por isso mesmo – sejam poucos os estudiosos que analisam explicitamente a questão como faz Ignazi ou Carter (2005), a maioria dos estudiosos aceita implicitamente a validade da noção de direita ao adotar termos como direita radical e extrema direita, indiscutivelmente as duas principais terminologias utilizadas no campo. Mas também quando usam outras terminologias baseadas em características ideológicas-chaves desses partidos, como nacional-populismo por exemplo, supõem-se que essas características, mesmo sendo encontradas em ideologias de esquerda ou de direita, no caso específico dos partidos da direita radical definem partidos situados no campo direito do espectro político-ideológico.

A literatura parece aceitar de forma tácita um conceito de direita cujo sentido se aproxima daquele proposto por Bobbio (1995), isto é, de que a direita está associada a uma atitude mais restritiva em relação ao

²⁰ A despeito das possíveis limitações implicadas neste método de medir o posicionamento dos partidos no espaço político (Budge, 2000), Steenbergen e Marks (2007) demonstram não apenas que há notável acordo entre os pesquisadores a respeito da localização dos partidos, mas também que há convergência dos dados produzidos entre essa e outras metodologias empregadas para medir a posição dos partidos no espaço político. Para uma discussão sobre esses outros métodos ver Carter (2005: 103-112).

ideal de igualdade e que esse ideal não pode ser um valor normativo da atividade política.²¹ A direita radical leva essa premissa um patamar acima ao postular que a natureza humana tende intrinsecamente à desigualdade. Sendo a desigualdade natural, ela é positiva e deve ser reforçada. Nesse sentido, Betz (1993: 413) afirma que a direita radical “are right-wing in their rejection of individual and social equality, in their opposition to the social integration of marginalized groups, and in their appeal to xenophobia, if not overt racism.” No mesmo parágrafo Betz define também o uso que faz da noção de radical: esses partidos são radicais “in their rejection of the established sociocultural and sociopolitical system”, ou seja, desejam uma mudança qualitativa do *status quo*, embora não cheguem a ser completamente antidemocráticos ou revolucionários.²²

Em suma, o fato de que os partidos da direita radical são antiliberais, antipluralistas, autoritários, xenofóbicos e/ou racistas têm profunda relação com uma visão desigualitária da natureza humana e da organização da sociedade e permite caracterizá-los como de direita. Além disso, o fato de que eles também rejeitam o *status quo* político, econômico e social e propõem uma transformação nas instituições e valores dominantes (ainda que não sob uma perspectiva antidemocrática ou revolucionária) de acordo com aquela visão desigualitária da natureza humana permite situar a direita radical corretamente no campo

²¹ Por exemplo, Mudde (2007: 26): “Following Bobbio, the key distinction in this study will be based on the attitude toward (in)equality: the left considers the key inequalities between people artificial and wants to overcome them by active state involvement, whereas the right believes the main inequalities between people to be natural and outside the purview of the state.” Ver também Carter (2005).

²² Betz ainda acrescenta um terceiro elemento à sua definição dos partidos populistas de direita radical (segundo sua terminologia): o populismo. Sua definição completa dessa família fica assim: “Generally, the majority of radical right-wing populist parties are radical in their rejection of the established socio-cultural system and their advocacy of individual achievement, a free market, and a drastic reduction of the role of the state without, however, openly questioning the legitimacy of democracy in general. They are right-wing first in their rejection of individual and social equality and of political projects that seek to achieve it; second in their opposition to the social integration of marginalized groups; and third in their appeal to xenophobia, if not overt racism and anti-semitism. They are populist in their unscrupulous use and instrumentalization of diffuse public sentiments of anxiety and disenchantment and their appeal to the common man and his allegedly superior common sense.” (Betz, 1994: 4).

à direita da direita, isto é, à direita da direita moderada – o que não exclui a existência de partidos situados mais à direita da direita radical, como no caso dos partidos neofascistas.

2.3. Problemas terminológicos: um nome para uma nova família de partidos

Em relação às três deficiências inicialmente identificadas por Anastasakis (2000) na literatura a respeito da direita radical, a confusão terminológica é talvez a mais evidente. A variedade de terminologias diferentes usadas para designar os partidos dessa família é vertiginosa. Inicialmente, quando seus primeiros representantes começaram a despontar, eles foram vistos como estreitamente ligados à extrema direita do período entreguerras. Entretanto, logo ficou claro que, embora conexões desse tipo realmente existissem em alguns casos, a nova direita radical é fundamentalmente diferente e original. Como resultado, os pesquisadores avançaram uma plethora de definições e terminologias a fim de demarcar essa especificidade. Para citar alguns exemplos de terminologias, denominações como *extrema direita* (e.g. Carter, 2005; Hainsworth, 1994; 2008; Ignazi, 2003), *nova direita radical* (Kitschelt e McGann, 1995), *populismo radical de direita* (Betz, 1993; 1994; Rydgren, 2005), *direita radical populista* (Mudde, 2007), *novo populismo* (Taggart, 1995), *populismo nacional* (Lacquer, 1996) *inter alia* reivindicam igual validade dentro desse campo de pesquisa.

Naturalmente, a maioria dessas terminologias converge em relação a algumas características-chaves, de modo que a sua escolha pode ter-se devido a razões simplesmente contingenciais. Contudo, cada uma delas pressupõe uma ênfase distinta em alguma ou algumas características em particular e, portanto, pode estar embasada em diferentes perspectivas teóricas. Assim, divergências terminológicas pode ser expressão de divergências teóricas na hora de definir o que se entende por direita radical, mas não necessariamente. Mais frequentemente elas resultam da falta de uma definição clara. Termos diferentes às vezes são empregados de forma intercambiável, ao passo que um mesmo termo pode ser empregado com significados e intenções diferentes. Outras vezes ainda o uso de determinada terminologia é justificado apenas por convenção ou é contextual em razão da tradição intelectual nacional a partir da qual o autor escreve.

Como se pode imaginar, essa situação é fonte de grande confusão e dificuldades para os pesquisadores. O cerne do problema está no fato de que se trata sempre de analisar um mesmo heterogêneo e

multifacetado fenômeno político – o surgimento e desenvolvimento de uma nova família de partidos nas democracias europeias a partir da década de 1980 – a partir de uma variedade de referenciais teóricos e recortes empíricos. Dois autores podem empregar termos diferentes para designar um mesmo conjunto de partidos, enquanto outros podem utilizar um mesmo termo para designar dois conjuntos idênticos de partidos ou que se sobrepõem apenas parcialmente, embora em cada uma dessas situações todos eles tenham como objetivo descrever um mesmo fenômeno político.

Eatwell (in: Eatwell e Mudde, 2004) discute as vantagens e desvantagens implicadas no emprego de quatro termos que aparecem recorrentemente na literatura: (neo)fascismo, extrema direita, direita radical e populismo. Esses são os termos mais comuns utilizados pelos pesquisadores do campo e eles eventualmente são combinados para formar terminologias mais específicas, especialmente no caso do termo populismo. A seguir, faço uma discussão inspirada na de Eatwell. No final das contas, nenhuma dessas terminologias pode, por si só, descrever fielmente os partidos que pretende nomear. Daí a necessidade de introduzir subcategorias. Não obstante isto e apesar da grande heterogeneidade da família de partidos em questão, um nome genérico é uma necessidade inescapável. Na subseção abaixo discuto as supostas continuidades e rupturas da direita radical contemporânea com a tradição fundada pelo fascismo histórico e argumento em favor da originalidade daquela em relação a esta. Na subseção seguinte, justifico a escolha feita nessa dissertação pelo termo direita radical – o que não quer dizer que neofascismo ou extrema direita não possam ser empregados para nomear subtipos dentro da família da direita radical, uma questão a ser discutida na seção sobre tipologias, a última deste capítulo.

2.3.1. Fascismo e direita radical: continuidades e rupturas

Alguns estudiosos, especialmente no início das pesquisas sobre a direita radical, adotaram o termo neofascismo para descrever os novos partidos extremistas de direita que surgiam ao longo dos anos 1980 (e.g. Chelos *et al*, 1995; Eatwell, 1994; Harris, 1994). Esse termo, como é óbvio, bebe da experiência histórica do fascismo histórico e das tradições teóricas que procuraram caracterizar e explicar esse fenômeno. O prefixo neo à primeira vista sugere que os movimentos e partidos identificados com a história e ideologia fascistas sofreram uma

atualização após a derrota na II Guerra Mundial. Mas pode significar também que se trata simplesmente de uma sobrevivência anacrônica dessa ideologia política mantida por grupelhos fanáticos e radicalizados desprovidos de qualquer contato com a realidade. Em verdade, pode-se encontrar exemplos de ambos os casos na realidade.

Até os anos 1960 as teorias sobre o fascismo constituíam o principal referencial teórico usado para descrever e explicar os movimentos e partidos radicais de direita surgidos após a Segunda Guerra Mundial (Mudde, 1995b: 204). Pressupunha-se, portanto, que, a despeito de diferenças contextuais, havia uma continuidade essencial entre esses dois fenômenos políticos. O surgimento de novos partidos, os quais encaixavam-se desconfortavelmente nesse conceito, como o movimento Poujadista, colocou em questão a tese da continuidade. À medida que novos partidos e movimentos radicais de direita surgiam e os velhos partidos neofascistas se afastavam mais e mais desta tradição ideológica, uma série de outras terminologias e definições ia sendo avançada na literatura científica a fim de apreender a natureza de sua novidade. Entre essas novas terminologias estão direita radical e extrema direita, que discuto a seguir.

Isso não significa, contudo, que o termo neofascismo tenha sido completamente abandonado. Entre os estudiosos da direita radical, até meados da década de 1990 o debate ainda estava aberto e podia-se encontrar quem defendesse sua validade e aplicabilidade em relação também a esses novos partidos. Ainda hoje o termo tem validade e uso corrente para especificar um subgrupo menor dentro da direita radical como um todo. Como vimos no primeiro capítulo, partidos como o NPD alemão podem ser classificados como neonazista, e na Itália até a década de 1990 o MSI reivindicava a herança de Mussolini. Além disso, ele ainda é relativamente comum entre historiadores do fascismo e intelectuais de orientação marxista (e.g. Paxton, 2004; Renton, 1999).

Na verdade, como observa Betz (in: Merkl e Weinberg, 2003: 76), há uma grande tentação de ver a atual onda de extremismo de direita como sendo pouco mais do que uma ligeira atualização do fascismo histórico. Essa tentação é muito forte, sobretudo, em meios jornalísticos e políticos. Nesses meios o termo neofascismo é frequentemente usado em sentido impressionista, difamatório e axiologicamente carregado. Também em razão desses usos seu significado concreto é difícil de delimitar, já que ele ganha sentidos diferentes em discursos diferentes. Assim, muitas vezes o termo neofascismo é usado de forma pejorativa, retórica, impressionista, indiscriminada e sem qualquer rigor conceitual. Além disso, por causa

da execração e descrédito que os regimes de Hitler e Mussolini vieram a inspirar, mesmo os partidos e militantes comprometidos com essa ideologia tendem a se afastar dela, mesmo se apenas verbalmente e por razões estratégicas.

Soma-se a isso o fato de que a própria literatura sobre o fascismo até hoje não chegou a um consenso sobre o que exatamente constituiu o fascismo, sua natureza e causas, e se o fenômeno pode ser corretamente estendido para além da Itália e da Alemanha do entreguerras (De Felice, 1976; Eatwell, 1992; Payne, 1986). Weinberg (in: Merkl e Weinberg, 1993: 5) resume e enumera algumas dessas dificuldades como se segue:

First, despite an oceanic body of literature on the subject, there is still widespread disagreement among scholars over the nature of fascism. Was it reactionary or progressive? A mass movement or a class movement? Second, some observers insist that fascism was unique to interwar Europe, whereas others perceive it as alive today but as having migrated to parts of the Third World. Finally, for many people the word Fascist is hardly value-neutral. It has become a curse, a term to be hurled at politicians, political parties, or governments that the user finds offensive, almost irrespective of the nature of the offense.

Mas o principal problema com essa terminologia é que ela supõe uma continuidade fundamental entre o extremismo de direita do entreguerras e a direita radical contemporânea, perdendo de vista as rupturas e inovações que fazem desta nova família de partidos um fenômeno político muito distinto do fascismo histórico – como vimos, de um lado, o sucesso da FN na França está calcado precisamente em sua originalidade, a qual serviu de modelo a outros partidos do mesmo tipo, e, de outro lado, os próprios partidos originalmente fascistas como o MSI foram obrigados a se renovar a fim de encontrar algum sucesso ou caíram na marginalização e irrelevância da qual o NPD, por exemplo, nunca saiu.

Para começar há óbvias diferenças contextuais. Pós-industrialização, globalização, multiculturalismo, etc., são forças que moldam o tempo presente de forma essencialmente diferente dos processos e sociais em curso durante a primeira metade do século XX. Em segundo lugar, em termos de características ideológicas e organizacionais, a direita radical de hoje rompe com certos aspectos-

chaves do fascismo clássico, em especial pelo fato de aceitar as regras e procedimentos da democracia liberal e por abandonar a violência e o militarismo. Uma breve discussão acerca das diferentes características ideológicas dos dois fenômenos políticos em questão deixa claro esse ponto.

Segundo Krejčí (in: Cheles *et al*, 1995: 1), uma das características que definem um movimento ou partido (neo)fascista é o desejo de subsumir o grupo étnico de pertencimento – a nação, concebida em termos étnicos – dentro do território de um único Estado por quaisquer meios necessários, inclusive a violência. O problema com essa definição é que a direita radical contemporânea não manifesta o irredentismo típico do fascismo histórico, tampouco a noção de *lebensraum* (espaço vital) nazista. Por mais que o nacionalismo seja-lhe um valor central e que ela possa, em determinadas circunstâncias, politizar em cima de alguma questão nacional territorial mal resolvida, de modo geral a direita radical não põe em causa as fronteiras atuais dos estados-nações europeus, muito menos defende a agressão bélica como forma de adequá-las étnica ou historicamente. “Fascism bereft of aggressive chauvinism, of military force and war, is at most fascism on the defensive, promising to save Europe from a invasion of foreigners”, escreve Laqueur (1996: 100). Trata-se, segundo Eatwell (in: Eatwell e Mudde, 2004: 9), de um nacionalismo policêntrico, isto é, compatível com o europeísmo implícito na ideia de uma comunidade europeia de Estados nacionais nativistas.

Além disso, o nacionalismo e a xenofobia desses partidos não estão mais orientados por uma ideologia racista de fundamento biológico, e sim cultural – “etnopluralista” na linguagem da Nova Direita. Se se pode falar em racismo, ele se orienta menos por uma lógica de inferiorização do que por uma lógica de diferenciação (Taguieff, 1997; Wieviorka, 2007; 2009). Em resumo, o exclusivismo da nova direita radical está voltado mais para fora da Europa do que para dentro, e seu critério de exclusão é cultural ao invés de biológico.

Além disso, a nova direita radical, ao contrário do paramilitarismo fascista, se diferencia também pela recusa da violência como meio de atingir fins políticos. Ela tem diligentemente enfatizado e reiterado sua aceitação das regras do jogo democrático e buscado a via da oposição por dentro da ordem política vigente. Raramente denunciam a democracia em si mesma, e suas metas são estritamente eleitorais. Defensores do conceito de neofascismo não têm como ignorar isso, porém muitas vezes argumentam que se trata apenas de uma aceitação retórica e estratégica, uma cortina de fumaça para disfarçar sua

verdadeira natureza antidemocrática e autoritária (e.g. Eatwell in: Cheles *et al*, 1995). Embora seja verdade que muitos partidos de direita radical podem agir de maneira oportunista em relação ao sistema político, e que eles têm incentivos para fazê-lo num contexto político-cultural no qual o ideal democrático é a pedra angular, nenhum deles defende o tipo de transformação revolucionária do Estado e de transcendência social pregado pelo fascismo. Por exemplo, a FN na França nunca botou em questão a legitimidade da Quinta República, embora defenda reformas potencialmente autoritárias, como o fortalecimento do executivo (presidente) *vis-à-vis* o legislativo.

Como corolário disso, nenhum desses partidos dispõe de autênticas organizações paramilitares tal como os partidos fascistas originalmente dispunham. Sem mencionar as diferenças em termos de política econômica, já que a direita radical é pró-mercado (e, em alguns casos, especialmente durante os anos 1980, é radicalmente neoliberal) e não prega uma terceira via corporativista entre socialismo e capitalismo – no máximo, propõe restringir as redes de proteção do Estado de Bem-Estar Social aos membros do grupo nacional – uma política econômica que tem sido descrita como uma espécie de *welfare chauvinism*. Do mesmo modo, sua visão do Estado não é totalitária. A direita radical cobra do Estado firmeza apenas no que toca à preservação da ordem pública e da moralidade tradicional, ao mesmo tempo em que defende a redução de sua capacidade para intervir nos assuntos privados da sociedade civil. Em resumo:

Os partidos da direita populista são nacionalistas e apoiam uma limpeza étnica de contornos relativamente moderados, na forma de deportações organizadas, sejam voluntárias ou compulsórias. Mas não são estatistas; só da maneira mais vaga têm pretensões de “transcendência” dos conflitos de classe – que já não constituem uma questão candente na Europa –, e não têm organizações paramilitares. [...] Por estes motivos, não podem ser considerados efetivamente fascistas [...]. (Mann, 2008: 489)

À luz desses argumentos, o termo neofascismo pode ser considerado muito genérico ou simplesmente enganador. Não apenas as características ideológicas de ambos os fenômenos são diferentes, tal como esboçado acima, mas também o contexto histórico no qual estão inseridos. Desde o início dos estudos sobre a nova direita radical, os

pesquisadores apontam para as transformações estruturais pelas quais passaram as democracias ocidentais avançadas como condições necessárias para o surgimento dessa nova família de partidos (ver capítulo 3). Por outro lado, acontecimentos fundamentais sem os quais não se pode explicar a conquista da sociedade e do Estado pelos movimentos fascistas – entre os quais figuram a Primeira Guerra Mundial, a revolução comunista na Rússia, a transição para a democracia de massas e a crise de 1929 –, estão atualmente ausentes.

É verdade que, no final das contas, isso tudo não impede um partido de se tornar fascista. Uma vez a ideia tendo sido criada, argumenta Passmore (2002: 96), ela está potencialmente disponível para ser usada numa variedade de outras situações. Não obstante, ela certamente terá de se adaptar em maior ou menor medida às novas condições, e isso pode transformá-la radicalmente. O fato é que as condições existentes dos anos 1980 para cá e as existentes no primeiro pós-guerra são fundamentalmente diferentes e isso tem implicações sem dúvida profundas. Relativamente a outros tipos de extremismos de direita o neofascismo atualmente é um fracasso em termos eleitorais, estando confinado às margens das margens do sistema partidário ou, em especial, a grupelhos e subculturas minoritárias.

Não raramente os pontos de contato identificados entre ambos os fenômenos por alguns estudiosos dizem respeito basicamente a aspectos estilísticos e simbólicos (por exemplo, vestimentas e insígnias inspiradas na estética fascista), quando não são simplesmente inferidos a partir de manifestações de simpatia a certos elementos e personalidades dos regimes fascistas feitas em públicos pela liderança de algum partido da direita radical. Isso é comum naqueles meios impressionistas aos quais me referi de início, mas também entre alguns autores acadêmicos.

Renton (1999), por exemplo, argumentando a partir do caso francês, defende que “the FN should be described as fascist, because it does copy the most important aspects of classical fascism. The FN is racist, nationalist and militarist.” (Renton, 1999: 12). Essa afirmação é, em si, altamente questionável. É virtualmente impossível provar a tese de que a FN é militarista, quanto mais que o partido teria a intenção de “derrubar o Estado”, como defende o autor um pouco mais à frente. Mas ainda mais problemático é o fato de que se de um lado ele admite que o fascismo de hoje não é simples cópia do fascismo de ontem, pagando assim tributo aos fatos, de outro lado ele afirma que, “Beneath the surface the fascist ideology is there, first played down and then restored.” (*idem*). É difícil depreender algum significado concreto dessas duas proposições antitéticas. Para sustentar a sua tese Renton se

satisfaz com evidências meramente circunstanciais, como a opinião negativa de delegados do partido sobre os judeus ou indiscrições públicas da parte de alguns líderes – como quando Le Pen se referiu ao Holocausto como um mero detalhe da história. Ele ignora, assim, as intenções frequentemente retóricas e polêmicas de declarações como essa, quando não são simplesmente gafes. Conferir importância exagerada a evidências desse tipo é um procedimento sensacionalista muito mais próximo do jornalismo do que da ciência. Opiniões emitidas por figuras públicas de um partido sem dúvida deixam transparecer convicções pessoais, mas elas não podem ser generalizadas para o partido como um todo ou simplesmente igualadas à sua ideologia. Tais convicções podem, além do mais, não passar de uma visão romantizada de Hitler e Mussolini e nada mais. É preciso muito mais para demonstrar ser um partido fascista.

A maioria dos estudiosos do fascismo histórico tende a traçar uma distinção mais nítida entre o fascismo original e suas manifestações contemporâneas. Eles enfatizam as rupturas e diferenças ao invés das continuidades e semelhanças, e empregam o prefixo “neo” para denotar claramente essa diferença (e.g. Laqueur, 1996). Autores como Mann (2008) e Paxton (2004), embora vejam o fascismo como uma potencialidade inscrita no cerne da própria modernidade – e, portanto, como um fantasma sempre presente cuja possibilidade de reaparição existe, conquanto improvável –, deixam claro que um movimento comparável dificilmente identificar-se-ia como tal ou assumiria a mesma forma.

De todo modo, essas são opiniões de estudiosos do fascismo histórico e não da nova direita radical especificamente. Estes, por sua vez, são ainda mais enfáticos em distinguir e separar o fascismo histórico da nova família da direita radical. Se no início das pesquisas dentro deste campo os supostos vínculos entre essas categorias alimentavam o debate, atualmente o consenso é que, embora compartilhem alguns paralelos formais, aquela é diferente desta o suficiente para constituir um fenômeno próprio e, por isso, merece um tratamento analítico próprio. Com efeito, revisando quatro importantes estudos da primeira metade da década de 1990, Karapin (1998: 216) observa que já naquele momento uma das principais conclusões da literatura é que a Europa Ocidental tem experimentado não um ressurgimento do fascismo, mas o nascimento de um novo tipo de extremismo de direita.

Tendo isso em mente, podemos inferir dois problemas metodológicos gerais implicados no uso do termo neofascismo para designar a família da direita radical. Em primeiro lugar, sendo inegável o esforço consciente desses partidos para afastarem-se da tradição fascista e para apresentarem-se como competidores legítimos, o pesquisador em defesa do termo neofascismo frequentemente é obrigado a supor que esses partidos não falam a verdade, ou seja, que eles escondem de maneira oportunista suas reais intenções e objetivos antidemocráticos a fim de evitar o isolamento ou mesmo a proscricção (particularmente no caso da Alemanha, da Itália e da Áustria). Esse argumento, no entanto, é metodologicamente frágil.

Em primeiro lugar, porque, na ausência de provas concretas em contrário, presumir como falsa uma afirmação é pura especulação. Mesmo admitida a validade deste procedimento, restaria ainda o problema de como determinar o grau de sinceridade contido no discurso de um partido político. Sem dúvida, a direita radical tem incentivos para dissimular algumas de suas posições mais radicais ou impopulares e provavelmente deve fazê-lo. Mas o fato é que *todos* os partidos políticos escondem certos aspectos de sua ideologia e programa, a maioria por razões eleitorais, e nada sugere que podemos assumir ser a direita radical menos (des)honestas em sua propaganda e literatura do que outros partidos políticos (Mudde, 1995b; 2000).

Em segundo lugar, como demonstra Passmore (2002), um argumento desse tipo falha em satisfazer a condição de falseabilidade. Com efeito, pode-se sempre refutar qualquer evidência contrária à hipótese – isto é, uma evidência que sugira que os partidos de direita radical são distintos dos partidos fascistas – como efeito da natureza evasiva do objeto. Essa lógica é própria do pensamento conspiratório e sumamente inapropriada em uma investigação científica.

O segundo problema diz respeito à contradição entre abrangência e precisão, propriedades inversamente proporcionais de um conceito. A fim de incluir as várias expressões de radicalismo ou extremismo de direita pós Segunda Guerra Mundial é-se obrigado a alargar a tal ponto o conceito de fascismo que fica impossível precisar a distinção entre fascismo histórico e a nova direita radical e seu sentido perde qualquer utilidade (Fennema, 1997; Passmore, 2002). Hainsworth (1994: 5) observa ainda que o termo neofascismo não apenas concede uma importância exagerada à direita radical, superestimando sua real ameaça, como também impõe uma coerência aos vários extremismos de direita surgidos no segundo pós-guerra que eles não têm na realidade. Como corolário, ao mesmo tempo em que concede importância exagerada à

direita radical contemporânea, desvaloriza o significado histórico do verdadeiro fascismo.

Entretanto, recusar a associação direta entre fascismo e direita radical não significa recusar *ipso facto* o termo neofascismo ou negar capacidade descritiva a esse conceito. A questão é a que tipo exato de partido ele se refere. De meados da década de 1990 para cá, o uso do termo neofascismo tem sido marginal, frequentemente com o fito de delimitar um subgrupo minoritário e mais extremista dentro da categoria mais ampla da direita radical ou extrema direita – exemplos de tipologias desse tipo encontram-se em Ignazi (1992; 2003), Minkenberg (2011; in: Melzer e Serafin, 2013) e Fennema (1997; in: Rydgren, 2005), como veremos logo à frente. Isso também não significa que essa questão – as possíveis relações (materiais e formais) entre fascismo e direita radical – não seja mais um problema de pesquisa válido (um problema que os estudiosos do fascismo histórico especialmente se colocam), ou que traçar paralelos a partir de determinados aspectos comuns não resulte em insights interessantes (e.g. Betz, 1994; Hainsworth, 1994). Betz (1994: 23-7), por exemplo, utiliza a reinterpretação de Childers e Falter sobre a dinâmica eleitoral dos nazistas como modelo de análise também no caso da direita radical. Aliás, como observa Mudde (2010: 1169), as pesquisas sobre a direita radical no segundo pós-guerra estiveram largamente influenciadas pelas teorias desenvolvidas para explicar o fascismo histórico. Portanto, o pressuposto aceito na literatura é de que se deve distinguir, analítica e empiricamente, fascistas e radicais de direita em duas categorias diferentes. Hainsworth (2008: 17) observa acertadamente que todos os partidos neofascistas são extremistas (ou radicais), mas nem todos extremistas são neofascistas.

A fim de evitar todos os problemas implicados no uso do termo neofascismo, melhor seria reserva-lo para os partidos e grupos explicitamente associados à essa tradição ideológica, como o NPD e o MSI e a miríade de pequenos grupos de nostálgicos militantes neonazistas. Portanto, de modo geral o neofascismo é um termo que serve melhor à primeira onda de extremismo de direita do que à terceira. Conforme a influente distinção de Ignazi (2003), os partidos típicos da extrema direita pré-1980 nutriam vínculos muito mais profundos com o fascismo histórico do que os partidos surgidos na terceira onda, e é precisamente a ausência desses vínculos um dos aspectos centrais que separa a velha extrema direita da nova direita radical.

2.3.2. Principais terminologias: extrema direita, direita radical e direita populista

Direita radical e extrema direita são, de longe, as duas terminologias mais presentes na literatura. É difícil, no entanto, saber qual das duas é de fato a mais utilizada. Desde os anos 1970 extrema direita e direita radical têm sido usados em substituição ao termo neofascismo como o nome genérico para os partidos localizados na extremidade direita do espectro político. Eventualmente, o termo extrema direita ganharia preeminência em detrimento da direita radical nas décadas seguintes. Segundo Mudde (1995b), hoje há um amplo consenso internacional a respeito de seu emprego, o que significa que ele se tornou o termo mais disseminado na literatura. É com base nessa alegação que Eatwell (in: Eatwell e Mudde, 2004) justifica sua escolha pelo termo extrema direita; isto é, em razão de sua difusão, trata-se de uma “imperfeita porém útil” abreviação. Embora os partidos atuais não possam ser entendidos como extremistas no sentido tradicional (uma vez que aceitam e não procuram subverter os procedimentos e instituições da democracia representativa), Eatwell (*idem*: 14) argumenta que o termo extrema direita é relevante porque traz embutido uma advertência para os liberais complacentes e permissivos com a sua existência.

Embora Eatwell corrobore, assim, a afirmação de Mudde sobre a prevalência do termo extrema direita na literatura, é preciso tomá-la com cuidado. De fato, o próprio Mudde (1996), em outro artigo praticamente coetâneo ao supracitado, admite que o termo extrema direita vem sendo crescentemente desafiado nos últimos anos. O problema maior, no entanto, é que ele não apresenta dados para sustentar sua primeira afirmação, e fica-se com a sensação de que ela não passa de impressão pessoal – ainda que de uma fonte abalizada. Com efeito, outra fonte abalizada, a cientista político Carter (2005), oferece-nos uma impressão oposta. Eventualmente, Mudde (2007) muda de posição posteriormente, abandonando o termo extrema direita e adotando direita radical. Com qual dos dois ficar, então?

Independentemente de qual termo é o mais empregado na literatura, isso não significa que isto se dê em razão da sua capacidade heurística, nem que todos os estudiosos compartilhem de uma definição comum. Escolher qualquer uma das opções disponíveis por conveniência evita que o pesquisador se enrede em discussões terminológicas virtualmente intermináveis, mas ela só é desculpável quando essa discussão extrapola os objetivos da sua pesquisa e quando a sua ausência não implica em prejuízos analíticos. Não obstante, chegar a

um consenso quanto à melhor terminologia a ser empregada é uma meta inescapável de qualquer campo de pesquisa.

O termo extrema direita está, em alguma medida, associado ao conceito de fascismo, uma vez que sua origem reside nas teorias e estudos sobre o fascismo histórico e o totalitarismo (Beyme, 1988; Fennema, 1997). Na perspectiva das teorias do totalitarismo, a noção de extremismo *tout court* é entendida como oposição à democracia liberal, geralmente empenhada por meios violentos. Nesse sentido, extrema direita costuma designar as franjas antidemocráticas atuando dentro de um regime democrático. Além disso, o termo está associado não apenas a partidos que adotam meios violentos para atingir fins políticos antidemocráticos, mas também à rigidez de pensamento, à crença de que existe apenas um único caminho e uma única “verdade”. Sobre isso, escreve Carter (2005: 16):

In the more modern era, and since the advent of the totalitarian regimes of the twentieth century in particular, extremism is most often conceptualized as the antithesis of liberal democracy. This means that on the one hand, it is characterized by its rejection of the ‘fundamental values (human rights), procedures and institutions (free, equal, direct and secret elections; party competition; pluralism; a state based on the rule of law; separation of powers) of the democratic constitutional state’, while on the other, it is distinguishable by what it embraces: absolutism and dogmatism.

Essa definição, no entanto, não faz distinção entre esquerda e direita. Violência, subversão da ordem política e dogmatismo podem estar presentes tanto em ideologias de direita quanto de esquerda. Próxima à perspectiva de Bobbio (1995), Carter avança traçando a distinção entre esses dois tipos de extremismo com base na atitude em relação ao princípio fundamental da igualdade humana: “right-wing extremism emphasizes the notion of inequality of individuals, and ‘extreme right-wing models of political and social order are rooted in a belief in the necessity of *institutionalised* social and political inequality’.” (Carter, 2005: 16). Talvez o mais importante entre esses modelos de extrema direita aos quais a autora se refere – baseados na crença da desigualdade entre as pessoas e da necessidade de institucionalizar tal desigualdade a partir da rejeição dos procedimentos

da democracia liberal – é precisamente o fascismo. Para Ignazi (1992), até a criação do novo modelo de extrema direita pelos partidos da nova direita radical nos anos 1980, era o vínculo com o fascismo (até então a única ideologia sistemática produzida no campo da extrema direita, embora, obviamente, elementos de outras tradições de pensamento fossem amalgamadas nesse campo político), o qual fornecia o conteúdo ideológico e qualificava um movimento ou partido extremista como de direita.

Segundo Fennema (1997) esse quadro teórico-conceitual é bastante consistente, mas problemático na análise dos fenômenos contemporâneos. Já vimos as razões pelas quais o termo neofascismo atualmente deve ser reservado para partidos e grupos que explicitamente pretendem restaurar o Terceiro Reich – ou, no caso do neofascismo italiano, a República Social Italiana –, ou que têm nele sua principal referência ideológica. Em certo sentido, a origem do termo extrema direita dentro dessa tradição teórica carrega consigo alguns desses problemas (Fennema in: Rydgren, 2005: 1). Portanto, se esse termo pretende ter algum valor heurístico nos dias de hoje é preciso que ele seja de alguma forma afastado dela.

Uma das maneiras de fazer isso é desassociá-lo do uso da violência. De fato, como afirma Eatwell (In: Eatwell e Mudde, 2004: 8), “Recent academic attempts to define the ‘extreme right’ have tended to drop violence as a necessary characteristic”. Como já vimos, violência como meio para atingir fins políticos está relacionada com paramilitarismo, uma das características centrais do fascismo porém ausente nos partidos da direita radical de hoje. A recusa da violência é consequência da mudança de atitude face à democracia. Naturalmente, os estudiosos que adotam o termo extrema direita focam particularmente nesse aspecto (Carter, 2005; Ignazi, 2003). O problema ao qual eles têm de responder é como justificar o termo extrema direita aplicado a partidos políticos que não se consideram extremistas, buscam legitimidade constitucional, e atuam de acordo com os procedimentos da democracia representativa. Talvez a mais influente tentativa de preservar o termo extrema direita diante desse quadro foi feita por Ignazi (1992; 2003). Ao invés de caracterizar esses partidos como antidemocráticos, Ignazi – e, junto com ele, Carter – busca no conceito sartoriano de “partidos antissistema” (*anti-system parties*) a solução para essa aparente contradição entre partidos opositores, mas não necessariamente anticonstitucionais.

Ignazi define três critérios que um partido deve satisfazer a fim de ser incluído na extrema direita: espacial, ideológico e atitudinal. O

primeiro critério se baseia na posição de um partido ao longo do *continuum* esquerda-direita. O problema imediato com este critério é a questão de quão afastado à direita um partido tem de estar para ser considerado extremista. Selecionando-se os partidos mais à direita atuando nos países europeus verifica-se uma ampla variedade de tipos diferentes, desde conservadores e neofascistas, a neoliberais e etnonacionalistas. Portanto, nem todos os partidos localizados no fim do polo direito do espectro político são necessariamente de extrema direita em um sentido substancial. Isso porque ser de extrema direita em termos de posição espacial é relativo, depende da posição dos demais partidos no sistema partidário. Logo, o critério espacial sozinho é insuficiente. Não se pode inferir muita coisa dele. É preciso um segundo critério que forneça um conteúdo a essa família de partidos. Este critério é a ideologia. Segundo Ignazi, a única ideologia metódica da extrema direita foi desenvolvida pelo fascismo. Assim, até os anos 1970, os partidos extremistas de direita tinham como sua principal referência o MSI. Essa herança pode ser identificada no uso de mitos, simbologias ou slogans, geralmente veiculados com nostalgia, ou através da referência mais explícita a alguns elementos programáticos ou ideológicos típicos do fascismo como corporativismo e renascimento nacional. Como vimos, o problema com esse critério é que apenas uma minoria dos partidos de extrema direita contemporâneos faz algum tipo de referência ao fascismo. Aqui, portanto, entra o terceiro critério: o modo como esses partidos se relacionam com o sistema político no qual estão inseridos.

Em teoria, os partidos de extrema direita devem manifestar uma oposição de princípio aos valores e instituições de um regime democrático – são partidos antissistema na definição clássica de Sartori adotada por Ignazi. Como para a maioria dos partidos de extrema direita essa oposição não decorre da ideologia fascista, ao invés de uma ideologia bem estruturada Ignazi procura atitudes e crenças antissistema, isto é, atitudes e crenças que minam a legitimidade do sistema político no interior do qual atuam e que não compartilham dos valores a partir dos quais esse sistema opera. Como tal sistema é a democracia representativa liberal, Ignazi (1992: 12; 2003: 33) cita três atitudes antissistema: antiparlamentarismo, antipluralismo e antipartidarismo. Portanto, mesmo que um partido de extrema direita participe constitucionalmente do processo político e não defenda abertamente a instauração de um regime antidemocrático, particularmente de natureza

totalitária, a mostra de atitudes e crenças antissistema permite caracterizá-lo como de extrema direita.

Parece-me, no entanto, que essa definição de partido antissistema permanece próxima demais da noção tradicional de extremismo como oposição à democracia e as instituições políticas. É verdade que esse conceito pode significar coisas diferentes. Ser antissistema pode significar tanto oposição à democracia liberal *per se*, quanto oposição ao consenso estabelecido e dominante dentro do atual sistema político. Nesse sentido o sistema ao qual a oposição se refere é sobretudo o sistema partidário e não o sistema político, ou seja, os partidos e elites políticas dominantes e o consenso estabelecido entre eles. Isso está de acordo com o estilo fortemente populista e anti-establishment dos novos partidos da direita radical. O significado da noção de extremismo, assim, passa a ser ir até os limites permitidos pelo regime político e não além dele. Ainda assim, o conceito de antissistema, se entendido como oposição ao parlamentarismo, ao pluralismo e ao partidarismo, constitui um critério demasiado rígido na caracterização dos novos partidos da direita radical.

Embora esses partidos exibam de fato alguns traços de “antissistematicidade” (*anti-systemness*), é difícil aceitar a opinião de Carter de que eles são “claramente antissistema”. Afinal, a maioria dos partidos de direita radical não apenas recusa a pecha de extremista, isto é, de pretender subverter o ordenamento político, como de fato se esforçam para se tornar um oposicionista legítimo dentro dele. Nesse sentido, em certa medida o conceito de extrema direita acaba incorporando alguns dos problemas implicados no conceito de neofascismo. Aliás, o próprio conceito de partido antissistema – que Ignazi e Carter utilizam a fim de evitar a equiparação entre a oposição antidemocrática de hoje com a oposição antidemocrática de ontem (fascista) – tem nos movimentos políticos antidemocráticos das décadas de 1920 e 1930 seu referencial empírico original (Capoccia, 2002). Dado esses laços teóricos profundos entre os conceitos de fascismo e de extrema direita, não é de estranhar também que Ignazi (2003: 32) recorra à hipótese da insinceridade dos novos partidos de direita radical para explicar sua atuação dentro da legalidade constitucional:

“The refusal of violence, the advocacy of freedom (for the natives, at least), and the practice of democratic representative institutions represent the standard style of the extreme right; *but it is in contrast with their ‘esoteric’ discourse and real behavior.*”

Diante dessas dificuldades eu prefiro utilizar o termo extrema direita como sinônimo de extremismo de direita, isto é, como uma categoria ampla e genérica que incorpora uma série de partidos, movimentos e grupos políticos distintos cujo único aspecto que têm em comum é o fato de estarem localizados no espaço mais à direita do polo direito do espectro político. Essa é uma definição relativista, tal como a utilizada por Klandermans e Mayer (2006: 4) e Norris (2005b). Ela não fornece nenhum conteúdo mais substantivo ao conceito de extrema direita. Serve apenas para delimitar um determinado espaço ao longo do espectro político-ideológico. Uma abordagem contrária poderia ser também empregada aqui, como faz Fennema (1997; in: Rydgren, 2005). Ou seja, ao invés de utilizar o termo extrema direita como categoria genérica talvez fosse mais interessante utilizá-lo para delimitar um subgrupo dentro desse campo político. Mas como esse subgrupo está constituído pelos partidos neofascistas, é preferível preservar este termo por causa da sua maior precisão conceitual. Dentro deste amplo campo que o conceito de extrema direita circunscreve, podemos recortar um tipo específico de partido extremista de direita o qual denomino aqui de direita radical. Esta é mais ou menos a mesma abordagem proposta por Art (2011: 10):

I use “far right” as an umbrella term for any political party, voluntary association, or extraparlimentary movement that differentiates itself from the mainstream right. [...] “Radical right” refers to a specific type of far right party that began to emerge in the late 1970s.²³

Mas qual é a vantagem do termo direita radical para designar esse tipo de partidos em particular? O termo direita radical é mais antigo do

²³ Deve-se observar que existe aqui uma questão de tradução importante. Tanto *far right* quanto *extreme right* traduzem-se como extrema direita para o português, não havendo dois termos que os diferenciem. Mas eles são conceitualmente diferentes, como fica claro na argumentação de Carter (2005). *Far right* tem o sentido de “mais à direita”, ou “no ponto extremo da direita” e geralmente é usado de forma mais livre e genérica do que *extreme right*. Enquanto este termo se refere a uma família de partidos específica, aquele se refere a políticas e temas em geral situados na extremidade direita do espectro político. As complicações aumentam quando se tem em mente que alguns autores usam os termos intercambiavelmente (e.g. Backes e Moreau, 2012), ou usam *far right* no sentido de *extreme right* a fim de evitar as deficiências deste último (e.g. Art, 2011; Kopeček, 2007).

que o termo extrema direita. Começou a ser empregado nos EUA especialmente a partir do trabalho pioneiro de Daniel Bell, nos 1950, para designar os movimentos conservadores visceralmente anticomunistas que surgiam no contexto da guerra fria, como o macarthismo e a Sociedade John Birch. Mas a palavra radical é de uso bem mais antigo na política. Na verdade, vem sendo aplicado desde o século XIX para nomear uma variedade enorme de movimentos políticos diferentes. Antes da segunda metade do século XX era usado para fazer referência a atores políticos do campo da esquerda. Segundo Beyme, a associação com a esquerda conota um sentido positivo e por isso limita seu uso em relação a partidos de direita porque pode gerar confusão. Mas a verdade é que desde o uso proposto por Bell, a referência do termo a movimentos e partidos de direita está bem consolidada, muito embora seu uso indiscriminado e genérico torne o sentido do termo um tanto impreciso e vago.

Além dessa tradição norte-americana, um segundo sentido do termo direita radical está ligado ao seu uso na tradição alemã. Desde os anos 1970 na Alemanha vigora uma distinção legal entre grupos “radicais”, que se opõem a determinados aspectos da constituição alemã, e “extremistas”, que são completamente hostis a ela (Eatwell in: Eatwell e Mudde, 2004: 7; Mudde, 2000: 12). Nesse sentido, radicalismo e extremismo se referem a uma visão *vis-à-vis* à democracia, e englobam uma variante tanto de direita quanto de esquerda. Embora vários autores apontem para a dificuldade prática de se operacionalizar essa distinção (e.g. Norris, 2005) – por exemplo, nos anos 1990 o REP foi reclassificado como extremista, muito embora mudanças no programa do partido tenham sido mínimas, e, mesmo passando a ser considerado extremista, o partido não foi proscrito –, considero-a mais útil e pertinente para lidar com a nova família de partidos extremistas de direita surgida a partir dos anos 1980.

Como vimos, o significado do termo extrema direita permanece muito ligado à sua tradição teórica e, por isso, dá ênfase ao caráter antidemocrático e anticonstitucional dos partidos aos quais faz referência. Essa ênfase pode obscurecer uma das diferenças básicas da nova direita radical em relação à extrema direita tradicional, ou seja, o fato de a sua oposição política ser feita dentro dos limites do sistema político democrático liberal. Esse argumento é reforçado também pelo fato de que a renovação da extrema direita pela nova direita radical embasou-se em um corpo de pensamento estranho à tradição fascista. Segundo Ignazi (2003: 22), a década de 1980 representou um divisor de águas na história do extremismo de direita porque o fascismo perdeu seu

status de única fonte intelectual desse campo político. Um novo conjunto de ideias entrou no discurso e na cultura política da extrema direita influenciado pelo neoconservadorismo e, em menor medida, pela Nova Direita na França.

A Nova Direita (*Nouvelle Droite*) é um movimento político-intelectual ligado ao trabalho de Alain de Besnoit e à sua atuação junto ao *think tank* GRECE²⁴ na França. A despeito da sua pequena dimensão e de seu limitado impacto no discurso político, a Nova Direita produziu um conjunto de interpretações sobre a realidade social contemporânea que pôde ser apropriado pela nova direita radical. Em particular, sua influência no discurso da direita radical fez-se a partir do conceito de etnopluralismo. Trata-se de uma espécie de apelo ao “direito à diferença” em um mundo cada vez mais multicultural e, supostamente, em risco de perder suas identidades. A Nova Direita enfatiza a incompatibilidade entre as culturas e a necessidade legítima de resistência e segregação cultural e esse argumento é a base do racismo culturalista e do exclusionismo nacional propagado pela nova direita radical.²⁵

A segunda e, segundo Ignazi (2003), mais importante fonte intelectual da nova direita radical é o neoconservadorismo. O neoconservadorismo surgiu no final dos anos 1970 como uma reação ao consenso keynesiano, ao intervencionismo estatal, ao poder do trabalho organizado e à perda dos valores tradicionais. A adoção do livre

²⁴ Acrônimo para Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Civilização Europeia, em francês.

²⁵ “When analyzing this third wave of extremism, it is important to recognize the role of the intellectual movement of the 1970s through 1990s known as the New Right, which was a force for right-wing ideological renewal. The New Right’s formulation of the concept of ‘ethnopluralism’ demarcated its thinking from old-fashioned ideas of biological racism and white superiority. Directly appropriating the political left’s concept of the “right to be different,” the New Right emphasized the incompatibility of cultures and ethnicities and advocated the legitimacy of european resistance to cultural mixing. Ethnopluralism is a politically enforced segregation of cultures and ethnicities according to geographical criteria – essentially, a sort of global apartheid – and the New Right’s counter-model to multiculturalism, one that functions as a modernized strategy against immigration and integration. It precedes, and merges into, the xenophobic messages promulgated by mainstream politicians and authors. While the New Right is dead as a movement, its ideas have survived and entered the common political currency.” (Minkenberg in: Melzer e Serafin, 2013: 19).

mercado como um princípio central pelo neoconservadorismo rompe de certa maneira com a visão organicista e tradicionalista dos antigos conservadores. Mas o neoconservadorismo insere o individualismo implícito nesse princípio dentro do seu clássico pacto por ordem social, hierarquia e submissão à autoridade. Além disso, o neoconservadorismo se propôs a combater o que ele vê como uma comunidade política excessivamente participante e multicultural.

In conclusion, neo-conservatism and, to a very minor extent, the *Nouvelle Droite* represented the innovative character of right-wing thinking throughout Western countries. These two intellectual movements, but especially neo-conservatism, had nothing in common with the extreme right ideology represented up to then by fascism. However, since the 1980s, right-wing political entrepreneurs were able to both exploit favorable 'opportunity structures' and frame their discourse within a new *koiné*, which blended some of the right-extremist traditional references with the interpretation of society fostered by the new right thinking. (Ignazi, 2003: 26)

Essa associação da nova direita radical com um novo corpo de pensamento estranho à ideologia fascista e sua oposição ao consenso político do segundo pós-guerra feita dentro dos limites da democracia liberal tornam problemático o emprego do termo extrema direita e abonam a opção pelo termo direita radical. Segundo Betz (in: Betz e Immerfall, 1998: 4), diferentemente da direita moderada ou de centro, o que distingue a direita radical é a promoção da mudança do *status quo* socioeconômico e sociocultural, incluindo o que viria a ser conhecido como o consenso socialdemocrata estabelecido após a II Guerra Mundial.²⁶

Além disso, por mais que esses partidos recusem o princípio da equidade social e individual, eles não são antidemocráticos, ao menos

²⁶ "The new populism represents a contemporary form of populism that stems from a populist rejection of the political agenda, institutions and legitimacy of the modern welfare-state model of mixed-economy capitalism. New populism shares a rejection of the post-war consensus with the new politics and also shares the attempt to fashion new ways of organizing itself as a party as an embodiment of its rejection of the prevailing mode of politics, and particularly the dominant political parties." (Taggart, 2000: 75).

não em um sentido estreito – ou seja, simplesmente procedimentalista. Em sentido amplo ou mais substancial, a noção de democracia é pluralista, isto é, refere-se ao valor conferido à pluralidade de perspectivas e opiniões existentes em uma sociedade democrática, e isso pressupõe a aceitação do princípio da igualdade. Apenas nesse sentido a direita radical pode ser considerada antidemocrática porque ela é antipluralista. Em certo sentido, aliás, a direita radical radicaliza o ideal normativo da democracia, ao ponto de esses partidos se apresentarem como os “verdadeiros” democratas, os salvadores da democracia da sua prisão representativa e liberal. Assim, Mudde (2007: 25) define radicalismo como oposição a alguns aspectos-chaves da democracia liberal, em especial o pluralismo político e a proteção constitucional das minorias. Ao invés de antidemocráticos, portanto, eles são populistas e anti-establishment. Daí que para distinguir a nova direita radical da velha extrema direita, Betz *inter alia* preferem utilizar o conceito de populismo e anti-establishment ao invés de antissistema.

O populismo é uma característica tão distintiva e central para essa nova família partidária que alguns autores, como Mudde e o próprio Betz, incorporaram o populismo em suas terminologias. O ponto central a ser enfatizado é:

the populist radical right is not merely a moderate form of the extreme right, including fascism and National Socialism and its various “neo”-forms. There are fundamental differences between the two. Most importantly, the radical right is (nominally) democratic, even if they oppose some fundamental values of *liberal* democracy, whereas the extreme right is in *essence* antidemocratic (Mudde, 2007: 31).

O populismo em geral pode ser definido, de acordo com Betz (in: Betz e Immerfall, 1998: 4), em três sentidos: como uma estrutura de argumentação, como um estilo e uma estratégia política, e como uma ideologia. Disso falarei na próxima seção. Aqui devo apenas pontuar algumas questões terminológicas em relação ao termo populismo.

A associação do termo populismo com um estilo político dissociado de uma ideologia clara, e as intensões frequentemente demagógicas e oportunistas associadas a esse estilo, impede que ele seja usado de maneira singular para nomear os partidos da direita radical. O termo foi e é usado para designar movimentos tão diferentes que vão do cartismo inglês, narodniks russos e populistas norte-americanos do

século XIX aos governos populares latino-americanos de Perón e Vargas no século XX e Chavez e Evo Morales no século XXI. Embora seja possível traçar afinidades com outros “ismos” tais como socialismo, liberalismo e nacionalismo, e embora cada um destes englobe uma variedade enorme de variações, eles ganham algum grau de coerência por pertencerem a uma dada tradição histórica e pela disposição de seus aderentes a disputar o nome e legado dessa tradição. O populismo não tem isso, ou seja, não tem uma história, ideologia, programa ou base social comuns (Canovan, 2004). Além disso, seu uso como epíteto denegridor empregado contra adversários políticos ajuda a descaracterizar o termo. Mesmo na fala de cientistas políticos o populismo pode aparecer de forma vaga e inconsistente para denotar um estilo político demagógico e “*catch-all*” (Albertazzi e McDonnell, 2008: 2).

Embora a junção entre direita radical e populismo evite muitos desses problemas, pelo bem da simplicidade e para evitar confusões preferi limitar a terminologia empregada nesta dissertação ao termo direita radical, embora talvez fosse mais correto acrescentar a ele o qualificativo populista.

2.4. Quais características definem um partido da direita radical?

Independente da terminologia adotada, já deve estar claro que termos como direita radical ou extrema direita expressam algum tipo de ideologia. Entretanto, poucos autores dentro desse campo de pesquisa procuram explicitar claramente o que entendem por ideologia. Mudde (2000: 19) – uma autoridade em relação a essa questão em particular no campo sobre a direita radical – define ideologia da seguinte maneira:

In this study the term ideology is used in an inclusive way, i.e. as ‘a body of normative or normative-related ideas about the nature of man and society as well as the organization and purposes of society’. It thus includes both ideas on how society or man *ought to be* and ideas on how they *are*. Following this definition, party ideology is defined as *a party’s body of normative(-related)*

*ideas about the nature of man and society as well as the organization and purposes of society.*²⁷

Como definir essa ideologia, entretanto, é outra questão. O objetivo desta seção é tentar identificar os temas, discursos e políticas que constituem a ideologia do conjunto de partidos ao qual o termo direita radical se refere. Esse é o segundo ponto de desacordo e confusão entre os estudiosos inferido da literatura (Anastasakis, 2015). Embora virtualmente todos eles assumam que a direita radical constitui uma família de partidos – o que significa dizer não somente que esses partidos possuem certos traços em comum que os aproximam e identificam entre si, mas também que esses traços os separam objetivamente de outras famílias vizinhas, em especial a dos partidos conservadores –, o acordo entre os estudiosos para por aí. A literatura abunda com propostas distintas sobre quais traços seriam esses e quais casos individuais eles englobariam. Assim, as fronteiras circunscrevendo a direita radical frequentemente não são nítidas ou indisputáveis.

Além de eventuais limitações teórico-metodológicas, a tarefa é sobremaneira dificultada pela heterogeneidade empírica dos próprios partidos que compõem a direita radical. Embora Ennsner (2012) tenha demonstrado que a direita radical é menos ou igualmente heterogênea comparada a outras famílias de partidos situadas no lado direito do espectro político-ideológico, isso se deve essencialmente ao efeito homogeneizador do tema da imigração em seus programas e discursos. Removendo esse tema da análise, a direita radical torna-se um aglomerado de partidos com poucos pontos em comum. Ademais, como é também o caso para partidos políticos de outras famílias, cada partido da direita radical lida do seu próprio modo distintivo com as ideias, temas e propostas típicas da ideologia que compartilham, uma vez que

²⁷ Na mesma linha, escreve Hainsworth (2008: 67): “Extreme rightism is a political ideology. Political ideologies are bodies of interconnected ideas or systems of thought that constitute a basis for political action, reflection and debate. They are vehicles constructed in order to promote a view of the world, to criticize things and to advocate change within it. As such, ideologies incorporate values and principles, although these are not necessarily written in stone. They can change and vary over time and circumstance. According to one useful definition: ‘A political ideology is a relatively coherent set of empirical and normative beliefs and thought, focusing on the problems of human nature, the process of history, and socio-political arrangements.’”

todo partido é produto de um contexto, circunstâncias e oportunidades específicas (Hainsworth, 2008: 25, 68).

A diferença ideológica e programática entre partidos como, digamos, o neoliberal Partido do Progresso (FrP) norueguês e o neonazista Partido Nacional Britânico (BNP) é tamanha que alguns pesquisadores chegam mesmo a se perguntar se existe um único fenômeno ao qual poder-se-ia atribuir um rótulo inequívoco, mesmo como categoria genérica (Norris, 2005). Diante disso, como encontrar características comuns que possam definir todos esses partidos como pertencentes a uma mesma família política? Quais características são essenciais e quais são secundárias?

Embora Beyme (1988) já apontasse que os pesquisadores não têm, a despeito da heterogeneidade dos partidos da direita radical, encontrado dificuldades para selecionar os casos apropriados – opinião corroborada recentemente por Kitschelt (2007: 1178); noutras palavras, sabemos *quem* eles são, embora não saibamos *o que* eles são –, eu penso que essa afirmação é bastante problemática. Se as definições variam mas os casos selecionados não, isso só pode significar que ou as definições são amplas demais (e poderiam incluir casos geralmente não identificados com a direita radical), ou os critérios nas quais elas se baseiam não estão claros. Ou mesmo pode significar que a seleção dos casos foi feita sem critério algum, seguindo implicitamente noções comuns sobre a natureza desses partidos. De fato, como observa Mair e Mudde (1998: 214), “family groupings are often treated in practice as self-evident categories, requiring neither justification nor specification”. Daí a necessidade de encontrar uma terminologia apropriada e construir uma definição clara e comum.

Essa tarefa faz-se ainda mais necessária diante da principal problemática deste campo de pesquisa, a saber: explicar os diferentes graus de sucesso e fracasso dos partidos de direita radical ao redor da Europa (ver capítulo 3). Ora, estudos comparativos necessitam de definições comuns a fim de garantir que o que está sendo comparado sejam os mesmos objetos. Definições *ad hoc* podem ser válidas dentro de seus respectivos desenhos de investigação e objetivos de pesquisa, mas colocam sérios entraves quando se trata de estabelecer comparações e inferir generalizações a partir de seus resultados.²⁸

²⁸ “While some single-case studies might not need more than a specific working definition to get started, studies that are comparative either in place or time, particularly of the scope applied here, require clear definitions that can travel beyond a specific locale or temporal context.” (Mudde, 2007: 12)

As definições podem variar bastante de uma ou duas a até dez características diferentes. Algumas definições são verdadeiros inventários, do tamanho de “listas de compras” na expressão bem humorada de Mudde (1996). Outras são tão curtas ao ponto de satisfazerem-se com uma única característica – normalmente a oposição à imigração somada a atitudes xenofóbicas. Ao revisar a literatura científica, Mudde (1996; 2000: 11) encontra nada menos do que vinte e seis definições diferentes de extremismo de direita, sendo que um total de cinquenta e oito características diferentes são mencionadas pelo menos uma vez. “Somente” cinco características são mencionadas de uma forma ou de outra por pelo menos metade dos estudiosos: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e Estado forte.

Por um lado, uma definição que envolva apenas uma característica é problemática porque explícita ou implicitamente assume que os partidos da direita radical são partidos de assunto único (*single issues parties*), o que implica o (falso) entendimento de que eles não possuem uma ideologia coerente ou um programa político abrangente e que mobilizam seus eleitores com base unicamente em um motivo (Mudde, 1999). Essa tese, algo comum no início das pesquisas (e.g. Husbands, 1981; 1996), foi muito criticada e hoje está rechaçada – isso não significa, por suposto, ignorar o papel central que o tema da imigração joga na mobilização dos partidos da direita radical. Por outro lado, uma definição que se baseie em muitas características também é problemática porque torna-se demasiadamente estreita e incapaz de lidar com a heterogeneidade empírica do fenômeno.

A maioria das definições se baseia, portanto, na combinação de mais de uma característica. Mas uma vez que é virtualmente impossível encontrar em partidos tão variados todas as características listadas como necessárias, a solução tem sido combinar hierarquicamente essas diferentes características ao longo de uma “escada de abstração” (Carter, 2005) – isto é, distingui-las entre características essenciais ou necessárias, constituindo um núcleo central, e características secundárias ou possíveis. Essa é também a abordagem adotada por Mudde (2007) ao propor uma definição mínima e uma definição máxima.

Assim, implicitamente se reconhece a semelhança desses partidos quanto a alguma ou algumas características essenciais, as quais lhes dão a base para serem agrupados em uma mesma família, ao mesmo tempo em que se aponta para diferenças em relação a outras características tidas como não essenciais. Com base nestas últimas pode-se especificar subtipos dentro da família da direita radical. Especificar subtipos é de

fato necessário para dar conta da heterogeneidade desses partidos, porque só sobre a base de uma tipologia se pode falar na direita radical como uma família de partidos sem subsumir diferentes tipos de partidos dentro de uma única e totalizante categoria. Mas aqui abre-se todo um outro ponto de desacordo entre os pesquisadores – como veremos na última seção deste capítulo. Não apenas acerca de quais características seriam essenciais e quais seriam secundárias, mas também de que modo elas estariam relacionadas. Além do mais, poucos autores têm sido claros o suficiente a respeito da escada de abstração que utilizam para organizar as características com as quais constroem suas respectivas definições da direita radical.

O resultado de tudo isso é o grande número de definições e tipologias disponíveis na literatura científica, construídas com base em diferentes características e diferentes formas de hierarquizá-las e relacioná-las e cujos critérios frequentemente não estão suficientemente claros. Mudde (2000: 13) resume bem a situação:

When the whole range of different terms and definitions used in the field is surveyed, there are striking similarities, with the various terms often being used synonymously and without any clear intention. Only a few authors, most notably those working within the extremist-theoretical tradition, clearly distinguish between the various terms. In addition, every term suffers from excessive variations in definitions and applications. All in all, the differences in definitions vary as much between terms as within terms, though they all point to some sort of ideology that is constituted from several different features.

A despeito disso, de modo geral a literatura aceita o pressuposto de que, independente da heterogeneidade dos partidos da direita radical:

they also share a number of ideological features (in particular some combination of racism, xenophobia, nationalism, and a desire for a strong state and law and order) that allow them to be grouped together at the far right end of the left-right political spectrum. (Arzheimer e Carter, 2006: 426).

A seguir, analiso as principais características apontadas na literatura que constituem o discurso da direita radical. Duas delas são

centrais na estruturação e organização desse discurso: nacionalismo étnico e populismo anti-establishment. Essas duas características – que Betz (in: Merkl e Weinberg, 2003: 77) resume na expressão “populismo exclusionário” – estão na base do que Rydgren (2005a) entende como o novo *master frame* desenvolvido pelos partidos da nova direita radical a fim de substituir a velha ideologia fascista. Em torno do nacionalismo étnico e do populismo anti-establishment giram a maior parte das ideias e propostas dos partidos da direita radical.

2.4.1. Nacionalismo étnico, xenofobia e racismo

Nacionalismo é uma característica tão central no discurso dos novos partidos de direita radical ao ponto de alguns autores (e.g. Eatwell in: Eatwell e Mudde, 2004) tomarem-na como definidora dessa família partidária. Certamente, o nacionalismo pode assumir diferentes formas e ser usado em combinação com um variado leque de ideologias que vão da direita à esquerda. Não obstante, ele é um elemento central na ideologia da direita radical e constitui um *frame* que enquadra muitas outras de suas ideias e políticas, entre as quais a oposição à imigração e à integração europeia. Em função dessa onipresença e centralidade, Mudde (2007) usa o nacionalismo – reconceitualizado como “nativismo” – para construir uma definição mínima da direita radical. Mas quais elementos constituem exatamente o nacionalismo e como ele é formulado pela direita radical?

A partir de trabalhos como os de Ernest Gellner e Eric Hobsbawn, o nacionalismo passou a ser definido como uma doutrina política baseada numa visão holística e homogênea da comunidade nacional e que aspira pela congruência entre nação e Estado (Hobsbawn, 1990: 18). Em outras palavras, o objetivo central do nacionalismo é a criação de um Estado monocultural, onde o Estado é expressão da comunidade étnica (Fennema in: Rydgren, 2005: 5; Mudde, 2007: 16). Para alcança-lo, nacionalistas defendem uma política de homogeneização interna e de exclusivismo externo que pode ser posta em prática mediante uma série de medidas, desde separatismo, assimilação e expulsão até genocídio e expansão externa. O nacionalismo pode ser distinguido em dois subtipos, estatal e étnico – ou territorial e genealógico (Smith in: Cheles *et al*, 1995: 14). Enquanto o nacionalismo territorial caracteriza-se por uma visão da nação como uma associação racional, nacionalismo étnico caracteriza-se por uma visão orgânica da nação (Rydgren, 2004: 133). Embora na prática as

doutrinas nacionalistas sempre incluíam uma mistura de aspectos políticos/civis e culturais/étnicos, naturalmente no caso da direita radical a ênfase é dada sobre estes últimos. Assim, a noção de nação é construída não em termos políticos e sim culturais, de modo que o pertencimento a ela não deriva da condição de cidadão e dos direitos naturais dos indivíduos, mas do fato de nascer dentro de uma comunidade que compartilha uma história, língua e tradições comuns. Assim, o nacionalismo étnico concebe as nações como comunidades homogêneas e naturais, mais ou menos fixas e estanques, cuja mistura entre si só pode levar à perda de identidade e degeneração.

Uma segunda distinção pode ser feita entre nacionalistas moderados (liberais) e nacionalistas radicais. Obviamente, é nesta última categoria que encontram-se os partidos da direita radical. Conquanto radicais, suas propostas para homogeneizar internamente a nação e adequar o Estado a ela são menos radicais do que as defendidas pela extrema direita no período anterior à II Guerra Mundial. Como já vimos, o nacionalismo da direita radical de hoje não possui um viés militarista, nem imperialista ou irredentista. E se em alguns momentos coloca as atuais fronteiras territoriais em questão, fá-lo com base em argumentos jurídicos e diplomáticos supostamente de acordo com as regras estabelecidas pelo direito internacional. De todo modo, a nova direita radical está mais preocupada com os aspectos étnicos e culturais do nacionalismo do que geopolíticos. Daí porque foca especialmente em temas como imigração e multiculturalismo. Para ela, os imigrantes, com sua língua e costumes alienígenas, representam uma ameaça à identidade nacional.

Na intersecção entre etnonacionalismo, imigração e multiculturalismo encontra-se o caráter específico do nacionalismo da nova direita radical. A fim de apreender essa especificidade, Mudde (2007: 18-19) utiliza o conceito de nativismo. Nativismo é “um certo tipo de nacionalismo” definido como:

an ideology, which holds that states should be inhabited exclusively by members of the native group (“the nation”) and that nonnative elements (persons and ideas) are fundamentally threatening to the homogenous nation-state. The basis for defining (non) “nativeness” can be diverse, e.g. ethnic, racial or religious, but will always have a cultural component. (Mudde, 2007: 19)

O nativismo da direita radical é em certo sentido pluralista. Um pluralismo muito *sui generis* que bebe das ideias da Nova Direita e se aproxima muito do conceito de etnopluralismo formulado por Alain de Benoît. Sob essa perspectiva, nacionalismo não implica a afirmação da superioridade da sua própria comunidade nacional sobre outras, e sim na ideia de que todas as nações são iguais embora diferentes. Isso significa que todas as culturas têm o direito – e, sobretudo, o dever – de preservar aquilo que faz dela o que ela é. Na visão dos nacionalistas étnicos, indivíduos de origens étnicas diferentes não devem habitar o mesmo Estado, que deve ser a expressão política da nação. Assim, a natureza de cada cultura só pode ser preservada por uma política nativista, ou seja, que exclua os membros não nativos que ameaçam a homogeneidade cultural do Estado-nação. Daí a centralidade do tema da imigração no discurso da direita radical.

Já tivemos a oportunidade de demonstrar a importância do tema da imigração para a ruptura e sucesso eleitoral da FN na França, ou seja, como esse partido se apropriou desse nicho eleitoral e serviu de modelo a outros partidos da direita radical pela Europa afora. Os custos sobre o erário público, o aumento da criminalidade e a competição por recursos escassos como empregos e assistência social são efeitos associados à imigração que servem de argumento para sustentar a política anti-imigração defendida por esses partidos. De acordo com eles, os benefícios sociais e as políticas públicas, bem como os empregos, devem ser reservados primeira ou exclusivamente aos membros da nação (Hainsworth, 2008: 78). Argumentos pragmáticos como esses são tidos como mais razoáveis e neutros e, por isso, servem para tornar a pauta anti-imigrantes mais legítima e atrativa. Embora tais argumentos possam e efetivamente são incorporados no discurso desses partidos a fim de justificar controle migratório e repatriação, em termos ideológicos é a defesa de uma identidade nacional supostamente ameaçada pelo multiculturalismo que fundamenta a política anti-imigração dos partidos da direita radical. Esses partidos acreditam, portanto, que “pureza cultural” é um valor a ser preservado. Rydgren (2005: vi) resume bem esse ponto:

These parties have in common that they are movements of exclusion: their conception of “the people” is narrower than for other parties within respective party system. Immigration should be stopped or radically reduced, and immigrants already living in the country should assimilate [ou

ser expelidos]. The idea and practice of multiculturalism is the principal enemy and the conception of cultural diversity – as it is conventionally understood – is denounced. Instead an alternative conception of diversity is presented: that ethnic missing leads to cultural extinction and must be avoided in order to safeguard the existence of different cultures and ethnicities in the world [...]. Radical nationalism (and hence ethnic homogeneity in each country) is thus presented as a necessary condition for maintaining ethnic diversity on an international scale.

Nesse sentido, a xenofobia derivada do nativismo da direita radical pode envolver e frequentemente envolve um componente racista, embora não necessariamente. O racismo da direita radical contemporânea não está formulado em termos biológicos tal como os nazistas fundamentavam seu antissemitismo por exemplo. A base do racismo de hoje é culturalista. Basicamente, racismo culturalista é como os estudiosos das novas formas de racismo (e.g. Taguieff, 1997; Wieviorka, 2007, 2009) definem o etnopluralismo de Alain de Besnoit e da Nova Direita, cujas ideias foram apropriadas pelos partidos da direita radical. No lugar de uma hierarquia de raças e povos construída com base em ideias biológicas pseudocientíficas, o novo racismo coloca a incompatibilidade entre as diferentes culturas, todas elas relativamente legítimas à luz de seus próprios padrões. Aliás, isso permite aos seus propagadores passarem a ideia de que são eles os verdadeiros pluralistas. Ainda assim, trata-se de racismo porque a cultura é vista em termos quase biológicos, isto é, como uma propriedade inata dos indivíduos, adquirida por nascimento. Nesse sentido, a cultura não é simplesmente assimilável, ela é uma espécie de “alma nacional”. Além disso, embora atos isolados de violência praticados por franjas extremistas ocorram eventualmente, o racismo de hoje dificilmente evolui para alguma forma de extermínio. Ele geralmente se limita ao desejo de controlar e/ou excluir os elementos imigrantes do território (Berezin, 2006: 276).

Embora em princípio cada povo ou etnia deva viver sob um único Estado-nação, na prática nem todos os imigrantes são tratados da mesma maneira pela direita radical. Para começar, a definição do grupo

imigrante alvo é dependente do contexto nacional.²⁹ Em segundo lugar, dentro de cada país os diversos grupos de imigrantes com diferentes origens e culturas são hierarquizados em uma ordem que vai do mais assimilável/aceitável ao menos assimilável/aceitável. No topo estão os imigrantes legais, caucasianos e cristãos advindos de outros países desenvolvidos da Europa Ocidental. No ponto mais baixo estão os imigrantes ilegais ou refugiados negros e muçulmanos advindos especialmente do continente africano ou asiático. Assim, além da diferença de língua e história, o nativismo da direita radical baseia-se fortemente na raça e na religião. Aliás, esse aspecto é um forte indício de como xenofobia e racismo estão imbricados na visão desses partidos. Mais especificamente, embora entre os grupelhos da extrema direita neofascista os judeus continuem sendo ainda um alvo proeminente, de modo geral a xenofobia da direita radical contemporânea vem se tornando, desde a queda do Muro de Berlim e, especialmente, desde os ataques de 11 de setembro, crescentemente islamofóbica (Williams, 2010).³⁰

Essas diferentes atitudes em relação aos grupos imigrantes sugere também que o nacionalismo da direita radical é, nas palavras de Eatwell (in: Eatwell e Mudde, 2004), policêntrico; isto é, compatível com uma perspectiva europeísta e que pode ser expressa na palavra de ordem “a Europa para os europeus”. Um elemento importante presente na retórica anti-imigrantes é a ideia huntingtoniana de “choque” entre duas civilizações suportando valores supostamente opostos e incompatíveis: islâmica e cristã – segundo Mudde (2007: 84), praticamente todos

²⁹ “The target out-group populations of the 1990s reflect several key factors including historic enemies, the postcolonial legacy of many West European countries, the emigrants resulting from the breakup of the former Soviet Union, and the wave of asylum-seekers at the end of the 20th century from underdeveloped countries and oppressive regimes.” (Williams, 2010: 112)

³⁰ “At first sight, it looks like Islamophobia is the radical right’s anti-Semitism of the twenty-first century. The centrality of anti-Islam sentiment in their propaganda lends credence to this assertion for most members of the populist radical right party family, particularly in Western Europe. While “the Jew” or “International Jewry” was the key enemy and scapegoat for the various types of nativist in the (early) twentieth century, particularly the Nazis, “the Muslim” or “Islam” is the key enemy of their contemporary counterparts. [...] For various European parties, from the Belgian VB to the Bulgarian Ataka, the main national and international threat today comes from ‘Islam’, which they describe as an inherently fundamentalist and imperialist religion-cum-ideology.” (Mudde, 2007: 84).

islamofóbicos referem-se ao livro *Choque de civilizações*, de Samuel Huntington, para justificar sua visão. Assim, a direita radical confere um valor positivo à cultura Ocidental e se identifica como parte dela. Por outro lado, muitos desses partidos, embora não todos, são antiamericanos porque acreditam que a influência política e cultural dos EUA é imperialista e perniciosa à autodeterminação das nações europeias.

Portanto, se por um lado a direita radical é etnonacionalista, por outro ela é europeísta. Esse europeísmo, no entanto, não resulta no suporte ao processo de integração europeia. Ao contrário, embora inicialmente a maioria desses partidos fosse pró-União Europeia, no sentido de patrocinar a criação de uma comunidade política e econômica abarcando os países da Europa, eles se tornaram crescentemente eurocéticos (Brug e Fennema, 2014). No caso dos partidos analisados no primeiro capítulo desta dissertação por exemplo, de acordo com os dados de Szczerbiak e Taggart (2008), todos eles são eurocéticos em algum grau, ou seja, fazem oposição de princípio à UE e defendem a ab-rogação de seus tratados e estruturas supranacionais ou acreditam que a UE prejudica interesses nacionais e por isso são contrários a qualquer avanço no processo de integração embora não necessariamente proponham o desmonte deste processo. Em tese, a integração europeia, se ocorrer, deve ser feita respeitando-se integralmente a soberania e autodeterminação dos Estados-nações.

O euroceticismo da direita radical está sem dúvida associado ao nacionalismo desses partidos, mas também com o fato de que eles percebem a globalização como uma ameaça à identidade e interesses nacionais. A atitude antiamericana e eurocética da direita radical decorre, assim, da avaliação de que os EUA e a UE constituem forças centrais impulsionando o processo de globalização cultural e econômica. Além de oporem-se à globalização por conta de seus princípios nacionalistas, também o são por considerações pragmáticas e eleitorais. Isso está de acordo com a suposição generalizada nesse campo de estudo de que a transição para as sociedades pós-industriais abriu uma nova clivagem social opondo “perdedores” e “ganhadores” da globalização e que a direita radical mobiliza justamente os setores que se sentem mais ameaçados ou prejudicados por essas rápidas mudanças (Kriesi *et al*, 2008; Kriesi, 1998; Swank e Betz, 2003; ver capítulo 3). Assim, embora estivessem inicialmente (nas décadas de 1970 e 1980) na vanguarda ao propor uma política econômica neoliberal, posteriormente os partidos da direita radical passaram a defender, além de uma política social chauvinista, uma política econômica protecionista com o objetivo de

minimizar os efeitos negativos da integração dos mercados sobre os setores mais vulneráveis da economia.

Possivelmente essa mudança se deve a um esforço de maximização de votos e de acomodação à nova situação econômica e social nas sociedades pós-industriais. Nesse sentido, talvez a “proletarização”³¹ dos partidos da direita radical decorra mais de motivos estratégicos do que ideológicos. Com efeito, sua adoção do neoliberalismo numa época em que essa perspectiva ainda era minoritária foi pensada como uma maneira de enfraquecer os partidos dominantes, não apenas porque ela propõe a minimização do papel do Estado, mas também pela ruptura com o consenso keynesiano do qual esses partidos faziam parte.³² Por outro lado, os temas e apelo típicos desses partidos os tornam mais atrativos para determinados setores do eleitorado do que a outros. Ou seja, faz sentido que, em razão da preferência nacional implícita no conceito de nacionalismo, em termos de política econômica a direita radical se aproximasse de uma posição política que poderia ser chamada de “Estado de bem estar social chauvinista” (*welfare chauvinism*). *Welfare chauvinism* pode ser então entendido como consequência de uma visão nativista da economia. Mas a verdade é que os temas econômicos são secundários aos interesses da direita radical.³³ Isso mais uma vez reforça a conclusão de que esses partidos centram seu discurso em questões identitárias e que eles estão localizados precipuamente em uma nova clivagem sociocultural.

³¹ “After World War II, parties and movements of the Extreme Right were most closely associated with the petty bourgeoisie. Over the last three decades, however, the propensity of workers to vote for the Extreme Right has risen significantly. This ‘proletarianisation’ is the result of the interplay between a long-term dealignment process and increasing worries amongst the European working classes about the immigration of cheap labour.” (Arzheimer, 2013: 91).

³² “the radical populist right’s neo-liberal program is only secondarily an economic program. Primarily, it is a political weapon against the established political institutions and their alleged monopolization of political power which hampers economic progress and suppresses true democracy. The opponent is the bureaucratic, centralized state which is living off the work of the productive forces in society.” (Betz, 1993: 418).

³³ “In fact, as careful analysis of the programs and surveys of the electorates of these parties makes clear, socioeconomic issues are secondary to the populist radical right party family. Their socioeconomic principles proceed from the core tenets of their ideology (i.e. nativism, authoritarianism, and populism) rather than determine them, and can be and are consequently instrumentalized to attack competitors and attract voters.” (Mudde, 2007: 133).

2.4.2. Populismo anti-establishment, democracia e autoritarismo

Assim como o nacionalismo, o termo populismo obviamente é bem mais antigo que a própria direita radical. Ele vem sendo usado desde o século XIX para descrever uma variedade enorme de movimentos, partidos e regimes políticos tanto da direita quanto da esquerda (Taggart, 2000). Em razão disso, ele é de difícil definição e precisão.³⁴ No caso da direita radical contemporânea, trata-se de uma categoria central informando o *frame* desenvolvido por essa nova família partidária após a década de 1980. Populismo é, no entanto, um termo polimórfico. E a própria literatura pesquisada usa-o em vários sentidos, entre eles como sinônimo de demagogia e como uma tática ou estilo político.

O populismo como demagogia supõe que esses partidos não possuem ideologia ou projeto, são oportunistas e alteram suas posições ao sabor das flutuações no mercado político-eleitoral. Essa é, no entanto, uma leitura reducionista. Sem dúvida, todos os partidos políticos procuram adaptar sua mensagem para responder a demandas do mercado eleitoral, mas isso não quer dizer que eles não possuam uma ideologia ou projeto definido. Mais do que um simples estilo ou estratégia, de modo geral os pesquisadores aceitam que o termo populismo descreve uma ideologia – uma espécie de ideologia que, por carecer de valores nucleares (*core values*), pode adaptar-se facilmente a outros sistemas ideológicos tanto da direita quanto da esquerda, bem como apresentar-se como nem de direita nem de esquerda (Rydgren, 2004: 203).

Em vista disso, Mudde (2007) qualifica a ideologia populista como uma *thin-centered ideology* (“ideologia estreita ou levemente centrada” em tradução livre). Nas palavras do autor, o populismo é definido como:

an ideological feature, and not merely as a political style. Accordingly, populism is understood as a thin-centered ideology that considers society to be ultimately separated into

³⁴ “Populism is a difficult, slippery concept. It lacks features that would make it more tangible. Rooted in it are characteristics that render it quintessentially mercurial. For these reasons, it is profoundly difficult to construct a generalized description, let alone a universal and comprehensive definition, of populism as an idea or as a political movement.” (Taggart, 2000: 2),

two homogeneous and antagonistic groups, “the pure people” versus “the corrupt elite,” and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people. (Mudde, 2007: 23)

Assim, populismo é uma ideologia que concebe “o povo” como uma coletividade harmoniosa e homogênea construída em oposição à elite – ou ao establishment –, um grupo essencialmente diferente e contraposto a ele (ver Albertazzi e McDonnell, 2008; Betz, 1994; in: Betz e Immerfall, 1998; Canovan, 1999; Mudde, 2007; Rydgren, 2006). A elite – um amálgama de atores políticos, econômicos e sociais variados – é vista como autointeressada, corrupta e traidora, alheia aos interesses do povo e incapazes de representar seus desejos e necessidades. De fundo, há nessa dicotomia entre povo e establishment – entre “nós” e “eles” – uma lógica maniqueísta. O povo é idealizado naturalmente como o polo bom, enquanto o establishment situa-se no polo oposto intrinsecamente ruim.³⁵ O líder populista, então, pretende falar pelo povo e representar seus interesses. A liderança é um elemento fundamental na ideologia populista, mais especificamente em sua forma carismática e emocional. Mais do que falar em nome do povo, o líder populista pretende ser o próprio povo incorporado em um indivíduo e no poder político. O líder populista veicula sua mensagem em termos simples e diretos não apenas a fim de fazer-se entender ao povo, mas porque acredita numa suposta superioridade do senso-comum do “homem comum”. Daí porque os partidos da direita radical são anti-intelectualistas. O populismo parte do princípio de que problemas complexos podem ser solucionados com ideias simples, e que a linguagem pedante e técnica dos políticos tradicionais não passa de uma retórica para ludibriar o povo. Daí também porque as populistas são críticas de instituições sociais como os partidos políticos, a burocracia estatal, as universidades, a mídia e as instituições financeiras, espaços vistos como dominados pela elite e separados do povo.

O populismo guarda importantes afinidades com o nacionalismo étnico, a começar porque ambas as ideologias têm na ideia de povo um conceito central. Pode-se dizer que o *ethos* populista é corolário do

³⁵ Nas palavras de Mudde (2007: 63): “populist radical rightists are believed to hold a Manichaean worldview: the world is divided into ‘good’ and ‘bad’. Indeed, one of the key characteristics of populism is the dominance of morality. Consequently, the ‘us–them’ division is transformed into a Schmittian friend–foe distinction in which the ‘Other’ is demonized.”

nacionalismo étnico: “in ethnic nationalism, as in populism, ‘the people’ is the final court of appeal.” (Rydgren, 2004: 134). Entretanto, embora todos os partidos populistas da direita radical sejam nacionalistas, nem todos os partidos nacionalistas são populistas (Mudde, 2007: 29).

O populismo tem implicações profundas na relação da direita radical com a democracia. Populismo é uma reação contra as elites no poder e seus valores dominantes lançada em nome da autoridade soberana dentro de um regime democrático, isto é, o povo (Canovan, 1999). Nisto reside sua pretensão de legitimidade: o povo é a fonte normativa da autoridade na democracia. A ideia de povo é sinônimo de “toda a sociedade” e não de algum grupo ou interesse particular, por isso o populismo é anticlassista e antipartidário. Mesmo sendo um partido, a maioria dessas organizações políticas se identifica como um movimento, frente ou união do e pelo povo, o qual não conhece naturalmente divisões. Classes e partidos são, assim divisões artificiais feitas pelas elites para ludibriar o povo.

Mas o conteúdo dessa categoria – quem é o povo? – é indefinido. Com efeito, povo é um significante vazio. Dado seu nacionalismo étnico e seu nativismo, no discurso da direita radical o critério de pertencimento ao povo é étnico. Assim, além das elites, os inimigos do povo também são os imigrantes. Entretanto, os imigrantes são vistos como uma espécie de “tolos úteis” usados pela elite política, esta sim a grande culpada pela imigração e verdadeira inimiga do povo.³⁶ Não obstante, na definição de seus inimigos a direita radical não se limita a opor o povo às elites e imigrantes. Embora estes sejam inimigos internos chaves, na verdade a direita radical identifica uma série deles, tanto internos à nação e ao Estado quanto externos – como governo de outras nações que procuram influir sobre seus assuntos internos ou ideologias internacionalistas como o marxismo. Além disso, as características específicas desses grupos inimigos podem ser bastante idiossincráticas e por isso variarem de contexto para contexto.

³⁶ “In another theme of treachery, a broad coalition of elites is linked to the issue of immigration. Western European populist radical right par-ties are vehemently xenophobic towards (non-European) immigrants, but often consider the national elites as the true culprits of mass immigration. They see mass immigration as a conspiracy of the left-wing parties, trade unions, and big business in which the first two want to (artificially) increase their support base, and the latter their pool of cheap labor (e.g. Zaslove 2004a; Mudde 2000a). Hence, they came together to push through their egocentric agendas at the expense of the nation (and the “little man”)” (Mudde, 2007: 62).

A questão é que, sendo um discurso maniqueísta, o populismo da direita radical não pode existir sem seus inimigos. Isso significa também que a construção do grupo de pertencimento (*ingroup*), ou seja, o povo, é vaga e feita principalmente em oposição aos grupos externos (*outgroup*), seus inimigos. Estes são definidos de forma estereotipada e sob um ângulo negativo, o que permite reafirmar e enfatizar os aspectos positivos (e superiores) do grupo de pertencimento. Já mencionei alguns traços tipicamente presentes nessa dicotomia: enquanto o povo é honesto e generoso, as elites são corruptas e mesquinhas; enquanto o povo é superior em sua forma de pensar simples, as elites não conseguem resolver os problemas com seu intelectualismo e tecnicismo. Se os grupos não pertencentes ao povo são inferiores ao povo, o estado de decadência que os populistas veem como caracterizando a situação atual da nação só pode ser explicado pelo trabalho das elites em minar a autodeterminação do povo. Assim, o populismo frequentemente também contém um elemento conspiratório mediante o qual ele pode explicar a discrepância entre sua visão idealizada e a realidade.

Mas como o populismo se relaciona com a democracia? Uma vez que o populismo é um tipo de política identitária feita em nome de um “nós” (o povo) homogêneo contra um “eles” (a elite) hostil, a direita radical é antipluralista e autoritária em vários aspectos. Isso a coloca na contramão da democracia liberal e, nesse sentido, ela pode ser entendida como uma família partidária situada no espaço antidemocrático do espectro político. Mas a relação da direita radical com a democracia é mais complexa e ambígua. De fato, diferentemente de outros atores políticos extremistas, a direita radical populista não é antidemocrática em um sentido institucional. Em um sentido mais substancial, por se basear na ideia de povo, a direita radical pode se apresentar como a “verdadeira” defensora da “verdadeira” democracia, isto é, uma democracia em que o próprio povo esteja no poder e não uma elite. Assim, a direita radical se coloca contra uma forma específica de democracia, a saber, a democracia representativa ou liberal, a qual ela identifica como uma forma de democracia própria da elite política.

Ao invés de antidemocráticos, portanto, os partidos de direita radical são acima de tudo anti-establishment. Acoplado a esse discurso anti-establishment encontra-se também outras características do populismo, como o antipartidarismo e, conseqüentemente, o antiparlamentarismo.

As a result of their antipathy toward political elites, which they accuse of dominating

representative democracy, populists advocate direct democracy. Given that the term “democracy” is, at least everyday usage, both nebulous and ambiguous and open to different interpretations, populists are able to achieve a certain measure of credibility in their claim that representative democracy is an obstacle to what they consider the “true” democracy: direct democracy. (Rudgren, 2006: 6)

As atitudes que Ignazi cita como características antissistêmicas – antiparlamentarismo, antipluralismo e antipartidarismo – se aproximam bastante de algumas características da ideologia populista. No lugar do parlamentarismo, do pluralismo e do partidarismo, características da democracia liberal, a direita radical prega uma “verdadeira” democracia, direta e popular. Uma verdadeira democracia deve dar voz ao povo e, no limite, deve ser governada pelo próprio povo através de seu líder carismático, cuja atuação é a expressão da vontade popular. No entanto, mais realistas, as propostas concretas da direita radical para uma democracia mais substancial passam por mecanismos de participação direta, como plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular.

Assim, para os populistas a democracia é a regra da maioria. Toda decisão política deve estar embasada no que o povo, isto é, a maioria, quer e deseja, independentemente de constrições constitucionais, direitos humanos ou vontade das minorias. Em princípio, qualquer elemento – como minorias, imigrantes, outros partidos, pessoas que pensam diferente, etc. – que se coloque contra o povo e a soberania, entre o líder e o partido populista e o poder político, podem ser suprimidos para o bem maior da nação. Mas essa é uma consequência extrema da ideologia populista. Mais frequentemente os populistas igualam democracia com a regra da maioria, isso sendo suficiente para tirar as minorias e, especialmente, as elites do poder político. Tudo depende, portanto, da criação de mecanismos que deem ao povo a capacidade de influenciar decisivamente o poder político.

Como um último elemento dessa ideologia, deve-se sublinhar o autoritarismo presente nos partidos da direita radical. Esse não é um autoritarismo que se refira a poderes discricionários monopolizados por uma pessoa ou partido, como já deve ter ficado claro; isto é, ele não se refere à opção por um sistema político antidemocrático. Trata-se mais de um aspecto moral do pensamento da direita radical, baseado na crença em uma organização rígida e disciplinada da ordem social. Nesse sentido, a direita radical é autoritária porque acredita no valor da

autoridade e da hierarquia. Daí sua ênfase em assuntos como lei e ordem, criminalidade e “desvios” nos padrões comportamentais tidos como corretos.

2.5. Classificando os vários tipos de partidos da direita radical: algumas tipologias

O objetivo desta seção final é apresentar algumas tipologias presentes na literatura sobre a direita radical e discutir algumas questões a partir delas. As questões gerais que a classificação desses partidos envolve eu já discuti na introdução à seção 2.4, assim entro aqui diretamente no assunto.

Uma das primeiras tentativas de diferenciar os partidos da direita radical em tipos diferentes – e ainda hoje uma das mais influentes – foi feita por Ignazi (1992, 2003). Já tive oportunidade de mencionar sua distinção entre – em seus termos – uma *velha* ou *tradicional* extrema direita e uma *nova* ou *pós-industrial* extrema direita, e por isso não há necessidade de retomar aqui em detalhes seu argumento. Lembro apenas que ele baseia sua definição em três critérios: espacial, histórico-ideológico e atitudinal-sistêmico. A partir desses critérios, Ignazi (1992) constrói uma tipologia segundo a qual os partidos situados mais à direita do espectro político são classificados de acordo com a presença ou ausência de uma herança fascista somada à sua oposição de princípio ao sistema político. Se um partido satisfaz o critério histórico-ideológico (ideologia fascista) e, *ipso facto*, também o atitudinal-sistêmico (atitudes e crenças antissistema), pode-se falar em partidos extremistas de direita de tipo tradicional. Se um partido não exhibe uma herança fascista, porém, no lugar dela manifesta uma atitude antissistema que solapa a legitimidade do sistema político no qual ela atua, estamos diante de um partido de tipo pós-industrial.

Essa tipologia tem o mérito não apenas de identificar uma diferença fundamental no campo da extrema direita pós-II Guerra Mundial como um todo, como também de demonstrar a influência que a ideologia exerce sobre a performance eleitoral da direita radical em particular. Isso porque, ao distinguir entre extrema direita fascista e não fascista, Ignazi pode perceber como o primeiro tipo, dominante até os anos 1980, tem se tornado uma categoria residual, sem expressão eleitoral, enquanto o segundo tipo – aquele que eu chamei aqui de nova direita radical – cresceu significativamente e ocupou o lugar de dominância dentro deste campo político. Isso significa que as

características associadas ao fascismo atualmente exercem um impacto negativo no desempenho eleitoral da direita radical. A tipologia de Ignazi não apenas sugere que a ideologia influencia no sucesso ou fracasso dos partidos da direita radical, como também permite apreender uma linha essencial de transformação dessa família ao longo do tempo.

O problema com essa tipologia, no entanto, é que a sua “base de divisão”, nas palavras de Carter (2005), é muito estreita: basicamente, envolve apenas a atitude dos partidos da direita radical em relação ao sistema político. Isso significa que os partidos no interior de cada um dos dois grupos identificados por Ignazi continuam exibindo grande diferenciação entre si quando outras bases de divisão além da visão sobre a democracia são adicionadas. Especialmente no caso da direita radical, a simples análise da atitude diante do sistema político é insuficiente para apreender satisfatoriamente a grande diversidade de partidos existente nessa família. Além disso, tudo depende de como se define a noção de atitude antissistema. Se se aplica de forma muito rígida esse critério, muitos dos partidos da direita radical que buscam legitimidade e atuação dentro da ordem constitucional podem ficar de fora.

De qualquer maneira, a tipologia de Ignazi não diz respeito apenas à nova direita radical, mas a duas diferentes famílias partidárias que constituem o campo da extrema direita de modo geral. Nesse sentido, Betz (1993, 1994) dá um passo além. Empregando o termo direita radical ao invés de extrema direita mas, tal como Ignazi, fazendo uma classificação bipartida, ele distingue dois tipos dentro da direita radical especificamente: neoliberal ou libertário e nacional ou autoritário.³⁷ Ambos os tipos são populistas, no entender do autor, isto é, baseiam sua mensagem na exploração de sentimentos de ansiedade e insatisfação gerados pelas transformações nas sociedades modernas contemporâneas, e usam esses sentimentos para deslegitimar o establishment político e o consenso dominante. Entretanto, num caso o foco cai sobre aspectos econômicos enquanto no outro sobre aspectos culturais. Enquanto a direita radical neoliberal propõe um programa

³⁷ “To subsume a certain group of political parties under a common label evokes the impression that these parties are relatively akin to each other. Although radical right-wing populist parties share a number of characteristics that set them apart from other political party families, they also differ from each other in a number of important ways. Generally, one can distinguish two ideal types – national populism and neoliberal populism.” (Betz, 1994: 108).

baseado na redução do Estado e na liberalização da economia, a direita radical nacional dá ênfase na imigração.

Para Betz, os partidos de direita radical são compostos por ambos os elementos ideológicos, isto é, neoliberalismo e nacionalismo. O que no fim das contas determina em qual categoria cada partido se encaixa é o peso relativo de cada um desses elementos em seus respectivos programas. Deste o final dos anos 1980, Betz observa que a tendência é de crescimento do peso dos elementos nacionalistas em detrimento dos elementos neoliberais. Isso parece estar de acordo com a avaliação de que esses partidos se “proletarizaram” a partir dos anos 1990. Embora, ao contrário de Ignazi, Betz não utilize essa classificação a fim de distinguir entre uma “velha” e uma “nova” direita radical e sim para distinguir entre dois tipos “novos” de direita radical, ela também tem o mérito de não perder de vista o fato óbvio mas as vezes esquecido de que esses partidos estão longe de ser organismos imutáveis. Eles têm se transformado no sentido de ampliar suas bases eleitorais e de aproveitar oportunidades abertas por novas demandas, em especial com a politização do tema da imigração. Betz também demonstra como a própria direita radical pode seguir caminhos diferentes.

Ainda assim, a tipologia de Betz sofre do mesmo problema atribuído por Carter (2005) à Ignazi: é muito simples. Diante da heterogeneidade dos partidos da direita radical é preciso acrescentar outras bases de divisão. Minkenberg (in: Melzer e Serafin, 2013), por exemplo, usa o mesmo critério histórico-ideológico de Ignazi para distinguir um grupo de partidos antidemocráticos associados ideologicamente com o fascismo. A partir dessa distinção fundamental, ele classifica os partidos da direita radical de acordo com o critério de exclusão que eles utilizam para caracterizar de forma homogênea a comunidade política nacional. Minkenberg chega assim a quatro variantes:

- (1) an autocratic-fascist right, usually involving racism or ethnocentrism and inspired by right-wing dictatorships of the interwar period; (2) a racist or ethno-centrist – but non-fascist – right, usually employing “ethnopluralist” arguments for the incompatibility of cultures and ethnicities while denying the existence of a “natural hierarchy”; (3) a populist-authoritarian right, organized around a strong and charismatic leader, with an authoritarian structure and a diffuse nationalist or xenophobic ideology; and (4) a

religious-fundamentalist right, in which nationalism or xenophobia merge with religious rigidity, resulting in the defense of a religiously-framed conception of national “purity.” We should note that all four variants reject difference and pluralism in the name of national homogeneity through the primary “we-group,” and adopt anti-establishment (populist) political styles and strategies.

De acordo com essa classificação, os partidos que chamamos aqui de direita radical estão situados no segundo e terceiro tipo, isto é, a direita etnocêntrica e a direita populista.

Mas é em Carter (2005) que encontramos uma das tipologias mais complexas e bem-desenvolvidas. Carter propõe uma tipologia construída a partir de três bases de divisão: 1) importância e centralidade conferida ao tema da imigração (cujo indicador é atitude a xenofóbica); 2) o tipo de racismo (biológico ou culturalista); e 3) a atitude do partido em relação à democracia, parlamento e pluralismo. Esses critérios permitem fugir à questão de examinar o impacto do legado fascista, uma tarefa que Carter considera difícil. Primeiro porque, em alguns casos, alguns partidos têm se referido ao legado do fascismo sem ao menos ter essa ideologia explicitamente enformando sua política. Segundo porque partidos que exibem um vínculo histórico com o fascismo frequentemente são obrigados a minimizá-lo a fim de ganhar legitimidade.

No caso do primeiro critério, a posição em relação à imigração indica a importância da xenofobia na ideologia desses partidos. Ademais, ela expressa a preocupação com a homogeneidade interna, característica que frequentemente cai dentro do conceito de nacionalismo, embora não sejam necessariamente iguais (Mudde, 2007). A xenofobia se expressa em políticas como deportação de imigrantes ilegais e fim da concessão de asilos. No caso do segundo critério, três distinções podem ser feitas com base na relação desses partidos com o racismo: aqueles que abraçam a forma clássica do racismo biológico; aqueles que adotam a forma contemporânea de racismo culturalista; e aqueles em que o racismo não tem lugar em termos de ideologia ou atitudes e crenças. Racismo biológico é a forma tradicional de racismo, mas a forma nova ou culturalista é à qual aderem a maioria dos partidos de hoje. Entretanto, parte significativa dos partidos da direita radical não apresenta qualquer tipo de racismo. Portanto, para Carter o racismo não é uma característica necessária ou central na definição da direita radical,

mas como esses partidos frequentemente adotam diferentes tipos de racismo isso pode servir de base para uma distinção.

Por fim, a direita radical contemporânea também pode ser distinguida em três grupos de acordo com o tipo de atitude que manifestam em relação à democracia, parlamentarismo e pluralismo. O primeiro grupo é formado por partidos que exibem uma total oposição aos valores, procedimentos e instituições do Estado constitucional democrático e desejam substituí-lo completamente. O segundo grupo engloba partidos que também são antissistema, mas ao invés de propor a substituição completa do regime político, propõem reformas voltadas para fortalecer o executivo e diminuir as liberdades e direitos individuais. Portanto, embora tolerem a democracia liberal, desejam reduzir o poder do parlamento e dos partidos em nome de um executivo forte. O terceiro grupo é parecido com o segundo: não deseja a substituição completa da ordem, mas reformas. Entretanto, essas reformas ao invés de aumentar o poder de intervenção do Estado estão desenhadas para reduzi-lo. Isso porque os procedimentos democráticos atuais não são vistos, por esse grupo de partidos, como favorecedores da democracia, mas, ao contrário, como limitadores.

Ao invés de considerar essas bases de divisão separadamente, Carter cruza-as a fim de identificar os tipos de partidos realmente existentes. Como elas dividem os partidos da extrema direita em oito grupos, teoricamente seria possível ter dezoito diferentes tipos de extremismo de direita (2 X 3 X 3). Na prática, entretanto, Carter encontra “apenas” cinco tipos: neonazistas, neofascistas, xenofóbicos autoritários, xenofóbicos neoliberais e populistas neoliberais. A nova direita radical, em particular, englobam esses três últimos tipos.

Os neonazistas caracterizam-se por atitudes xenofóbicas, racismo clássico e oposição completa ao regime político democrático. A única característica singular que os distingue completamente dos demais partidos é o fato de adotarem o racismo tradicional, biológico. Tendem a manifestar o legado ideológico do nazismo. Os neofascistas, por sua vez, também rejeitam a democracia, o parlamentarismo e o pluralismo, mas diferentemente dos neonazistas a imigração não tem centralidade em seu programa e não são necessariamente racistas. Os xenofóbicos autoritários diferenciam-se dos dois primeiros tipos por causa da sua atitude com relação ao regime político: não rejeitam completamente a democracia, mas são críticos das instituições existentes e desejam reformas que aumentem o poder do executivo e enfraqueçam a liberdade individual na perseguição de interesses individuais. Por isso, são

antissistema e representam uma ameaça à legitimidade do sistema político. Tal como os neonazistas, os partidos xenofóbicos autoritários são xenofóbicos e racistas, mas seu racismo é de tipo novo, culturalista. Já os xenofóbicos neoliberais se assemelham a estes últimos no que tange a essas duas últimas características, mas sua atitude em relação ao sistema político é por menos ao invés de mais Estado. Demandam mais liberdade e garantias individuais e, por isso, são liberais ao invés de autoritários. Por fim, os populistas neoliberais também compartilham deste último aspecto com os xenofóbicos neoliberais, isto é, mantêm uma atitude positiva frente à democracia, ao passo que se diferenciam em relação à questão da imigração e do racismo: não são xenofóbicos, nem racistas.

A tipologia proposta por Carter definitivamente avança na classificação dos partidos da direita radical, mas é de se perguntar se ela não encontra distinções em demasia. Com efeito, suas duas primeiras bases de divisão (centralidade da imigração e tipo de racismo) frequentemente estão intimamente associadas nesses partidos. Além disso, não estou certo da utilidade de distinguir entre um tipo nazista e um fascista. Por fim, ela dá grande ênfase na xenofobia, o que está correto, mas em certa medida ignora o papel do populismo na ideologia dos partidos da nova direita radical, o que, ao meu ver, é um equívoco. Seja como for, esse breve compêndio de tipologias não procurou esgotar a questão, mas sim ilustrar a diversidade de tipos diferentes que podemos encontrar na direita radical em particular e na extrema direita como um todo. Dar conta dessa diversidade através da classificação desses partidos é uma necessidade do campo de pesquisa porque só assim se pode comparar seus diferentes graus de sucesso eleitoral e, a partir dessa comparação, inferir o influência da ideologia no sucesso dos partidos da direita radical.

CAPÍTULO 3 – COMO EXPLICAR O APARECIMENTO E O DESEMPENHO ELEITORAL DA NOVA DIREITA RADICAL? TEORIAS E HIPÓTESES

Neste capítulo irei apresentar e discutir as principais teorias e hipóteses desenvolvidas no campo para explicar a gênese e o desenvolvimento da nova direita radical. Segundo a influente sistematização de Eatwell (in: Merkl e Weinberg, 2003), essas teses podem ser divididas em dois tipos: as que põem a ênfase da análise nas variáveis situadas do lado da demanda (*demand-side theories*) e as que põem a ênfase da análise nas variáveis situadas do lado da oferta (*supply-side theories*). No entanto, pode-se dizer que, no geral, a maioria das pesquisas sobre a direita radical sempre trabalhou com essa distinção analítica, mesmo nos casos em que ela não é operada explicitamente.

Os fatores situados do lado da demanda estão relacionados com interesses e preferências (demandas) presentes na sociedade, às quais um ator político (partidos políticos ou movimentos sociais, por exemplo) procura responder favoravelmente a fim de angariar eleitores, militantes, apoio, etc. Os fatores situados do lado da oferta, por sua vez, estão relacionados com os recursos (ideologia, estratégia, organização, liderança, militância, instituições políticas e eleitorais e competição partidária) que um partido pode mobilizar a fim de responder àquelas demandas (Klandermans e Mayer, 2006: 42). Importa notar que essa distinção é analítica, porque na prática os fatores envolvidos na produção dos resultados eleitorais e políticos de um partido funcionam de maneira interrelacionada. Isso também equivale a dizer que nenhum fator isolado pode explicar o sucesso ou insucesso de um partido da direita radical em particular ou dessa família como um todo. A ruptura eleitoral e o crescimento de um partido é sempre o resultado de uma complexa cadeia de fatores – gerais e específicos, estruturais e contingenciais, etc. – interrelacionados.

Mudde (2007), baseando-se parcialmente em Eatwell, posteriormente desenvolve os conceitos de *demand factors* e *supply factors* distinguindo entre dois tipos de fatores situados no lado da oferta: internos aos partidos políticos e externos a eles. A diferença entre eles é que, no primeiro caso, as variáveis que influenciam o sucesso de um partido depende da sua ação direta, enquanto que no segundo essas variáveis não podem ser controladas por ele. *Internal supply-side factors* dizem respeito à ideologia, estratégias, liderança, organização e

milítância de um partido, enquanto os *external supply-side factors* dizem respeito às características institucionais e partidárias do sistema político.

A organização deste capítulo segue as distinções analíticas propostas por Eatwell e Mudde. Além da distinção entre teorias do lado da demanda e teorias do lado da oferta, esses autores distinguem ainda três níveis de análise: micro, meso e macro. A micro busca nos comportamentos, atitudes e opiniões individuais a explicação para o surgimento e crescimento da direita radical. Já a análise no nível macro busca em amplas transformações estruturais e históricas (sociais, culturais, econômicas, etc.) as causas desse fenômeno. O nível meso, por fim, corresponde às organizações, instituições, grupos e redes (família, escola, vizinhança, etc.) situadas a meio caminho entre o indivíduo e a sociedade.³⁸ Por mais promissora que seja situar a análise neste último nível, o papel das instituições sociais e meios de socialização na estruturação do voto da direita radical foi pouco estudado e compreendido ainda, de modo que o grosso das pesquisas se concentraram no nível macro e micro – em variáveis agregadas e individuais. Nesta revisão da literatura ignorei essa distinção entre níveis analíticos – embora necessariamente ela apareça na discussão das explicações – e usei apenas a distinção entre as teses focadas na demanda e as focadas na oferta política para organizar a exposição do assunto.

Antes de começar com as teorias cuja análise enfocam os fatores do lado da demanda, vale dizer algumas palavras sobre a situação geral das pesquisas no campo da direita radical. As explicações para seu sucesso abundam, mas interessantemente pouca atenção foi dada às causas do seu fracasso, ainda que tais casos sejam de longe os mais numerosos. No que tange ao trabalho teórico, poucos são os estudiosos que realmente investiram na construção de um arcabouço teórico e metodológico desenvolvido especialmente para dar conta do fenômeno. A maioria (e mesmo aquela minoria) acaba trabalhando com as ideias desenvolvidas em estudos clássicos acerca do fascismo e do extremismo de direita de modo geral – como os trabalhos de Seymour Lipset e Daniel Bell publicados nos anos 1950 (Norris, 2005b: 131) – ou

³⁸ Note-se que em certo sentido essa distinção atualiza a velha problemática sociológica da relação entre sociedade e indivíduo. Comportamentos, atitudes e opiniões são afetados pelas transformações estruturais da sociedade, assim como as estruturas se manifestam e se transformam a partir das ações e práticas concretas dos indivíduos.

desenvolvidas para explicar os padrões de voto e comportamento eleitoral nas democracias modernas de modo geral – como a teoria das clivagens proposta por Lipset e Rokkan também nos anos 1950. Além dessas, uma terceira influência importante é a teoria da modernização na versão desenvolvida por Ronald Inglehart.

Com base nessas ideias, a tese dominante nas pesquisas sobre a direita radical afirma que o extremismo de direita constitui uma reação a mudanças estruturais na sociedade (entendida como parte de um processo de modernização) desencadeada pelos grupos que se sentem ameaçados por elas. Praticamente toda explicação estrutural para o aparecimento da direita radical procurou entender como mudanças recentes produziram novos grupos sociais suscetíveis ao apelo da direita radical. As variações entre essas explicações decorrem das diferentes ênfases que cada autor dá a determinado aspecto ou consequência da modernização – mudança na estrutura de classes, nas oportunidades de vida, nos valores, na cultura política, etc.

Para além do trabalho estritamente teórico, a maior parte dos artigos publicados nesse campo de pesquisa têm tentado testar empiricamente várias dessas explicações. No entanto, as conclusões a que eles chegaram até o momento são de modo geral inconsistentes e inconclusivas. Nesse sentido, meu objetivo principal aqui é focar nas teses e hipóteses propostas ao invés de nas evidências achadas até o momento para suportá-las – embora, como não podia deixar de ser, também procurei incorporar algumas dessas evidências a fim de orientar a discussão.

3.1. Fatores de demanda: transformações na sociedade e nas preferências políticas

As teorias do lado da demanda enfocam sua análise nos fatores estruturais da sociedade, buscando compreender de que maneira as transformações amplas e de longo prazo nas condições sociais, políticas, econômicas e culturais podem estar associadas com o aparecimento e crescimento da direita radical contemporânea. Norris (2005b: 130) resume essa ideia geral:

These structural theories in political sociology are rooted in broader process of societal modernization, identifying multiple long term secular trends associated with the rise of industrial and postindustrial societies.

Esse modelo de análise situa-se a nível macro, mas relaciona-se também com o nível micro a fim de apreender como transformações estruturais se refletem nas preferências individuais dos eleitores.³⁹ Atualmente, entre as principais transformações históricas observadas estão a reorganização da economia e do trabalho em termos pós-industriais, a perda de relevância política das classes e das clivagens tradicionais, a abertura de uma nova clivagem cultural no espaço de competição política, a ascensão de valores pós-materialistas, a multiculturalização étnica dos países europeus, a globalização e a integração europeia, o desalinhamento partidário e a busca por novas formas de participação política.

Todos esses fenômenos podem ser subsumidos sob a rubrica genérica da modernização e de alguma crise que em algum aspecto supõe-se acompanha-la. Praticamente todos os estudos sobre a direita radical inscrevem o fenômeno da direita radical no quadro da modernização e suas consequências. Assim, vou tratar as diferentes teses avançadas para explicar o surgimento e crescimento dessa família de partidos baseadas em um ou mais aspectos da modernização como variantes dentro deste quadro geral de análise. Ou, em outras palavras, analiso as teses da anomia/ruptura social, da crise, do interesse econômico, da reação étnica, do desalinhamento eleitoral, dos perdedores da modernização, do partido de nicho único e de protesto e do pós-materialismo como elementos diferentes mas complementares constitutivos de uma mesma teoria estrutural ou sociológica, a qual compõe o quadro de análise contextual (ou as condições) para as explicações sobre o fenômeno da direita radical contemporânea.

³⁹ “Put simply, these explanations assume that changes at the macro-level (a declining economy, rising immigration figures, a new anti-immigrant party) bring about changes in individual preferences, which lead to (aggregate) changes in individual political behaviour, i.e. an increase in electoral support for the Extreme Right. Since different groups in society have different prior propensities to vote for the Extreme Right, and since they react differently to changes in the social and political environment, both micro and macro information are required to fully model and understand the processes that transform latent or potential support for the Extreme Right into real, manifest votes.” (Arzheimer in: Backes e Moreau, 2012: 41).

3.1.1. Modernização e crise: anomia e ruptura social

A modernização pode ser entendida como um processo de crescimento da autonomia do indivíduo, do seu papel e status na sociedade, e de aumento da diferenciação e segmentação social (Minkenberg, 2011: 11). De forma resumida, na perspectiva das teorias da modernização os partidos da direita radical são vistos como adversários da modernização mobilizando os setores sociais que se sentem mais ameaçados por ela – os chamados “perdedores da modernização” (ver e.g. Betz, 1993, 1994; Kitschelt, 1995; Ignazi, 1992, 2003; Minkenberg, 2011, in: Melzer e Serafin, 2013). Quais grupos sociais constituem exatamente esses perdedores é algo que pode variar de autor para autor.

É partindo dessa ideia que Minkenberg (in: Melzer e Serafin, 2013: 11) define o “right-wing radicalism as the effort to undo or combat modernization by radicalizing inclusionary and exclusionary criteria of belonging”. Segundo ele, esse fenômeno

can be understood as the product of a general modernization shift in the wake of the social upheavals associated with the events of 1968, as well as specific mobilization shifts within each country’s opportunity structure.

The modernization shift includes a transition of Western industrial societies into a “post-industrial” phase and a new political dynamism. This shift opened opportunities for new movements and parties on the left and right along a new values- or culture-based cleavage (so-called “Old Politics” vs. “New Politics”). Extremist parties and movements were able to mobilize what might be termed “normal pathological” right-wing potential, which appears to be endemic to most rapidly changing, modernizing societies. (*idem*: 17-8).

Esse tipo de explicação segue o paradigma clássico das ciências sociais usado para explicar outras formas de extremismo político de direita desde o aparecimento do nacionalismo europeu no século XIX, incluindo o fascismo no século XX (Mudde, 2007: 202). Mais especificamente, os primeiros trabalhos em sociologia política que tentaram explicar as causas do fascismo na Europa associaram alguns

aspectos do desenvolvimento econômico e social às raízes do movimento na Itália e na Alemanha – entre esses aspectos figuravam a economia de larga escala, a sindicalização da força de trabalho, a perda de status e poder da pequena burguesia e a entrada das massas na política com a extensão do sufrágio universal. Os movimentos de extrema direita ter-se-iam aproveitado das inseguranças e frustrações geradas por esses processos e disseminadas especialmente nos grupos sociais particularmente vulneráveis, afetados ou sentindo-se ameaçados por eles – normalmente a velha classe média ou pequena burguesia, esmagada entre as grandes corporações e os trabalhadores organizados.⁴⁰ Nesta perspectiva, o extremismo de direita é uma espécie de condição patológica normal das sociedades modernas, uma potencialidade sempre inscrita nos processos anômalos gerados pelo próprio desenvolvimento da modernização (Betz, 1994: 22-3; Mann, 2008; Mudde, 2010).

Esse argumento supõe, assim, alguma noção de anomia social e, neste caso, pode ser denominado de tese da anomia ou da ruptura social (Rydgren, 2007: 247). A tese sustenta que, com o avanço da modernidade, a sociedade se atomiza e se particulariza, de modo que as estruturas e instituições sociais tradicionais, especialmente aquelas baseadas na classe e na religião, perdem sua capacidade de vincular e dar sentido de pertencimento às pessoas. Individualmente os riscos aumentam e, sem os suportes coletivos nos quais se apoiar, a capacidade dos indivíduos de se adaptar às novas circunstâncias altamente mutáveis fica comprometida, gerando ansiedade e insegurança (ver e.g. Betz, 1993, 1994).⁴¹ Como resultado, algumas pessoas acabam sendo atraídas

⁴⁰ “Os trabalhos clássicos publicados nos anos 1950 e 1960 [a autora cita Seymour Lipset e Daniel Bell] procuravam explicar o fenômeno da ascensão do fascismo da Alemanha de Weimar, do poujadismo na França e do macartismo nos Estados Unidos como uma ‘revolta contra a modernidade’, liderada principalmente pela pequena burguesia – pequenos empresários, pequenos comerciantes, artesãos e agricultores independentes – espremidos entre o poder crescente do big business e a influência coletiva dos trabalhadores organizados.” (Norris, 2005a: 6).

⁴¹ “As a result of these developments, established subcultures, milieus, and institutions, which traditionally provided and sustained collective identities, are getting eroded and/or being destroyed. Fixed identities are giving way to a ‘flux of contextualized identities’, related to gender, ethnicity, sexual preference, and life-style. [...] By hyping up the new, fleeting, and contingent in modern life, rather than the more solid values of the past, and by promoting individual choice and life-style, culture both fosters and reproduces the fragmentation of

por ideologias nacionalistas e populistas, na medida em que sua ênfase no povo, na nação e na identidade serve como sucedâneo à perda dos laços tradicionais. Em particular, os indivíduos que figuram entre os perdedores da pós-industrialização e da globalização são os mais inclinados ao apelo da direita radical, isto é, aqueles cujos recursos materiais e simbólicos são insuficientes para se adaptar às novas condições econômicas e sociais. Nesse ponto a tese da anomia/ruptura social e a dos perdedores da modernização se misturam.

A tese da anomia/ruptura social é remanescente das teorias da sociedade de massas, em especial em sua versão arendtiana. Nos anos 1950 e 1960 essa teoria esteve entre as mais aceitas para explicar o fascismo e o nazismo, mas investigações empíricas posteriores falharam em confirmá-la. “Voters of the new radical right-wing parties are not the isolated, asocial individuals that would be predicted from this theory.” (Rydgren, 2007: 247). Em resumo, Eatwell (in: Eatwell e Mudde, 2004: 53) escreve que não importa de que maneira se meça o isolamento social (o que já é, por si, um problema), está claro que os eleitores da direita radical não estão sofrendo de anomia.

É verdade que há uma correlação entre pessoas pouco ou nada religiosas e sem associação com sindicatos ou outros tipos de organizações coletivas e voto na direita radical. Eleitores da direita radical tendem a estar desvinculados ou a desvincularem-se dos partidos dominantes de centro (em geral socialistas e democrata-cristãos) e, por isso, é mais fácil encontrá-los entre pessoas não religiosas e não sindicalizadas. Mas essa correlação não indica uma relação causal, ou seja, não demonstra que esses eleitores votam na direita radical por causa da falta de vínculos religiosos e associativos. Por outro lado, isso não invalida o argumento de que o sucesso da direita radical está ligado ao seu discurso etnonacionalista e populista e à sua capacidade de prover seus eleitores e militantes com novas identidades sociais e frames políticos. Nesse sentido, é teoricamente possível que o fenômeno da direita radical esteja associado com o aparecimento de novas clivagens sociais e de novas formas de fazer e pensar a política.

the economic and social spaces of postindustrial consumer society. [...] The transition from industrial to postindustrial capitalism is thus in large part characterized by a process of dissolution, fragmentation, and differentiation, which has its roots in a general acceleration of individualization processes. These create new challenges to the individual's capability to adapt to rapidly changing circumstances.” (Betz, 1994: 29).

Por trás da maioria das teses desenvolvidas a partir do paradigma da modernização há a suposição de que o crescimento da direita radical constitui uma patologia nas sociedades democráticas ocidentais e, portanto, esse fenômeno só pode ser explicado pela existência de algum tipo de crise – seja ela de natureza econômica, política, social, cultural, etc. Com efeito, desde o fascismo clássico cientistas sociais tentam associar o extremismo de direita à condição de crise. Embora essa ideia seja intuitivamente simples de compreender, ela é bastante difícil de especificar tanto teórica quanto empiricamente, de modo que seu uso analítico tem se mostrado de pouca utilidade (Mudde, 2007: 205).⁴²

Virtualmente qualquer fenômeno pode ser interpretado através da perspectiva de crise. Entretanto, isso não nos deve levar a recusá-la completamente, porque as investigações empíricas que ela suscita têm se mostrado bastante sólidas em termos metodológicos apesar dos resultados inconsistentes entre si. Elas procuram encontrar correlações estatisticamente significantes entre variáveis como desemprego, imigração, comparecimento eleitoral e confiança nas instituições (tomadas como indicadores de crise) e o crescimento eleitoral da direita radical. Essas e outras variáveis supostamente são indicadores de crise econômica, do Estado de bem-estar social ou da democracia representativa, mas a relação entre elas e o conceito de crise permanece vaga. Além disso, os resultados das investigações empíricas frequentemente apontam para direções contrárias, de modo que é difícil dizer com segurança que determinada variável impacta diretamente sobre o voto da direita radical. Provavelmente esse resultado depende da combinação de uma série delas em determinadas circunstâncias. Além do mais, a tese da crise pode ajudar a explicar porque os partidos tradicionais perdem votos, mas ela é incapaz, por si só, de explicar porque esses votos devem ir para a direita radical.

⁴² “Most authors do not even bother to try to articulate what constitutes a crisis, they simply state that a certain process has led to one, assuming that both the meaning of the term and the existence of the crisis are self-evident. Others define the term so broadly that virtually every period can be interpreted through the lens of crisis. Finally, a number of authors seem to determine the existence of a crisis largely on the basis of the success of populist actors, which makes the relationship tautological.” (Mudde, 2007: 205).

3.1.2. Pós-industrialização e mudanças socioeconômicas: os perdedores da modernização

De modo geral o paradigma da modernização usado para explicar a gênese da direita radical bebe da teoria das clivagens desenvolvida por Lipset e Rokkan nos anos 1950, segundo a qual a estruturação do comportamento político-eleitoral ao longo de clivagens sociais ocorreu durante a entrada das massas no processo político no contexto da industrialização das sociedades modernas e, deste então, essa estrutura permanece “congelada” (Norris, 2005a, 2005b).⁴³ “Modern sociological explanations echo, but also update, some of these concerns.” (Norris, 2005b: 132). No contexto contemporâneo, assume-se que as clivagens de Lipset e Rokkan estão “descongelando” ao serem atualizadas e ligadas a processos sociais de modernização especificamente contemporâneos (globalização, pós-industrialização, multiculturalismo, etc.).

Cada um desses fenômenos possui seu próprio campo de estudo, e seus efeitos ou mesmo sua existência estão ainda abertos ao debate, mas geralmente admite-se que esses processos enfraqueceram o poder estruturante das antigas clivagens e permitiram que novas clivagens aparecessem, alterando as preferências do eleitorado e os padrões de competição política (Kriesi *et al*, 2008; Kriesi, 1998). Junto ao processo de crescente secularização das sociedades modernas, as duas principais clivagens tradicionais (as clivagens de classe e de religião), tão duradouras e estáveis na estruturação das preferências partidárias que chegaram a ser descritas como “congeladas” por Lipset e Rokkan – *grosso modo*, desde o início do século XX a classe trabalhadora alinha-se com os socialistas e socialdemocratas, e a classe média ou pequena burguesia alinha-se com os democratas cristãos e liberais – tornaram-se

⁴³ “His idea [a de Lipset e Rokkan] was to link the configurations of contemporary European party systems to the social and cultural divisions which marked European societies at the time of the formation of the party systems in the second half of the 19th century. When democratic polities emerged, these traditional divisions mainly opposed social groups defined in terms of religion, class, region and ethnicity. As is well known, Lipset and Rokkan maintained that these traditional divisions had been ‘frozen’ in political terms and that, at the time of their writing (1967), European party systems still reflected the structure of societal divisions which had existed in the early twenties when the popular masses had made their final entry into democratic politics.” (Kriesi, 1998: 165-6).

menos capazes de prever os padrões de voto. O conflito socioeconômico (opondo defensores do livre mercado e do intervencionismo estatal), por muitas décadas o principal eixo estruturando o espaço de competição política, perdeu proeminência e o voto passou a se orientar mais pela opinião e interesse do eleitor em temas específicos do que por afinidades partidárias. Ou seja, o aparecimento de novas clivagens sociais alterou as preferências de parte do eleitorado, tornou o voto mais volátil e menos orientado por identidades partidárias do que pelo posicionamento em relação a determinados assuntos, abriu novos nichos no espaço de competição política e permitiu que novos atores políticos surgissem e aproveitassem as oportunidades políticas que emergiam no novo contexto histórico pós-industrial.

Entre os mais importantes processos que caracterizam o atual fenômeno da modernização está a transição das sociedades europeias para economias pós-industriais.⁴⁴ Em relação a isso, Kitschelt (1995: 2) é exemplar:

The structural change of society that has made possible the rise of the extreme right is the transition to a postindustrial economy in which citizens' political preferences and salient demands differ from those that prevailed in the Keynesian Welfare State of the post-World War II era.

Portanto, essa transição tem efeitos que vão muito além do campo da economia *strictu sensu*. Ela reduziu o peso da indústria e do trabalho operário e ampliou a participação dos serviços na economia, o que equivale a dizer que a antiga estrutura de classes, o trabalho e a ocupação dos indivíduos, assim como suas experiências e percepções, foi grandemente transformada em relação às sociedades industriais que prevaleceram desde o final do século XIX. Segundo a tese dos perdedores da modernização, tais mudanças deixaram para trás uma *underclass* de trabalhadores com pouca qualificação e educação e que enfrenta uma redução nas suas chances de vida, piores oportunidades de emprego e baixa segurança material. A nova clivagem socioeconômica

⁴⁴ “The emergence and rise of radical right-wing populist parties in the 1980s was a direct response to the transition from industrial welfare capitalism to postindustrial individualized capitalism.” (Betz, 1994: 170). Ou seja: “the political changes reflected in the emergence of the radical populist Right are largely a consequence of a profound transformation of the socioeconomic and sociocultural structure of advanced Western European democracies.” (*idem*: 27).

crucial não é trabalhadores *versus* classe média, mas é mais setorial. Alguns setores em ambas as classes perderam – ou têm medo de perder, de acordo com a tese da privação relativa – com a transição para uma sociedade pós-industrializada, ao passo que outros ganharam com ele.

Do lado dos perdedores estão, sobretudo, os trabalhadores manuais não qualificados (*blue-collar workers*), com baixa escolaridade e vulneráveis à dinâmica fluida de uma economia aberta e globalizada. Teoricamente, esse grupo da população é o mais propenso a responder ao apelo populista da direita radical.⁴⁵ Diferentemente da situação no período entreguerras, quando esse campo político mobilizava especialmente a pequena burguesia esmagada entre o grande capital e os trabalhadores organizados, as condições atuais tornaram o extremismo de direita atraente especialmente aos trabalhadores precarizados e flexíveis da economia pós-industrial globalizada.

Essa constatação quase contraintuitiva e que vai em sentido oposto à experiência histórica é por si só sumamente interessante. Uma das explicações para o fato de a direita radical ter se proletariado baseia-se na tese do interesse econômico. Essa tese argumenta que o apoio a partidos extremistas de direita provém dos grupos sociais perdedores na competição por recursos escassos como empregos ou benefícios sociais ou que sofrem alguma forma de “privação relativa”, isto é, a percepção de perda de status e recursos em relação a outro grupo (imigrantes, em particular) (Eatwell in: Eatwell e Mudde, 2004: 56-8). Ela sugere, assim, que a direita radical terá maior apoio entre indivíduos desempregados e pouco qualificados, os quais encontram-se

⁴⁵ “Among modernization losers, workers are at the forefront: they have been hit hardest by the erosion of industrial mass production, the Keynesian compromise, and full employment. Their market position has been weakened as a result of the spread of information technologies and the intensification of international trade. Unlike qualified employees who benefit from technological progress and the opening of borders, workers often lack convertible skills necessary to adjust to these new circumstances. Being the main victims of economic dislocations, workers may express their resentment by opting for the only political alternative that openly rejects economic modernization: the radical right.” (Oesch, 2008: 351). “It is these new socially disadvantaged groups, Betz suggests, who are most prone to blame ethnic minorities for deteriorating conditions, to support cultural protections, and to criticize government for failing to provide the growing prosperity and social security that was characteristic of postwar Europe.” (Norris, 2005b: 133).

em competição direta com imigrantes.⁴⁶ Nesse sentido, a atitude anti-imigrantes desses indivíduos derivaria mais de interesses materiais do que de diferenças culturais.

A tese do interesse econômico é um elemento necessário porém insuficiente para explicar o crescimento da direita radical após a década de 1980. Tomada isoladamente, trata-se de uma versão da velha tese que afirma ser o extremismo de direita (ou uma ideologia qualquer) uma função de interesses econômicos derivados da posição na qual os indivíduos ocupam na estrutura de classes – seja da burguesia (para o pensamento marxista), da pequena burguesia/classe média (para Lipset e Bell) ou, como agora, da classe trabalhadora. É verdade que os trabalhadores manuais constituem uma clientela central de partidos como o FPÖ, o VB e a FN – com efeito, esses partidos tornaram-se o principal partido proletário de seus respectivos países, à frente dos socialistas em termos de representatividade dentro da classe trabalhadora. Embora a direita radical tenha, de início, obtido seus votos principalmente entre a pequena burguesia e assalariados de colarinho branco (sua clientela típica) mediante a defesa de políticas neoliberais, desde os anos 1990 essa família partidária tem se “proletarizado” e mudado concomitante sua visão da política econômica em uma direção relativamente trabalhista e protecionista (Betz, 1994; Oesch, 2008).⁴⁷

No entanto, a relação causal entre interesse econômico e voto na direita radical está longe de ser direta ou clara. Embora as investigações

⁴⁶ “According to theories of economic interests, we may expect that social groups in competitive inter-ethnic circumstances are particularly more likely to vote for the extreme right. Since lower social strata are more likely to compete with ethnic minorities for scarce resources, we may expect that people from these strata are especially sensitive to competitive contextual circumstances (i.e., higher unemployment levels and higher numbers of immigrants). Therefore, the extent to which one belongs to the lower social strata increases the likelihood of voting extreme right-wing may vary from one country to another. It can be expected that lower social strata are more likely to vote for extreme right-wing parties in countries where levels of inter-ethnic competition are higher.” (Lubbers *et al*, 2002: 352).

⁴⁷ “Our analysis so far suggest that most radical right-wing populist parties, which at one point or another promoted free market policies, went through a significant process of proletarianization during the late 1980s and early 1990s. This process went parallel with the deterioration of the socioeconomic prospects and expectations of a significant proportion of the population, which, at least in some cases, followed the adoption of free-market policies by the established parties.” (Betz, 1994: 161).

empíricas frequentemente apontem para resultados contraditórios (ver e.g. Golder, 2003; Lubbers *et al*, 2002), parece seguro afirmar que desemprego e imigração são variáveis que de alguma forma estão associadas com o voto na direita radical e isso está de acordo com a crescente proletarianização desses partidos. Mas isso parece resultar mais da percepção dos indivíduos do que de sua real condição econômica. Além disso, a percepção de ameaça não precisa ser pessoal, mas pode ser sentida em relação ao grupo do qual um indivíduo faz parte. Por outro lado, se eleitores desempregados têm maior probabilidade de votar em um partido de direita radical, essa tendência não se verifica no agregado, isto é, não há correlação entre países com alto grau de desemprego e voto na direita radical. Além disso, o desemprego não tem efeito positivo sobre os votos na direita radical se não associado com altas taxas de imigração, ao passo que esta última variável produz efeitos isoladamente.⁴⁸

Em termos teóricos, além do economicismo implícito na tese do interesse econômico, reduzindo a e derivando os complexos padrões comportamentais do ser humano de motivações econômicas ou materiais, ela não explica porque os trabalhadores estão voltando-se para a direita radical ao invés de seus representantes típicos, ou seja, os partidos socialistas e de esquerda.⁴⁹ Aliás, tal como na tese da crise de

⁴⁸ "Turning to economic factors, economic malaise and competition with immigrants were suspected of being of relevance in explaining cross-national variation in extreme right-wing support. The number of non-European Union citizens did affect levels of extreme right-wing voting in a country, in line with theories of economic interests. People who perceive immigrants as competitors are more likely to express exclusionary reactions including voting for the extreme right. Unemployment levels did not, however, have the expected effect. The effect of unemployment even tended to be negative, suggesting that in more prosperous countries people are more likely to support extreme right-wing parties – a finding consistent with other research on exclusionary reactions. It could be that people in these circumstances are afraid to lose what they have gained in times of economic prosperity." (Lubbers *et al* (2002: 371)

⁴⁹ "But why would working class voters turn to the Extreme Right? Historically, support for the post-war Extreme Right had chiefly come from the 'petty bourgeoisie' of artisans, small shop-keepers and farmers that made up the lower strata of the middle classes. This constituency was authoritarian and staunchly anti-communist/anti-socialist.

Working class voters, on the other hand, were often embedded in a network of trade unions and similar intermediate organisations, held strong preferences for redistribution, and were firmly attached to traditional left parties. Even if many

modo geral, a tese do interesse econômico não explica porque um eleitor sentindo-se ameaçado em suas condições de vida deve voltar-se para um partido qualquer e não outro.⁵⁰ A existência de uma correlação positiva entre situação social e voto na direita radical não nos diz nada a respeito do motivo subjacente ao voto. Mais especificamente, não prova que os trabalhadores mais precarizados votam na direita radical por motivos econômicos. Se fosse este o caso, seria de se esperar que eles se voltassem para os partidos socialdemocratas ou socialistas. É certo que a direita radical vem alterando sua política econômica em termos intervencionistas e protecionistas, mas ela não é percebida como uma autoridade no assunto pela opinião pública.⁵¹ Como a pauta anti-imigração é, ao contrário, percebida como da alçada dos partidos da direita radical, é possível supor que desemprego e problemas econômicos de modo geral produzem efeitos favoráveis sobre o voto na direita radical apenas na condição de altas taxas de imigração e/ou de politização do tema na agenda pública.⁵²

voters (and some of the rank-and-file members) of these parties expressed a healthy degree of working-class authoritarianism, elites and opinion leaders within the traditional working classes were firmly committed to principles of equality and international solidarity.” (Arzheimer, 2013: 77).

⁵⁰ “We do know that economic conditions shape electoral outcomes. In an exhaustive survey of the economic voting literature, Lewis-Beck and Stegmaier (2000) conclude that electorates are strongly affected by global economic fluctuations (real and perceived) and that plausible economic indicators (objective or subjective) do account for much of the variance in government support. The problem is that economic voting theories focus on how incumbent political parties are rewarded or punished for their economic performance. They do not explain why voters who wish to punish incumbent parties should vote for extreme right parties over any other opposition party.” (Golder, 2003: 439).

⁵¹ “In times of higher unemployment, socioeconomic issues will normally have greater salience in the political debate. This profits those political parties that have established “ownership” over issues like employment and socioeconomic policies. As populist radical right parties are seldom considered particularly competent in this area, and rather profit from issues like crime and immigration, the rise in salience of socioeconomic issues decreases their electoral appeal. This might be partly softened when high levels of unemployment are combined with high levels of immigration (Golder 2003), as this increases the possibility of combining the two issues, which can at least partly benefit those populist radical right parties that have established ownership over the immigration issue.” (Mudde, 2007: 206)

⁵² “Because the economic voting literature provides no evidence why higher levels of unemployment could cause people to vote for extreme right parties

Junto a possíveis preocupações econômicas, relacionadas ou não com a imigração, outros motivos devem estar associados especificamente ao voto na direita radical. Em especial, esses motivos podem ser culturais, como no caso dos eleitores xenofóbicos contrários à imigração por razões identitárias. Com efeito, há razões teóricas e empíricas para supor que na maioria das vezes é precisamente este o caso.⁵³ Além disso, embora os trabalhadores manuais não qualificados sejam parte constitutiva da base eleitoral da direita radical, eles não estão sozinhos. A proletarianização desses partidos não se fez (totalmente) a expensas da pequena burguesia, que segue ainda sobrerrepresentada entre seus eleitores (Arzheimer, 2013). Vista no todo a base eleitoral da direita radical é mais setorial e atravessa várias classes sociais.

This cross-class coalition means that we should look skeptically upon the idea that radical right parties are purely a phenomenon of the politics of resentment among the new social cleavage of low-skilled and low-qualified workers in inner-city areas, or that their rise can be attributed in any mechanical fashion to growing levels of unemployment and job insecurity in Europe. The social profile is more complex than popular stereotypes suggest. (*idem*: 147).

Por causa da centralidade da imigração tanto no discurso da direita radical quanto como determinante do voto nesses partidos, alguns

over any other, the inclusion of unemployment in an unconditional way in these models lacks a strong theoretical justification. Moreover, [...] my analysis clearly shows that unemployment never helps extreme right parties in an unconditional way. [...] The inclusion of an interaction term between unemployment and immigration also allows us to conclude that higher levels of immigration always help populist parties, irrespective of the level of unemployment.” (Golder, 2003: 460).

⁵³ “They suggest that economic parameters play a smaller role than often assumed in the rise of right-wing populism. The RPPs’ electorates appear more afraid of immigrants’ negative influence on the country’s culture than on the country’s economy. More particularly, cultural grievances over immigration are also more important for RPP support than economic grievances for the two class categories with the weakest labor market position: production and service workers. This result is consistent with earlier findings that the RPPs’ scores are not related to high levels of unemployment. Cultural questions of identity are more important than economic questions of resources.” (Oesch, 2008: 370).

estudiosos (especialmente no início das pesquisas nos anos 1980 e 1990) avançaram a tese de que eles seriam partidos de nicho único. Essa tese dá grande ênfase na política anti-imigração ou em assuntos que podem ser relacionados a ela, como criminalidade, desemprego e seguridade social. A tese do nicho único implica que os partidos da direita radical irão se dar particularmente bem em circunstâncias nas quais o fluxo imigratório seja grande ou em que o tema seja bastante politizado. Nem sempre é este o caso, o que significa que por trás do voto nesses partidos encontram-se outros motivos além da oposição à imigração. Além disso, essa tese supõe que os partidos da direita radical não possuem uma ideologia ou programa amplo e sistemático. Entretanto, como já discuti no segundo capítulo, seus discursos e ideologia não são redutíveis a um único assunto. Atualmente, portanto, a tese do nicho único está descartada, embora alguns autores ainda prefiram denominar os partidos da direita radical de *partidos anti-imigrantes* (e.g. Brug *et al*, 2000; Brug e Fennema, 2003; Fennema, 1997; in: Rydgren, 2005b). Ainda que a pauta anti-imigração seja o mínimo denominar comum encontrado nesses partidos, como querem esses autores, disso não se deve concluir que eles e seus eleitores se preocupam apenas com o tema da imigração (Mudde, 1999).

3.1.3. Insatisfação política, desalinhamento eleitoral e imigração

Muitos estudiosos como Betz (1993, 1994) têm associado o voto na direita radical ao crescimento de sentimentos difusos de insatisfação, ansiedade e insegurança entre a população dos países europeus no contexto das transformações estruturais pelas quais têm passado essas sociedades. Ao invés, no entanto, de se basear na tese do interesse econômico, as causas da insatisfação social não têm origem apenas ou necessariamente em aspectos do desenvolvimento econômico. Em Betz esse ressentimento tem origem no processo de individualização, fragmentação e isolamento da vida social nas sociedades pós-industriais (em acordo com a tese da anomia/ruptura social), mas a questão é como esse processo produziu efeitos importantes sobre a legitimidade do sistema político.⁵⁴

⁵⁴ “In particular, the loss of social bonds and the feeling of distance and isolation vis-à-vis the institutions and representative mechanisms heightened sentiments of displacement and alienation and, potentially, of resentment. These sentiments were transferred politically into the issues of tough law and order,

Os anos 1980 caracterizaram-se por um clima generalizado de profundo desencantamento com as instituições políticas e sociais e por uma desconfiança em relação ao seu funcionamento. Os partidos políticos e o parlamento foram particularmente afetados por esse choque de confiança, abrindo oportunidades para novos atores fora do establishment e que se colocassem contra o consenso dominante. A fim de distinguir essa família de partidos Betz dá ênfase em sua retórica populista (por isso ele nomeia esses partidos de populistas radicais de direita), cujo objetivo é justamente capitalizar em cima desse difuso sentimento de ansiedade e insegurança disseminado entre a população – especialmente entre os setores mais afetados pela pós-industrialização e pela globalização. Assim, a ideia de que os partidos da direita radical respondem a sentimentos de insatisfação e insegurança disseminados entre o eleitorado deve ser entendida num sentido amplo; ou seja, para além de insatisfação e insegurança *econômicas*, esses partidos buscam capitalizar em cima de descontentamentos difusos e generalizados. Em especial, seu discurso populista visa apelar para as pessoas descontentes com o funcionamento das instituições políticas, notadamente partidos, governos e parlamento.⁵⁵ Essa ideia é central para a tese do desalinhamento eleitoral.

Entre as décadas de 1960 e 1970 significativas transformações nos padrões de voto e no envolvimento dos cidadãos com os partidos políticos foram detectadas na maioria dos países democráticos ocidentais (Crozier *et al*, 1975). Observou-se a partir de então uma tendência relativa de redução no comparecimento eleitoral (*voter turnout*) (Franklin *et al*, 2014) e no número de filiação partidária, neste último caso tanto em termos relativos quanto absolutos (Biezen *et al*, 2012; Mair e Biezen, 2001); de menor identificação partidária e, *ipso facto*, maior volatilidade do voto (Dalton, 2014); em baixos níveis de

national identity and pride, traditional moral standards, and state enforcement, all of which reflect the need for recasting a symbolic belonging: in other words, an identity for self-defense against the other, threatening world.” (Ignazi, 2003: 202).

⁵⁵ “Dissatisfaction towards parties, the way in which democracy works and the output of the system in relation to physical security tend inevitably to feed opposition and/or antisystem parties. The distrust facing parties and institutions and the loss of confidence in the traditional channels of participation have thus found their expression not only in new left politics but also in the extreme right. Only ERPs [extreme right parties] offer the electorate a right wing radical alternative to the establishment’s political discourse.” (Ignazi, 1992: 26).

confiança nas instituições políticas e nos atores responsáveis pela produção de políticas governamentais (Norris, 1999); e em crescente insatisfação quanto ao funcionamento efetivo da democracia (Dalton, 2004; Klingemann, 2013).⁵⁶ Todos esses indicadores são utilizados na literatura a respeito da direita radical como evidências de que as transformações sociais recentes abriram uma estrutura de oportunidades políticas para novos atores, incluindo a direita radical. Ele indicam “that the previous enduring ties between the electorate and established parties are progressively fading away, thus enabling the emergence of new parties and/or new agencies for the aggregation of demands.” (Ignazi, 1992: 3).

No contexto das grandes transformações estruturais pelas quais passaram as sociedades europeias o apelo populista da direita radical contra a “velha política”, contra os partidos dominantes e o consenso estabelecido tornou-se particularmente atrativo para uma parcela cada vez maior do eleitorado. Mas essa nova demanda por uma política etnocêntrica e populista dependia, para ser aproveitada pela direita radical, de oportunidades políticas.⁵⁷ À medida que a hegemonia do modelo neoliberal e a influência de fatores externos como a globalização faziam com que os partidos dominantes de esquerda e direita convergissem para o centro do campo político, tornando-os parecidos, crescia a sensação de que uma verdadeira alternativa só poderia ser encontrada fora do establishment político. O fato de que os partidos da direita radical sempre estiveram na oposição significa que

⁵⁶ “A large body of research suggest that the class cleavage in party politics has gradually faded over the last three decades in many postindustrial societies, with more cross-cutting cleavages arising in multicultural societies, and growing partisan dealignment weakening traditional voter-party loyalties. [...] If the rocklike ballast of class and partisan identities no longer anchors voters to mainstream parties over successive elections, this may have significant consequences for patterns of growing volatility in electoral behavior and in party competition, opening the door for more split-ticket voting across different levels and the occasional sudden surge of support for the parties based on protest politics” (Norris, 2005b: 135).

⁵⁷ “These macrochanges provide the scenario within which politicians choose objectives and strategies that influence the fate of political parties. Whether a successful NRR party emerges depends on the opportunity structure of party competition. Only if voters are sufficiently disaffected with the existing moderately conservative and moderately leftist or social democratic parties will the reservoir of potential right-authoritarian voters rally around a new political force.” (Kitschelt, 1995: 14).

eles não podiam ser avaliados por suas ações mas apenas por seus discursos, permitindo que eles se apresentassem como a única alternativa verdadeira. Eventualmente, escândalos de corrupção vieram à tona ligando os partidos tradicionais de esquerda e de direita, o que reforçou a percepção de que eles são todos iguais.

Assim, o aparecimento de novos nichos no espaço de competição política – particularmente, com a entrada da imigração na agenda política a partir dos anos 1980 – justamente quando uma parcela significativa do eleitorado era liberada das suas antigas identificações partidárias deu à direita radical uma oportunidade ímpar de mobilizar novos eleitores.⁵⁸ Em um contexto de perda de legitimidade, os partidos tradicionais acabaram sendo vistos como incapazes de lidar com este e outros problemas (como desemprego, criminalidade, etc.) ou mesmo como indiferentes a eles. Suas tentativas no sentido de barrar e controlar a imigração, por outro lado, acabariam apenas legitimando a pauta xenofóbica da direita radical.

Embora a imigração para os países europeus estivesse em curso desde o fim da II Guerra Mundial, quando a demanda por força de trabalho estrangeira era impulsionada pelo rápido crescimento econômico da Europa Ocidental, o tema só passou a ser politizado e visto como um problema após o fechamento das fronteiras aos imigrantes durante os anos 1970 como consequência das crises econômicas que marcaram o fim dos “trinta anos gloriosos” de desenvolvimento econômico na Europa Ocidental (Castles e Miller, 2009; Hansen, 2003). Após esforços no sentido de enviar de volta aos seus países de origem os *guest workers* oriundos do sul da Europa e das ex-colônias europeias, e do nascimento da segunda e terceira gerações de imigrantes, ficou claro que as transformações demográficas na Europa apontavam na direção de sociedades cada vez mais multiculturais. Ao longo das décadas seguintes o fluxo migratório legal foi substituído por imigrantes ilegais e buscadores de asilo (*asylum seekers*) provenientes de regiões miseráveis ou conflituosas na África do Norte, Oriente Médio e sul asiático.

Diferenças religiosas e culturais aumentaram as tensões interétnicas, assim como os casos de violência contra imigrantes, racismo e xenofobia. E à medida que a nova política econômica

⁵⁸ “The decline of cleavage politics open up new opportunities for new parties if they are able to monopolize a new issue and thus find a niche in the new space of postindustrial polities and if the established parties are unable or unwilling to compete with them on this issue.” (Betz, 1994: 35).

neoliberal priorizava a competitividade em detrimento da justiça social e o desemprego aumentava tornou-se fácil à população nacional culpar os imigrantes pelos males econômicos e sociais (McLaren, 2003; Pettigrew, 1998).

Esse argumento é parte da tese que Mudde (2007) chama de tese da reação étnica. Essa tese vê os partidos da direita radical essencialmente como uma reação defensiva da população nativa contra uma percebida ameaça étnica vinda de estrangeiras, sobretudo os não europeus. Essa tese mantém uma proximidade óbvia com a tese do partido de nicho único e, *ipso facto*, padece dos mesmos problemas. Os dados são inconclusivos a respeito da relação entre proporção de imigrantes e/ou intensidade da imigração e crescimento eleitoral da direita radical (Mudde, 2007: 211-212). Há exemplos de partidos da direita radical bem-sucedidos em países etnicamente homogêneos e de insucesso em países etnicamente heterogêneos. Do mesmo modo, a ruptura eleitoral de um partido da direita radical nem sempre segue novas ondas de imigração. Além disso, essa tese se baseia em pressupostos teóricos questionáveis. Em especial supõe que a diversidade étnica implica necessariamente em conflito étnico. Não obstante, certamente a imigração em massa – especialmente os fluxos oriundos de regiões com um *background* cultural e racial bastante diferente da Europa – desempenha um papel fundamental no sucesso da direita radical, mas ela por si só é incapaz de explicar as geralmente grandes diferenças temporais e regionais na performance eleitoral desses partidos.

Vale ainda citar uma última tese aqui associada com as condições de insatisfação e alienação políticas presentes nas democracias ocidentais contemporâneas. A tese segundo a qual os partidos da direita radical representam apenas partidos de protesto afirma que esses partidos, por ser considerados párias e estar marginalizados dentro do sistema partidário, não são mais do que veículos usados pelo eleitorado para expressar descontentamento com os partidos dominantes.⁵⁹ Nesse

⁵⁹ “Unfortunately, students of right-wing extremism so far have neither given much serious thought to the theoretical elaboration nor to the operationalization of the concept of a ‘protest vote’. In order to have any conceptual meaning, the protest vote should be defined by determinants of party preference and not by characteristics of the party itself. We find the definition ‘a protest voter is a voter who votes for a protest party’ unacceptable, because it begs the question. Protest voters want to show their discontent to the political elite by voting for a party that is an outcast in the political arena. The motive for their electoral

sentido, eles careceriam de qualquer ideologia séria e seus programas resumir-se-iam a pouco mais do que ataques ao establishment político – até mesmo a oposição à imigração é usada com este intuito. Uma das implicações dessa tese é que a base eleitoral da direita radical não possui nenhuma estrutura ou perfil social definido, nem seus eleitores nutrem alguma identificação ideológica ou partidária com a direita radical, de modo que seus padrões de voto tendem a ser voláteis e insustentáveis à medida que a intenção de protestar (de “dar uma lição” nos partidos tradicionais) é satisfeita ou perde sua necessidade. As evidências para sustentar essa tese são circunstanciais, isto é, são deduzidas de fenômenos como queda no comparecimento eleitoral, redução na proporção dos votos obtidos pelos principais partidos, desconfiança da opinião pública em relação a eles, etc., mas podem ser também encontradas diretamente através de pesquisas de opinião (indicando, por exemplo, a incoerência entre eleitores que votariam na direita radical e que, ao mesmo tempo, não desejam que um partido desse tipo seja eleito ou tome parte do governo).

Tal como a tese dos partidos de nicho único, a tese do partido de protesto foi mais influente no início das pesquisas sobre a direita radical, mas hoje seus limites estão bem claros. Certamente essa tese ajuda a explicar parte dos votos na direita radical em um contexto histórico onde a “política convencional” vem sendo crescentemente colocada em causa. Ela é especialmente útil para explicar novos eleitores e facilitar a ruptura eleitoral desses partidos, mas dificilmente pode explicar porque muitos deles continuam votando na direita radical. Neste caso, identificação partidária ou ideológica passa a ser um fator predominante e, para isto

choices is the party's perceived opposition to the political regime. Therefore, a protest voter is a rational voter whose objective is to demonstrate rejection of all other parties.

How do voters come to perceive parties as inimical to the political regime, i.e., as ‘protest parties’? Such perceptions may stem from the party propaganda itself. The far left Socialist Party in the Netherlands campaigned in 1998 under the slogan ‘Vote Against’, which was clearly an attempt to mobilize protest voters. Alternatively, a party may be seen as a protest party not because it explicitly claims to be one, but because all other parties collectively reject it. For some reason such parties have a ‘spoiled identity’. This is exactly what has happened with the anti-immigrant parties, but has also happened with communist parties. Since anti-immigrant parties are to a large extent stigmatized by the political elites of their respective countries, they have obtained the label ‘protest parties’, even though their leaders themselves may not perceive their respective party in such terms.” (Brug *et al*, 2000: 82).

ocorrer, esses partidos devem ter mais a oferecer do que simplesmente uma “antipolítica”. Além disso, não há evidências empíricas para não aceitar a ideia de que os padrões de voto na direita radical são largamente determinados pelos mesmos mecanismos que explicam os votos em outras famílias de partidos – especialmente proximidade ideológica e, no caso específico da direita radical, oposição à imigração (Brug e Fennema, 2003; Brug *et al*, 2000).⁶⁰ Ou seja, “votes for these parties were motivated by the same pragmatic and ideological considerations that apply to votes for other parties, and should not therefore be considered as protest votes.” (Brug e Fennema, 2003: 55). De resto, sua base eleitoral é socialmente muito mais bem definida e estável do que pode aceitar a tese do partido de protesto. Se a tese do protesto é correta, então os eleitores da direita radical não devem estar caracterizados por padrões ideológicos e sociais. Entretanto, sabe-se agora que esses eleitores não são uma amostra aleatória do conjunto da população, mas possuem um perfil social definido, como veremos mais abaixo.

3.1.4. Valores pós-materiais e nova clivagem sociocultural

A transição de uma sociedade industrial para uma pós-industrial provocou também, além das transformações sociais e políticas descritas acima, uma mudança no sistema de valores das democracias europeias. Nos conhecidos termos de Ronald Inglehart essa mudança significa a transição da dominância de valores materialistas para valores pós-materialistas (Inglehart e Welzel, 2009).

Basicamente valores pós-materiais não estão relacionados com questões econômicas e distributivas, o principal eixo de conflito político que marcou as sociedades industriais, e sim com autoexpressão individual, qualidade e estilos de vida, democracia participativa,

⁶⁰ “Because European elections are generally considered to be second order ones, they provide an appropriate opportunity for voters who wish to cast a protest vote to actually do so. Even in these European elections, however, no evidence was found that voters for anti-immigrant parties are motivated by feelings of protest or alienation, more so than the voters for other parties. This is in strong contradiction with main thrust of many election studies on the extreme right that tend to emphasize the protest character of the extreme right vote. It is, however, in line with some in depth research on the Front National militants and supporters. Indeed, the strongest determinants of voting for anti-immigrant parties are a combination of ideological (left/right) proximity and (antagonistic) attitudes towards immigrants.” (Brug *et al*, 2000: 94).

preservação ambiental e direito das minorias. A revolução estudantil dos anos 1960, a luta pelos direitos civis da população afroamericana nos EUA, a campanha pacifista e o avanço de uma segunda onda do movimento feminista são todos eventos que expressam essa mudança de valores nas sociedades ocidentais pós-industriais. Em termos político-partidários, a ascensão dos valores pós-materiais deu origem aos partidos verdes e a uma reformulação no campo da esquerda. Os verdes e a nova esquerda-libertária vieram a constituir, assim, um dos polos do novo eixo de conflito político baseado em uma clivagem sociocultural ao invés de socioeconômica.

A nova direita radical se inscreve nessa nova clivagem sociocultural como o polo contrário constituído pela esquerda-libertária.⁶¹ Em certo sentido, portanto, trata-se de uma reação de direita ao aparecimento dos valores pós-materiais – uma reação que Ignazi (1992, 2003), parafraseando Inglehart, chama de “contrarrevolução silenciosa”.

Our hypothesis is that, together with the spread of postmaterialism, in Western countries in the 1980s, a different cultural and political mood, partially stimulated by the same ‘new politics’ has also been taking root. This change in beliefs and attitudes has been partially expressed in the so-called neoconservatism (and has been partially interpreted by conservative parties). But, to a large extent, it remained underground until the recent rise of ERPs [extreme right-wing parties]. Such an underground melting pot of attitudes and sentiments includes the emergence of new priorities and issues not treated by the established parties, a disillusionment towards parties in general, a growing lack of confidence in the political system and its institutions, and a general pessimism about the future.

In a sense, it could be said that the Greens and the ERPs are, respectively, the legitimate and the unwanted children of the New Politics; as the Greens come out of the silent revolution, the

⁶¹ Kitschelt (1995: 2) resume o novo padrão de conflito político nas sociedades pós-industriais como “characterized by a main ideological cleavage dividing left-libertarians from right-authoritarians.” (Kitschelt, 1995: 2).

ERPs derive from a reaction to it, a sort of ‘silent counter-revolution’.” (Ignazi, 1992: 6).

Em outras palavras, as sociedades pós-industriais não são uma sociedade baseada em conflitos de classe, mas em conflitos de valores. Isso significa que temas econômicos perdem relevância, assim como a capacidade das clivagens tradicionais de estruturar a competição política, abrindo assim espaço para que novos atores politizando temas relacionados com os novos valores pós-materiais entrem no espaço de competição política. Mas o mesmo processo de desalinhamento de classe e de valores provocado pelo pós-industrialismo gerou diferentes e contrárias demandas. Enquanto a esquerda-libertária expressa anseios no sentido de maior autoexpressão, o enfraquecimento do Estado devido à globalização e à integração europeia, a erosão dos valores morais tradicionais, o enfraquecimento das hierarquias e da autoridade, a pluralização dos estilos de vida e a multiculturalização propalou demandas por identidade nacional, protecionismo, autoridade e reafirmação da moral tradicional. Como escreve Ignazi (2003: 201), essas transformações geraram demandas “for identity and reassurance. These new demands reflected ‘non-material’ concerns, similarly to the demands arising from the left-libertarian agenda”.

Mais especificamente, Kitschelt (1995: 5) argumenta que:

contemporary postindustrial democracies generate a limited but distinctive demand for a political combination of ethnocentric, authoritarian, and free market liberal appeals. This demand is not evenly distributed across the entire population but is more likely to surface among social groups characterized by distinctive experiences and deprivations of life chances. (Kitschelt, 1995: 5).

Kitschelt escreve no limiar da transição da direita radical da sua perspectiva econômica neoliberal inicial para uma que, embora não abandone o livre mercado em favor de uma organização corporativista da economia (como no caso da extrema direita clássica), adota posições mais protecionistas e trabalhistas que poderíamos chamar de *welfare chauvinism*. De qualquer forma, questões econômica são um tema secundário na agenda da nova direita radical. Esses partidos estão mais preocupados com e buscam pautar seu apelo em questões culturais e identitárias (nomeadamente imigração, nacionalismo e identidade nacional), empacotando-as dentro de uma retórica etnocêntrica, populista e anti-establishment que vão ao encontro das demandas

surgidas em determinados segmentos da população por conta das transformações estruturais recentes pelas quais passaram as sociedades europeias avançadas.⁶²

Essa é a última peça no quebra-cabeça sobre as transformações estruturais que constituíram as condições para o aparecimento e crescimento da nova direita radical. Em síntese, as transformações estruturais nas sociedades europeias e o aparecimento de novas clivagens envolvem alterações na estrutura de classes e na ocupação das pessoas, mas seus efeitos sobre o comportamento eleitoral estão longe de se resumir a interesses econômicos. Pelo contrário, no contexto das sociedades pós-industriais, atualmente os valores e a cultura jogam um papel bastante decisivo na formação das preferências e dos padrões de competição política. No caso da direita radical, que surge em reação ao aparecimento de valores e atores pós-materialistas, os fatores impulsionando sua base eleitoral parecem estar situados mais no campo da cultura e da política do que da economia. Em particular, na abertura de uma nova clivagem sociocultural opondo, nos termos de Kitschelt, libertários a autoritários, cosmopolitas a particularistas. Isso não quer dizer que eleitores da direita radical não possam mostrarem-se xenofóbicos por razões econômicas, isto é, por sentirem-se ameaçados pela competição com trabalhadores imigrantes. Mas mais importante que isso para explicar o crescimento da direita radical nas últimas décadas é a crença de que a imigração e o multiculturalismo ameaçam a identidade nacional e o estilo de vida ocidental/europeu.

3.1.5. Quem vota na direita radical? O perfil social de sua base eleitoral

Além da análise empírica das condições sociais, econômicas, políticas e demográficas, identificar a composição social da base eleitoral dos partidos da direita radical e traçar seu perfil é uma consequência lógica das teorias do lado da demanda. Até aqui vimos que:

The initial wave of literature on the radical right tried to explain why parties that “mobilize

⁶² “The signature issue mobilizing support for the radical right today, however, is not primarily fear of big business and organized labor per se, but rather the threat of ‘the other’, driven by patterns of immigration, asylum seekers, and multiculturalism.” (Norris, 2005b: 132).

resentment” emerged at around the same time in some of the world’s wealthiest and best-governed democracies. Most of these studies argued that societal changes were responsible for the regeneration of the postwar far right. Some authors claimed that postindustrialization had created a reservoir of “modernization losers” who suffered from the status anxieties that Lipset saw as crucial to the rise of fascist parties. Others argued that the rise of post-materialist values had provoked a backlash, or a “silent counterrevolution”, among those who disagreed with the ideology of the new left. The massive increase in immigrant populations and asylum seekers contributed to both these trends; immigrants increased the sense of insecurity among the so-called modernization losers and made the core issues of the radical right more politically salient. (Art, 2011: 12)

À luz dessas macro-mudanças sociais, os pesquisadores voltaram-se para seus efeitos ao nível micro a fim de identificar as características dos eleitores da direita radical. Essa é uma problemática central deste campo de pesquisa, não somente porque a classificação de qualquer partido político em famílias supõe associá-lo a determinados grupos sociais. Embora as diferenças no perfil social dos eleitores da direita radical não possam explicar seus diferentes níveis de sucesso eleitoral (Givens, 2005: 44), uma vez que elas variam pouco, identificar quem vota nesses partidos é importante para entender porque o fazem e, com isso, explicar seu crescimento.

Parece seguro assumir que partidos novos terão bases eleitorais relativamente fluidas e menos definidas que partidos bem estabelecidos cuja base eleitoral já se encontra consolidada. Isso obviamente é efeito da inexistência de identificação partidária ou da existência de identificação com outro partido e do caráter de protesto que, especialmente no início, o voto em um partido novo supõe. Além disso, partidos em franco crescimento ou que alcançaram uma participação ampla no voto nacional supõe uma ampliação da sua base eleitoral para além de seu núcleo central. Isso tudo quer dizer que a composição social da base eleitoral de um partido é relativamente dinâmica, embora para cada partido em diferentes situações haja elementos mais ou menos estáveis a longo prazo. No caso da direita radical, uma família de partidos nova que se apresenta como um competidor situado fora da

política convencional e está fundamentalmente marcada pelo contexto volátil da Nova Política pós-1980, isso é ainda mais verdadeiro o que deveria torna difícil delinear claramente seus eleitores típicos. Como se sabe, a direita radical ainda não é uma família de partidos tão consolidada quanto os socialdemocratas ou os democratas cristãos, por exemplo, e na maioria dos casos seu crescimento eleitoral não se mostra sustentável. Não obstante, as pesquisas mostram tanto que a direita radical colhe votos ao longo de todo o espectro político e social, ao mesmo tempo em que possui uma clientela central bastante distinta.

Já aponte para a tendência de proletarização da direita radical observada desde a segunda metade da década de 1980. Em razão disso, apenas indico aqui que isso levou a uma sobre-representação da classe trabalhadora, especialmente os setores manuais e pouco qualificados, entre seus eleitores. Essa variável está associada com o nível educacional, uma vez que quanto maior este nível maior as oportunidades de vida de um indivíduo. Entretanto, as variáveis de educação e classe são independentes uma da outra.

Assim como classe social, educação é um forte indicador de voto na direita radical. Virtualmente todos os estudos comparativos mostram que pessoas com educação superior estão entre as menos prováveis de votar em partidos da direita radical, ao passo que entre os segmentos com menor educação eles desfrutam de apoio acima da média. Segundo Arzheimer (in: Backes e Moreau, 2012: 46) há basicamente três tipos de explicação para essa relação: 1) indivíduos com maiores níveis educacionais tendem a sustentar valores mais liberais e, portanto, são menos propensos a ser atraídos por políticas autoritárias e exclusionistas; 2) eleitores da direita radical são particularmente motivados por competição étnica e, uma vez que os imigrantes possuem baixos níveis educacionais e profissionais, os nacionais com pouca educação competem com eles pelos mesmos empregos; 3) indivíduos com maior escolaridade são mais sensíveis à intenção de aceitação social presente nos discursos e por isso tendem a esconder suas opiniões políticas quando estas estão em desacordo com a norma. Outras variáveis que permitem distinguir os eleitores da direita radical são gênero, idade e atitudes.

Em relação ao gênero, homens são aproximadamente 40% mais propensos a votar num partido de direita radical e dois terços de seus eleitores são constituídos por homens (Arzheimer in: Backes e Moreau, 2012: 44; Givens, 2005: 57). Essa característica a literatura chama de “brecha de gênero” (*gender gap*) e foi observada em todos os partidos

da direita radical. Diante disso pode-se perceber a importância da redução da *gender gap* entre o eleitorado da FN na França. Embora suas causas não sejam totalmente claras, há pelo menos três hipóteses para explicar o enorme desequilíbrio de gênero entre os eleitores da direita radical: 1) tal como a extrema direita clássica, os partidos da direita radical projetam uma imagem muito masculinizada, e suas políticas para as mulheres baseiam-se em ideias machistas a propósito do papel das mulheres na sociedade; 2) as mulheres estão se movendo para a esquerda dos homens em termos de valores nas sociedades pós-industriais; 3) as mulheres são tradicionalmente conservadoras e, portanto, mais inclinadas a se identificar com os partidos de centro-direita.

Além do gênero, outro indicador importante de voto na direita radical é a idade. Estudos têm mostrado que eleitores jovens (abaixo dos 30 anos) são mais propensos a votar nesses partidos. As causas disso podem ser o fato de que eleitores dessa idade são menos firmemente vinculados a algum partido. Entre os eleitores da direita radical estão muitos daqueles que nunca votaram antes. Além disso, eles estão entre o grupo mais vulnerável ao desemprego e, por isso, podem estar mais suscetíveis a entrar em competição com imigrantes.

Por fim, uma última variável importante que prediz a probabilidade de um indivíduo votar na direita radical é composta por suas atitudes em relação a uma série de assuntos. Em especial, os eleitores da direita radical se destacam por estar entre os mais insatisfeitos com o governo e as instituições políticas. Embora atitudes como desconfiança em relação a partidos e parlamento produza um forte efeito na probabilidade de voto na direita radical, o tema mais importante que emerge como o principal motivo de voto nesses partidos desde a década de 1980 é a imigração. Definir a atitude anti-imigrantes, no entanto, não é tarefa fácil. Ela pode estar baseada em sentimentos xenofóbicos mas não necessariamente racistas. Ou pode ser simplesmente uma reação pragmática baseada em interesses materiais e argumentos econômicos. Não obstante, independente da maneira como se defina a atitude anti-imigrantes, em termos de atitude individual ela é a variável mais forte para predizer a probabilidade de alguém depositar seu voto na direita radical. Em segundo lugar vem a insatisfação política.

Há ainda outras duas atitudes importantes: primeiro, a autoidentificação do eleitor com ideologias de extrema direita e/ou sua autolocalização no campo mais à direita do espectro político; segundo, a mostra de atitudes autoritárias, entendidas como a crença na necessidade

de autoridades fortes e hierarquias sociais e na indisposição a tolerar comportamentos desviantes. Seja como for, as duas atitudes principais mais disseminadas entre os eleitores da direita radical é a percepção da imigração como uma ameaça cultural e a insatisfação com as instituições políticas e os partidos.⁶³

“As a result of these studies, we now know a great deal about the ‘median’ radical right voter.” (Art, 2011: 13). Na formulação sintética de Givens (2005: 46), “In general, survey evidence indicates that radical right voters are predominately male, blue-collar workers or small business owners who have a low level of education.” Esses eleitores tendem a ser também jovens e a exibir as atitudes mais nativistas/exclusionistas, politicamente insatisfeitas e autoritárias entre a população. Embora os dados desagregados por países mostrem variações em quem vota nos partidos da direita radical (Norris, 2005b: 148), no geral o perfil social de seus eleitores exibe uma notável semelhança entre países.

3.2. Fatores de oferta: oportunidades políticas e atuação partidária

As teorias estruturais, cujas análises recaem nas variáveis situadas no lado da demanda do mercado político, procuraram explicar a gênese e o desenvolvimento da direita radical através das grandes e amplas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas nas sociedades europeias avançadas e como tais transformações impactaram sobre as preferências políticas do eleitorado. Essas explicações estiveram muito em voga no início das pesquisas sobre essa nova família de partidos, especialmente a partir de trabalhos como os de Ignazi, Betz, Kitschelt e Minkenberg. Escrevendo em 2005, Carter (2005: 3) afirma que:

the majority of existing studies have focused on demand-side explanations for the rise of right-wing extremism, which concentrate on the socio-

⁶³ “anti-immigrant attitudes and political dissatisfaction turned out to be the most important. People who perceive immigrants as a threat (in line with theories of economic interests) are more likely to blame these out-groups, and, as a consequence, are more likely to vote for extreme right-wing parties. People who are politically dissatisfied are likely to cast a protest vote and, because extreme right-wing parties position themselves as protest parties, these parties are an attractive option.” (Lubbers *et al*, 2002: 348).

demographic characteristics and attitudes of right-wing extremist voters, and the effects that socio-economic change has had on this section of the electorate. Among these demand explanations, different studies have emphasized the rise of immigration, the growth of voter dissatisfaction with the established political parties and/or democratic system, the breakdown of social ties and the resultant feelings of insecurity and anomie, the calls for a return to more traditional and paternalist modes of social organization, and the rise of social deprivation and exclusion.

Como fruto dessas pesquisas, segundo Kitschelt (2007: 1177) atualmente “demand side issues are [...] a topic on which there is substantial agreement in the literature, even though minor skirmishes about details continue at the margins.” Além disso, agora sabemos bastante sobre o perfil típico dos eleitores da direita radical e as motivações impulsionando seu voto.

Contudo, dado que esses fatores estruturais estão presentes de modo geral na Europa Ocidental como um todo e que há pouca variação transnacional em termos dos grupos sociais que a direita radical mobiliza, o problema com as explicações que se limitam a esses aspectos é que eles não podem sozinhos explicar a variação relativa na performance eleitoral da direita radical.⁶⁴ Essa constatação levou a uma mudança de foco nesse campo de pesquisa: das estruturas para os atores (Mudde, 2007: 232). A mudança de perspectiva se deu no sentido de compreender como, naquelas condições apontadas pelas teorias estruturais, a direita radical é capaz ou não de responder satisfatoriamente às demandas presentes no eleitorado a partir das suas próprias estratégias e recursos e competir satisfatoriamente com os demais partidos dentro de um sistema político.

⁶⁴ “while social and economic factors are important in explaining the rise of right-wing extremism as a general phenomenon, and are also crucial in accounting for individual voting decisions, they help little in understanding why some parties of the extreme right have fared better at the ballot box than others. At the aggregate level at least, little difference exists in the socio-economic make-up of the countries under investigations, and so there is little reason to expect aggregate levels of social and value change to differ significantly across these countries. It is therefore unlikely that the pronounced variation in the right-wing extremist parties’ electoral fortunes will be explained satisfactorily by different levels of social and value chance.” (Carter, 2005: 5-6)

Em outras palavras, embora globalização e pós-industrialização sejam processos históricos sem dúvida associados a mudanças nas preferências políticas, mais de duas décadas de pesquisa falharam em encontrar uma relação causal clara entre amplas transformações estruturais e a performance dos partidos de direita radical nas urnas (Art, 2011; Givens, 2005; Norris, 2005b). Em meados da década de 1990 Kitschelt (1995: 14) já havia concluído que as “macrochanges provide the scenario within which politicians choose objectives and strategies that influence the fate of political parties” (Kitschelt, 1995: 14), mas elas não podem explicá-lo.⁶⁵ Assim, surgiram as *supply-side theories* (teorias do lado da oferta), enfatizando os fatores relacionados com os próprios partidos e o sistema político no qual eles agem. Contudo, os fatores associados à demanda não perderam totalmente seu poder explicativo. Acontece apenas que eles estão associados a desenvolvimentos comuns por toda a Europa e não podem, portanto, explicar variações nacionais.⁶⁶ Os pesquisadores reconhecem agora que transformações socioeconômicas e político-culturais criam oportunidades e condições para o crescimento dos partidos de direita radical, mas não podem por si mesmos explicá-lo. Em outras palavras, oportunidades políticas não se traduzem automaticamente em votos, menos ainda em votos na direita radical – é preciso saber e estar em condições de explorá-las.⁶⁷

⁶⁵ “While common tendencies of the contemporary right may be driven by the change of popular demands for political messages, the variance in the rightist parties’ appeals across countries, and even within countries over time, requires a theory of political institutions and strategic choice within party systems and party organizations. [...] structural and sociological analysis of political preferences changes does not develop a theory about the ‘supply side’ of parties that serve right-authoritarian constituencies, but merely the ‘demand side’ of electoral constituencies.” (Kitschelt, 1995: 2)

⁶⁶ “the electorate’s ‘demand’ for public policies can be regarded as constant across affluent nations, on the basis that broadly similar processes of globalization, population migration, structural unemployment, and multiculturalism have transformed most postindustrial societies. Variations in the success of the radical right across similar nations are therefore attributed to how far parties respond effectively to public demands through their own actions and strategies. Radical right parties are believed to react as rational actors to the opportunities arising from the ideological position of other mainstream parties, as well as, in turn, influencing the position of their rivals.” (Norris, 2005b: 15).

⁶⁷ “Irrespective of how favorable the breeding ground and the political opportunity structure might be to new political parties, they merely present political actors with a series of possibilities. In the end, it is still up to the

Nos termos de Norris (2005b: 4), a chave para o sucesso eleitoral da direita radical está na complexa relação entre demanda eleitoral e oferta partidária sob condições de competição imperfeita dentro de um mercado eleitoral regulado. Ou seja, a direita radical compete com outros atores para oferecer respostas às demandas vindas do eleitorado de acordo com regras bem definidas. Essa competição é imperfeita porque há atores (os partidos *mainstream*) mais poderosos do que a direita radical capazes de influenciar as regras do jogo. Em suma:

In order to understand the phenomenon of the NRR [new radical right] in the arena of political mobilization, and particularly party competition, we therefore must analyze the strategies established political actors have chosen to address the demand for right-authoritarian politics and the political institutions that have constrained their choices.” (Kitschelt, 1995: 2)

Tirar vantagem desse novo ambiente e das oportunidades nele abertas depende em boa medida das escolhas feitas pelos partidos. “In this less predictable world, agency matters more.” (Art, 2011: 7). Os fatores associados com este aspecto do crescimento da direita radical são chamados na literatura de *supply-side factors* e as explicações pautadas neles de *supply-side theories*.

E quais seriam esses fatores especificamente? Teoricamente, aspectos tão diferentes quanto ideologia e organização até o tipo de sistema eleitoral e a interação dos partidos *mainstream* podem influenciar o sucesso de um partido da direita radical. As investigações empíricas geralmente procuraram isolar os efeitos de algum desses fatores sobre o voto nesses partidos, mas como frequentemente essas investigações resultam em conclusões inconsistentes entre si é mais razoável partir da suposição de que o crescimento de um partido da direita radical depende da interação entre uma série desses fatores. Neste sentido, Carter (2005) empreende uma das mais ousadas tentativas de construir um modelo complexo que incorpore o máximo de fatores possíveis, os quais ela divide em quatro conjuntos: 1) ideologia, 2) liderança e organização interna, 3) posição dos e competição entre os partidos no espaço de competição política, e 4) sistema eleitoral ou as

populist radical right parties to profit from them. [...] In other words, the party itself should be included as a major factor in explaining its electoral success and failure.” (Mudde, 2007: 256).

“regras do jogo”. Os dois primeiros dizem respeito a fatores “partidocêntricos”, ao passo que os dois últimos dizem respeito a fatores sistêmicos. Trata-se da mesma distinção que Mudde (2007) faz entre fatores internos e fatores externos aos partidos, respectivamente. O restante deste capítulo analisa esses fatores seguindo essa distinção.

3.2.1. Fatores de oferta externos aos partidos: ambiente institucional e competição partidária

O conjunto dos fatores de oferta externos aos partidos tem sido descrito como constituindo uma *estrutura de oportunidades políticas* para os partidos da direita radical. Esse conceito, desenvolvido no campo de pesquisa sobre os novos movimentos sociais, apenas recentemente foi incorporado nos estudos sobre a direita radical (e.g. Arzheimer e Carrter, 2006; Rydgren, 2005a). Segundo Mudde (2007: 232), Tarrow define as estruturas de oportunidades políticas como “consistent, but not necessarily formal or permanent, dimensions of the political environment that provide incentives for people to undertake collective action by affecting their expectations for success or failure”. Essas dimensões do ambiente político envolvem uma série de variáveis que vão desde as regras eleitorais para postular candidaturas, até os padrões de competição política entre os partidos de um sistema partidário, passando pelas regras que transformam votos em cargos.

Carter (2005) classifica essas variáveis em dois tipos: 1) posição dos e competição entre os partidos no espaço de competição política, e 2) sistema eleitoral ou as “regras do jogo”. Podemos simplificar e designar esses dois grupos de variáveis como políticos e institucionais, respectivamente.

Antes de discutir as implicações dessas variáveis, deve-se notar que as estruturas de oportunidades políticas “emphasize the exogenous conditions for party success and, in so doing, contrast with actor-centred theories of success.” (Arzheimer e Carter, 2006: 422). Portanto, embora a ênfase nos fatores de oferta externos aos partidos está inserida na mudança de perspectiva teórica descrita acima, eles ainda dizem respeito a condições estruturais que constroem ou favorecem a ação dos atores políticos e não à sua ação em si. Como o nome já diz, estamos falando de “estruturadas” e “oportunidades”, embora neste caso elas estejam situadas no campo da oferta ao invés de no da demanda. Trata-se de variáveis que regulam o mercado político (geralmente um espaço de competição imperfeita), nos termos de Norris (2005b). Isso significa que

as estruturas de oportunidades políticas não podem explicar porque os partidos da direita radical devem se beneficiar com as oportunidades abertas ao invés de outras famílias de partidos. Para isso é preciso considerar a influência dos fatores de oferta internos aos partidos, isto é, o papel dos próprios partidos nesse resultado, tarefa para a próxima e última seção deste capítulo (Mudde, 2007: 255).

Começo com os fatores institucionais. A maior parte da atenção dada na literatura tem recaído sobre como o sistema eleitoral afeta as oportunidades de sucesso dos partidos da direita radical. O pressuposto é que a mecânica do sistema eleitoral influencia a competição partidária e o comportamento dos eleitores. Com base na tese de Duverger de que os efeitos mecânicos produzidos por um sistema eleitoral (o conjunto de mecanismos que traduzem votos em cargos) produzem também efeitos psicológicos sobre os eleitores e as elites partidárias, teoricamente é possível supor que um sistema proporcional tende a favorecer os partidos da direita radical, tal como favorece qualquer partido pequeno situado nas franjas do sistema partidário, o contrário sendo verdadeiro no caso de sistemas majoritários (que tende a favorecer os dois maiores partidos do sistema). Em termos mecânicos, a regra proporcional permite que partidos pequenos e de pouca expressão eleitoral estejam representados proporcionalmente nas instituições políticas. Em termos psicológicos, por sua vez, ela não induz ao voto estratégico da parte do eleitor, uma vez que este não “desperdiça” seu voto dando-o a um partido pequeno e sem chances de vitória como no caso de um sistema eleitoral majoritário.⁶⁸ Assim, quanto mais proporcional um sistema eleitoral maiores as chances da direita radical.

Isso é o que diz a teoria, mas na prática essas relações causais são bem menos claras. Como habitual, as pesquisas empíricas chegam a conclusões muito diferentes sobre os efeitos do sistema eleitoral no voto da direita radical. Contrariando a teoria, Carter (2005) analisa vários aspectos do sistema eleitoral que podem influenciar a proporcionalidade da transferência de votos em cargos (como fórmula eleitoral, magnitude

⁶⁸ “In view of the relationship between the mechanical and the psychological effects of electoral systems, it is reasonable to predict that the stronger the mechanical effect of the electoral system the stronger its psychological effect on both voter and party elites. In other words, the more an electoral system favours larger parties and discriminates against smaller ones, the more likely it will be that voters will choose to favour a large party rather than waste their votes on the smaller competitor. Therefore, a strong mechanical effect may, in theory, lead to small parties experiencing low electoral scores.” (Carter, 2005: 147).

distrital e cláusula de barreira), mas não encontra nenhuma correlação estatisticamente significativa entre sistemas proporcionais e sucesso da direita radical.⁶⁹

Embora teoricamente inconsistente, isso talvez não seja de todo estranho. Afinal, dos 14 países analisados por Carter, apenas dois (França e Inglaterra) possuem sistemas majoritários. Enquanto alguns partidos da direita radical tem tido um desempenho pífio em países com sistema majoritário (Inglaterra), outros também têm obtido baixos resultados em países com sistema proporcional (Alemanha, Grécia, Holanda, Portugal e Espanha). Igualmente, embora alguns partidos tenham recebido bons resultados eleitorais em países com sistema proporcional (Áustria, Itália e Noruega), outros também experimentaram considerável sucesso em países com sistema majoritário (nomeadamente, na França). Isso aponta, também, para a necessidade de se analisar o impacto dos diferentes graus de proporcionalidade que, na prática, existem entre os sistemas proporcionais.

Já Norris (2005b) encontra uma correlação entre sistema eleitoral proporcional e sucesso da direita radical. Essa correlação, contudo, existe apenas no que concerne aos efeitos mecânicos. Ou seja, sistemas majoritários ou proporcionais determinam se e quantos cargos um partido da direita radical recebe, mas isso não tem efeitos psicológicos sobre os eleitores. Aparentemente, eles votam na direita radical independente se seus votos contam ou não na distribuição dos cargos políticos. Essa constatação está em desacordo com o argumento defendido por Givens (2005) de acordo com o qual os partidos da direita radical terão dificuldade em atrair votos em um sistema eleitoral que encoraje voto estratégico dos eleitores e coordenação estratégica dos partidos *mainstream*.

Duas hipóteses podem explicar a constatação de Norris: os eleitores da direita radical podem simplesmente não estar conscientes das consequências do sistema eleitoral, ou eles podem não estar tão interessados em que seus candidatos sejam eleitos. Essa última hipótese

⁶⁹ “although there is no doubt that proportional systems make life easier for small parties such as those of the extreme right, when all electoral systems are considered together neither the district magnitude, nor the electoral formula, nor even the proportionality profile of the different systems as a whole helps to account for the differing levels of success the West European right-wing extremist parties have experienced in the period since 1979. Rather, the share of the vote won by right-wing extremist parties in this period appears unrelated to the type of electoral system employed.” (Carter, 2005: 161).

parece consistente com o caráter populista e anti-establishment dos partidos da direita radical e sua mensagem de protesto contra os partidos tradicionais. Interessantemente, Arzheimer e Carter (2006) na verdade encontram uma correlação positiva entre desproporcionalidade e voto na direita radical. Ou seja, a probabilidade de aumento de votos em um partido da direita radical aumenta conforme a desproporcionalidade do sistema aumenta. Essa observação aparentemente contraditória também pode ser explicada hipoteticamente pelos dois argumentos expostos acima.

Todos esses achados somados ajudam a sustentar a tese de que o sistema eleitoral exerce alguma influência sobre o sucesso dos partidos da direita radical, afinal, mesmo quando proporcionais, os sistemas eleitorais frequentemente são desenhados para tornar difícil a vida dos pequenos partidos. Contudo, diferenças nos sistemas eleitorais não podem explicar as diferenças de sucesso da direita radical entre diferentes países, partidos, regiões e períodos de tempo. Isso significa que a influência exata do sistema eleitoral deve ser determinada caso a caso. Além disso, o sistema eleitoral constitui apenas um aspecto dos fatores institucionais, o último obstáculo pelo qual um partido tem de passar antes de ser eleito para um cargo político. Na verdade, ele pode ser excluído da competição política antes mesmo desse estágio, através de mecanismos como restrições legais a partidos extremistas e regras para postular candidaturas ou para ter acesso a recursos financeiros, tempo na mídia, etc.

Norris (2005) divide o processo de eleger um candidato para um cargo político em três estágios: nomeação, campanha e eleição. Portanto, antes das regras eleitorais em si os partidos podem encontrar barreiras para registrarem-se e para ter acesso às urnas ou a financiamento público e tempo de propaganda na televisão. A maioria das democracias bem estabelecidas é relutante a instituir barreiras muito duras que limitem em demasia a competição partidária, todavia barreiras em menor ou maior grau existem. Por exemplo, a fim de evitar candidaturas frívolas, as instituições eleitorais podem exigir depósito em dinheiro ou coleta de assinaturas. A direita radical ainda pode ser impedida de nomear candidatos em função de leis antirracismo ou que visem coibir discursos de ódio. Em alguns casos, como na Alemanha, o Estado tem autoridade para banir organizações que ele considere extremistas e antidemocráticas.

No estágio de campanha, por sua vez, as leis que regulam a distribuição de fundos públicos de campanha, subsídios indiretos e acesso aos canais de comunicação podem ser mais ou menos

igualitárias. A hipótese é que sistemas mais igualitários devem conferir aos partidos da direita radical um terreno mais equilibrado para competir com os partidos dominantes e isso, portanto, deve potencializar seu voto. Contudo, Norris não acha suporte empírico para apoiar essa hipótese. A explicação para isso pode passar pelo fato de que vários outros fatores estão gerando suporte para a direita radical os quais contornam a falta de recursos providos por instituições eleitorais, como a capacidade de autofinanciar-se e de levantar fundos de colaboradores privados e a habilidade para utilizar outros canais de comunicação além da televisão.⁷⁰

Ainda dentro dos fatores institucionais, além do sistema eleitoral outros aspectos do sistema político têm sido considerados como potencialmente relevantes para o sucesso eleitoral da direita radical (Mudde, 2007). Entre esses aspectos estão os efeitos do federalismo *versus* a centralização e do consociativismo.

No caso da organização territorial do Estado, as hipóteses podem ser contrárias porém igualmente válidas. Por um lado, pode-se argumentar que o federalismo restringe o sucesso eleitoral da direita radical ao nível regional, protegendo assim o governo federal contra seu avanço. Em outras palavras, as eleições regionais oferecem aos eleitores um meio seguro para demonstrarem sua insatisfação com os partidos *mainstream* sem que seja preciso correr o risco de eleger um partido da direita radical a nível nacional. Esse argumento baseia-se na ideia de que eleições regionais são percebidas pelos eleitores como “eleições secundárias” e, portanto, de menor importância. Por outro lado, pode-se argumentar de forma igualmente plausível que o federalismo é uma vantagem porque confere à direita radical redutos eleitorais a partir dos quais ela pode desenvolver sua organização e impulsionar seu crescimento a nível nacional.⁷¹ Quanto ao consociativismo, tem-se

⁷⁰ “many other factors are generating support for the radical right, so their effects may outweigh specific provisions regulating party funding and campaign media. What might matter more, for example, is the organizational ability of parties to raise independent funds from private sources and voluntary contributions, and their ability to use multiple channels of communications to get their message out during elections through free media [...]” (Norris, 2005b: 102).

⁷¹ “The effect of decentralization or federalism is less clear-cut. On the one hand, a high degree of decentralization (including regional parliaments) may foster the development of right-wing extremist parties because voters are more willing to support new and/or radical parties in ‘second order’ elections. On the

argumentado que essa característica do sistema político favorece o voto na direita radical devido à sua falta de transparência e de alternância governamental, fomentando insatisfação e voto de protesto.

De modo geral, entretanto, as conclusões sobre a influência de variáveis como federalismo/centralização ou consociativismo sobre o sucesso dos partidos da direita radical não está clara. Arzheimer e Carter (2006: 434), por exemplo, concluem que os dados “simply do not provide conclusive evidence” sobre os efeitos do federalismo e da centralização. O que se pode dizer com segurança é que os fatores institucionais de modo geral não podem explicar completamente as variações de performance eleitoral entre os partidos da direita radical.

Political and electoral systems do not so much determine whether political parties have electoral success; they provide them with electoral and political opportunities. As such, they are important building blocks of the larger political opportunity structures within which populist radical right parties function. Whether or not these parties successfully exploit the potential of the institutional framework in which they operate depends to a large extent upon what other political actors do. (Mudde, 2007: 237)

Aqui entra o segundo conjunto de variáveis (políticas) que constituem os fatores de oferta externos aos partidos políticos. Essas variáveis estão relacionadas com a posição dos partidos dentro do sistema partidário e as relações que eles estabelecem entre si, sobretudo com os partidos *mainstream*.⁷² Em resumo, a hipótese aqui é que diferentes padrões de competição partidária influenciam o voto na

other hand, decentralization or federalism may be detrimental to right-wing extremist party success at the national (i.e., federal) level because rather than allowing extremist parties to gain a toehold in the electoral arena, second order elections may serve as a kind of security valve for the political system by providing citizens with an opportunity to express their political frustration with the mainstream parties without overly disturbing the political process on the national level. Therefore, two contrasting – yet equally convincing – hypotheses as to the effect of territorial decentralization exist.” (Arzheimer e Carrter, 2006: 423).

⁷² “The interaction between a populist radical right party and other political parties, especially the established ones, as well as the dynamics among parties within the system, to a large extent create or foreclose opportunities for populist radical right parties.” (Mudde, 2007: 237).

direita radical e, por isso, podem ajudar a explicar a disparidade entre os resultados eleitorais desses partidos. Carter (2005: 114) identifica quatro relações dentro do sistema partidário que são relevantes para a competição partidária do ponto de vista da direita radical:

(1) the ideological positions of the parties of the mainstream right, (2) the ideological positions of the right-wing extremist parties themselves, (3) the ideological positions of the parties of the mainstream right and the ideological positions of the parties of the extreme right relative to each other, and (4) the degree of convergence between the mainstream right and the mainstream left.

Em primeiro lugar, para que um partido aumente seus votos é preciso que ele encontre espaço para novos concorrentes dentro do sistema partidário. Se os eleitores se mantiverem fiéis aos seus partidos, o único segmento do qual um partido novo poderá receber votos é o dos eleitores novos. De fato, sabe-se que a direita radical se dá particularmente bem entre eleitores que nunca votaram antes, mas eles representam obviamente uma fonte escassa de votos. Para crescer efetivamente um partido da direita radical precisa atrair eleitores de outros partidos. Como o intercâmbio de eleitores acontece geralmente dentro dos campos ideológicos ao invés de entre eles – o que quer dizer que a direita radical tende a ganhar eleitores da direita *mainstream* (e também a perder para ela) –, pode-se concluir que a posição da direita moderada em relação à direita radical é determinante para o sucesso desta última. Em outras palavras, quanto maior a distância entre elas – isto é, quanto mais para o centro está a direita *mainstream* – maior o número de eleitores potencialmente disponíveis para a direita radical.

Ao testar essa hipótese, Carter encontra considerável evidência empírica para suportá-la. Segundo ela, “parties of the extreme right have experienced increased electoral success when those of the mainstream right have moderated their ideological appeals.” (Carter, 2005: 115). Já Norris (2005b: 196) não acha uma correlação significativa entre um *gap* de direita e o sucesso da direita radical. De fato, Arzheimer e Carter (2006: 434) encontram uma correlação oposta: “A move to the right by the major party of the mainstream right *raises* the odds of an extreme right vote.” Os autores explicam isso com o argumento de que um deslocamento da direita *mainstream* mais para a direita ajuda a legitimar as políticas da direita radical. Carter não ignora os casos contrários à sua hipótese, mas, ao analisa-los, conclui que o efeito do *gap* não vale para

os partidos que passaram do “limiar de relevância”. Ou seja, os partidos da direita radical que possuem potencial de coalizão e ou de barganha não são afetados sensivelmente pelos deslocamentos de radicalização ou moderação dos partidos da direita *mainstream*. Em outras palavras, a abertura de um espaço no espectro ideológico entre a direita moderada e a direita radical é relevante para explicar o crescimento desta última apenas em sua fase de ruptura eleitoral.

O segundo aspecto que deve ser analisado em relação aos padrões de competição partidária é a posição da própria direita radical no espectro ideológico. Uma vez que um partido radical colocado em uma posição mais moderada tem oportunidade de recolher votos tanto de eleitores extremistas quanto centristas, é razoável supor que quanto mais extremista é a ideologia de um partido da direita radical menor será seu resultado eleitoral (Carter, 2005: 125). Carter também encontra, neste caso, evidências empíricas que sustentam essa hipótese – embora (tal como no caso da posição da direita *mainstream*) haja exceções que podem igualmente ser explicadas levando-se em consideração o limiar de relevância dos partidos em questão. Além disso, suporte adicional para a hipótese de que quanto mais extremista é um partido da direita radical menor será sua taxa de votos pode ser encontrada na enorme diferença em termos agregados de sucesso entre os novos partidos da direita radical e os tradicionais (neofascistas) partidos da extrema direita. Desde o início da década de 1990 os pesquisadores já apontam para essa tendência (e.g. Ignazi, 1992).

Não é só a posição dos partidos da direita *mainstream* ou dos partidos da direita radical que influenciam os padrões de competição política, mas a posição de ambos em relação uns com os outros. Assim, pode-se admitir a hipótese de que quanto mais moderados forem os partidos da direita *mainstream* e os partidos da direita radical maior será o potencial de voto da direita radical. Da mesma maneira, quanto mais radicalizados ambos os partidos, menor o potencial de voto da direita radical. Também em relação a esses dois cenários, Carter (2005) encontra sustentação para as duas hipóteses acima, muito embora o número de exemplos empíricos disponíveis seja pouco e, portanto, insuficiente, para validá-las com um alto grau de certeza.

Por fim, o último padrão de competição partidária que pode influir sobre o voto na direita radical é a situação no centro do espectro político. A hipótese afirma que a direita radical provavelmente deve se beneficiar quando a direita e a esquerda *mainstream* convergirem ideologicamente para o centro do espectro político. Em tais circunstâncias a direita radical pode credivelmente alegar aos eleitores

que os partidos tradicionais são todos iguais e que ela representa uma autêntica oposição e inovação em relação a eles. Esse argumento parece particularmente poderoso no contexto da crescente quebra das identidades partidárias e de insatisfação com o funcionamento das instituições políticas.

A tese da convergência é bastante antiga na literatura sobre a direita radical e uma das variáveis entre os fatores de oferta mais testadas a fim de explicar as diferenças de performance entre seus partidos. Em 1992, Hainsworth (1992: 11) já sugeria que uma das circunstâncias mais favoráveis para a direita radical “has often been situations where the ideological distance between the major parties was reduced, thereby creating a vacuum on the right conducive to extreme right success”. Mas talvez tenha sido Kitschelt (1995) quem primeiro desenvolveu teórica e empiricamente essa ideia em seu modelo explicativo. Segundo Kitschelt, a direita radical pode lucrar particularmente com as insatisfações geradas por mudanças estruturais nas sociedades pós-industriais. Nessas sociedades, qualquer convergência entre os partidos dominantes de centro-esquerda e centro-direita, particularmente após longos períodos de governo de direita, cria oportunidades ideais para o crescimento da direita radical, que podem ser explorados por esta mediante o apelo certo (que Kitschelt chama de *winning formula*).⁷³

Among the remaining highly advanced countries, the opportunities for extreme-rightist mobilization depend on the convergence between moderate left and moderate right parties. If the distance between

⁷³ “The main contention of this study is that the extreme right in Western Europe can occupy a niche in the electoral market contingent upon three premises. First, societies have an advanced capitalist postindustrial structure that increases the salience of the political division between more left-libertarian and more right-authoritarian constituencies. Second, the major parties of the economic Left and Right, social democrats or socialist, on the one side, and Christian democrats or conservatives, on the other, go through a process of strategic convergence in which they alternate in government and/or join government coalitions. Third, the extreme Right can do well in this configuration *provided* it finds the winning formula to attract right-authoritarian support, namely a resolutely market-liberal stance on economic issues and an authoritarian and particularist stance on political questions of participatory democracy, of individual autonomy of lifestyles and cultural expressions, and of citizenship status.” (Kitschelt, 1995: 275).

these parties is relatively small, political entrepreneurs have a chance to create a successful electoral coalition with a right-authoritarian agenda. (Kitschelt, 1995: 53).

Por mais robusta que seja a explicação de Kitschelt, ela também tem sido disputada, em termos teóricos especialmente por Ignazi (1992, 2003). Em um artigo seminal publicado por ele em 1992, Ignazi atribui o avanço do que ele chama de “contrarrevolução silenciosa” à polarização ideológica induzida pelo surgimento do neoconservadorismo em fins da década de 1970. Posteriormente, em sua obra de 2003, Ignazi refinou sua tese para responder ao desafio colocado por Kitschelt. Assim, o crescimento da direita radical estaria relacionado com uma mudança de dois passos no padrão de competição política. De acordo com Ignazi (2003), os partidos da direita radical beneficiar-se-iam da convergência dos partidos *mainstream* apenas na condição disso vir após um movimento contrário de polarização (isto é, de radicalização).

Entretanto, a maioria dos autores parece aceitar a tese da convergência, e há evidências empíricas para sustenta-la (e.g. Abedi, 2004; Carter, 2005). Carter testa a correlação entre grau de convergência entre os partidos *mainstream* e voto na direita radical e conclui que a correlação é estatisticamente relevante, o que ajuda a explicar porque os partidos da direita radical têm experimentado resultados eleitorais diferentes desde a década de 1980. Entretanto, como a maioria das análises empíricas neste campo de pesquisa, os dados são inconsistentes ou, no mínimo, inconclusivos. Com efeito, Arzheimer e Carter (2006) encontram uma correlação positiva (ao invés de negativa) entre voto na direita radical e distância entre os partidos de centro. Isto é, os votos na direita radical aumentam quando a distância entre os partidos *mainstream* também aumenta. Por outro lado, Arzheimer e Carter encontram evidências de que a presença de grandes coalizões entre os partidos *mainstream* aumentam as chances de voto na direita radical.

Embora a tese da convergência seja bastante convincente, como observa Mudde (2007: 240) ao menos duas qualificações devem ser feitas. Em primeiro lugar, a convergência entre os partidos de centro favorecem os partidos radicais de modo geral, sejam de direita ou de esquerda. Em segundo lugar, é razoável supor que em determinadas circunstâncias a polarização entre eles também pode ser lucrativa para a direita radical.

Ainda em relação à influência dos padrões de competição política sobre o sucesso dos partidos da direita radical, deve-se mencionar a questão da incorporação de temas-chaves para a direita radical, como a imigração, por parte dos partidos *mainstream*. Tem-se argumentado que, em um esforço de reverter perdas eleitorais e deter o crescimento da direita radical, os partidos *mainstream* acabam na verdade dando impulso a ela ao legitimar suas políticas, como quando um partido no governo endurece o controle imigratório ou aumenta o tom em questões como lei e ordem. Em teoria, contudo, essa estratégia pode ter efeitos tanto positivos quanto negativos sobre o voto na direita radical. Seus efeitos dependem de como o partido da direita radical é visto em relação a determinado assunto cooptado pelos partidos tradicionais. Se ele é percebido como “proprietário do assunto” (*issue ownership*), é provável que a estratégia de cooptação impactará positivamente sobre o voto na direita radical, aumentando suas chances. Este é particularmente o caso com a imigração.

3.2.2. Fatores de oferta internos aos partidos: ideologia, estratégia, liderança, organização e militância

Entre os fatores de oferta internos aos partidos da direita radical tidos como responsáveis pela diferença em seus resultados eleitorais, ideologia partidária é talvez o fator mais frequentemente mencionado na literatura. No capítulo dois, vimos que essa família está composta por diferentes partidos com diferentes ideologias e programas. Essas diferenças, por sua vez, permitem que os pesquisadores classifiquem esses partidos em diferentes subtipos. Como algumas ideias e propostas são mais populares que outras, é razoável supor que a variação de sucesso eleitoral entre os partidos da direita radical pode ser parcialmente explicada pela variação de suas ideologias e programas políticos. Já na década de 1990 os estudiosos detectaram diferenças de performance eleitoral entre partidos novos da direita radical e a velha extrema direita próxima à tradição fascista e sugeriram que elas se devem precisamente às diferenças ideológicas entre esses dois tipos de partidos (e.g. Ignazi, 1992). Assim, muitos autores atribuem o sucesso da nova direita à sua ideologia relativamente moderada, embora não se saiba ao certo se essa moderação é realmente ideológica ou meramente estratégica.

Esse padrão foi confirmado em estudos posteriores (e.g. Kitschelt, 1995; Carter, 2005). Carter (2005) compara a média de votos

de cada um dos cinco tipos que ela define como parte da direita radical atual e conclui que cada um deles apresenta diferentes probabilidades de receber votos, o que sugere que ideologia e programa influem sobre o sucesso eleitoral desses partidos. Há uma diferença particularmente marcante entre dois grupos de tipos. Partidos neonazistas e neofascistas apresentam níveis muito baixos de votação ao passo que partidos autoritários xenofóbicos, partidos neoliberais xenofóbicos e partidos neoliberais populistas têm tendido a experimentar altos níveis de sucesso eleitoral. Carter (2005: 61), então, conclui que:

The disparity in the electoral fortunes of the parties of the extreme right across Western Europe may thus be explained, at least in part, by the fact that the parties embrace different types of ideologies, some of which are more successful than others. More specifically, [...] when no other factors are taken into consideration, approximately 10 percent of the variance in the right-wing extremist party vote could be explained by the presence of different types of right-wing extremist party ideology.

Entretanto, a diferença é significativamente mais marcada entre partidos da extrema direita tradicional e novos partidos da direita radical do que em relação a estes últimos entre si. Quando se considera apenas os diferentes tipos de novos partidos da direita radical as diferenças de sucesso são menos significativas e pode-se observar em cada um desses tipos tanto exemplos de partidos bem-sucedidos eleitoralmente quanto de mal sucedidos – embora o tipo autoritário xenofóbico (onde encontra-se a FN, o FPÖ e o VB, por exemplo) se destaque como o grupo com a maior probabilidade de receber votos. Isso demonstra os limites do fator ideologia para a explicação da variação de sucesso entre os partidos da nova direita radical.

Kistchelt (1995) atribui o sucesso dessa família partidária à sua adoção de uma série de políticas que ele chama de “*winning formula*”. “Successful rightist parties combine a commitment to capitalist markets with an emphasis on social order, authority, stability, and cultural homogeneity.” (Kistchelt, 1995: 46). Em outras palavras, essa “fórmula vitoriosa” é uma combinação de neoliberalismo, autoritarismo e xenofobia. Ela permite que a direita radical colha votos de grupos sociais com diferentes experiências e interesses, especialmente trabalhadores manuais e pequena burguesia. Trata-se de um dos

aspectos mais controversos da teoria de Kitschelt, e a definição das características que constituem uma fórmula vitoriosa tem variado de autor para autor. Além disso, a referência à política neoliberal em particular mostrou-se equivocada à medida que a direita radical passou a adotar uma política econômica mais protecionista e trabalhista. Não obstante, os outros dois elementos da fórmula de Kitschelt (xenofobia e autoritarismo) constituem precisamente os traços que caracterizam o tipo mais bem-sucedido da direita radical observado por Carter, isto é, o tipo autoritário xenofóbico. Isso sugere que a oposição à imigração e ao establishment político e a defesa da ordem social são as principais características da direita radical que, em termos ideológicos, permitem explicar seu sucesso eleitoral.

Vale observar, no entanto, que a atratividade da ideologia e das políticas de um partido depende do contexto nacional e das circunstâncias políticas e sociais. Por exemplo, é facilmente compreensível que na Itália e, em particular, na Alemanha, partidos manifestamente fascistas e nazistas – ou que de alguma forma estejam associados a essas ideologias – inspirem aversão no eleitorado. Por outro lado, a legitimidade decorrente da longa e disseminada tradição do movimento nacionalista flamengo na região de Flandres forneceu um ambiente mais acolhedor ao discurso do VB na Bélgica. Essa constatação, aliás, apenas fortalece o argumento de que a ideologia conta muito para o resultado eleitoral dos partidos da direita radical.

Para além da ideologia, a estratégia posta em prática por um partido pode ser também determinante para o seu sucesso eleitoral. Como vimos no primeiro capítulo, a trajetória do MSI ilustra bem a importância da estratégia para o sucesso desses partidos. Frequentemente, a definição de uma determinada estratégia é resultante da dinâmica conflituosa entre diferentes orientações internas diante do dilema que a necessidade de se adaptar ao sistema político e, ao mesmo tempo, se diferenciar dentro dele representa para a direita radical (Dézé in: Eatwell e Mudde, 2004). Além disso, os resultados obtidos com uma determinada estratégia geram efeitos sobre a própria dinâmica interna de um partido, levando a mudanças no equilíbrio de forças entre seus setores mais moderados e radicais. Em casos extremos, essa situação pode levar a queda de líderes ou rachas que dão origem a outros partidos. A longo prazo, escolhas estratégicas podem transformar significativamente o perfil ideológico de um partido.

Estratégias como a acomodação às instituições políticas democráticas e de associação aos partidos *mainstream* ou, ao contrário,

de oposição sistêmica às regras e atores políticos em jogo certamente têm implicações importantes sobre o voto na direita radical.⁷⁴ A definição de uma estratégia acertada de maximização de votos pode gerar dividendos políticos, mas quase sempre importará também em custos. Um discurso mais moderado pode atrair eleitores de centro, avessos a ideologias radicais e que, de outra forma, não votariam em um partido da direita radical, mas, por outro lado, também pode alienar o núcleo duro de seus eleitores – e, ainda mais importante, dos militantes – identificados ideologicamente com a direita radical. Políticas relativamente consensuais ou a aliança com partidos *mainstream* também podem afastar eleitores de protesto e que votam na direita radical para manifestar sua insatisfação com os partidos tradicionais. A enorme redução nos votos do FPÖ após assumir o governo federal em 2000 ilustra bem esse dilema.

Dézé (in: Eatwell e Mudde, 2004) analisou as estratégias dos partidos MSI, FN, FPÖ e VB e concluiu que todas elas acabaram tomando o sentido da adaptação ao sistema político. Como estão todos entre os mais bem-sucedidos partidos da direita radical, isso sugere a importância de uma estratégia desse tipo para a maximização de votos dos partidos da direita radical. Além disso, decisões como explorar um nicho eleitoral novo (a exemplo da imigração), direcionar a propaganda para determinada clientela ou investir em novas plataformas midiáticas, por exemplo, são todas decisões estratégicas que influem sobre o desenvolvimento de um partido político. A relação desses partidos com novas tecnologias da informação, em particular, pode ser crucial para que partidos desprovidos dos mesmos recursos que os partidos *mainstream* possam levar suas ideias ao público.⁷⁵ Contudo, a despeito

⁷⁴ “This divide between pragmatism and radicalism can lead to factionalism within a party, unless either the pragmatists and the radicals can maintain control. As factionalism increases, it can increase strategic voting if voter felt that their party is less likely to be able to form a coalition with a mainstream party. Factionalism can also lead to the formation of new parties, which can then lead to a split in the electorate of a small party, decreasing its ability to win seats or form a coalition, and increasing the likelihood that both parties will be strategically deserted.” (Givens, 2005: 94).

⁷⁵ “Interestingly, many populist radical right parties have some of the best party websites in their countries. [...] Websites are particularly important for new and so far unsuccessful parties that for a variety of reasons (e.g. lack of money and personnel, political opposition) are unable to engage in traditional propaganda campaigns. Because websites are inexpensive to construct and maintain as well as difficult to censor, less relevant and organized populist radical right parties

da importância da estratégia para o sucesso eleitoral de qualquer partido e, em particular aqui, para a direita radical, esse fator foi pouco investigado empiricamente na literatura sobre essa família partidária.

Além de ser influenciada pela ideologia/políticas e pela estratégia, a performance eleitoral da direita radical também é afetada por sua organização partidária e liderança. Liderança forte e carismática provavelmente é uma característica tão importante para a direita radical quanto para qualquer outra família de partidos. Mas há razões para suspeitar que para a direita radical em particular esse tipo de liderança constitua um fator ainda mais decisivo.

Em primeiro lugar, devido à inclinação ao faccionalismo e disputas internas à qual esses partidos são dados, um líder forte e carismático é necessário para manter as diversas facções controladas e o partido como um todo unido. Este é um dos fatores comumente associados ao sucesso de Le Pen e sua FN. Uma condição para tanto é uma organização partidária altamente centralizada na figura do líder, com hierarquias e cadeias de comando claramente definidas. Essa forma de estrutura permite que as decisões tomadas no alto escalão fluam para os escalões mais baixos de acordo com um conjunto de regras às quais os militantes do partido obedecem. Isso resulta em disciplina interna e coerência externa, condições para que um partido possa apresentar-se ao eleitorado como um ator digno de credibilidade.

Uma segunda razão decorre do fato de que os partidos da direita radical são, em certo sentido, oportunistas, procurando por nichos não explorados pelos partidos dominantes ou reformulando seus discursos e propostas de acordo com flutuações na opinião pública e na agenda política nacional. Nesse sentido, uma liderança forte permite à direita radical uma maior flexibilidade em termos programáticos e estratégicos.⁷⁶ Por outro lado, no entanto, a própria liderança forte torna um partido muito depende de seu líder para saber o que fazer, de modo que na eventualidade de se ver privado dessa liderança (como em processos de transição de líderes, por exemplo) o partido todo corre risco de cair no esquecimento ou mesmo se desfazer.

are able to get their message across to at least some part of the population even under a boycott by the established media.” (Mudde, 2007: 259).

⁷⁶ “Charismatic leadership and tight party organization allow these parties to respond quickly and without much internal debate to hot issues or shifts in their constituencies. [...] As a result, NPPs [neo-populist parties] have been able to change ideological course, discard previously important issues, or change the emphasis of their programs.” (Immerfall in: Betz e Immerfall, 1998: 258).

Em resumo:

it is reasonable to hypothesize that those parties of the extreme right that have strong and charismatic leaders, a centralized organizational structure, and efficient mechanisms for enforcing party discipline will record higher results at the polls than parties with a weaker and uncharismatic leadership, a less centralized internal structure and weaker party discipline. The former are likely to have lower levels of internal dissent and factionalism, and should therefore exhibit higher levels of internal cohesion than their rivals. The greater programmatic and electoral coherence that is expected to result from this should then, in turn, bring greater party credibility, and hence higher levels of electoral success. (Carter, 2005: 65)

Muitos autores têm sublinhado a importância da liderança para os partidos políticos atuais. A crescente personalização do poder político tem sido observada em relação aos partidos contemporâneos como resultado da transformação da atividade política pela mídia de massas e pelo enfraquecimento dos vínculos entre partido e eleitor (Mudde, 2007: 260). Tais processos são tidos como ainda mais determinantes no caso da direita radical. Contudo, muitas vezes a referência à existência de um “princípio de liderança”, ou mesmo literalmente de um “*Führerprinzip*”, claramente acaba associando a nova direita radical com o fascismo e trai possíveis preconceitos da parte do pesquisador. No entanto, o respeito e obediência concedida às lideranças dos atuais partidos da direita radical se dão em bases bastante diferentes.

Além disso, aparentemente há confusão entre as noções de liderança forte e liderança carismática. Não há relação necessária e lógica entre uma autoridade centralizadora e o carisma. Quanto ao carisma em si, são notórias as dificuldades conceituais em termos de definição do que constitui o carisma. Definido no sentido weberiano, ou seja, no sentido de um quase religioso senso de missão e excepcionalidade do líder, sobram poucas lideranças verdadeiramente carismáticas na política democrática moderna. Isso tem levado alguns pesquisadores a propor uma definição “fraca” do conceito de carisma, mas ainda resta aberta a questão de quais características definiriam este tipo de líder (pseudo)carismático (Eatwell in: Merkl e Weinberg, 2003: 66). Por fim, há também dificuldades de operacionalização do conceito

e de acesso ao objeto para investigações empíricas, ao menos no que tange ao papel do líder na vida interna do partido (Carter, 2005: 65-6).

Não obstante haja argumentos teóricos razoáveis para partir da suposição de que a liderança é um fator-chave no sucesso de um partido da direita radical, as evidências empíricas apresentadas para sustentar essa tese frequentemente são anedóticas e impressionistas. Por outro lado, também há boas razões para se precaver contra a superestimação do papel do líder. O papel que lideranças carismáticas como Le Pen e Jorg Haider jogaram na ascensão eleitoral de seus partidos parece dar suporte àquele argumento, contudo não se pode esquecer também que existem casos de partidos moderadamente bem-sucedidos desprovidos de uma liderança carismática.

Mas mesmo em casos como o de Le Pen ou Haider, se se considera a trajetória do partido em um amplo período de tempo seu papel no sucesso da FN diminui em importância ou precisa ser relativizado. Com efeito, as pesquisas têm mostrado que a liderança desempenha um papel-chave em alguns momentos, mas não em todos. Segundo Mudde (2007: 261-2), ela é um fator central apenas durante o processo de ruptura eleitoral de um partido. Quando ele se consolida no sistema político a organização partidária passa a exercer o papel dominante. Enquanto o líder carismático é importante para atrair novos eleitores e militantes, um partido bem organizado deve, posteriormente, prover um meio de socialização que transforme simpatizantes em verdadeiros apoiadores. Isso parece correto no caso dos militantes, mas menos verdadeiro em relação ao eleitorado de forma geral, cuja relação com um partido frequentemente se dá apenas por meio do voto e da propaganda. Para o eleitor não militante, a imagem do líder sobrepõe-se em boa medida à imagem do partido e, neste caso, a relação com o líder possivelmente permanece central na determinação do voto.

Quando se analisa o papel da liderança para o sucesso da direita radical, deve-se levar em consideração ainda que o carisma é uma “faca de dois gumes” na medida em que se baseia em uma “personalidade polarizante”. Em outras palavras, ele inspira tanto amor quanto ódio, mas um sentimento exclui o outro. Muitos estudiosos acabam dando atenção apenas para o polo de atração da liderança carismática, negligenciando os efeitos de seu polo repelente. Le Pen, por exemplo, tem sido uma importante razão para eleitores votarem na FN, mas também uma razão para que outros não o façam. Em março de 1998 nada menos do que 59% dos eleitores franceses consideravam Le Pen

um obstáculo para o partido enquanto apenas 29% discordavam disso (Minkenberg e Schain in: Merkl e Weinberg, 2003: 177).

Deve-se observar, ainda, que a liderança possui dois aspectos: interna ao partido e externa a ele. Alguns líderes podem ser bem-sucedidos externamente, melhorando a imagem do partido e atraindo eleitores, mas falhar absolutamente em conduzir satisfatoriamente a dinâmica interna do partido, prejudicando-o organizativamente (por exemplo, ao impedir, em razão de interesses pessoais, que um membro mais qualificado assuma um posto importante dentro do partido). De acordo com Mudde (2007: 260), a literatura de modo geral tem se concentrado sobre a liderança externa, representada pelo líder principal, cujo papel ela pode ter superestimado, ao passo que a importância de figuras tão importantes quanto aquele – embora menos conhecidas – para a vida interna dos partidos pode ter sido simplesmente ignorada.

Assim como a ideologia, a liderança forte e carismática é uma qualidade vantajosa para os partidos da direita radical, mas quão vantajosa ela é vai depender do sistema político do país e de muitas outras variáveis. Como argumenta Mudde (2007: 263), líderes fortes, carismáticos ou não, tendem a se beneficiar mais em sistemas políticos personalistas e majoritários, como no caso do sistema de governo presidencialista onde o chefe do executivo é eleito diretamente pelos cidadãos, do que em sistemas onde o partido desempenhe um papel mais ativo e relevante em relação aos candidatos, como no caso do sistema proporcional de lista fechada.

No que diz respeito à organização partidária, assim como no caso da liderança a literatura tem sublinhado a importância de um partido bem organizado para obtenção de sucesso eleitoral. Uma boa organização inclui recursos materiais e humanos, como fontes de financiamento e militantes dispostos a realizar trabalhos vitais como propaganda (geralmente não pagos), liderança forte, seções locais disseminadas por todas as circunscrições eleitorais, democracia interna, funções especializadas por diferentes organismos como movimentos de juventude, etc. Em tese, partidos com essas características sair-se-ão melhor nas urnas do que partidos desprovidos delas.

Essa parece uma conclusão óbvia, mas na prática é bem mais complicado traçar essa relação causal. Isso não apenas porque outros fatores influem sobre o resultado final ou porque informações empíricas sobre a vida interna dos partidos da direita radical são notoriamente

escassas.⁷⁷ Talvez mais decisivo seja o fato de que o que constitui uma boa organização depende das circunstâncias nas quais o partido está agindo. Em outras palavras, diferentes fases em seu desenvolvimento demandam tipos diferentes de organização. No caso da direita radical especificamente, um quadro grande de militantes ou uma liderança demasiadamente centralizadora, por exemplo, nem sempre é uma vantagem. Em determinadas circunstâncias podem tornar-se um empecilho para seu crescimento eleitoral.

A fim de apreender o impacto da organização e liderança no sucesso eleitoral dos partidos da direita radical, Carter (2005) categoriza esses partidos com base na força da sua organização e da sua liderança e, também, no grau de faccionalismo presente dentro deles e identifica três tipos: 1) partidos mal organizados, mal liderados e divididos; 2) partidos mal organizados, mal liderados, porém unificados; e 3) partidos bem organizados, bem liderados, mas divididos. Como ela verifica que os dois primeiros tipos abrigam partidos tanto bem quanto mal sucedidos e, por isso, contrastam pouco em termos de performance eleitoral, somado ao fato de que muitos partidos bem sucedidos têm sido marcados por conflitos internos e rachas, Carter conclui que o faccionalismo é uma variável irrelevante para prever o voto na direita radical. De resto, sua análise corrobora o esperado teoricamente, isto é, partidos bem organizados e bem liderados são significativamente mais

⁷⁷ Dados como número de filiados e recursos financeiros aos quais os pesquisadores e o público em geral têm acesso são os disponibilizados pelos próprios partidos e, por isso, são pouco confiáveis. Ora, partidos políticos têm incentivos óbvios para superestimar sua própria força. Além disso, de maneira geral eles tendem a ser suspeitosos em relação ao interesse de pessoas estranhas à organização, particularmente da comunidade acadêmica, o que dificulta o acesso e observação *in loco* da vida interna de um partido da direita radical. “The internal life of political parties is an endless frustration to party scholars; it is extremely difficult to study. Most organizations prefer to keep their important decision-making processes out of the public eye or else cloak them in official democratic procedures. Populist radical right parties, given their general suspicion of academics and journalists, are even more inclined toward circumspection, fearing that the information they provide will not only be used for strictly academic purposes (not always without reason). Consequently, it is frequently impossible to get reliable information on even the most basic characteristics of a party.” (Mudde, 2007: 267).

bem sucedidos eleitoralmente do que os partidos mal organizados e mal liderados.⁷⁸

Contudo, essa explicação precisa ser qualificada e considerada caso a caso para que se possa compreender os diferentes papéis que a organização joga no sucesso eleitoral de um partido dependendo das circunstâncias em que ele se encontra. Mudde (2007: 264) e Rydgren (2016: 3), por exemplo, acreditam que uma estrutura organizacional bem desenvolvida exerce influência positiva sobre o voto na direita radical particularmente na fase de *persistência* eleitoral embora não de *ruptura*. Em outras palavras, organização é um fator que assegura a sobrevivência de um partido após suas primeiras vitórias, mas não é necessário que esteja presente durante esta fase. Com efeito, há exemplos que provam que sucessos eleitorais incidentais podem ser obtidos sem o respaldo de uma organização partidária bem estruturada. Rydgren vai além ao argumentar que uma organização desse tipo pode ser, na verdade, um fator complicador e reduzir as chances de um partido irromper eleitoralmente. Militantes muito engajados e democracia interna, por exemplo, podem aumentar a inércia na alteração de políticas diante da necessidade de aproveitar de forma urgente oportunidades surgidas no espaço de competição política.

Assim, partidos minimamente organizados, estruturados em bases autoritárias e tendo uma liderança forte à sua frente – características presentes em muitos partidos da direita radical – teriam maior capacidade de manobra e maiores chances de alcançar suas primeiras vitórias eleitorais. Por outro lado, de acordo com Mudde (2007: 269), ao menos duas características organizacionais aumentam as chances dos partidos da direita radical de sobreviver politicamente depois de fazer sua ruptura eleitoral: fortes vínculos com suas bases e com um ou mais redutos eleitorais (local ou regional) em particular. Virtualmente todos

⁷⁸ “as expected, the well-organized and well-led right-wing extremist parties in Western Europe have tended to record electoral scores that are significantly higher than those of their badly organized and badly led counterparts. Moreover, this regression analysis suggested that party organization and leadership (as an explanatory variable) has considerable power in helping to account for the varying level of electoral success of the right-wing extremist parties across Western Europe in the period under observation. When no other explanatory factors are considered, some 44 percent of the variance in the electoral scores of the right-wing extremist parties is explained by party organization and leadership.” (Carter, 2005: 99).

os partidos da direita radical bem-sucedidos possuem sólidos redutos eleitorais.

electoral success can hardly be sustained without a functioning party organization. A well-functioning organization is essential to a party's translation of its electoral success into political influence, as incompetent personnel, disorganized behavior, and internal splits undermine its bargaining power. (Mudde, 2007: 265)

Isso explica porque muitos partidos da direita radical acabam sendo vítimas de seu próprio sucesso. Incapazes de construir uma organização bem estruturada após um sucesso inicial, esses partidos não conseguem lidar com as pressões geradas pelo seu crescimento eleitoral – como, por exemplo, apresentar candidatos qualificados para assumir funções públicas.

Um último fator possivelmente implicado nos diferentes resultados eleitorais da direita radical e pouco estudado empiricamente diz respeito às características de seus militantes. Art (2011) demonstra como o tipo de ativistas que um partido é capaz de atrair exerce grande influencia sobre seu desenvolvimento futuro e seu sucesso eleitoral. Com base em suas atitudes e motivações, ele elabora uma tipologia tripartida dos ativistas da direita radical: moderados, extremistas e oportunistas. Segundo sua análise, as diferentes distribuições desses tipos no quadro dos partidos da direita radical ajudam a explicar em boa medida seu sucesso ou fracasso eleitoral. Partidos bem-sucedidos geralmente atraem ativistas experientes, altamente educados e profissionais, ao passo que seus congêneres fracassos costumam atrair ativistas de baixo status socioeconômico, pouca experiência política e, nas palavras do autor, “nada a perder”. Assim, o ponto enfatizado por Art é que o recurso humano que um partido dispõe determina a qualidade da sua vida interna e sua capacidade organizativa e isso é fundamental para que ele possa aproveitar as oportunidades abertas no espaço de competição política.

CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou fazer uma revisão bibliográfica da literatura a propósito da nova direita radical na Europa Ocidental. Ao longo do texto foram apresentados e discutidos alguns dos principais conceitos, teorias e hipóteses desenvolvidos neste campo de pesquisa a fim de explicar o aparecimento e a evolução dessa nova família partidária da década de 1980 até hoje. A justificativa para uma estudo dessa natureza foi oferecida na introdução. Este é um campo de pesquisa que não foi ainda introduzido entre a comunidade acadêmica brasileira. Nesse sentido, o principal objetivo deste trabalho – que espero ter alcançado – é oferecer ao público brasileiro, tanto especializado quanto leigo, um primeiro contato sistemático com o fenômeno da direita radical na Europa contemporânea.

Rever a vasta literatura a seu respeito não é tarefa simples ou fácil. Ela incorpora vários temas diferentes, como pós-industrialização, globalização, multiculturalismo, crise da democracia representativa *inter alia*. Além disso, esse objeto envolve uma série aparentemente interminável de variáveis e fatores diferentes, de modo que as teorias e hipóteses propostas para explicar o fenômeno da direita radical são muitas. Por fim, as conclusões e evidências empíricas até o momento têm sido frequentemente inconsistentes e ambíguas. Não seria exagero dizer que enveredar nesse campo de pesquisa é caminhar em meio a uma grande confusão. Assim, para não nos perder dentro dele, antes de qualquer coisa vou retomar os principais pontos analisados ao longo do texto.

No primeiro capítulo tentei esboçar a evolução geral desses partidos desde os anos 1980. Iniciei com uma discussão metodológica, problematizando as noções de ruptura e sucesso eleitoral. O sucesso eleitoral de um partido não deve ser confundindo com sua ruptura no sistema político. Sucesso significa, em primeiro lugar, a sustentação a longo prazo de uma proporção representativa dos votos nacionais. Com efeito, uma ruptura eleitoral pode não passar de um ponto fora da curva. Uma vitória pontual não necessariamente traduz-se em crescimento sustentável. Na maioria das vezes, aliás, este é precisamente o caso. Embora o voto seja um indicador limitado para medir o sucesso de um partido, ele nos dá uma ideia da influência e relevância alcançada pelos partidos da direita radical. O ideal, no entanto, seria acrescentar outros indicadores como número de cargos políticos (uma vez que entre a

porcentagem de votos e o número de cargos se interpõem as regras eleitorais) ou participação em governos.

Segui avaliando o grau do crescimento eleitoral da direita radical até fins da década de 2000. Esse crescimento foi expressivo. Na segunda metade da última década a direita radical representava mais de 10% dos votos na Europa Ocidental. No agregado, portanto, o crescimento eleitoral desses partidos é inegável, todavia isso não nos deve levar a esquecer que a média esconde diferentes graus individuais de sucesso e fracasso. Em alguns países a direita radical foi e tem sido bem sucedida ao ponto de integrar governos, fazer alianças com os partidos dominantes e influenciar a agenda política, mas em muitos outros ela permanece confinada às franjas do sistema partidário, incapaz de romper com o isolamento e de influenciar de alguma forma relevante o processo político. É importante manter isso em mente para não supervalorizar o impacto da nova direita radical sobre os sistemas político europeus.

A maior parte do primeiro capítulo, no entanto, foi destinada à análise de cinco casos nacionais. O objetivo geral foi tentar prover ao leitor brasileiro fatos e elementos empíricos a respeito da direita radical. Com esse intuito, analisei alguns casos de sucesso que me parecem essenciais para compreender a trajetória dos partidos da direita radical, guiando-me por duas perguntas: características desses partidos e fatores e circunstâncias associadas particularmente com sua ruptura eleitoral. O MSI na Itália ilustra a passagem de um partido da extrema direita tradicional para um partido da nova direita radical. Com efeito, até os anos 1980, quando surgiu a FN na França, o MSI fora, desde o fim da II Guerra Mundial, a principal referência ideológica e programática para os partidos dentro desse campo político. Com a entrada em cena da FN, o partido de Le Pen formulou um novo *master frame* para a direita radical que foi adotado por uma série de outros partidos ao redor da Europa, entre eles o FPÖ na Áustria. Com esta nova mensagem e linguagem, o FPÖ foi capaz de superar a direita *mainstream* e alcançar o governo nacional na virada do milênio.

Esses três partidos são de alguma forma representativos da trajetória de sucesso da nova direita radical. Exemplos de partidos na situação inversa, isto é, aqueles que não conseguiram se reinventar e permaneceram presos ao paradigma tradicional da extrema direita, encontramos na Alemanha. Em razão disso, a direita radical lá permanece inexpressiva e irrelevante. Além deste exemplo de fracasso, analisei também o caso singular da Bélgica. O país, dividido em duas regiões étnicas diferentes, apresenta tanto um caso de enorme sucesso (o VB), quanto de fracasso (a FN belga). Todos os cinco países analisados

levantam uma série de questões fundamentais para entender e explicar o fenômeno da nova direita radical na Europa.

Enquanto o primeiro capítulo se concentrou em uma abordagem mais empírica, a maior parte da dissertação (os dois capítulos subsequentes) foca em problemas teóricos e conceituais. O segundo e o terceiro capítulos procuraram, assim, analisar as duas problemáticas-chaves que, à luz da revisão da literatura, identifiquei como estruturantes do campo de pesquisa sobre a direita radical: a questão da definição e classificação de um lado, e da explicação de outro.

Nesse sentido, o segundo capítulo focou nos problemas que a denominação, definição e classificação dos partidos da nova direita radical envolvem. Preliminarmente, discuti o conceito de família partidária, muito empregado neste campo de pesquisa, e recortei esse conceito em particular da noção mais ampla de extremismo de direita em geral, uma noção que envolve outros atores (político e não políticos) além dos próprios partidos. Embora a direita radical mantenha relações com subculturas, movimentos sociais e círculos intelectuais de direita, ela constitui uma família de partidos e, por isso, deve ser analiticamente distinguida. No entanto, as pesquisas sobre os partidos da direita radical, muito focadas por definição em campanhas eleitorais e organização partidária, fariam bem também em não perder de vista essas relações. Em especial, é preciso dar maior atenção às relações entre partidos políticos e movimentos sociais.

Antes de passar para as questões das quais trata efetivamente o segundo capítulo, discuti também brevemente sobre a validade da representação espacial esquerda-direita para a análise dos partidos políticos contemporâneos e argumentei em favor da sua validade em relação aos partidos da direita radical. Essa me parece uma condição para caracterizar esses partidos e um conceito indispensável para analisar os padrões de voto e a dinâmica da competição partidária. Nesse sentido, os partidos da direita radical podem ser localizados ocupando o campo à direita da direita no espaço político.

Entrando propriamente na problemática do segundo capítulo, a primeira questão – isto é, encontrar a terminologia mais apropriada para nomear essa família de partidos – é de difícil solução. Argumentei em favor do termo direita radical, mas esta talvez não seja uma questão que pudesse ser resolvida objetivamente comparando-se os prós e contras de cada termo. Eles são escolhidos por uma série de razões além da sua suposta utilidade, desde associação com um referencial teórico em particular até por causa da tradição nacional na qual se insere o autor.

Não vejo outra saída senão aceitar o fato de que essas várias terminologias terão que conviver juntas no campo. E isso talvez não seja um empecilho importante, desde que as definições sejam claras. Portanto, mais importante do que a terminologia é a questão de quais características definem os partidos da direita radical e permitem distingui-los de outras famílias partidárias vizinhas.

A respeito dessa questão também não há consenso. Os partidos da direita radical são bastante heterogêneos, e há um problema de circularidade difícil de contornar. Isto é, para inferir as características desses partidos é preciso selecioná-los com base em características definidas *a priori*, mas a própria seleção dos casos determina a definição que se procura inferir a partir da análise desses casos. Minha revisão da literatura sugere que a direita radical é uma combinação de nacionalismo étnico e populismo anti-establishment. Essas duas características não apenas são as mais centrais na ideologia e discurso desses partidos, como também estão associadas com as duas preferências políticas mais importantes encontradas entre seu eleitorado: oposição à imigração e insatisfação com as instituições políticas (especialmente partidos e parlamento). Em razão disso, talvez fosse mais adequado me referir a esses partidos como nacional-populistas, um nome mais preciso. Mas como se trata aqui da revisão de uma literatura que utiliza majoritariamente as terminologias extrema direita ou direita radical, preferi escolher uma dentre as duas.

O fato de que eu assumo ser o nacionalismo étnico e o populismo anti-establishment características necessárias de um partido da direita radical exclui alguns partidos geralmente admitidos como membros da família da direita radical. Minha definição mínima, portanto, é um pouco mais restrita do que a formulada pela maioria dos estudiosos. Ela exclui, pelo menos, os partidos da extrema direita tradicional, isto é, neofascistas e neonazistas. Como vimos ao analisar algumas das tipologias existentes, todas elas subsomem esse tipo dentro da categoria geral da direita radical. Mas se uma das particularidades da direita radical é justamente se dissociar dos partidos neofascistas, está claro que este não pode ser um tipo daquela. Por isso, optei por reservar o termo extrema direita para designar genericamente esse campo do espaço político onde se encontram tanto os partidos da direita radical quanto os partidos extremistas tradicionais.

Finalmente, o terceiro e último capítulo se encarrega de analisar as principais teorias e hipóteses propostas pelos estudiosos da direita radical a fim de explicar, de um lado, tanto o aparecimento desses partidos, quanto, de outro, os resultados desiguais que eles têm

alcançado nas urnas. Esse capítulo se divide em duas partes, cuja ordem acompanha a própria evolução lógica e cronológica desse campo de pesquisa. Na primeira parte analiso os chamados fatores de demanda, bem como as principais teses que se baseiam neles. A conclusão do próprio campo de pesquisa é que esses fatores estruturais foram responsáveis por transformar as preferências políticas dos eleitores nas sociedades pós-industriais europeias ao longo das últimas três décadas, gerando assim condições e oportunidades para novos atores políticos, incluindo a direita radical. Entretanto, eles não podem explicar porque esses partidos foram bem sucedidos neste país e não naquele, em determinado momento e não em outro. Assim, os modelos explicativos avançaram para incorporar os chamados fatores de oferta, ou seja, fatores associados com a atuação dos próprios partidos e com o ambiente institucional que define as regras do jogo onde competem esses partidos.

Não está claro quais fatores são mais ou menos importantes para explicar o sucesso (e o fracasso) dos partidos da direita radical. Por exemplo, embora seja difícil traçar generalizações, em países onde a imigração tenha aumentado, venha associada com desemprego e o assunto seja politizado na agenda política; onde exista um partido da direita radical com um discurso moderado, bem organizado e bem liderado para explorar esse nicho, e onde os partidos *mainstream* estejam numa posição que favorece competidores mais radicais e situados à direita podemos esperar que a direita radical provavelmente terá sucesso em mobilizar eleitores. Mas não há relações de causalidade necessárias. Trata-se sempre de probabilidade e o grau e sentido de influência de um fator específico devem ser determinados caso a caso. Não há sequer um fator que possa explicar ao mesmo tempo todos os casos de sucesso e fracasso dos partidos da direita radical. Portanto, a busca por um modelo explicativo baseado em fatores necessários está fadada ao fracasso. Um modelo útil na verdade deve se basear em fatores relevantes. As três décadas de pesquisa sobre a direita radical contribuíram justamente identificando quais fatores são esses.

A quase obsessão dos pesquisadores da direita radical em identificar fatores gerais que explicam a situação de todos os casos em particular é expressão de uma tendência problemática desse campo de pesquisa. Seja em termos de variáveis explicativas, seja em termos de características definidoras ou tipologias sempre sobram exceções à regra que desafiam a análise do pesquisador. Frequentemente tem-se a impressão de que sempre sobra alguma coisa – partido, característica,

variável, etc. – a que não se encaixa no modelo. Talvez parte do problema esteja não apenas na heterogeneidade desses partidos e fatores envolvidos em suas trajetórias, mas nas dificuldades inerentes à comparação entre tantos casos em um vasto número de países com contextos e histórias tão diferentes. Mesmo quando as análises investigam um número relativamente pequeno de casos, elas têm em mente a possibilidade de generalização dos resultados para a Europa como um todo.

Esta dissertação não tem, obviamente, por objetivo apresentar soluções a todos esses problemas, mas gostaria aqui de propor um ponto metodológico que, creio eu, pode alavancar a qualidade das pesquisas sobre a direita radical. De modo geral, a comparação entre esses partidos é feita sem levar em conta as diferentes situações em que eles se encontram. No entanto, do mesmo modo que um fator não exerce o mesmo efeito sobre um mesmo partido em estágios eleitorais diferentes, estar isolado nas margens do sistema partidário, por exemplo, ou estar em uma posição capaz de influenciar e barganhar com outros partidos, especialmente os partidos *mainstream*, altera o efeito dos fatores relevantes que influenciam os partidos da direita radical. Acredito que parte da inconsistência dos resultados empíricos aos quais os pesquisadores têm chegado pode ser explicado por essa falha analítica.

Ao longo desta dissertação apresentei muitas discussões a respeito da direita radical, mas gostaria de encerrar esta conclusão com alguns pontos de consenso existentes hoje neste campo de pesquisa. Em meio a tanta polêmica, em relação a que os estudiosos chegaram a um acordo?

Em primeiro lugar, a direita radical não é um fenômeno passageiro como era razoável que se pensasse de início – afinal, a direita radical havia sido mantida isolada e praticamente insignificante desde o fim da II Guerra Mundial e todas as tentativas anteriores de romper o isolamento tinham sido infrutíferas e efêmeras. Acontece que a partir dos anos 1980 as circunstâncias mudaram e as condições eram outras. Nesse novo contexto, abriram-se oportunidades para novos partidos especialmente adaptados a ele. Não apenas o aparecimento dos novos partidos da direita radical está associado a transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que se fizeram sentir particularmente desde os anos 1980, mas a própria direita radical teve que se reinventar em termos ideológicos e programáticos. Isso nos leva à segunda ideia consensual encontrada na literatura: a direita radical não é uma mera revivescência do extremismo de direita tradicional frequentemente associado ao fascismo. Ela é verdadeiramente um tipo de novo de

extremismo de direita e é exatamente isso que a torna tão bem adaptada e sucedida.

O fato de que a direita radical chegou para ficar significa que ela não pode ser vista apenas como uma política de protesto ou limitada a um único assunto. Agora é consenso que há muito mais estruturando o voto nesses partidos do que difusos sentimentos de ansiedade e insatisfação com as instituições e atores políticos tradicionais. A direita radical construiu um discurso relativamente complexo para explicar e oferecer respostas a problemas reais próprios da realidade contemporânea. Ela oferece aos eleitores uma saída que eles não encontram entre as opções disponíveis. Isso significa que a direita radical hoje é um ator importante nos sistemas políticos europeus e que sua atuação produz resultados. Admitir isso é se precaver contra ações inúteis ou equivocadas na forma de lidar com esses partidos. Nem acusa-la de fascista, autoritária ou insultos afins, nem ignorá-la fará com que a direita radical desapareça.

Isso coloca a questão – bem mais polêmica – de se esses partidos representam uma ameaça à democracia e como lidar com ela. A literatura parece, de modo geral, partir desse pressuposto. Mas não está claro que tipo de ameaça é esta. Em termos institucionais, a democracia não parece estar ameaçada. Não apenas porque a direita radical está longe de obter apoio decisivo para alterar as regras do jogo político, mas porque ela própria aceita a forma geral em que se organizam essas regras. Se a democracia pode se sentir ameaçada por ela é mais em termos de valores e em relação ao seu aspecto liberal (conteúdo) do que em relação aos procedimentos pelos quais se produzem políticas (forma). Nesse sentido, a direita radical no poder (ou influenciando a agenda política) pode representar um perigo para o pluralismo de vozes e para os direitos humanos e das minorias.

Se se concebe a democracia em um sentido substancial e não meramente procedimental; não como uma simples regra da maioria, mas como a garantia de representação do pluralismo de vozes e perspectivas que existe nas sociedades modernas, então sim os partidos da direita radical, tal como qualquer ideologia extremista, representa um perigo para as sociedades democráticas europeias. Saber com o que estamos lidamos é condição fundamental para lidar correta e satisfatoriamente com esse perigo.

BIBLIOGRAFIA

ABEDI, Amir. *Anti-political establishment parties: a comparative analysis*. London; New York: Routledge, 2004.

ALBERTAZZI, Daniele; MCDONNELL, Duncan (eds.). *The twenty-first century populism: the spectre of Western European democracy*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

ALLEN, Trevor. *Extreme right support and mainstream failure: far-right populism after the financial crisis*. Disponível em: <<http://www.democracy.uci.edu/files/docs/conferences/grad/2014/allen.pdf>>. Acessado em: 10 de set. de 2015.

ANASTASAKIS, Othon. *Extreme right in Europe: a comparative study of recent trends*. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/3326/1/Extreme_Right_in_Europe.pdf>. Acessado em: 10 de setembro de 2015.

ART, David. *Inside the radical right: the development of anti-immigrant parties in Western Europe*. New York: Cambridge University Press, 2011.

ARZHEIMER, Kai. Working class parties 2.0? Competition between center left and extreme right parties. In: RYDGREN, Jens (ed.). *Class politics and the radical right*. London; New York: Routledge, 2013.

ARZHEIMER, Kai; CARTER, Elisabeth. Political opportunity structures and right-wing extremist party success. In: *European Journal of Political Research*, v.45, 2006, p.419-443.

BACKES, Uwe; MOREAU, Patrick (eds.). *The extreme right in Europe: current trends and perspectives*. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012.

BELL, D. S. The French National Front. In: *History of European Ideas*, v.18, n.2, 1994, pp.225-240.

BEREZIN, Mabel. Xenophobia and the new nationalisms. In: DELANTY, Gerard; KUMAR, Krishan (eds.). *The Sage handbook of nations and nationalism*. London: Sage Publications, 2006.

BETZ, Hans-Georg. *Radical right-wing populism in Western Europe*. New York: St. Martin's Press, 1994.

_____. The new politics of resentment: radical right-wing populist parties in Western Europe. In: *Comparative Politics*, v.25, n.4, 1993, p.413-427.

BETZ, Hans-Georg; IMMERFALL, Stefan (eds.). *The new politics of the right: neo-populist parties and movements in established democracies*. New York: St. Martin's Press, 1998.

BEYME, Klaus Von. *Right-wing extremism in Western Europe*. London: Frank Class, 1988.

BIEZEN, Ingrid Van *et al.* Going, going... gone: the decline in party membership in contemporary Europe. In: *Europe Journal of Political Research*, v.51, 2012, p.24-56.

BILLIET, Jaak; WITTE, Hans De. Attitudinal dispositions to vote for a 'new' extreme right-wing party: the case of 'Vlaams Blok'. In: *European Journal of Political Research*, v.27, 1995, pp.181-202.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BORNSCHIER, Simon; LACHAT, Romain. The evolution of French political space and party system. In: *West European Politics*, v.32, n.2, 2009, p.360-383.

BRUG, Wouter van der. Voter's perception and party dynamics. In: *Party Politics*, v.5, n.2, 1999, p.147-169.

BRUG, Wouter van der; FENNEMA, Meindert. *Euroskepticism and support for radical right parties*. Disponível em: <<http://www.indiana.edu/~euroinst/documents/Bloomington2008vanderBrugandFennema.pdf>>. Acessado em: 20 de junho de 2014.

_____. Protest or mainstream? How the European anti-immigrant parties developed into two separate groups by 1999. In: *European Journal of Political Research*, v.42, 2003, p.55-76.

BRUG, Wouter van der *et al.* Anti-immigrant parties in Europe: ideological or protest vote?. In: *European Journal of Political research*, v.37, 2000, p.77-102.

BUDGE, Ian. Expert judgments of party policy positions: uses and limitations in political research. In: *European Journal of Political research*, v.37, 2000, p.103-113.

CANOVAN, Margaret. Populism for political theorists? In: *Journal of Political Ideologies*, v.9, n.3, 2004, p.241-252.

_____. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. In: *Political Studies*, v.47, 1999, p.2-16.

CAPOCCIA, Giovanni. Anti-system parties: a conceptual assessment. In: *Journal of Theoretical Politics*, v.14, n.1, 2002, p.9-35.

CARTER, Elisabeth. *The extreme right in Austria*. Disponível em: <http://www.politik.uni-mainz.de/ereps/download/austria_overview.pdf>
Acessado em: 24 de junho de 2014.

_____. *The extreme right in Western Europe: success or failure?*. Manchester: Manchester University Press, 2005.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. *The age of migration: international population moments in the modern world*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2009.

CHELES, Luciano *et al* (eds.). *The far right in Western and Eastern Europe*. New York: Longman Group, 1995.

CODATO, Adriano *et al*. A nova direita no Brasil: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: VELASCO e CRUZ, Sebastião *et al* (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

COLOMER, Joseph (ed.). *Comparative European politics*. New York: Routledge, 2008.

CROZIER, Michel *et al*. *The crisis of democracy. Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University press, 1975.

DALTON, Russell *et al*. Advanced democracies and the new politics. In: *Journal of Democracy*, v.15, n.1, 2004, p.124-138.

DALTON, Russell. Partisan dealignment and voter choice. In: PADGETT, Stephen *et al* (eds.). *Developments in German Politics IV*. London: Macmillan, 2014, p.57-77.

DE FELICE, Renzo. *Explicar o fascismo*. Lisboa: Edições 70, 1976.

DELWIT, Pascal; POIRIER, Philippe (eds.). *Extrême-droite et pouvoir en Europe*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2007.

EATWELL, Roger. Towards a new model of generic fascism. In: *Journal of Theoretical Politics*, v.4, n.2, 1992, p.161-194.

_____. Why are fascism and racism reviving in Western Europe?. In: *The Political Quarterly*, v.65, n.3, 1994, p.313-325.

EATWELL, Roger; MUDDE, Cas (eds.). *Western democracies and the new extreme right challenge*. New York: Routledge, 2004.

ENNSER, Laurenz. The homogeneity of West European party families: the radical right in comparative perspective. In: *Party Politics*, v.18, n.2, 2012, p.151-171.

ERK, Jan. From Vlaams Blok to Vlaams Belang: the Belgian far-right renames itself. In: *West European Politics*, v.28, n.3, 2005, pp.493-502.

FABBRINI, Sergio. The transformation of Italian democracy. In: *Bulletin of Italian Politics*, v.1, n.1, 2009, p.29-47.

FALLEND, Franz. Are right-wing populism and government participation incompatible? The case of Freedom Party of Austria. In: *Representation*, v.40, n.2, 2004, pp.115-130.

FENNEMA, Meindert. Some conceptual issues and problems in the comparison of anti-immigrants parties in Western Europe. In: *Party Politics*, v.3, n.4, 1997, p.473-492.

FRANKLIN, Mark *et al.* *The turnout paradox; why changing electoral experiences trump changing social characteristics in driving voter turnout in advanced democracies*. Disponível em: <http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_marshall/MarshTurnout.pdf>. Acessado em: 13 de junho de 2014.

GIVENS, Terri. *Voting radical right in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GOLDER, Matt. Explaining variation in the success of extreme right parties in Western Europe. In: *Comparative Political Studies*, v.36, n.4, 2003, p.432-466.

HAINSWORTH, Paul (ed.). *The extreme right in Europe and the USA*. London: Pinter Publishers, 1994.

_____. *The extreme right in Western Europe*. New York: Routledge, 2008.

HANCOCK, M. Donald *et al.* *Politics in Europe: an Introduction to the Politics of the United Kingdom, France, Germany, Italy, Sweden, Russia, and the European Union*. New York: Seven Bridges Press, 2003.

HANSEN, Randall. Migration to Europe since 1945: its history and its lessons. In: *The Political Quarterly*, v.74, 2003, p.25-38.

HARRIS, Geoffrey. *The dark side of Europe: the extreme right today*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1994.

HEINISCH, Reinhard. Success in opposition – failure in government: explaining the performance of right-wing populist parties in public office. In: *West European Politics*, v.26, n.3, 2003, pp.91-130.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUBER, John; INGLEHART, Ronald. Expert interpretation of party space and party location in 42 societies. In: *Party Politics*, v.1., n.1, 1995, p.73-111.

HUSBANDS, Christopher. Contemporary right-wing extremism in Western Europe democracies: a review article. In: *European Journal of Political Research*, v.9, 1981, p.75-99.

_____. Racism, xenophobia and extreme right: a five-country assessment. In: BEKKER, Simon; CARLTON, David (eds.). *Racism, xenophobia and ethnic conflict*. Durban: Indicator Press, 1996, p.97-118.

IGNAZI, Piero. *Extreme right parties in Western Europe*. London: Oxford University Press, 2003.

_____. The silent counter-revolution: hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe. In: *European Journal of Political Research*, v.22, 1992, p.3-34.

IGNAZI, Piero; YSMAL, Colette. New and old extreme right parties: the French Front National and the Italian Movimento Sociale. In: *European Journal of Political Research*, v.22, 1992, p.101-121.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

IVALDI, Gilles. *A new course for the French radical-right?*. Disponível em: < <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01059581/document>>. Publicado em: 1 de set. de 2014.

KARAPIN, Roger. Radical-right and neo-fascist political parties in Western Europe. In: *Comparative Politics*, v.30, n.2, 1998, p.213-234.

KITSCHOLT, Herbert. Growth and persistence of the radical right in postindustrial democracies; advances and challenges in comparative research. In: *West European Politics*, v.30, n.5, 2007, p.1176-1206.

_____. *The radical right in Western Europe: a comparative analysis*. Michigan: The University of Michigan Press, 1995.

KLANDERMANS, Bert; MAYER, Nonna (eds.). *Extreme right activists in Europe: through the magnifying glass*. New York: Routledge, 2006.

KLINGEMANN, Hans-Dieter. Dissatisfied democrats. Evidence from old and new democracies. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (eds.). *The civic culture revisited: from allegiant to assertive citizens*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KNAPP, Andrew; SAWICKI, Frédéric. Political parties and the party system. In: COLE, Alistair *et al* (eds.). *Developments in French politics 4*. Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2008.

KNAPP, Andrew; WRIGHT, Vincent. *The government and politics of France*. London; New York: Routledge, 2006.

KOPEČEK, Lubomír. The far right in Europe: A summary of attempts to define the concept, analyze its identity, and compare the Western European and Central European far right. In: *Central European Political Studies Review*, v.9, n.4, 2007, p.280-293.

KRIESI, Hanspeter *et al*. *West European politics in the age of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KRIESI, Hanspeter. The transformation of cleavage politics. The 1997 Stein Rokkan lecture. In: *European Journal of Political research*, v.33, 1998, p.165-185.

LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, Britta (eds.). *Is Europe on the "right" path: right-wing extremism and right-wing populism in Europe*. Berlin: Friedrich Ebert Foundation, 2011.

LAQUEUR, Walter (ed.). *Fascism: a reader's guide. Analyses, interpretations, bibliography*. Middlesex: Penguin Books, 1979.

LUBBERS, Marcel *et al.* Extreme right-wing voting in Western Europe. In: *European Journal of Political Research*, v.41, 2002, p.345-378.

LUTHER, Kurt. Austria: a democracy and treaty from the Freedom Party?. In: *Parliamentary Affairs*, v.53, 2000, p.426-442.

MAIR, Peter; BIEZEN, Ingrid van. Party membership in twenty European democracies, 1980-2000. In: *Party Politics*, v.7, n.1, 2001, p.5-21.

MAIR, Peter; MUDDE, Cas. The party family and its study. In: *Annual Review of Political Science*, v.1, 1998, p.211-229.

MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAYER, Nonna. From Jean-Marie to Marine Le Pen: electoral change on the far right. In: *Parliamentary Affairs*, v.66, 2013, pp.160-178.

_____. Len Pen's comeback: the 2002 French presidential election. In: *International Journal of Urban and Regional Research*, v.27, n.2, June 2003, pp.455-459.

MCGANN, Anthony; KITSCHOLT, Herbert. The radical right in the Alps: evolution of support for the Swiss SVP and the Austrian FPÖ. In: *Party Politics*, v.11, n.2, 2005, p.147-171.

MCLAREN, Lauren. Anti-immigrant prejudice in Europe: contact, threat perceptions, and preferences for the exclusion of migrants. In: *Social Forces*, v.81, n.3, 2003, p.909-936.

MELZER, Ralf; SERAFIN, Sebastian (eds.). *Right-wing Extremism in Europe: country analyses, counter-strategies and labor-market oriented exit strategies*. Berlin: Friedrich Ebert Foundation, 2013.

MERKL, Peter; WEINBERG, Leonard (eds.). *Encounters with the contemporary radical right*. Boulder; Oxford: Westview Press, 1993.

_____. (eds.). *Right-wing extremism in the Twenty-First century*. New York: Routledge, 2003.

_____. (eds.). *The revival of right-wing extremism in the nineties*. London: Franck Class, 1997.

MINKENBERG, Michael. *From party to movement? The German radical right in transition*. Disponível em: <[http://www.sabadelluniversitat.org/SBD%20Universitat%20\(Cat\)/d/MMinkenbergs-S4.pdf](http://www.sabadelluniversitat.org/SBD%20Universitat%20(Cat)/d/MMinkenbergs-S4.pdf)>. Acessado em: 10 de setembro de 2015.

MINKENBERG, Michael. *The radical right in Europe: a overview*. Bielefeld: Verlag Bertelsmann Stiftung, 2011.

MORLINO, Leonardo. Crisis of parties and change of party system in Italy. In: *Party Politics*, v.2, n.1, 1996, p.5-30.

MUDDE, Cas. One against all, all against one!: a portrait of Vlaams Blok. In: *Patterns of Prejudice*, v.29, n.1, 1995a, pp.5-28.

_____. *Populist radical right parties in Europe*. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. Right-wing extremism analyzed: a comparative analysis of the ideologies of three alleged right-wing extremist parties. In: *European Journal of Political Research*, v.27, 1995b, p.203-224.

_____. *The ideology of the extreme right*. Manchester; New York: Manchester University Press, 2000.

_____. The populist radical right: a pathological normalcy. In: *West European Politics*, v.33, n.6, 2010, p.1167-1186.

_____. The single-issue party thesis: extreme right parties and the immigration issue. In: *West European Politics*, v.22, n.3, 1999, p.182-197.

_____. The war of word: defining the extreme right party family. In: *West European Politics*, v.19, n.2, 1996, p.225-248.

NORRIS, Pippa. A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical. In: *Opinião Pública*, v.11, n.1, 2005a, p.1-32.

_____. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. *Radical right: voters and parties in the electoral market*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005b.

PAUWELS, Teun. Explaining the strange decline of the populist radical right Vlaams Blok in Belgium: impact of permanent opposition. In: *Acta Politica*, v.46, n.1, 2011, pp.60-82.

PAXTON, Robert. *The anatomy of fascism*. New York: Alfred A. Knopf, 2004.

PAYNE, Stanley. *El fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

PETTIGREW, Thomas. Reactions toward the new minorities of Western Europe. In: *Annual Review of Sociology*, v.24, 1998, p.77-103.

OESCH, Daniel. Explaining workers' support for right-wing populist parties in Western Europe: evidence from Austria, Belgium, France, Norway, and Switzerland. In: *International Political Science Review*, v.29, n.3, 2008, p.349-373.

RENTON, Dave. *Fascism: theory and practice*. London: Pluto Press, 1999.

ROSAS, João Cardoso; FERREIRA, Ana (eds.). *Left and right: the great dichotomy revisited*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

RYDGREN, Jens (ed.). *From tax populism to ethnic nationalism: radical right-wing populism in Sweden*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2008.

_____. *How party organization matters: understanding the ups and downs of radical right-wing populism in Sweden*. Disponível em: <http://www.sociology.su.se/polopoly_fs/1.18625.1427563522!/wps17.pdf>. Acessado em: 19 de janeiro de 2016.

_____. Is extreme right-wing populism contagious? Explaining the emergence of a new party family. In: *European Journal of Political Research*, v.44, 2005a, p.413-437.

_____. *Movements of exclusion: radical right-wing populism in the Western World*. New York: Nova Science Publishers, 2005b.

_____. *The populist challenge: political protest and ethno-nationalist mobilization in France*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2004.

_____. The sociology of the radical right. In: *Annual Review of Sociology*, v.33, 2007, p.241-262.

STEENBERGEN, Marco; MARKS, Gary. Evaluating expert judgments. In: *European Journal of Political research*, v.46, 2007, p.347-366.

SWANK, Duane; BETZ, Hans-Georg. Globalization, the Welfare State and right-wing populism in Western Europe. In: *Socio-Economic Review*, v.1, 2003, p.215-245.

SZCZERBIAK, Aleks; TAGGART, Paul (eds.). *Opposing Europe? The comparative party politics of euroscepticism. Volume 1: case survey and country studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

TAGUIEFF, Pierre-André. *O racismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VIZENTINI, Paulo. O ressurgimento da extrema-direita e do neonazismo: a dimensão histórica e internacional. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo (orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; CORAG, 2000.

WIEVIORKA, Michel. La mutación del racismo. In: *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v.49, n.200, 2007, p.13-23.

_____. *El racismo: una introducción*. Barcelona: Gedisa, 2009.

WILLIAMS, Michelle. A new era for French far right politics? Comparing the FN under the two Le Pens. In: *Análise Social*, v.46, 2011, pp.679-695.

_____. Can leopards change their spots? Between xenophobia and trans-ethnic populism among West European far right parties. In: *Nationalism and ethnic politics*, v.16, 2010, p.111-134.

_____. *The impact of radical-right wing parties in West European Democracies*. New York: Pallgrave Macmillan, 2006.